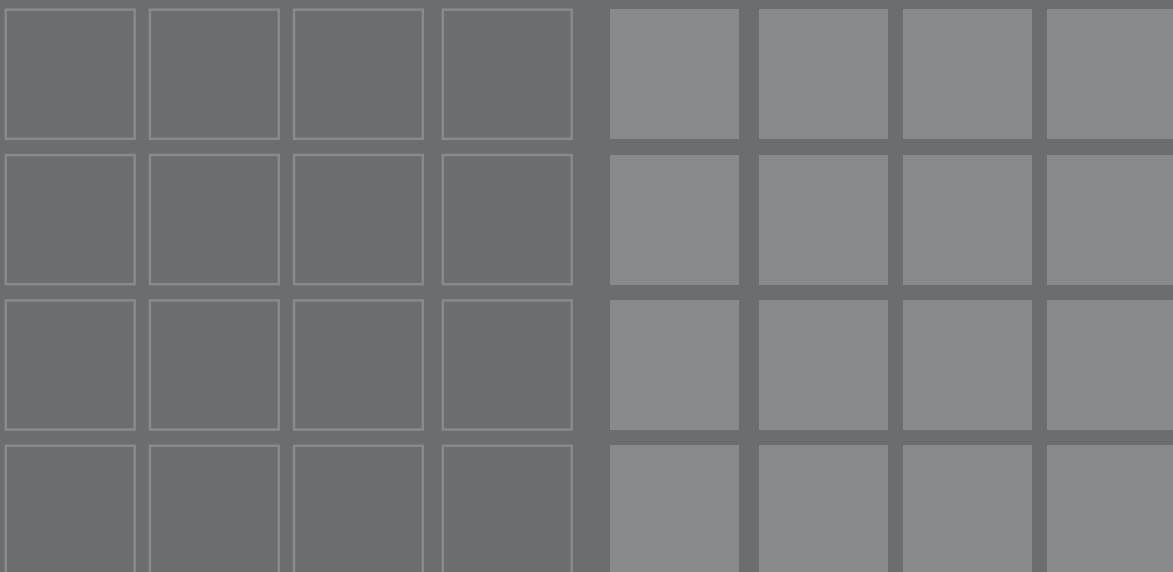


Partidos políticos brasileiros

Programas e diretrizes doutrinárias



Partidos políticos brasileiros

Programas e diretrizes doutrinárias

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2013 – 2014

Senador Renan Calheiros

PRESIDENTE

Senador Jorge Viana

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá

SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Flexa Ribeiro

PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senadora Ângela Portela

SEGUNDA-SECRETÁRIA

Senador Ciro Nogueira

TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador João Vicente Claudino

QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador Magno Malta

Senador Jayme Campos

Senador João Durval

Senador Casildo Maldaner

Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Partidos políticos brasileiros

Programas e diretrizes doutrinárias

Brasília – 2014

Edição do Senado Federal
Diretor-Geral: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Impresso na Secretaria de Editoração e Publicações
Diretor: Florian Augusto Coutinho Madruga

Produzido na Coordenação de Edições Técnicas
Coordenadora: Anna Maria de Lucena Rodrigues

Organização: Nerione Nunes Cardoso Júnior
Revisão: Marcelo Larroyed
Editoração eletrônica: Raimilda Bispo dos Santos
Ficha catalográfica: Bianca Rossi
Capa e projeto gráfico: Lucas Santos de Oliveira

Atualizada até janeiro de 2014.

Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias. —
Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.
389 p.

Conteúdo: Estatutos Partidários — Tabelas — Histórico Legendas
Partidárias

ISBN: 978-85-7018-548-8

1. Partidos políticos, Brasil. 2. Eleições, Brasil (2014). I. Título

CDD 324.2

Coordenação de Edições Técnicas
Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III
CEP: 70165-900 – Brasília, DF
E-mail: livros@senado.leg.br

Alô Senado: 0800 612211

Sumário

7 Apresentação

9 Partidos políticos brasileiros

- 11 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- 45 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- 55 PDT – Partido Democrático Trabalhista
- 69 PT – Partido dos Trabalhadores
- 83 DEM – Democratas
- 95 PCdoB – Partido Comunista do Brasil
- 121 PSB – Partido Socialista Brasileiro
- 133 PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- 171 PTC – Partido Trabalhista Cristão
- 175 PSC – Partido Social Cristão
- 185 PMN – Partido da Mobilização Nacional
- 189 PRP – Partido Republicano Progressista
- 197 PPS – Partido Popular Socialista
- 205 PV – Partido Verde
- 233 PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil
- 239 PP – Partido Progressista
- 253 PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
- 259 PCB – Partido Comunista Brasileiro
- 265 PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
- 267 PHS – Partido Humanista da Solidariedade
- 271 PSDC – Partido Social Democrata Cristão
- 277 PCO – Partido da Causa Operária
- 291 PTN – Partido Trabalhista Nacional
- 297 PSL – Partido Social Liberal

- 305 PRB – Partido Republicano Brasileiro
- 309 PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
- 327 PR – Partido da República
- 339 PSD – Partido Social Democrático
- 343 PPL – Partido Pátria Livre
- 347 PEN – Partido Ecológico Nacional
- 351 PROS – Partido Republicano da Ordem Social
- 355 SDD – Solidariedade

361 Informações complementares

- 363 Anexo I – Breve histórico da criação e registro das legendas partidárias
- 387 Anexo II – Tabela: bancada partidária no Senado Federal
- 389 Anexo III – Tabela: bancada partidária na Câmara dos Deputados

Apresentação

A presente publicação tem o fim de divulgar os programas dos 32 partidos políticos brasileiros legalmente habilitados para as eleições de 2014. Para tanto, utilizaram-se como fontes documentais os *sites* oficiais das agremiações hospedados na internet.

No caso de ausência de informações, recorreu-se aos programas e estatutos partidários publicados no Diário Oficial (DOU) e no *website* institucional do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Todos foram acessados durante a primeira quinzena de dezembro de 2013.

Tendo em vista a objetividade e a economicidade, reuniram-se os artigos dos respectivos estatutos partidários que tratam especificamente dos ideários e objetivos, ordenados pelo critério das datas de obtenção do registro definitivo junto ao TSE. Para facilitar uma pesquisa mais exaustiva, disponibilizaram-se as referências (*links*) que possibilitam o acesso à íntegra dos estatutos partidários.

Observa-se uma relevante discrepância na extensão dos diversos programas partidários e isso se refletiu na quantidade de páginas dedicadas a cada partido político.

Ao final do volume, tabelas enfeixam alguns dados relativos à vida político-partidária brasileira nas últimas décadas, em especial um breve histórico da criação e do registro das legendas partidárias constantes no volume, bem como tabelas de suas bancadas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Partidos políticos brasileiros

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Número oficial da sigla partidária: 15

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 30/6/1981

Endereço na internet: <http://www.pmdb.org.br/>

Programa Partidário

(...)

Advertências do Passado

A história do Brasil contemporâneo é uma crônica de autoritarismo, ineficácia governamental, de exclusão e injustiça sociais insuportáveis. Mas é, também, o despertar de um povo, em meio a enganos e decepções, para uma exigência de cidadania, de igualdade e de justiça. Os filiados, militantes e líderes do PMDB invocam esse passado com uma só intenção: a de buscar nele algumas advertências.

A primeira lição decorre de um fato: as elites tradicionais não foram capazes de construir uma grande civilização democrática para todo o povo brasileiro. Daí o reconhecimento da primazia do povo, da organização e mobilização popular, como ponto de partida deste programa e como condição necessária para realizar as reformas que se impõem. O PMDB não quer ditar um modelo acabado, pois nada substitui a Sociedade. Ouvi-la é o primeiro passo para transformar em propostas políticas coerentes os anseios e reivindicações mesmo que estes, inicialmente, sejam formulados de modo precário ou sob inspiração corporativa. Esta transformação é tarefa precípua do partido político. A melhor maneira de realizá-la consiste em submeter as expressões da Sociedade

ao crivo das exigências da cidadania, em suas dimensões concretas: de trabalhador e produtor; de contribuinte; de consumidor; de usuário de serviços públicos; de sujeito de direitos e obrigações. O PMDB não abdicará da realização desta tarefa, de sua responsabilidade política, de sua vocação dirigente.

A segunda lição, decorrente da amarga experiência vivida sob o regime opressor, é a importância da organização dos partidos e das bases da sociedade. Sem organização popular e partidária, não há resistência eficaz contra o autoritarismo e o privilégio. Sem organização popular e partidária, os governos perdem-se no sectarismo, no voluntarismo das cúpulas partidárias ou no personalismo dos líderes. Sem organização popular e partidária, a democracia esvazia-se de vivência popular e a política não alcança os homens nas suas preocupações quotidianas, nem recebe deles inspiração orientadora. Sem organização popular e partidária, que lhe sirva de instrumento, não há distribuição da riqueza e da renda, nem se incentiva no indivíduo o sentido da cidadania.

A terceira lição vem da forte relação que existe entre a realização das aspirações populares e a existência do Estado democrático, no qual se devem assegurar condições para que a consciência cidadã se forme e permita o longo aprendizado coletivo das práticas organizatória e participativa, orientadas para a solução dos problemas nacionais. A defesa do Estado democrático pelo Partido garantirá, portanto, não só esse aprendizado, mas principalmente a soberania popular e nacional.

A quarta lição é a importância de uma atividade que enlace o partido às bases sociais e aos movimentos populares. Sob pena de se descaracterizar como o principal partido do movimento democrático brasileiro, o PMDB não pode retroceder e atuar apenas no âmbito parlamentar. Afinal, a vida democrática não se esgota no estabelecimento de regras formais que regem a relação entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O PMDB quer organizar e representar uma ampla base social: a grande massa trabalhadora urbana e rural, os quadros técnicos e profissionais liberais, os empregados dos escritórios e das empresas, os servidores públicos, os empresários e proprietários da cidade e do campo. Do Partido poderão participar todos os brasileiros que se identifiquem com este seu Programa, independentemente de sua condição social ou econômica.

A quinta lição é a de que os partidos políticos são indispensáveis à democracia. O pluripartidarismo é o sistema mais adequado para a expressão da heterogênea sociedade brasileira. O partido único ou o sistema bipartidário não são adequados. Por outro lado, a pulverização e a desagregação partidária que marcaram os últimos anos também são contraproducentes. Na prática, o sistema partidário brasileiro precisa de uma âncora: um partido que alcance um desempenho eleitoral da ordem de um terço, especialmente no Congresso Nacional, mas também no plano estadual e municipal.

A sexta lição é a da importância do realismo, da verdade e da honestidade no jogo político democrático. De nada adianta prometer o paraíso ao povo, se não se tem os meios para realizá-lo. De nada adianta os sofismas democratistas e retóricos, pois essas são as armas enganosas das oligarquias. Os princípios da honestidade, da verdade e do realismo, no entanto, levam sempre à racionalidade dos meios e dos fins, com a devida transparência e sobriedade.

A sétima lição vem da avalanche neoliberal que pretende destruir o Estado brasileiro em nome do ajuste interno e de um hipotético ingresso na modernidade. O PMDB não pretende, em absoluto, manter o Estado tal e qual ele se encontra, servindo aos interesses de uma minoria, marcado pela ineficiência das ações governamentais, pela irracionalidade administrativa. Mas também não concorda com a sua destruição. Reformar o Estado e a esfera pública é hoje um imperativo, sem o qual não será possível recuperar a legitimidade, a eficácia e a credibilidade das instituições diante do povo brasileiro. O que se busca é o Estado legítimo e necessário, desprivatizado e não corporativista.

A oitava lição é a de que manobras e pressões externas, às quais não temos conseguido resistir, têm dificultado a solução de problemas internos do País. Contrapondo-se a isso, o PMDB entende que é fundamental defender os interesses nacionais atingidos.

O PMDB é, portanto, um partido comprometido com a soberania nacional, com a busca da liberdade, com a organização popular, com a realização de uma sociedade mais equânime e com a verdade. Assume como seu o desafio contemporâneo: transformar em prática das massas os ideais de soberania, de liberdade, bem-estar social, igualdade de oportunidades e de participação nos bens materiais que a riqueza e o desenvolvimento do País já permitem.

Princípios Básicos

1. O compromisso fundamental do PMDB é com a democracia, princípio primordial e inarredável. A inspiração central do Programa do Partido sempre foi a de lutar pela democratização da vida brasileira nos planos político, social e econômico. A democracia é instrumento insubstituível para assegurar dignidade humana e justiça. É importante evitar retrocessos políticos, consolidar e aprofundar as conquistas democráticas.

2. O PMDB pretende continuar sendo a expressão política da maioria da população brasileira, oprimida e explorada por um regime econômico voltado para a satisfação de uma pequena minoria. Identifica-se, primordialmente, com as lutas e os interesses da grande massa dos marginalizados e excluídos.

3. O PMDB defenderá, intransigentemente, o interesse nacional, concebido como o interesse do povo brasileiro na preservação do território e da soberania nacional, no fortalecimento da autonomia cultural, da capacidade produtiva e comercial, e na defesa dos demais objetivos estratégicos do País.

4. O PMDB é um partido de massas, que continuará atuando, permanentemente, em todos os lugares onde os brasileiros moram e trabalham, e não somente nos Poderes Executivo e Legislativo. É uma organização que vincula os movimentos sociais e reivindicatórios à vida política sem tutelá-los.

5. O PMDB, dentro dos limites da sua linha programática, assegura a seus filiados liberdade de atuação no âmbito de suas atividades profissionais e de sua militância junto aos movimentos de massa. Os filiados ao PMDB terão representação nos órgãos que elaboram as políticas do Partido, as quais, livremente discutidas, quando aprovadas, deverão ser praticadas por todos.

6. O PMDB admite divergências entre seus membros e a existência de correntes de opinião, desde que estas não ponham em risco sua unidade, estrutura e sobrevivência.

7. Para o PMDB, o valor básico da vida social e política é a pessoa e sua consciência. Em nossa realidade histórica, é a população brasileira. O povo é o sujeito, o fundamento e o fim de todas as instituições e das medidas econômicas, sociais e políticas. Não pode ser considerado mero objeto, coisa ou instrumento da economia, do Estado, do partido ou do processo histórico. A pessoa,

cada pessoa, de qualquer condição ou estado, tem direito de ser considerada e respeitada em sua dignidade.

8. O PMDB, além de combater a discriminação por credo, ideologia, cor ou sexo, tem como objetivo fundamental a defesa das minorias, ressaltadas as culturas e direitos do índio e do negro, com os objetivos de extinguir a discriminação que ora sofrem e integrá-las no desenvolvimento da comunidade nacional.

9. O PMDB é intransigentemente a favor da vida e, por isso, tem posição firmada contra a pena de morte.

10. O PMDB considera que o trabalho é o fundamento da riqueza coletiva e que seus interesses se sobrepõem aos do capital. O emprego e o salário são critérios de decisão em relação aos investimentos públicos e, havendo alternativas mais eficazes para a geração de empregos, devem elas ser adotadas. A aplicação desse princípio contribuirá para uma distribuição equânime da riqueza nacional.

11. O PMDB defende a participação dos trabalhadores, dos sócios minoritários, e dos usuários nas empresas públicas e privadas, para o aumento da produtividade e melhoria da qualidade dos serviços e produtos.

12. Para o Partido, as empresas, estatais ou privadas, devem pautar suas estratégias de produção e gestão levando em conta o interesse público. As grandes concentrações de poder econômico devem estar sujeitas a um permanente controle democrático.

13. O PMDB continuará movendo implacável combate à corrupção e sonegação. Denunciará às autoridades competentes cada caso que lhe chegar ao conhecimento, para apuração da responsabilidade dos envolvidos. Apoiará também as iniciativas da comunidade em resguardo do erário e do interesse público.

14. O PMDB é um partido genuinamente brasileiro e popular. Ele foi o estuário da resistência democrática que retirou o Brasil da ditadura e o colocou na democracia. Hoje, o Partido continua sendo o veículo da mudança. A esperança não se chama mais anistia, nem Diretas-já ou Constituinte. O novo nome da esperança é desenvolvimento. Desenvolvimento quer dizer criação de empregos, desenvolvimento quer dizer salários dignos, desenvolvimento quer dizer multiplicação de empresas pela livre iniciativa. Desenvolvimento

significa assegurar o direito à educação e à saúde, o direito à habitação decente, o direito à segurança da vida e do patrimônio. Desenvolvimento, em suma, é a democratização das oportunidades de uma vida melhor.

Fundado nesses princípios, o PMDB apresenta a seguir as diretrizes para a construção de uma democracia que compatibilize liberdade, igualdade, desenvolvimento e justiça social, sustentados no trabalho, na credibilidade e na esperança.

Introdução – Novas diretrizes para um mundo em mudança

Nos primeiros anos da década de 80, a proposta política do PMDB, Esperança e Mudança, diagnosticou no distanciamento entre política e povo o maior problema da época a superar, e ofereceu a democracia como solução.

A luta pela democracia galvanizou a população na primeira metade dos anos 80, alimentando a expectativa de que mudanças na superestrutura política trariam como consequência imediata a solução dos problemas sociais. Ou seja, a democracia política foi considerada sinônimo de vida melhor, mas os resultados econômicos e sociais obtidos não foram tão positivos quanto a população esperava. Esse fato tem submetido a política e a própria democracia a grave processo de descrédito e desmoralização.

Urge barrar, portanto, a desqualificação da esfera pública através de reformas no pacto constitucional e de mudanças nos procedimentos e nas práticas políticas vigentes. É urgente reverter o processo de deterioração das condições de vida da maioria da população brasileira, um objetivo que se justifica por si mesmo, mas também com o propósito de se estancar a onda de desesperança que semeia dúvidas em relação à escolha de caminhos democráticos, envenena a vida política e invade inexoravelmente todos os espaços da convivência social.

Este Novo Programa Doutrinário do PMDB, elaborado de forma concisa e objetiva, identifica na defasagem entre poder político democrático e política econômica efetivamente praticada o grande problema a superar. O desafio está em como construir a saída para a crise e em como superar os problemas estruturais que tornam a situação presente, especialmente em relação a emprego e salário, inaceitável, em face da atrofia do mercado interno, do baixo

investimento, da insegurança quanto ao futuro da economia e da inflação. Desenvolvimento é a palavra-síntese para superar este desafio. Desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Expandir nossa capacidade produtiva e convertê-la em bem-estar para a maioria da população, com crescente controle popular sob os destinos do País.

Nos quatro capítulos seguintes, o PMDB repensa a questão democrática no contexto brasileiro.

O primeiro capítulo aborda as reformas político-constitucionais necessárias para a consolidação da democracia.

O segundo capítulo discute o Estado brasileiro, tendo como tema central o poder político democraticamente fortalecido.

O terceiro capítulo trata do desenvolvimento nacional pela via democrática, ou seja, não oligárquica nem corporativista.

Finalmente, o quarto capítulo fala do Brasil no mundo, centrando-se na questão da soberania sob as condições internacionais vigentes.

O complemento deste novo Programa Doutrinário será a elaboração das diretrizes para o Programa de Governo visando a coerência entre o discurso político e a atuação partidária, nos níveis de poder que sejam assegurados ao PMDB pelo voto popular.

1 – Reformas para Consolidar a Democracia

1.1 – Da Relação entre o Executivo e o Legislativo

1.1.1 – O PMDB tem compromisso com o resultado do plebiscito realizado no dia 21/4/93, quando o voto popular determinou a continuidade do Presidencialismo Republicano, nos termos da proposta apresentada pela Frente Presidencialista e, conseqüentemente, propõe um presidencialismo democrático em substituição à concepção autocrática, dominante entre nós até agora.

1.1.2 – Para tanto, o PMDB lutará por uma melhor distribuição nas competências legislativas entre a Presidência da República e o Congresso Nacional. Por um lado, lutará para restringir e definir com maior precisão as hipóteses em que o Presidente pode expedir Medidas Provisórias, para que seja revisto

o papel presidencial na iniciativa e no término do processo legislativo, e para que se reduzam as amplas delegações legislativas feitas pelo Congresso à Presidência da República.

1.1.3 – Por outro lado, o PMDB lutará pelo aperfeiçoamento do processo legislativo no âmbito do Congresso Nacional, de maneira a garantir, num ritmo adequado e com a profundidade requerida, a melhor elaboração das leis.

1.1.4 – Este aperfeiçoamento da relação entre o Executivo e o Legislativo levará a que o Presidente da República, que é Chefe de Estado, Chefe de Governo e Comandante Supremo das Forças Armadas, possa também voltar-se para as questões de interesse nacional no âmbito externo. As energias subjetivas e imperiais do Presidente voltar-se-ão para este espaço ainda pouco explorado pelo presidencialismo brasileiro e que só o Presidente pode ocupar. No fundo é isso que querem os democratas: que o Presidente da República seja verdadeiro estadista e não salvador da Pátria.

1.2 – O Sistema Federal

1.2.1 – No Brasil, federalismo quer dizer descentralização, ideia que melhor se adapta a um sistema democrático de governo e que melhor reflete as dimensões territoriais do País e sua história política. É importante que não haja superposição de atribuições. Tudo o que diga respeito à vida cotidiana do cidadão deve ser atribuição do município, cabendo aos Estados uma função complementar. Os encargos devem ser compatíveis com os recursos recebidos e a competência tributária de cada esfera. À União deve ficar reservada a competência para legislar apenas sobre princípios diretores.

1.2.2 – A distribuição das verbas aos estados e municípios deve obedecer a critérios absolutamente técnicos, previstos na Constituição e no Orçamento da União. Quaisquer outros gastos da União com macroprojetos prioritários e estratégicos de desenvolvimento devem privilegiar os subsistemas macrorregionais do País, obedecendo a uma sistemática de planejamento em todos os níveis.

1.2.3 – É preciso aperfeiçoar a Federação, devendo a autonomia dos Estados e Municípios significar a busca do equilíbrio, de modo a eliminar as proposições de separação do território brasileiro e a guerra fiscal entre eles.

1.3 – Sistema Administrativo

1.3.1 – O PMDB lutará pela racionalização da administração estatal e dos serviços públicos em geral, promovendo:

1.3.1.1 – a definição precisa e rigorosa das atribuições estatais visando o desenvolvimento brasileiro e dando relevância à função pública de planejamento do futuro do País;

1.3.1.2 – a adoção de mecanismos que assegurem a continuidade das iniciativas governamentais;

1.3.1.3 – a coerência funcional e organizacional do aparelho estatal;

1.3.1.4 – o restabelecimento de uma burocracia especializada, responsável e permanentemente reciclada;

1.3.1.5 – a total modernização dos órgãos públicos;

1.3.1.6 – a abolição dos privilégios corporativos e a valorização do servidor público, funcional e intelectualmente;

1.3.1.7 – a montagem de um sistema eficiente de avaliação de desempenho e de resultados.

1.3.2 – O PMDB lutará também para submeter a administração pública ao planejamento democrático de médio e longo prazo.

1.4 – O Judiciário

1.4.1 – No Estado de Direito as questões constitucionais são uma constante no dia a dia da sociedade. Por isso, o PMDB apoia a transformação do Supremo Tribunal Federal em Corte Constitucional, exclusivamente.

1.4.2 – O PMDB lutará por iniciativas destinadas a assegurar autonomia financeira ao Poder Judiciário, a desenvolver o juizado de paz e de pequenas causas em todo o País, a resolver a questão da falta de Juízes, a reduzir o número das instâncias judiciárias ou do cabimento de recursos, a permitir uma legislação processual estadualizada, a fim de acelerar a prestação dos serviços judiciais.

1.4.3 – O PMDB apoia a adoção de mecanismo de controle externo dos atos administrativos do Poder Judiciário e se recusa a apoiar qualquer interferência no mérito de suas decisões jurisdicionais.

1.5 – Representação Política, Sistemas Eleitoral e Partidário

1.5.1 – O instituto da fidelidade partidária é questão de princípio para o PMDB. O mandato eleitoral deve pertencer ao partido, perdendo-o quem o deixar ou dele for expulso em decorrência de violações ao Programa Doutrinário e aos Estatutos.

1.5.2 – O voto obrigatório deve ser mantido.

1.5.3 – O número de Deputados na Câmara Federal deverá ser fixo e sua distribuição proporcional à população de cada Estado. O equilíbrio da Federação faz-se pelo Senado Federal.

1.5.4 – O PMDB dará seu apoio à adoção do sistema eleitoral misto, que combinar em proporções adequadas o sistema distrital majoritário com o sistema proporcional.

1.5.5 – O sistema partidário deve manter o pluripartidarismo e estabelecer requisitos mínimos de participação dos partidos nas eleições e no Congresso Nacional.

1.5.6 – A legislação eleitoral deve ser consolidada no Código Eleitoral, para ter caráter permanente.

1.6 – O Financiamento dos Partidos e das Eleições

1.6.1 – O PMDB defende um sistema em que predomine o financiamento público, no qual o de origem privada, tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas, seja admitido às claras, em caráter suplementar.

1.6.2 – O PMDB lutará pela obrigatoriedade da contribuição da União para com o Fundo Partidário. O número de votos obtidos pelo partido na última eleição deve constituir a base para a distribuição dos recursos.

1.6.3 – O PMDB propõe que a propaganda pelo rádio e televisão continue gratuita e que as gravações sejam pagas pelos partidos.

1.6.4 – O PMDB preconiza o estabelecimento de limite de gastos nas eleições.

1.6.5 – O PMDB defende que a legislação estabeleça claramente a responsabilidade penal dos partidos e dos candidatos, pela violação das novas nor-

mas, em termos de multas significativas, de suspensão ou perda de acesso ao Fundo Partidário, de inelegibilidade, de perda de mandato e prisão. É preciso fixar também a responsabilidade penal dos doadores que não respeitarem os limites legais para contribuições ou as regras de transparência que forem adotadas.

1.6.6 – O PMDB é favorável à suspensão do sigilo bancário nas investigações contra partido político, candidatos e eleitos.

1.7 – Participação Política, Recrutamento e Legitimação

1.7.1 – Além do sufrágio universal e do voto secreto, a Constituição de 1988 consagrou os mecanismos de expressão da soberania popular: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Além disso, o PMDB entende ser desejável, a nível municipal, engajar o povo direta e sistematicamente na gestão dos negócios públicos. A prática de formas de democracia direta introduz um importante elemento de controle popular na gestão dos negócios públicos, controle que se tornará ainda mais necessário com o aumento das atribuições dos municípios.

1.7.2 – O PMDB entende que as mobilizações populares, “a voz e o sentimento das ruas” no dizer de Ulysses, são uma forma especial e legítima de participação e de autodefesa da sociedade, a exemplo das memoráveis campanhas das diretas e *pró-impeachment*.

1.7.3 – O PMDB promoverá recrutamento político-partidário entre trabalhadores e empresários, intelectuais e estudantes, mulheres, jovens e idosos, para adquirir maior representatividade e para influir na formação da cultura política dos cidadãos. O PMDB promoverá sistematicamente cursos de formação política de seus quadros.

1.8 – Moralização da Vida Pública

1.8.1 – No passado, a corrupção e os desperdícios governamentais foram acobertados pela censura e pela deficiência de procedimentos democráticos. O PMDB, condutor do processo de redemocratização do País, foi responsável,

sempre com o seu voto favorável, pela criação de condições e mecanismos para apurar as denúncias de irregularidades existentes e punir os responsáveis. O Partido continuará lutando pelo aperfeiçoamento desses mecanismos.

1.8.2 – É preciso realizar modificações de natureza estrutural para reduzir os espaços de corrupção que decorrem:

- a) da inflação, que quebra os valores éticos e morais da sociedade;
- b) da sonegação fiscal, que propicia a concorrência desleal, a obtenção de recursos para a prática de atividade ilícita e a consequente falta de recursos para o atendimento público das necessidades primárias da população;
- c) da concentração de renda, que abala o princípio da solidariedade humana;
- d) do descumprimento dos planos e programas de investimento público, especialmente em relação a obras, possibilitando decisões governamentais divorciadas do real interesse público;
- e) da normatização deficiente e da regulamentação caótica, que propiciam a geração de dificuldades e a venda de facilidades;
- f) do conceito ético deturpado de se levar vantagem em tudo;
- g) do sentimento de impunidade; e
- h) da centralização, do excesso de regulamentação e da perdulária e inconsequente burocracia.

1.8.3 – O PMDB entende que a demanda reformadora que vem da sociedade precisa ser plenamente correspondida, devendo estender-se a todos os aspectos da vida pública.

1.9 – Segurança Pública

1.9.1 – A questão da segurança pública aparece como prioridade em inúmeros relatórios de pesquisa. Os cidadãos já não toleram a condição de prisioneiros em suas próprias casas, suas favelas dominadas por comandos e controladas pela lei do silêncio. Caminhar pelas ruas, simplesmente, é fonte de insuportável ansiedade.

1.9.2 – Há clara consciência de que este quadro de deterioração tem a ver com a fome e a miséria, a destruição de valores sociais, a desobediência civil

associada aos desmandos do governo e à insensibilidade das elites. Mas, os grupos de extermínio, o crime organizado, especialmente os sequestros e o narcotráfico já representam, num crescendo, um desafio ao Estado. Este quadro configura um risco concreto à democracia brasileira e exige pronto posicionamento dos democratas, preservado o respeito aos direitos humanos.

1.9.3 – O PMDB apoia:

- a) combate determinado à violência, sobretudo ao crime organizado e ao narcotráfico, pela via da inteligência;
- b) revisão do sistema carcerário objetivando a recuperação dos detentos;
- c) revisão das organizações policiais, seleção e qualificação rigorosas, valorização profissional e recuperação da sua imagem popular;
- d) identificação e alteração dos dispositivos legais que propiciam morosidade e impunidade; e
- e) criminalização dos delitos de trânsito.

1.9.4 – Para o PMDB, a segurança pública é um encargo de polícia. Não é um encargo das Forças Armadas.

2 – O Estado Democrático Brasileiro

2.1 – Soberania e Estado

2.1.1 – Para os democratas, a soberania é um atributo, uma qualidade que o Estado-Nação não divide com qualquer outro agente da História Mundial. O instrumento da soberania nacional é o Estado. O exercício da soberania pelo Estado deve ter efetividade nas diversas dimensões da vida social, primordialmente nas esferas em que a interdependência e a globalização são mais fortes, como direitos humanos, ecologia e energia, inclusive nuclear.

2.1.2 – Realidade incontestável do mundo contemporâneo, o Estado é, para várias questões de interesse vital, a última instância de apelação, tanto interna quanto externamente. A construção da democracia, a realização de objetivos econômicos na lógica do capitalismo, a possibilidade mesma da convivência social, a paz e a guerra entre as nações, para citar alguns exemplos, demandam a existência do Estado e o controle social sobre ele.

2.2 – Estado e Monopólios

2.2.1 – O PMDB tem no princípio do monopólio a chave para se determinar, em qualquer situação e a qualquer momento, a extensão e limites do papel do Estado na vida nacional. O poder de monopólio se legitima pela sua essencialidade.

2.2.2 – Do Estado dependem todos os monopólios, inclusive o da propriedade privada, mas três são essenciais para uma nação realmente soberana e correspondem, grosso modo, às definições acima:

- 1) o monopólio sobre a defesa nacional;
- 2) o monopólio da codificação das leis e na realização da justiça; e
- 3) o monopólio sobre a moeda, que é o símbolo, por excelência, da soberania nacional. Outros monopólios do setor produtivo e de serviços poderão ser flexibilizados através de concessões.

2.2.3 – O PMDB adota uma concepção tripartite da realidade nacional, distinguindo nela uma esfera privada, uma pública e uma estatal. Na esfera estatal, o Estado exerce o monopólio sobre os serviços e bens que produz. Já na esfera pública, misturam-se iniciativas estatais sem caráter monopólico e iniciativas privadas. Na esfera privada predominam todas as iniciativas e liberdades da Sociedade Civil e, por isso mesmo, o PMDB considera que a existência de monopólios e oligopólios nesta esfera se contrapõe ao projeto do Estado democrático.

2.3 – Os Agentes Sociopolíticos

2.3.1 – A distinção institucional entre a Sociedade Civil e o Estado, ou entre a base e a superestrutura, é a característica principal das nações modernas.

2.3.2 – Muitos são os agentes da Sociedade Civil, dentre os quais duas categorias se destacam: os empresários e os trabalhadores. Na realidade brasileira de hoje, considerando-se a magnitude das tarefas a serem realizadas para a construção de uma grande Nação, o PMDB luta para que, ao lado dos conflitos naturais entre essas duas classes fundamentais, se estabeleçam pontos programáticos em comum indispensáveis ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural do nosso País.

2.3.3 – Dois são os agentes da superestrutura: os políticos e os intelectuais. Hoje o PMDB empenha-se em desenvolver entre esses agentes a consciência de que as divisões da sociedade civil são um pressuposto indispensável do Estado e, portanto, que a este compete coordenar as paixões sociais para assim viabilizar o desenvolvimento da vida nacional no competitivo concerto das nações.

2.4 – *O Estado Brasileiro*

2.4.1 – Na evolução do Estado Brasileiro notam-se influências de três vertentes ideológicas da política contemporânea: o corporativismo, o liberalismo e o socialismo.

2.4.2 – As marcas corporativistas têm sido fortes e, hoje, na complexa tarefa de recomposição democrática do Estado brasileiro, são dificuldades a vencer.

2.4.3 – Em segundo lugar vêm as marcas liberais, crescentemente promovidas por oligarcas coniventes com a absurda negação e desmonte do Estado brasileiro, ao partirem de uma visão caricatural do que realmente acontece em todo o mundo.

2.4.4 – As influências socialistas, bem mais fracas, quase que um contraponto às marcas das outras vertentes, associam-se, ora a componentes nacionalistas, ora internacionalistas, mas se somam sempre aos esforços pela defesa da democracia.

2.5 – *Os Democratas e o Estado Democrático*

2.5.1 – Conforme vimos na Introdução, o grande desafio para os democratas, e só para eles, está em realizar, através do seu poder político, uma política econômica que favoreça efetivamente a maioria, isto é, em promover o desenvolvimento integral e autossustentado, sob controle nacional e com ênfase no mercado interno.

2.5.2 – Esse problema não existe para os corporativistas porque a sua doutrina é a negação mesma da política como forma de resolução de conflitos. Ao contrário dos comunistas, que buscavam em tese a extinção do Estado e

das classes sociais, os corporativistas buscam o fortalecimento do Estado, bem como a segmentação e hierarquização da sociedade, com vistas a eliminar, não as classes, mas o conflito entre elas. A política, como um jogo aberto, é dessa maneira negada, sendo negada também a democracia, reduzindo-se ou eliminando-se, conforme ocorreu durante o regime militar, o espaço público.

2.5.3 – O problema também não existe para os liberais oligarcas porque, para eles, a incongruência entre poder político e política econômica, longe de ser um problema, é uma solução. Daí, ganham importância prática, entre eles, alguns expedientes tipicamente oligárquicos que são os sofismas e a impostura democrática. A trajetória dos liberais no Brasil está marcada por um progressivo afastamento dos ideais democráticos, temerosos que são da participação popular na política. Negaram sustentação à Constituição de 1946, aderiram a propostas de golpes contra as instituições, sustentaram, como coadjuvantes, o regime militar de 1964 e seus inúmeros desdobramentos. Por fim, não escondem sua satisfação com os (des)ajustes arquitetados para a economia brasileira no início dos anos 80. A partir da década de 90, os “neoliberais”, radicalizando a proposta liberal, promoveram o desmonte do Estado, a desorganização da atividade produtiva e a profunda deterioração das condições de vida do nosso povo.

2.5.4 – Qual haverá de ser, portanto, a saída para que os democratas possam fazer uma política econômica condizente com o seu poder natural? A solução está numa democracia abrangente, sustentada por um Estado soberano e protegido por um governo responsável para com a cidadania. Os democratas não buscam o fortalecimento do Estado em detrimento do jogo político, mas a ampliação do espaço público, onde os direitos e liberdades fundamentais do ser humano têm sua expressão.

2.6 – Democracia e Hegemonia

2.6.1 – Mais uma vez em nossa História estamos a enfrentar dificuldades internas de crescimento numa conjuntura desfavorável. Os acertos promovidos durante o ocaso do regime militar, feitos no fragor da onda neoliberal, intentaram o sacrifício do Estado. Mas o PMDB entende que somente através

de um Estado democrático e verdadeiramente soberano é que conseguiremos sair bem dessa crise secular. E o segredo do Movimento Democrático Brasileiro está hoje em promover, com os melhores elementos das quatro grandes categorias de agentes sociopolíticos, a formação de classes dirigentes em oposição às oligarquias.

2.6.2 – A diferença entre classe dirigente e oligarquia é fundamental. A verdadeira classe dirigente é capaz de definir objetivos de longo prazo para o país e de construir as instituições adequadas para o bem-estar da maioria. A oligarquia, ao contrário, é formada por grupos de indivíduos inseguros que estão sempre preocupados com seus interesses imediatos e pouco tempo gastam com os cenários de longo prazo.

2.6.3 – Implícita nessa luta perene entre democratas, oligarcas e aristocratas está uma visão da evolução política brasileira em três estágios. Houve, no primeiro estágio, ao longo do século XIX, o predomínio da monarquia imperial fundada na hegemonia da aristocracia sobre a oligarquia. No segundo estágio, ao longo deste século XX, houve o predomínio da república oligárquica, sem império mas fundada no conluio entre oligarcas e aristocratas para o controle dos democratas emergentes. No terceiro estágio poderá realizar-se finalmente, no século XXI, o predomínio da república democrática.

2.7 – Democracia e Cultura

2.7.1 – O PMDB tem confiança irrestrita na capacidade de criar e resistir do nosso povo e vê nas manifestações de cultura popular a certeza de um futuro autônomo da civilização brasileira.

2.7.2 – No período colonial, a cultura era transposta do contexto europeu e sobreposta à nascente sociedade brasileira, negando as referências culturais de índios e negros. Neste século, os períodos ditatoriais representaram interrupções às experiências culturais em curso, gerando descontinuidades, quebrando os fluxos de informação, impedindo a sedimentação cultural, especialmente da cultura política.

2.7.3 – Deve-se acrescentar o fato de que o Brasil se mantém aberto às informações e influências de todo o mundo, a modos de pensar, de sentir e de

agir, a propostas de organização da vida social as mais diversas. Os aspectos superestruturais da realidade brasileira ainda guardam uma grande distância em relação às realidades infraestruturais. As inúmeras manifestações culturais autônomas, ricas e presentes no seio do povo não chegam a realizar sua hegemonia.

2.7.4 – Esta distância está presente em nossa cultura política, está na raiz da desorientação e do analfabetismo que fundamentam os projetos e a atuação cotidiana dos políticos e do jornalismo; na pobreza do debate que se refugia em questões processuais e secundárias, no cultivo do paradoxo, do impasse ou de supostos impasses.

2.7.5 – Cabe ao PMDB, portanto, apoiar os produtores e a produção cultural, garantidas a abertura ao mundo e a liberdade interna. Apoiar as propostas de Educação associadas às instituições Escola e Universidade. Educação, qualificação das pessoas, produção de conhecimento são componentes básicos do novo desenvolvimento. Mas a tarefa principal do PMDB é, através de um debate permanente, contribuir para a elaboração da cultura política, trazer à luz os valores, interesses e aspirações sociais, acrescentar racionalidade e capacidade de construir alternativas em resposta às grandes questões do projeto nacional. Sobretudo, trata-se de levar toda a sociedade a um esforço coletivo de aprender e ensinar. O povo é o soberano. Temos de educar o soberano.

3 – Novo Modelo de Desenvolvimento

3.1 – As Nossas Revoluções Industriais

3.1.1 – O século XX ficará na memória nacional como o século das nossas revoluções industriais. Nas suas primeiras décadas, conseguimos instalar aqui os setores típicos da primeira Revolução Industrial, que transcorreram na Inglaterra, entre 1780 e 1830. Depois de 1930, com a produção de insumos básicos (aço, petróleo, química, energia hidroelétrica), bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos) e bens de capital, começamos a participar da segunda Revolução Industrial, como ocorreu nos Estados Unidos da América (1870-1890).

3.2 – O Desafio da Terceira Revolução Industrial

3.2.1 – No começo dos anos 80, quando entendíamos ter reduzido para quase zero a nossa defasagem histórica em relação aos países mais avançados, avultou-se por lá a terceira Revolução Industrial, com novas formas de organização do trabalho, com a informatização das fábricas e dispensa de mão de obra industrial, e com a globalização financeira.

3.2.2 – A grande dificuldade para o Brasil neste momento está no fato de que chegamos às portas da terceira Revolução Industrial quase junto com os países avançados. Anteriormente, não havendo sincronia, nossos esforços não configuravam uma competição direta, havendo espaço para cessão de tecnologia, ainda que obsoleta, compatível com o modelo de substituição de importações. Mas agora o Brasil está diante do desafio de realizar a terceira revolução industrial simultaneamente com os esforços dos países desenvolvidos, sendo, neste contexto, inevitável a competição direta por tecnologia e mercado.

3.2.3 – Indubitavelmente, a terceira revolução industrial ou revolução eletrônica cria enormes desafios para os Estados Nacionais. Entre outras coisas, ela dá novas garras à lógica do capital financeiro, desvia as atenções sociais da produção das coisas para a informação, privilegia a organização em detrimento da fabricação, e parece dar embasamento ao que já se tem chamado de setor quaternário da economia, no qual a mercadoria é o conhecimento.

3.3 – Economia e Soberania do Estado

3.3.1 – O contexto da terceira Revolução Industrial favorece os países desenvolvidos no cenário mundial, onde são atores privilegiados no processo de internacionalização da economia. O PMDB discorda da posição de que os grandes conglomerados e o capital financeiro, coordenados pelos organismos multilaterais, estão tornando os Estados Nacionais obsoletos. Os instrumentos de política econômica, fundamentados no princípio da soberania e sob o controle do Estado, continuam indispensáveis ao desenvolvimento, mesmo na lógica capitalista.

3.3.2 – Baseando-se, pois, numa visão de longo prazo, o PMDB não se deixa impressionar pela miragem do fim da soberania, mas procura entender sua verdadeira expressão nas novas condições tecnológicas. Aliás, o sistema mundial de Estados-Nação é fruto da globalização do capitalismo. Em todas as nações bem sucedidas, o Estado tem sido o grande instrumento regulador das atividades econômicas, estando a chave do sucesso na combinação de um máximo de competição com um máximo de planejamento.

3.4 – *A Solução Democrática para o Desenvolvimento*

3.4.1 – O modelo de desenvolvimento ora proposto pelo PMDB opõe-se ao padrão plutocrático que se impôs ao País a partir da década de 80, combate a perversa concentração de renda e recupera os aspectos positivos do desenvolvimento anterior, particularmente quanto à construção de um aparato industrial integrado e competitivo, gerador de produção e emprego.

3.4.2 – Se teve a vantagem de acelerar o processo de industrialização, o princípio da substituição de importações teve as desvantagens da heterogeneidade, replicando, dentro do nosso País, as defasagens históricas existentes entre ele e os países mais avançados. Já a solução oligárquico-liberal, baseada em superávits comerciais, teve por trás de si a lógica perversa do sucateamento modernizador, transferindo recursos dos setores mais atrasados para os mais avançados na nossa economia. Com isso, a onda de inovações técnicas e organizacionais continuou a difundir-se de forma limitada, quase que restrita apenas às grandes empresas engajadas no comércio exterior. Na ausência de um planejamento estratégico, que só um Estado soberano pode desenvolver, nosso parque industrial tornou-se, nesta última década, ainda mais heterogêneo. Diante disso, o PMDB defende:

3.4.2.1 – A economia brasileira deve operar enquanto economia mista, combinando-se ações públicas e privadas da forma mais eficiente para promover o desenvolvimento econômico, social e político do País.

3.4.2.2 – Direcionamento dos investimentos públicos para os setores considerados estratégicos ao desenvolvimento econômico equilibrado do País.

3.4.2.3 – Uma política de desenvolvimento autossustentado centrada na ideia de que o desemprego é, hoje, o nosso fator mais grave de poluição e degradação ambiental.

3.4.2.4 – O PMDB entende que as crises sucessivas que se abatem sobre o País se revelam de forma bem mais aguda nas megalópoles. Para aliviar as tensões ali presentes, o partido defende a interiorização do desenvolvimento, com programas de reforma agrária, com o fortalecimento da pequena propriedade e programas de eletrificação e telefonia rural; com apoio às pequenas e médias cidades através da regionalização de hospitais, escolas etc.

3.4.2.5 – O PMDB considera fundamental a proteção à empresa brasileira de capital nacional, sem embargo à entrada de capital externo que venha se associar ao projeto nacional de desenvolvimento.

3.5 – *Solução Democrática e Mercado*

3.5.1 – O PMDB constata que o mercado é uma realidade independente e anterior ao capitalismo como forma de organização da atividade econômica. Por isso mesmo, o conceito de mercado precisa ser resgatado do confuso debate ideológico das últimas décadas para tornar-se importante componente do projeto democrático. Nas democracias, mercado é um espaço para o exercício da cidadania, para a livre circulação de informações e para orientação das agências governamentais responsáveis pelo planejamento indicativo. É um espaço para a luta contra aquelas forças econômicas que, em nome da livre iniciativa, buscam o monopólio em prejuízo da sociedade.

3.5.2 – Para o PMDB, portanto, o poder público deve assumir uma posição de liderança na formulação técnica e na condução política das iniciativas necessárias à construção de uma economia capaz de contribuir na solução dos problemas internos e de apresentar-se à ordem econômica internacional de maneira autônoma e competitiva. Cabe ainda ao poder público, ouvida a sociedade, selecionar os bens e serviços que deverão ter sua oferta assegurada independentemente do jogo de forças do mercado.

3.6 – *Uma Nova Política de Renda*

3.6.1 – A redistribuição da renda sempre foi e continua sendo a grande meta do PMDB porque ao longo de toda a história do partido têm prevalecido políticas concentracionistas. A participação dos salários na renda nacional encontra-se hoje abaixo dos 30% quando, nos países desenvolvidos, essa participação é da ordem de 70 a 75%. No início dos anos 60, pouco antes de começar entre nós a marcha concentracionista, a participação dos salários na renda nacional era da ordem de 60%. Urge, pois, reverter o quadro atual de forma a alcançar aquele padrão mínimo no qual os trabalhadores tenham pelo menos a capacidade de consumir os bens que produzem.

3.6.2 – O PMDB entende que a melhoria salarial depende fundamentalmente da retomada do desenvolvimento econômico e da eliminação da inflação. Depende também de um esquema de relações trabalhistas com autonomia sindical, negociações coletivas e direito de greve. Depende ainda, e isso talvez seja o mais importante, de uma política de produção que nos aproxime o mais possível da condição de pleno emprego. Enquanto permanecerem as condições inflacionárias, o PMDB defenderá a reposição automática das perdas salariais, sendo que os ganhos reais de salário dependerão de negociações entre patrões e empregados.

3.6.3 – Enfim, o PMDB permanecerá ao lado dos trabalhadores para tornar realidade todas as propostas que impliquem melhoria efetiva do salário real, com aumento de seu poder aquisitivo, independentemente dos benefícios indiretos que possam decorrer da implementação das políticas sociais.

3.6.4 – A redistribuição de renda constitui um processo complexo e intimamente associado à estrutura produtiva. O PMDB tem plena consciência do paradoxo contido no processo de modernização capitalista, onde cada nova revolução tecnológica gera desemprego estrutural. Isso posto, torna-se indispensável o aumento na capacidade de tributação e de arrecadação do Estado, para que este possa atuar como um contrapeso compensador dos efeitos deletérios das modernizações, mantendo sua capacidade indutora de desenvolvimento gerador de empregos.

3.7 – *Integração e Descentralização do Desenvolvimento*

3.7.1 – O Brasil é um país de dimensões continentais com profundas disparidades regionais de renda e riqueza, mas de amplas potencialidades e oportunidades a serem adequadamente exploradas. Portanto, qualquer proposta de transformação estrutural da economia e da sociedade brasileiras deve, necessariamente, ser regionalizada.

3.7.2 – O Nordeste não pode ser visto como um problema mas como uma solução para o País. E cada região – o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste, o Sul e o Sudeste – deve ser explorada nas suas virtualidades produtivas e na busca de respostas aos seus problemas de fome e de miséria. No Nordeste, o imediato equacionamento do problema da “água para o povo beber”; a revolução da agropecuária pela irrigação; o aproveitamento do potencial agroindustrial e mineralógico, além da consolidação dos seus 14 polos agroindustriais, são compromissos objetivos do PMDB.

3.7.3 – O PMDB tem o compromisso de propor efetiva integração econômico-social da massa dos excluídos das regiões deprimidas do País, através de uma determinada, objetiva e competente política de desenvolvimento regional.

3.7.4 – Descentralizar o País a partir de uma política de municipalização representa a alternativa mais racional de propiciar grande mudança estrutural na sociedade brasileira.

3.7.5 – O Brasil só conseguirá reduzir as distorções econômico-sociais, as disfunções de um Estado envelhecido, e a distância que separa a ação de governo dos cidadãos beneficiários dessa mesma ação, a partir de uma política de descentralização das ações governamentais, aliando-se a tal política uma efetiva proposta de geração de emprego e renda, e uma opção objetiva pelos pequenos produtores e microempresários do País. Dessa forma, o PMDB defende a municipalização da microempresa como forma ideal e concreta de tornar efetivo o seu tratamento diferenciado previsto na Constituição.

3.7.6 – Municipalizar e optar pelos pequenos é o novo nome da moderna estratégia de desenvolvimento nacional.

3.8 – Política Industrial

3.8.1 – Para o PMDB, a política de desenvolvimento industrial requer hoje uma firme estratégia que interligue as metas perseguidas pelas diversas políticas setoriais, as fontes de investimentos, e as possibilidades das políticas instrumentais (cambial, fiscal, tarifária), e das políticas de fomento (crédito, incentivos, compras do Estado).

3.8.2 – Uma avaliação cuidadosa da indústria brasileira indica três situações básicas:

1) setores competitivos, como por exemplo o complexo papel-celulose, insumos básicos e processamento de minérios e metalurgia;

2) setores competitivamente deficientes mas potencialmente reestruturáveis, como é o caso de grande parte da metal-mecânica, segmentos da química, materiais para construção civil; e

3) o setor dos bens de capital e o complexo eletrônico, que precisam ser objeto de políticas especiais, com o objetivo da especialização seletiva nas linhas viáveis de produtos e serviços.

3.8.3 – Alguns princípios são fundamentais na política industrial do PMDB:

3.8.3.1 – Garantia de controle nacional sobre nossa economia.

3.8.3.2 – Mobilização das potencialidades internas, ou seja, das nossas próprias forças, sem recusar a contribuição internacional ao nosso desenvolvimento, desde que sob controle nacional.

3.8.3.3 – Definição do mercado interno como alavanca fundamental do desenvolvimento, ainda que sem abdicar do aproveitamento das vantagens do comércio exterior.

3.8.3.4 – A geração de empregos como aspecto indissociável da política industrial.

3.8.3.5 – A competitividade depende, cada vez mais, das condições contextuais sistêmicas, que configuram as possibilidades da ação empresarial, e da preparação da força de trabalho e do avanço tecnológico.

3.8.3.6 – Estabelecimento de uma política de ciência e tecnologia, com base em investimentos internos e na incorporação dos avanços da revolução cien-

tífico-técnica que ocorre no mundo, mas preservando os setores geradores de emprego.

3.8.3.7 – Adoção de mecanismos de proteção da indústria nacional até a efetiva conquista de competitividade internacional.

3.8.3.8 – Adoção de mecanismos que coíbam a concorrência predatória, como a organização de trustes e cartéis e a prática do “dumping”.

3.8.3.9 – Definição de que o desenvolvimento industrial não pode se fazer em detrimento da força de trabalho e da natureza.

3.8.4 – À luz desse quadro torna-se patente que a recomposição de um horizonte sólido de investimentos requer uma íntima articulação entre os setores público e privado, seja na definição das prioridades de investimento, seja na mobilização de fundos não inflacionários de financiamento.

3.9 – Política Agrícola

3.9.1 – O Brasil, sendo a maior fronteira agrícola do mundo e com climas diversificados, intensa solaridade, deve priorizar sua agricultura adotando uma política agrícola planejada, com investimentos maciços na pesquisa, extensão rural, agroindústria, cooperativismo e reforma agrária. Deve, ainda, incentivar a diversificação das atividades rurais, com investimentos em infraestrutura viária, armazenagem, eletrificação rural, transporte, saúde, educação, lazer e moradia.

3.9.2 – O PMDB defende uma política agrícola e rural de desenvolvimento autossustentado, com a qual a produção não resulte na degradação do solo e do meio ambiente, mas na conservação destes e na garantia de produção contínua para atender às necessidades das gerações vindouras. A terra é um bem da humanidade e do seu uso correto dependerá a vida de nossos descendentes.

3.9.3 – O PMDB lutará por uma nova política de crédito rural, com juros, prazos e demais condições compatíveis com a atividade rural, adotando a equivalência-produto como alternativa. Lutará também por um seguro agrícola que garanta os investimentos dos produtores rurais. O Partido lutará ainda por condições favoráveis no comércio internacional, contra práticas protecionistas.

3.9.4 – O PMDB defende a reforma agrária, objetivando a democratização da propriedade da terra, através de assentamentos em forma associativa, cooperativa ou propriedade familiar, garantindo o apoio oficial em todas as etapas do processo de implantação e nas diversas etapas da produção à comercialização. Complementarmente, o Partido defende o associativismo rural como forma de defesa e fortalecimento dos mais fracos, o equilíbrio nas relações de troca entre o valor da produção e o dos insumos.

3.10 – *Política Marítima*

3.10.1 – O Brasil, por sua posição geográfica e situação geopolítica em face do comércio internacional, tem no mar e nos elementos componentes das atividades marítimas recursos e instrumentos para alavancar boa parte do seu desenvolvimento. Os recursos vivos e não vivos do mar devem ser levantados e aproveitados; as atividades marítimas e conexas devem ser incentivadas.

3.10.2 – O Partido propugnará pela recuperação e pleno aproveitamento das capacidades do transporte hidroviário, tanto nas hidrovias interiores, quanto na cabotagem nacional, e pelo aumento da eficiência dos portos e terminais.

3.10.3 – Além disso, o PMDB considera que a capacidade de transporte marítimo próprio será instrumento de força para a presença do Brasil, nos mercados mundiais. Desse modo, o Partido incentivará a marinha mercante e a construção naval brasileiras, pelo menos até que se atinja um nível de participação de 40% da bandeira brasileira nos fretes internacionais de nosso interesse.

3.11 – *Previdência Social*

3.11.1 – O PMDB apoia a criação de um Conselho Superior para a administração da Previdência Social, integrado por representantes do poder executivo, do poder legislativo e dos segurados, da ativa e aposentados.

3.11.2 – Os recursos do sistema previdenciário devem ser utilizados exclusivamente para o pagamento das aposentadorias e pensões.

3.11.3 – As ações nas áreas de saúde e assistência social devem ser custeadas com recursos específicos, separadamente da previdência social, e transferidas para Estados e Municípios.

3.11.4 – O sistema previdenciário público deve ter caráter social, podendo ser complementado por sistemas de caráter mutualista e empresarial privado.

3.11.5 – Deve ser aperfeiçoado o controle operacional e contábil do sistema previdenciário, complementado por auditorias externas periódicas.

3.12 – Educação, Ciência e Tecnologia

3.12.1 – A inserção do Brasil no mundo moderno pressupõe o avanço científico e tecnológico que se obtém com oferta de educação pública e gratuita de qualidade conquistada e efetivada em todos os níveis.

3.12.2 – Para o PMDB, a qualidade e a equidade necessárias ao sistema educacional pressupõem a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, para que todos tenham satisfeitas suas necessidades de aprendizagem com vistas ao exercício pleno da cidadania, com garantia de atenção integral às crianças e aos jovens.

3.12.3 – O fortalecimento da educação será obtido mediante garantia dos recursos necessários a um desempenho escolar de qualidade, parcerias e compromissos entre a União, os Estados e Municípios, e as comunidades interessadas.

3.12.4 – As mudanças que se devem processar na educação exigem processo sistemático de avaliação do ensino em todos os níveis e uma solução estrutural para a questão universitária, visando à recuperação da qualidade do ensino, redirecionamento das áreas de formação e pesquisa e, sobretudo, à viabilidade institucional e à eficiência administrativa, onde se fazem necessárias.

3.12.5 – O acesso ao ensino universitário de graduação e de pós-graduação deve ser assegurado e todos que se mostrarem competentes para tal, independentemente de sua condição socioeconômica.

3.12.6 – Investimentos em educação são a grande responsabilidade do Estado para a obtenção de qualidade do ensino, financiamento à pesquisa, treinamento e elevação do nível de qualificação da força de trabalho. O PMDB

resgatará os percentuais determinados pela Constituição para manutenção e desenvolvimento do ensino e confiscados pelo Fundo Social de Emergência, votado em dezembro de 1993.

3.12.7 – O PMDB propõe apoio especial aos cientistas e pesquisadores atuantes no País e à formação dos futuros, de modo a assegurar massa crítica necessária ao progresso científico e tecnológico do Brasil.

3.12.8 – No campo da pesquisa e tecnologia, os investimentos devem ser direcionados para os setores produtivos nos quais o País reúne vantagens competitivas, seja por pré-condições naturais, pela incorporação de técnicas gerenciais e de processos, ou por decisões estratégicas – necessidade de reduzir dependência ou essencialidade de algum setor. O aproveitamento da biomassa, combustíveis de origem vegetal, biotecnologia, mecânica de precisão, álcool-química, química fina, fito-farmacologia, materiais básicos, novos materiais, informática e comunicações são prioridades que se impõem.

3.13 – As Finanças do Desenvolvimento

3.13.1 – A fragilidade do sistema de financiamento vem se constituindo no calcanhar de Aquiles da economia brasileira. A crise da dívida externa comprometeu gravemente a capacidade de geração de poupança do setor público. A inflação persistente e elevada bloqueou a oferta de poupança genuína por parte das famílias e empresas, aprisionando-as nas práticas defensivas e de curto prazo. As condições de prazo e juros dos empréstimos e financiamentos tornaram e tornam quase impossível a decisão de investimento. Nas circunstâncias atuais, a reconstituição de um sistema de financiamento de longo prazo, adequado em termos do custo do crédito, tem que estar solidamente fundada na geração de poupança por parte do Estado e de suas empresas. Ao mesmo tempo, deve ser estimulada a formação de fundos de pensão privados e públicos, que desempenham nos países desenvolvidos função crucial no financiamento ao investimento.

3.13.2 – É importante sublinhar que os países bem sucedidos em suas políticas de desenvolvimento jamais permitiram que o crédito ao setor industrial ou produtivo fosse contaminado pela oscilação da taxa de juros de curto prazo. Ex-

periências ocorridas em outros países mostram ser possível a existência de sistemas de crédito com características especiais, para a continuidade das estratégias de longo prazo, mesmo em conjunturas desfavoráveis. É preciso ter claro que o Brasil não pode prescindir do financiamento externo, que aliás sempre apoiou seu progresso econômico. Mas as virtudes do crédito externo serão maximizadas quanto mais sólida e eficiente for a estrutura doméstica de mobilização de recursos e, sobretudo, quanto mais racional e definida for a distribuição temporal dos projetos de investimento. Isto posto, o Partido entende como indispensável:

3.13.2.1 – o desenvolvimento de um sistema tributário capaz de sustentar a capacidade do Estado para gerir a moeda.

3.13.2.2 – um sistema financeiro em que estejam claramente definidas as atribuições do Banco Central nas relações com o Tesouro e com o sistema bancário privado.

3.13.2.3 – o reconhecimento de que, nos países menos desenvolvidos, o sistema público de financiamento é indispensável para os financiamentos de longo prazo.

3.13.2.4 – o fim da especulação financeira com a prática de uma política de juros baixos e a canalização dos recursos financeiros para as atividades produtivas, de infraestrutura e de caráter social. Nesse sentido, o Partido tem o compromisso de fazer respeitar o limite máximo de 12% ao ano na taxa de juros reais fixada pela Constituição Federal.

3.13.3 – O PMDB sustenta a necessidade de equilíbrio das finanças públicas, mas não aceita que esse equilíbrio tenha de se fazer, necessariamente, em nível tão baixo de receitas e despesas que não permita ao Estado desempenhar seu papel, não só de incentivador do desenvolvimento e de promotor da justiça social, mas também de mantenedor da ordem pública e de provedor de segurança contra ameaças externas à nossa integridade territorial.

3.14 – Dimensão Social do Novo Desenvolvimento

3.14.1 – Para o PMDB, a democracia proporcionará efetiva melhoria no dia-a-dia das pessoas, através de um tipo de desenvolvimento muito diferente do atual, que é sustentado pelo uso predatório dos recursos, pela exploração

de mão de obra abundante e barata, pela socialização dos ônus de construção e manutenção de infraestruturas, pelas manobras fiscais e, sobretudo, pela concentração de renda levada a limites extremos. Para realizar o desenvolvimento social, é necessário erradicar a miséria, incorporando os milhões de brasileiros deserdados aos frutos do progresso.

3.14.2 – Nossa sociedade é muito mais injusta do que pobre. É difícil combinar as realidades de 10ª economia mundial com um 70º lugar em desenvolvimento humano, medido a partir de níveis de educação, longevidade, poder de compra e capacidade de obter atendimento às necessidades básicas.

3.14.3 – Para que o desenvolvimento seja humano e represente real oportunidade para a população, o PMDB lutará pela formação dos agentes históricos capazes de compreender, definir e realizar, de modo participativo, o projeto comum de desenvolvimento, visando a valorização social do homem e que o beneficiário seja a população diretamente necessitada, passando pelo fortalecimento da família, base da sociedade, protegendo e respeitando as minorias que a integram.

3.14.4 – A mulher é a principal agente na promoção social da família, ocupando posição de destaque nos processos decisórios de todos os segmentos da sociedade, razão porque o PMDB considera seu engajamento político pleno indispensável para se alcançar equilíbrio e equidade no projeto de desenvolvimento nacional.

3.14.5 – Para o PMDB, o aprimoramento da população brasileira através do ensino público deve ser o principal compromisso ético do Estado democrático. Sem agentes sociopolíticos conscientes, críticos e criativos, não haverá história própria ou que valha a pena. A qualidade de nossa gente será a garantia da excelência da democracia e do desenvolvimento.

4 – O Brasil no Mundo

4.1 – *Inserção Competitiva na Economia Global*

4.1.1 – O Brasil está obrigado a pensar e agir na escala de suas dimensões continentais, assumindo-se como verdadeiro Estado-Nação, defensor de inte-

resses múltiplos e interlocutor numa malha complexa de relações, respondendo a uma conjuntura internacional mutante, muito mais sujeita à desordem do que a ordem e, mais do que nunca, dependente de ações regulatórias coordenadas entre Estados Nacionais, visando um grau mínimo de consenso, sob regras de convivência e estabilidade do sistema internacional.

4.1.2 – É indispensável a maior inserção política e econômica do Brasil no mundo, cabendo à diplomacia brasileira contribuir na fixação de objetivos, caminhos e modos, considerando a realidade de nosso País e os objetivos escolhidos pela Sociedade, ao invés das miragens projetadas por outros países. O Brasil procurará a concórdia e a paz, canalizando a favor de seu projeto nacional as vantagens decorrentes do natural exercício de sua soberania e das variadas possibilidades de cooperação, mas sem idealizá-las, e avaliando com rigor, a cada momento, o preço político e as condicionalidades que possam decorrer desta interação. Não existe oposição entre fortalecimento do mercado interno e ativa política de comércio exterior, mas o projeto de desenvolvimento deve comandar as exportações, e não o contrário.

4.1.3 – O PMDB considera indispensável a ativa e enérgica presença do Brasil na ONU, no GATT, no FMI, no Banco Mundial e outras agências internacionais, no Parlamento Latino-Americano, no Mercosul, no Pacto Amazônico, no Pacto Andino e em outras organizações e instâncias de âmbito regional buscando, acima de tudo, a solução negociada das questões internacionais e bilaterais. Mas estará permanentemente pronto a defrontar-se com as dificuldades que se anteponham ao seu projeto nacional, solidarizando-se com a luta similar de outros países.

4.1.4 – O Brasil deverá relacionar-se com os Estados Unidos, com os países que integram a Comunidade Europeia, o Japão, a China, buscando concretizar todas as possibilidades de cooperação e intercâmbio comercial, cultural e técnico. Ao mesmo tempo, o Brasil se posicionará contra deliberações destes e de outros países que possam significar excessos na defesa de interesses hegemônicos, medidas protecionistas ou discriminatórias.

4.1.5 – Os países da África e da Ásia, com atenção para a Índia, Angola e Moçambique, devem ser objeto de diplomacia especial, mesmo que seja desenvolvida tão somente em função de questões de seu (deles) estrito interesse.

4.1.6 – Cuba, África do Sul, Rússia, o Leste Europeu, os Bálcãs, o Oriente Médio, dentre outros, exigem do Brasil atenção especial, postura crítica em relação às deliberações das grandes potências e colaboração nos encaminhamentos que apontem esperança de solução dos conflitos.

4.1.7 – O PMDB considera que o Brasil deve explorar, como consta da Constituição, as possibilidades de integração, em bases preferenciais, no âmbito sul-americano. Deve o Brasil, nesse sentido, ter participação mais firme no Mercosul e no Pacto Amazônico. Esses dois esforços, abarcando as bacias do Prata e do Amazonas, são de valor estratégico vital para o Brasil.

4.1.8 – Para o PMDB, a prioridade maior deve ser a retomada do desenvolvimento nacional em bases realistas, ou seja, com o fortalecimento de sua própria economia e do seu mercado interno. Entretanto, o PMDB considera que a integração latino-americana contribuirá para estes objetivos, além de favorecer a formação de um importante polo econômico na região, bem como os laços de solidariedade entre nossos povos, preparando-nos para enfrentar a realidade de um mundo moderno, organizado em grandes blocos econômicos, liderados pelas grandes potências.

4.2 – *A Questão Nacional e da Paz*

4.2.1 – Na primeira metade do século XX, a política externa e de defesa do Brasil decorria de preocupações regionais na América do Sul. Depois da Segunda Guerra Mundial, prevaleceu o alinhamento com os Estados Unidos, num cenário bipolar consagrado pela Guerra Fria. Hoje, desarticulada a bipolaridade, o Brasil precisa repensar toda a sua política externa e de defesa, propondo-se novas hipóteses de cooperação e conflito. Neste novo cenário a multipolaridade é um fator a ser aproveitado.

4.2.2 – Muitos são os interesses no convívio internacional. O planeta Terra é finito e as Nações usam a ética da sobrevivência na captura dos recursos disponíveis, resultando daí um enfrentamento sempre difícil para os mais fracos. Nesse contexto, “só o poder controla o poder”, como nos disse Ulysses Guimarães. Existem grandes pressões sobre o Brasil em vários campos: nuclear, ecológico, tecnologia de ponta, informática, materiais sensíveis, reservas de

matérias-primas, passando por veículos lançadores de satélites, sistemas de propulsão nuclear para submarinos e a biodiversidade genética. Isso sem falar no contencioso econômico-financeiro, que tem ensejado ações verdadeiramente punitivas contra o nosso País.

4.2.3 – As pressões exercidas hoje sobre o Brasil não diferem, qualitativamente, das pressões já existentes no início dos anos 80. A participação do Brasil de maneira solidária, mas ao mesmo tempo competitiva, no cenário mundial, exige o fortalecimento da economia nacional, e uma postura de defesa dos interesses nacionais por parte do povo e do Governo. Essa postura exige não só o fortalecimento da democracia internamente mas também a transformação do Presidente da República num verdadeiro estadista internacional.

4.2.4 – Nesse contexto, os democratas reconhecem que as Forças Armadas são indispensáveis como instrumento de afirmação da independência e da integridade nacional e, portanto, fazem parte do projeto brasileiro de democracia e de desenvolvimento autônomo e sustentado. Em síntese, o PMDB considera que a defesa do Estado pressupõe a união de povo, governo e instituições nacionais. Assim, os democratas esperam das Forças Armadas: identificação com os objetivos e valores da sociedade, credibilidade bélica, adequada formação profissional, capacidade operacional para atuar em todo o espaço nacional, e participação no esforço de desenvolvimento tecnológico. Condições institucionais e materiais devem ser a elas garantidas, inclusive recursos orçamentários nunca inferiores a 1% do PIB brasileiro.

4.2.5 – A busca de um lugar condigno no mundo não significa que o Brasil tenta exercer uma influência acima de suas possibilidades. Mas não deve, pela subestimação de nossa capacidade de atuação ou pela superestimação do poder de outros países, apequenar-se na defesa dos grandes interesses nacionais, sobretudo quando os mesmos estiverem diretamente em jogo. Embora o PMDB não endosse posturas agressivas do Brasil no seu relacionamento externo, o Partido considera que seu objetivo estratégico deve contemplar o não perder, isto é, garantir os espaços já ocupados e seus desdobramentos naturais no futuro. Nosso espaço de atuação prioritária será naturalmente a América e o Atlântico Sul, mas não poderemos nos furtar a uma atuação extrarregional quando forem suscitadas questões que nos afetem de forma vital.

Publique-se.

Brasília, 15 de abril de 1996.

Fonte: site do PMDB <<http://pmdb.org.br/institucional/programa-partidario/>>.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Número oficial da sigla partidária: 14

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 3/11/1981

Endereço na internet: <http://www.ptb.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Título I

Capítulo I – Denominação, Sede, Duração, Finalidade e Princípios

Programáticos

(...)

Art. 2º O PTB tem por finalidade:

- I – impor-se como realidade social e política;
- II – influir na orientação política nacional, estadual e municipal, mediante organização do grupo social e a expressão da vontade popular;
- III – alcançar o poder político institucionalizado, objetivando a aplicação de seu programa de governo e de seu plano de ação parlamentar;
- IV – assegurar a autenticidade do sistema representativo;
- V – defender os direitos fundamentais da pessoa humana;
- VI – resguardar a soberania nacional, o regime democrático e o pluralismo político.

Art. 3º Para atingir seus fins, o PTB subordinar-se-á aos seguintes princípios fundamentais:

- I – harmonização da convivência entre o trabalho e o capital;
- II – promoção da justiça social, da distribuição de renda e da riqueza nacional;
- III – orientação por meio de programa de ação social, política e econômica de sentido nacionalista e democrático;

- IV – participação dos filiados nas atividades partidárias;
 - V – garantia da livre escolha de seus dirigentes, por meio de eleições periódicas;
 - VI – prevalência da vontade da maioria nas tomadas de decisão;
 - VII – liberdade de debate;
 - VIII – proteção ao direito de minoria;
 - IX – repúdio a qualquer forma de discriminação;
 - X – incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico;
 - XI – humanização dos processos de automação;
 - XII – prevalência dos direitos sociais e coletivos sobre os individuais;
 - XIII – democratização da propriedade rural;
 - XIV – qualificação do ensino e universalização do acesso à educação;
 - XV – defesa de um meio ambiente qualitativa e ecologicamente equilibrado.
- Parágrafo único.* Os princípios fundamentais expressos neste artigo não excluem outros decorrentes do Estado democrático de direito.
- (...)

Programa Partidário

I – No Aspecto Político

1. O respeito à Constituição, bem como a preservação da unidade nacional são, para o PTB, princípios essenciais, assim como o fortalecimento do regime federativo e a autonomia político-administrativa dos estados e municípios.
2. O PTB é um partido que defende o trabalho. É o partido dos que trabalham. Não é um partido classista.
3. O PTB considera a democracia como valor fundamental e defende:
 - a) voto direto, secreto e universal, extensivo aos analfabetos, e em todos os níveis;
 - b) pluripartidarismo;
 - c) respeito aos direitos e garantias fundamentais;
 - d) os direitos das minorias étnicas, religiosas e sociais;

e) direito à informação;

f) igualdade de oportunidades.

4. Considera como essencial ao aprimoramento da prática democrática a participação da juventude e de todas as formas de associações comunitárias e sociais que facilitem a prática política e o fortalecimento de todas as formas de associações.

5. Luta pela adoção de um sistema em que os mandatos pertençam aos partidos; considera essencial o princípio da fidelidade partidária, que deve ser aprimorado como instrumento adequado de disciplina.

6. O PTB entende o papel pedagógico de uma agremiação político-partidária, razão por que manterá seu instituto de estudos políticos e sociais como instrumento de conscientização e formação da cidadania.

7. Entende que a correta representação regional e proporcional fortalece a democracia, consolida os partidos políticos e aperfeiçoa a representação popular.

II – Nas Relações Capital-Trabalho

1. O PTB sustenta a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a sua convivência harmônica, bem como a superação das diferenças de classe, sem violência, através da melhor distribuição da riqueza e da promoção da justiça social.

2. Defende a participação do trabalhador nos lucros das empresas, principalmente dentro de um processo de cogestão que permita uma melhor distribuição de renda. É favorável aos contratos coletivos de trabalho, com o mesmo propósito.

3. Para o PTB, a empresa não é apenas um instrumento de produção de bens. Ela deve ter fins sociais e responsabilidades com seus trabalhadores e com a comunidade que os abriga.

4. A qualidade de produtos e serviços deve ser submetida a regras e limites. O PTB entende que ao Estado cabe o papel de proteger os direitos do cidadão, no sentido de que, como consumidor, ele é beneficiário de produtos de qualidade e menores custos.

5. O PTB é pela livre organização sindical. Não aceita a intervenção do Estado nas relações de trabalho, a não ser como instituição judicante nos dissídios que a livre negociação não consegue levar a termo.

6. O PTB defende a participação obrigatória de representantes dos trabalhadores nos colegiados de decisões de interesse nacional e nos organismos de gestões de fundos públicos com destinação social.

7. O PTB propugna pela reformulação, revisão e simplificação das leis trabalhistas, visando facilitar seu entendimento, aplicação e permanente atualização.

8. O PTB defende o direito de greve. Entende a greve como último e legítimo recurso da classe trabalhadora.

9. O PTB luta pelo constante aprimoramento profissional, educacional e cultural da classe trabalhadora. E também pela efetiva extensão dos direitos trabalhistas a todos os trabalhadores.

10. O PTB defende a modernização adaptando o Estado à globalização e à evolução tecnológica.

III – No Aspecto Social

1. A educação é prioridade nacional para o PTB. Direito de todos, como assegura a Constituição, é dever do Estado, a quem cabe proporcionar o ensino em todos os níveis, na escola pública, de qualidade, laica e gratuita.

2. O PTB reconhece o ensino privado como necessário e conjuntural, desde que mantido pelos seus próprios recursos.

3. São objetivos a serem alcançados na área da educação:

a) tornar efetiva a obrigatoriedade do ensino de primeiro grau a todos os brasileiros;

b) erradicação do analfabetismo;

c) incremento do ensino técnico, fundamental para o desenvolvimento nacional;

d) melhoria das condições de vida e trabalho dos professores;

e) elevar a qualidade da educação a fim de capacitar a força de trabalho para as tecnologias modernas.

4. A universidade brasileira é a vanguarda do processo de desenvolvimento científico e tecnológico, sem jamais perder a sua aplicação junto à população. O PTB entende que a ela sejam reservados recursos públicos suficientes e seja incentivada a obtenção de recursos de empresas, beneficiárias de sua atuação.

5. O PTB sublinha a obrigação estatal de apoiar o desenvolvimento cultural e democratizar os meios de acesso à cultura.

6. Para o PTB o Estado deve estimular e incentivar o esporte. Mas que seja diferenciado o esporte profissional do amador. O primeiro deve encontrar sua sustentação e seu desenvolvimento junto às leis de mercado, estruturando-se nos moldes da iniciativa privada. O segundo deve ser incentivado e estendido a todos os segmentos da população brasileira.

7. A saúde é dever fundamental do Estado e direito do cidadão. O PTB entende que o Estado deve canalizar recursos prioritariamente para as ações básicas de saúde.

8. Considera a Previdência Social um direito da cidadania. O trabalhador tem direito à Previdência, não por contratos específicos, mas por seu direito de cidadão. Ela deve ser descentralizada para se evitar o gigantismo e alcançar a todos com maior eficiência.

9. O PTB defende que a Previdência Social tenha uma gestão tripartida, com a participação do Estado, dos empresários e dos trabalhadores.

10. O PTB luta para que os recursos públicos disponíveis para a habitação sejam integralmente destinados a moradias para a população mais carente.

11. Ao atingir a terceira idade, o trabalhador deve ser assistido em todas as suas necessidades, ter cuidados especiais com relação à saúde e privilégios com relação aos serviços do Estado.

12. O PTB defende como prioritários os direitos da criança. Ao Estado compete garantir o seu bem-estar, desde a gestação, criando condições de acesso a todos os recursos de saúde, moradia, alimentação, vestuário e educação.

13 – O PTB combaterá de forma implacável a corrupção e o crime organizado.

IV – No Aspecto Econômico

1. O trabalho é a base do progresso econômico. Nesse sentido, o PTB defende um modelo econômico que viabilize a criação de empregos, o salário real crescente e a justa remuneração do capital.

2. O PTB defende incondicionalmente a existência de um salário mínimo digno, que atenda às necessidades básicas do trabalhador e de sua família e seja

suficiente para fazer frente às despesas de alimentação, habitação, vestuário, transporte, cultura e lazer.

3. Para o PTB, o Estado não pode ser inibidor da iniciativa privada. A empresa estatal deve se restringir a áreas onde não exista interesse por parte da empresa privada e àqueles setores considerados estratégicos.

4. Por outro lado, o PTB não aceita que a simples aplicação das chamadas leis de mercado seja suficiente para encaminhar a bom termo todas as questões, envolvendo desenvolvimento econômico, bem-estar da população e as tensões inevitáveis nas relações capital-trabalho. Ao Estado compete inibir e desestimular a ação nociva de cartéis, monopólios e oligopólios, assim como estimular a iniciativa privada a perseguir objetivos prioritários predefinidos.

5. O PTB reconhece a importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional. Para isso, a legislação que regulamenta a sua presença deve ser estável, assegurando-lhe a justa remuneração, impedindo abusos e disciplinando a remessa de lucros.

6. A questão da dívida externa só pode ser enfrentada considerando-se a capacidade de pagamento e prazos factíveis de amortização. A negociação da dívida não pode, em hipótese alguma, comprometer o desenvolvimento nacional e o bem-estar do povo brasileiro.

7. O PTB está historicamente comprometido com a luta por uma melhor distribuição da renda nacional, através de uma política tributária e fiscal mais justa e planejamento econômico voltado para a eliminação da pobreza e dos desníveis regionais e sociais.

8. O PTB apoia medidas voltadas para a abertura da economia brasileira, propondo políticas de liberação de importações de forma gradual e seletiva, resguardando-se os interesses da economia nacional.

9. O PTB propugna por uma melhor utilização das alternativas energéticas existentes, com investimentos em pesquisas, visando fomentar a criação de novas fontes.

10. Para o PTB, a reforma agrária é um instrumento de modernização da economia, devendo a questão ser encaminhada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) racionalização da produção rural;
- b) aumento da produtividade;
- c) ascensão econômica e social do homem do campo;
- d) atenção às peculiaridades geoeconômicas na implantação de políticas agrícolas;
- e) como forma de se impedir o crescimento das cidades brasileiras;
- f) melhor distribuição das terras e combate à propriedade improdutivo.

11. O PTB entende que a agricultura é prioritária em um país como o Brasil, com sua potencialidade e sua dimensão geográfica. A agricultura brasileira deve ser estimulada a buscar a competitividade expressa em produtividade; deve prioritariamente destinar-se à produção de alimentos como forma de fazer frente à fome.

12. A moderna agricultura tem que ser assistida com recursos de tecnologia, pesquisa e transporte. Deve ser fomentada a associação com a agroindústria e sua viabilidade regional, como forma de valorizar as pequenas e médias cidades.

13. Para o PTB, a agricultura, a ocupação e a exploração racional do território são questões interligadas. Desta forma, defende:

- a) Política Nacional Agrícola Permanente, com metas, objetivos, programas, prioridades, calendários e diretrizes gerais preestabelecidas;
- b) impostos diferenciados e regressivos para a exploração agrícola nas regiões menos desenvolvidas e para a cultura de alimentação básica;
- c) investimento do Estado em pesquisa agrícola e agroindustrial, de acordo com as culturas de interesse nacional, e fomento à iniciativa privada para investimentos em aprimoramento genético e técnicas agrícolas;
- d) acesso a crédito, acompanhado de assistência técnica, armazenagem, seguro e preço mínimo compensador nas culturas de alimentação básica;
- e) acesso privilegiado do homem do campo aos programas de habitação e saneamento.

14. O PTB entende o cooperativismo como um autêntico elemento de progresso econômico e social.

15. O PTB apoia medidas que visem criar condições econômicas favoráveis à geração de novos postos e promoção do emprego.

V – No Aspecto do Meio Ambiente

1. O PTB considera imprescindível que a exploração dos recursos naturais seja feita de maneira racional, estabelecendo-se o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente.

2. Fiel ao princípio do desenvolvimento sustentado, o PTB entende ainda que o meio ambiente e os recursos naturais constituem patrimônio do homem e defende sua exploração racional, de tal forma que sejam legados através das gerações.

3. O PTB atribui ao Estado a responsabilidade por um constante monitoramento ambiental urbano e rural.

4. O PTB atribui ao Estado, como um de seus deveres, a fiscalização de aspectos relacionados à ecologia humana. Vale dizer as questões mínimas de sanitariedade nos locais de trabalho e de moradia. E defende uma política de vigilância sanitária ativa e eficaz.

VI – Nas Relações Internacionais

1. A autodeterminação dos povos, a não intervenção e a não ingerência em assuntos internos de outros países e a solução pacífica dos conflitos definem a postura do PTB neste campo.

2. O PTB reconhece o estabelecimento de uma nova ordem mundial. E conclama o Brasil a usufruir de seus possíveis benefícios.

3. O PTB apoia todos os movimentos destinados a promover o desarmamento internacional e a eliminação dos arsenais nucleares.

4. O PTB apoia a integração econômica e cultural dos países em desenvolvimento e defende gestões para acelerar a integração com os países da América Latina e a formação de um mercado comum latino-americano.

5. O PTB sublinha a necessidade de ocupação ordenada das regiões de fronteiras e o aporte de recursos necessários para controle aéreo, malha viária e comunicações em geral, como forma de proteger a integridade do território nacional e desenvolver estas áreas.

Fontes: site do TSE, em <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-13-3-1999-resolucao-tse-no-20.2000>> e site do PTB <<http://www.ptb.org.br/?page=ConteudoPage&cod=325>>.

PDT – Partido Democrático Trabalhista

Número oficial da sigla partidária: 12

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 10/11/1981

Endereço na internet: <http://www.pdt.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Título I – Do Partido

Capítulo I – Dos Objetivos

Art. 1º O Partido Democrático Trabalhista – PDT – é uma organização política da Nação Brasileira para a defesa de seus interesses, de seu patrimônio, de sua identidade e de sua integridade, e tem como objetivos principais lutar, sob a inspiração do nacionalismo e do trabalhismo, pela soberania e pelo desenvolvimento do Brasil, pela dignificação do povo brasileiro e pelos direitos e conquistas do trabalho e do conhecimento, fontes originárias de todos os bens e riquezas, visando à construção de uma sociedade democrática e socialista.

§ 1º O Partido, como instituição, e seus filiados individualmente atuarão por métodos democráticos e pacíficos, ainda que, quando necessário, com indignação, rigor e energia, essencialmente na linha dos seguintes compromissos básicos:

- com a Nação e sua história de lutas pelo domínio de seu território e de suas riquezas e com o projeto de seu desenvolvimento pleno, capaz de afirmar sua soberania e independência;
- educação, causa de salvação nacional, prioridade das prioridades: alimentar, acolher e assistir a todas as crianças do País, desde o ventre materno; educá-las e escolarizá-las em tempo integral, sem qualquer tipo de discriminação;

- trabalho digno e assistência à saúde para todos os brasileiros;
 - salário justo para todos os trabalhadores, que têm o direito de serem os principais beneficiários dos frutos de seu trabalho;
 - defesa do patrimônio público e das riquezas nacionais. Estancar espoliação colonial a que está submetido o País e reverter as perdas internacionais da nossa economia. Resgate do patrimônio e reparação dos prejuízos e danos causados pelas concessões a grupos econômicos e pelas privatizações lesivas ao interesse público;
 - racionalizar e democratizar o Estado nacional brasileiro e a Federação, colocando-os a serviço dos interesses e direitos do nosso povo;
 - reorganizar a agricultura em torno da pequena e média propriedade e realizar a reforma agrária, aumentar a produção de tal modo a que não falem alimentos a nenhuma família brasileira;
 - lutar pela causa da mulher, do negro, do índio, dos jovens e dos idosos, sem qualquer forma de discriminação;
 - reformular o sistema financeiro para torná-lo instrumento de desenvolvimento nacional;
 - defender a dignidade da função pública, sob a inspiração da moral e da ética, com o objetivo de servir ao cidadão e prestigiar o servidor;
 - em defesa da natureza brasileira e por um meio ambiente sadio para a preservação da base biológica e do desenvolvimento autossustentado do nosso País;
- (...)

Programa Partidário

1 – Compromissos Prioritários

O primeiro compromisso é com as crianças e jovens de nosso país. Assistir desde o ventre materno, alimentar, escolarizar, acolher e educar todas as crianças no nosso país, com igualdade de oportunidade para todos, é a prioridade máxima do Trabalhismo Democrático. Salvar nossas crianças e adolescentes

é uma causa de salvação nacional. Como medida de emergência assegurará, gratuitamente, a todas as crianças, até dois anos de idade, um litro de leite diário.

O segundo é com os interesses dos trabalhadores, muito especialmente das grandes maiorias populares que, em todas as regiões brasileiras, vivem em diversos níveis de pobreza, de marginalidade, ocupando áreas improdutivas ou sendo cruelmente explorados em benefício de setores privilegiados. O caráter eminentemente popular do Democrático Trabalhismo se define, a partir de suas raízes e de uma atitude de inconformidade ante a miséria, a fome e o marginalismo de dezenas de milhões de brasileiros. Aqui, como em nenhuma outra causa, marcaremos nossa opção e autenticidade.

O terceiro é com a mulher, contra a sua discriminação propugnando por sua efetiva participação em todas as áreas de decisão, pela definição de seus direitos sociais, no emprego ou no lar, pela igualdade de remuneração e de oportunidades, de educação e formação profissional, acentuando a necessidade de que o país disponha, cada vez mais amplamente, de serviços de infraestrutura que venham aliviar a mulher, submetida, em uma alta percentagem, a duas jornadas de trabalho, a do lar e a do emprego.

O quarto compromisso programático é com a causa das populações negras como parte fundamental da luta pela democracia, pela justiça social e a verdadeira unidade nacional. Esse compromisso nós concretizaremos no combate à discriminação social em todos os campos, em especial no da educação e da cultura e nas relações sociais e de trabalho. A democracia e a justiça só se realizarão, plenamente, quando forem erradicados de nossa sociedade todos os preconceitos raciais e forem abertas amplas oportunidades de acesso a todos, independentemente da cor e da situação de pobreza.

O quinto compromisso é a defesa das populações indígenas contra o processo de extermínio físico, social e cultural a que têm sido submetidas ao longo de nossa história. O Trabalhismo Democrático assume, como um dos seus compromissos políticos fundamentais, poder lutar em defesa das populações indígenas, por direitos à autodeterminação como minoria nacional e à preservação de suas culturas, assim como ao uso dos recursos naturais necessários a sua sobrevivência e desenvolvimento.

O sexto compromisso programático é com a defesa da natureza brasileira, contra a poluição e a deterioração do meio ambiente resultante de uma exploração predatória, que ameaça destruir a base biológica de nossa existência, degradando cada vez mais a qualidade de vida do povo brasileiro. Depois de empobrecer radicalmente e destruir a fauna e a flora de todas as regiões brasileiras de antiga ocupação, agora ameaçam liquidar com a Amazônia, que é a nossa última reserva da natureza original. O Trabalhismo Democrático propugna por um movimento e uma legislação que defendam o ambiente natural do país e coíbam as diversas formas de poluição e pela implementação de um amplo programa nacional de descontaminação.

O sétimo compromisso é a recuperação para o povo brasileiro de todas as concessões feitas a grupos e interesses estrangeiros, lesivas ao nosso patrimônio, à economia nacional e atentatória a nossa própria soberania.

2- No Plano Político

2.1. Defesa da República, da Federação, do Regime Democrático Representativo com base no pluralismo partidário e na garantia dos direitos humanos.

2.2. Anistia ampla, geral e irrestrita, para todos os acusados de crimes políticos e correlatos, particularmente para os líderes sindicais e trabalhadores atingidos pelas arbitrariedades patronais e do Estado.

2.3. Plena liberdade de organização dos partidos políticos, sem qualquer discriminação ideológica ou de classe.

2.4. Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para instalar em toda a sua plenitude o Estado de Direito, o regime democrático representativo, os direitos fundamentais do povo e uma ordem econômica e social que atenda aos seus legítimos interesses.

2.5. Eleição para todos os níveis, pelo sufrágio universal, direto e secreto, com a extensão do direito de voto aos analfabetos, coibindo, mediante legislação adequada, a intervenção do poder econômico e da máquina do Estado no processo eleitoral. Representação política, em todos os níveis, para Distrito Federal, Territórios e Municípios, considerados de segurança nacional.

2.6. Liberdade de associação, reunião e imprensa, com a revogação das leis autoritárias, tais como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e quaisquer outras que restrinjam as liberdades políticas, assegurando plenamente o direito de informação e o acesso dos partidos, sindicatos e outras organizações civis aos meios de comunicação.

2.7. Extinção dos órgãos de repressão política.

2.8. Liberdade de consciência e culto, igualdade de direitos políticos e civis para ambos os sexos, eliminando-se toda e qualquer discriminação à participação da mulher nos vários setores de atividades e decisão.

2.9. Rigorosa legislação que impeça qualquer tipo de discriminação racial, assegurando aos vários grupos étnicos que compõem a Nação Brasileira, sua plena integração na sociedade, com a preservação e promoção de sua identidade cultural.

2.10. Liberdade e autonomia sindicais, derrogando toda a legislação que limita o direito de organização dos trabalhadores e assegurando plenamente, o direito de greve.

2.11. Reconhecer todas as formas de auto-organização da sociedade.

2.12. Liberdade de cátedra, pesquisa e defesa da autonomia das universidades.

2.13. Reconhecer as Forças Armadas como instituição nacional permanente, sob o comando supremo do Chefe do Poder Executivo, organizadas profissionalmente sobre os princípios da hierarquia e da disciplina, com a função de manter a integridade territorial do país e a soberania nacional, contribuindo para a emancipação econômica do Brasil.

2.14. Exame, pelo Congresso Nacional, de todo e qualquer acordo e tratado do Poder Executivo com grupos, entidades e nações estrangeiras. O PDT exigirá a divulgação à Nação do Acordo nuclear entre o Brasil e Alemanha, assim como outros do mesmo gênero.

3 – No Plano Econômico

Elaboração do plano de desenvolvimento nacional de modo a promover a emancipação econômica do país, assegurando, dentro de um regime de ga-

rantia do trabalho, a satisfação prioritária das necessidades básicas do povo brasileiro, o que se realizará fundamentalmente através das seguintes medidas:

3.1. Obtenção do pleno emprego através da intervenção do Estado na política de investimento, de forma a mobilizar todos os recursos nacionais, com ênfase especial na utilização da força de trabalho, como fonte geradora do progresso.

3.2. Aumento substancial do salário mínimo de forma a assegurar que o poder de compra do trabalhador lhe garanta, e a sua família, condições dignas de vida. Redução das desigualdades salariais; reajustamento dos salários, segundo o aumento real do custo de vida calculado através de critérios elaborados com a participação das entidades de classe ou representantes dos trabalhadores e os ganhos de produtividade; efetiva extensão do salário mínimo profissional aos trabalhadores rurais; salário mínimo profissional; piso salarial e escala móvel de salário.

3.3. Política global de redistribuição de renda que elimine as violentas desigualdades sociais e regionais do atual sistema, através das políticas salariais de preços, de investimento e fiscal, através da subordinação da propriedade ao interesse social.

3.4. Combate ao colonialismo interno, eliminando a espoliação de umas regiões por outras, a concentração industrial e urbana que ameaça a federação, promovendo o desenvolvimento prioritário das regiões economicamente marginalizadas, sobretudo o Norte e Nordeste.

3.5. Combate à inflação através de uma política de austeridade que não recaia sobre os assalariados, mas incida sobre: os lucros exorbitantes do grande capital; os gastos supérfluos do poder público; a corrupção; os subsídios e favores às grandes empresas; a manipulação dos preços pelos monopólios; a especulação financeira e imobiliária; o pagamento de juros, royalties, lucros e dividendos às multinacionais; as especulações e fraudes ligadas ao comércio exterior e relações financeiras e intercâmbio com o exterior.

3.6. Democratização do uso e posse da terra através de uma reforma agrária que, atendendo às diversidades regionais, assegure o acesso e a posse da terra aos que nela trabalham: crie formas associativas de exploração agrícola tais como a cooperativa e a propriedade familiar; nacionalize as empresas agríco-

las e agroindustriais na mão dos grupos internacionais, tais como o Projeto Jari. Estabelecimento de uma política agrícola que apoie técnica e financeiramente o pequeno e médio agricultor, favoreça a expansão da agroindústria nacional, elimine o açambarcador, crie um sistema direto de armazenamento e transporte para o produtor e assegure um preço mínimo compensador aos produtos agrícolas protegendo e estimulando as culturas agrícolas necessárias ao consumo popular e à indústria nacional.

3.7. A orientação da produção industrial e agrícola, prioritariamente, para a satisfação das necessidades populares de alimentação, habitação e vestuário e para a produção interna dos bens de capital que garantam o desenvolvimento independente da nossa economia. A política industrial agrícola deverá completar-se com um plano nacional de abastecimento que assegure o suprimento de produtos básicos a preços compatíveis com o poder aquisitivo dos assalariados e estabeleça as insuficiências para orientar as importações e os excedentes a serem exportados.

3.8. Combate aos monopólios e suas práticas lesivas, como a elevação injustificável de preço, através de uma legislação antitruste que seja cumprida com o apoio das organizações e associações dos assalariados e consumidores.

3.9. Estabelecimento de uma política energética fundamentada nos recursos internos do país, no desenvolvimento de uma tecnologia que defenda o ambiente e a saúde da população para a utilização de formas alternativas de energia. O desenvolvimento da pesquisa e da aplicação da energia nuclear deve atender unicamente a fins pacíficos e preservar a ecologia.

3.10. Implantação de um plano nacional de ciência e tecnologia apoiado na comunidade científica nacional e que atenda às necessidades tecnológicas do país, em particular da empresa pública e nacional, só recorrendo à tecnologia externa em caráter supletivo, sem condições leoninas de ferir o processo de emancipação econômica do país e as exigências da igualdade social previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento.

3.11. Definição de uma política nacional de transportes que diminua a dependência do petróleo, fortalecendo o transporte ferroviário e hidroviário, que elimine os desperdícios na circulação de mercadorias e favoreça o transporte coletivo.

3.12. Organização da economia nacional com base na coordenação e planejamento dos setores público, privado, cooperativista e sob novas formas de propriedade social:

a) Ao setor público se reservará a propriedade dos ramos estratégicos da produção (tais como a energia elétrica, a siderurgia e suas matérias-primas, o petróleo e seus derivados, a indústria química e a farmacêutica, os recursos minerais escassos, materiais bélicos, as redes de comunicação, os sistema bancário e financeiro, os serviços urbanos básicos, o comércio exterior). Os trabalhadores terão participação na gestão da empresa pública e esta deverá estar submetida ao controle democrático dos órgãos de representação popular.

b) A empresa privada estará condicionada ao interesse público. As pequenas e médias empresas serão estimuladas com o apoio financeiro e técnico que favoreçam sua produtividade e as defendam dos interesses monopolistas.

c) As cooperativas verdadeiramente associativas e as novas formas de empresa social, como, por exemplo, a de autogestão e as familiares, serão estimuladas e apoiadas de forma prioritária com financiamento e assistência técnica.

3.13. A presença e a ação do capital estrangeiro deverão ser disciplinadas por legislação que estabeleça rigorosamente sua admissão somente em casos especiais e que defina os setores onde sua participação se faz em caráter obrigatoriamente minoritário. O retorno desse capital, a remessa de lucros, os pagamentos de *royalties* e serviços técnicos serão igualmente regulados, proibindo-se os reinvestimentos como fonte de recurso de lucros. Serão nacionalizados os setores estratégicos da economia brasileira que foram entregues ao capital multinacional.

3.14. O endividamento externo será estancado ao se aplicar uma política de desenvolvimento orientada prioritariamente para as necessidades básicas do nosso povo. A atual dívida externa será administrada de acordo com as disponibilidades cambiais do país.

3.15. A política tributária terá caráter redistributivo da renda e da promoção do desenvolvimento, gravando em primeiro lugar, o patrimônio improdutivo e o capital, coibindo os lucros extraordinários e as rendas elevadas e dando prioridades aos impostos diretos sobre os indiretos.

Eliminar-se-á o abuso dos subsídios e incentivos fiscais proibindo-se sua concessão às empresas estrangeiras. Os incentivos fiscais deverão orientar-se basicamente ao apoio das empresas públicas ou de propriedade fiscal.

3.16. A formulação da proposta orçamentária, como instrumento fundamental da planificação, deverá ser precedida de um amplo debate público, definido por iniciativa do Executivo com exame e aprovação do Legislativo. O gasto público deverá atender aos interesses do desenvolvimento econômico nacional e às prioridades do desenvolvimento social.

3.17. Fortalecimento dos Estados e Municípios mediante devolução de sua capacidade arrecadadora com o objetivo de assegurar efetiva descentralização do poder nacional.

3.18. Participação acionária dos trabalhadores nas empresas, através de fundos de participação constituídos por recursos oriundos de incentivos fiscais e de outras fontes, como PIS/PASEP.

4 – No Plano Social

4.1. O trabalhismo quer a imediata elaboração, com efetiva participação das entidades sindicais, do Código do Trabalho, no qual sejam consagrados os princípios fundamentais do direito social moderno, destacando-se:

a) Liberdade, autonomia e unidade sindicais, com a criação de uma central única dos trabalhadores.

b) Direito de greve.

c) Livre negociação coletiva de trabalho entre empregadores e empregados.

d) Eliminação gradual do Imposto Sindical.

e) Remuneração, vantagens e direitos idênticos para iguais empregos ou funções, exercidos em igualdade de condições. Esta forma deverá aplicar-se tanto na esfera Federal, como na Estadual e Municipal, a empregados de empresas privadas ou servidores públicos.

f) Rigorosa legislação para a prevenção de acidentes e segurança do trabalho que assegure melhores condições do mesmo.

g) Representação sindical dentro da empresa, através de delegados ou comissões de empresa.

h) 13º salário para o funcionalismo público e outras categorias que não o recebem.

i) Compatibilização do sistema de FGTS com o instituto da Estabilidade para eliminar a rotatividade da mão de obra e a discriminação etária.

j) Jornada de trabalho de 40 horas semanais, a fim de combater o desemprego e aumentar o tempo livre do trabalhador.

l) Proteção especial ao menor e à mulher que trabalham.

– Seguro desemprego.

4.2. Reforma da Justiça do Trabalho, objetivando:

a) Devolução das prerrogativas da Justiça do Trabalho, principalmente, da competência normativa.

b) Fixação de competência para conciliação e julgamento dos conflitos trabalhistas entre empregados e empregadores do setor privado ou público.

c) Aumento do número de Juntas de Conciliação e Julgamento para as áreas urbanas e criação para as áreas rurais.

d) Ampla reforma administrativa interna da Justiça do Trabalho para aprimorar e dinamizar o seu funcionamento.

4.3. Reestruturação de todo o sistema previdenciário do país, com a finalidade de:

a) Entregar sua administração aos trabalhadores.

b) Descentralização na prestação dos serviços da previdência social para atender melhor aos assegurados.

c) Equiparação dos reajustamentos dos valores dos benefícios da previdência social, com as correções e aumentos concedidos aos trabalhadores em atividade, a fim de eliminar as injustiças que, hoje, sofrem os aposentados e pensionistas.

d) Extensão do sistema da previdência social a todos os trabalhadores, particularmente ao trabalhador agrícola.

4.4. Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação e da estrutura do Banco Nacional da Habitação, com o objetivo de:

a) Impedir a utilização dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação para o financiamento de unidades residenciais luxuosas que beneficiam apenas as camadas de alta renda.

b) Financiar a aquisição da casa própria apenas para os assalariados e funcionários públicos a custos financeiros e prazos compatíveis com a remuneração dos beneficiários.

4.5. Assegurar a proteção à infância proporcionando-lhe alimentação básica, merenda escolar, educação gratuita, assistência médica e hospitalar. Como medida de emergência, será assegurado, gratuitamente, a todas as crianças até dois anos de idade, um litro de leite diário.

4.6. Reforma urbana, baseada na planificação de conjunto dos assentamentos humanos que se ajuste a um novo projeto nacional de desenvolvimento que atenda às necessidades do povo. Esta planificação não poderá nunca assumir uma forma tecnocrática, mas, pelo contrário, deverá articular-se com as organizações populares, visando aos seguintes objetivos:

a) Dar à propriedade urbana um sentido social.

b) Criar condições habitacionais dignas para os trabalhadores.

c) Estabelecer o primado do transporte coletivo sobre o individual.

d) Promover a descentralização dos aglomerados urbanos mediante a construção de cidades racionais e humanamente planificadas, a combinação harmoniosa entre as zonas de produção e habitação, a eletrização das zonas rurais e a localização racional das zonas industriais.

e) Criar e desenvolver as infraestruturas urbanas fundamentais; água potável, rede de esgotos, eletrificação, centros de abastecimento, serviços médico-hospitalares, escolas, sistemas de transportes, áreas de lazer e programas culturais.

4.7. Uma política de prevenção do crime, de caráter social, que ataque as causas reais da criminalidade provocada pelo desemprego e pela miséria. Humanização do sistema penal e carcerário que tenha como objetivo a reabilitação social dos penitenciários. Controle público dos órgãos policiais para impedir os abusos de autoridade, a corrupção e a violência.

4.8. Defesa da criança contra os maus-tratos e a violência de toda ordem.

4.9. Estabelecimento de um sistema de creches a jardins de infância que liberem a mulher trabalhadora.

4.10. Redefinição da política de saúde com base na predominância da medicina preventiva na participação dos organismos populares na fiscalização, controle e gestão dos sistemas de saúde.

5 – Educação e cultura

5.1. Promover a escolarização de todas as crianças em idade escolar.

5.2. Erradicação do analfabetismo.

5.3. Promover uma reforma educacional que assegure o ensino gratuito a todos os níveis e permita reorganizar a rede escolar pública com base nas seguintes proposições:

a) Criação progressiva e intensiva de uma nova rede de escolas públicas e gratuitas para os filhos dos trabalhadores.

b) Reorganização da rede pública de ensino médio para que ela se capacite para matricular todas as crianças que concluíam o ensino primário.

c) Ampliação das instituições de ensino superior, a fim de acabar com a privatização e garantir matrícula a todos os jovens que completarem o curso médio.

d) Completar o ensino gratuito com a concessão de bolsas que garantam a sobrevivência do estudante pobre durante sua formação escolar.

e) Vinculação da educação com a formação profissional, a pesquisa e o trabalho, que assegure a ligação entre a formação teórica e a prática.

5.4. Implantação de um plano nacional de promoção da cultura que permita ao povo trabalhador o acesso à ciência, à arte e à literatura. Desenvolvimento de bibliotecas, centros culturais.

5.5. Criação do efetivo Plano Nacional de Alfabetização de Adultos.

5.6. Política cultural que favoreça a criação artística nacional, defenda e garanta os direitos do autor brasileiro, proteja e estimule os artistas e demais valores culturais do nosso povo.

6 – No Plano Internacional

6.1. Manter relações com todos os países com base nos princípios da autodeterminação, não intervenção, coexistência pacífica, cooperação econômica e não alinhamento.

6.2. Oposição ativa ao colonialismo e ao neocolonialismo, às políticas de discriminação racial e ao imperialismo sob todas as suas formas.

6.3. Luta contra o rearmamento que propugne a redução de todos os arsenais de guerra e se oponha terminantemente ao uso de energia nuclear para fins bélicos.

6.4. Defender os direitos humanos em todo o mundo, reconhecendo autoridade à ONU para coibir, sem o emprego da força, a violação de tais direitos por parte dos países-membros.

6.5. Fortalecer as relações com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento da América Latina. E da África em particular.

6.6. Propugnar pela efetivação do Mercado Comum em toda a América do Sul.

6.7. Reivindicar uma nova ordem econômica internacional que assegure a defesa dos nossos recursos naturais e humanos, a proteção de nossas exportações, e existência de relações financeiras justas, o acesso a todas as conquistas científicas e tecnológicas da humanidade, e a garantia de uma participação igualitária nos organismos internacionais.

6.8. Lutar pela unidade e independência dos países latino-americanos, objetivando a conquista e a consolidação da democracia por meio da solidariedade com as lutas de seus movimentos populares e o apoio a todas as reivindicações fundamentais de seus povos, desenvolvendo no plano econômico, relações destituídas de pretensões hegemônicas de qualquer ordem.

6.9. Desenvolver relações especiais com os países africanos, particularmente com os de expressão portuguesa, com o objetivo de aprofundar os laços culturais e a unidade na luta pela emancipação econômica e social. Combater todas as formas de relacionamento com estes países baseadas em política de expansão econômica que podem ocultar novos projetos de penetração neocolonial.

6.10. Apoio incondicional à luta pela independência de todos os países ainda submetidos à condição colonial.

Fontes: site do TSE, em <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-27-8-1999-resolucao-tse-no.2000>> e em <<http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/programa>>.

PT – Partido dos Trabalhadores

Número oficial da sigla partidária: 13

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 11/2/1982

Endereço na internet: <http://www.pt.org.br/>

Manifesto e Programa Partidário

(Publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980)

Manifesto

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiro de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

Nascendo das Lutas Sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar

por melhores condições de vida para a população das cidade e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

Por um Partido de Massas

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na História brasileira, veem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema

capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um Partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. E consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Pela Participação Política dos Trabalhadores

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia aos privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos, e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.

Lutará por sindicatos independentes do Estado como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do País. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular fundada nas organizações de base para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é povo e, por isso, sabem que o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

Programa

Um número cada vez maior de trabalhadores vem sentindo a necessidade de construir um novo partido político – o Partido dos Trabalhadores (PT) – para conseguir novos avanços em suas lutas. Um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós, para travar nossas lutas.

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas nas épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua

existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o Partido dos Trabalhadores (PT) é diferente também por causa de seus objetivos políticos. Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base.

Por todas essas razões, nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores. Lutas que não começam hoje nem começaram ontem, mas que deram importantes passos nos últimos anos, impondo a necessidade de unificar os movimentos que ocorrem em diferentes fábricas ou bairros populares, em diferentes categorias profissionais e em diferentes regiões do País. A experiência adquirida no curso das lutas recentes mostrou, além disso, aos trabalhadores que suas lutas específicas, por mais amplas que sejam, não asseguram a realização de suas conquistas devido à centralização do poder de decisão política. Os trabalhadores compreenderam então que isto só pode ser conseguido através de sua própria participação política no processo de decisão.

Somente esta participação política unificada e seu direcionamento contra o atual regime permitirão transformar a infinidade de movimentos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos em uma força verdadeiramente expressiva em nossa sociedade. É para isto que os trabalhadores precisam de um partido nacional e que, portanto, não se limite a tal categoria ou a tal região.

O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente, é aquele que não admite a exploração econômica e a marginalização de muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do País com o seu trabalho. A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apoiem na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do País. Um poder

que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados. Na construção dessa sociedade, os trabalhadores brasileiros têm claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional.

Para atingir este objetivo, o partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação. No entanto, o desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindical e populares que lhe deram origem como proposta de um partido de massas de amplo alcance social.

Vale lembrar que os trabalhadores cresceram em sua capacidade de organização na resistência e no combate à consolidação do atual regime. Agora, com partido, avançam para superar este regime. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores já é uma conquista democrática e instrumento de avanço democrático da sociedade brasileira.

Entre as prioridades que o partido estabelece para a construção de uma democracia efetiva está o combate a todos os instrumentos jurídicos ou policiais de repressão política usados contra os trabalhadores e contra o povo brasileiro em geral. Por isso devemos lutar contra a atual Lei de Segurança Nacional e demais instrumentos de arbítrio do sistema de poder centrado no Executivo. Não haverá democracia enquanto não forem desativados os órgãos policiais que violem as organizações e os movimentos populares. Além disso, consideramos que a maior e a mais ampla liberdade de organização partidária é condição elementar para a garantia de eleições democráticas.

Temos sentido no dia-a-dia, o peso da legislação e da polícia jogado contra nossas reivindicações justas e legítimas. Na área sindical, à qual o PT deve sua proposta de fundação, o partido já conta com ampla experiência de muitos militantes que participam da luta pela organização dos trabalhadores. Juntamente com outros setores que integram e integrarão o PT, a experiência já acumulada pelo partido deverá servir para orientar sua atuação na luta por uma nova legislação, condizente com os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo. O PT defenderá uma política agrária que objetive o fim da atual estrutura fundiária. Essa estrutura é pautada na grande empresa capitalista e nos latifúndios, que mantêm as terras improdutivas que servem à especulação imobiliária. Combaterá também o fim da expropriação das terras

pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras e incrementará a luta pela nacionalização da terra, permitindo, assim, o aproveitamento dos recursos humanos e das potencialidades econômicas existentes no solo e no subsolo segundo os interesses dos trabalhadores rurais e do conjunto da sociedade brasileira.

O PT defenderá ainda a exploração imediata de toda a terra disponível, inclusive a que é de responsabilidade do Estado – as terras devolutas, as terras do INCRA e as terras de faixa de fronteira – que deverão ser usadas pelos trabalhadores sem-terra, ocupando-as permanentemente, de maneira a que sejam atendidos os seus interesses e as suas necessidades. Mas para o PT não basta a simples distribuição da terra. Como exigência fundamental para o êxito dessa nova política agrária postula a criação de instrumentos econômicos e financeiros como forma de apoio indispensável à exploração da terra, segundo as peculiaridades geográficas e humanas regionais.

De imediato, o PT defende a valorização dos salários no meio rural, com a extensão e a adaptação de todos os benefícios conquistados pelos trabalhadores urbanos; defenderá, igualmente, uma justa e adequada remuneração para a pequena produção no campo. O PT considera necessário, ainda, preservar a ecologia e, para isto, manterá intransigente posição contra as iniciativas que coloquem em risco o equilíbrio da natureza e prejudiquem a fauna e a flora.

É a experiência acumulada que estabelece desde já as linhas do PT na luta por liberdade e justiça. O PT afirma o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é, e continuará sendo, travada não apenas no Parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo. O PT reafirma que os combates contra a miséria, a doença, a ignorância e os preconceitos não são independentes da luta por liberdade e justiça. Pelo contrário, são inseparáveis desta luta.

A alimentação e a saúde, a educação e a cultura são direitos do povo que, contudo, vêm sendo transformados em campo livre para o enriquecimento de uma minoria de privilegiados. A deterioração e a privatização crescentes do ensino e da saúde pública prejudicam, a um só tempo, professores e estudantes, médicos e pacientes. Serviços de educação e saúde públicos gratuitos são direitos básicos de uma Nação verdadeiramente democrática. O PT lutará por

estes direitos e desenvolverá, em cada uma destas áreas, a sua política de atuação juntamente com sua base social. O detalhamento do seu programa surgirá da prática política das suas bases sociais.

O PT tomará posição sobre os grandes temas nacionais a partir da perspectiva daqueles que constroem a riqueza do País, defendendo uma linha de ação na qual o desenvolvimento nacional reflita os interesses dos trabalhadores e não os interesses do grande capital nacional e internacional. O PT combate a crescente internacionalização da economia brasileira, que resulta num acréscimo brutal da dívida externa ao mesmo tempo em que submete a classe dos trabalhadores a uma exploração ainda mais desenfreada. Os trabalhadores brasileiros são os grandes prejudicados pela crescente dependência externa, econômica, financeira, tecnológica e cultural.

O PT entende, também, que as condições culturais e ecológicas locais devem ser respeitadas nos programas nacionais de desenvolvimento regional. Combatendo as desastrosas propostas tecnocráticas vigentes, o PT desenvolverá as suas críticas e as suas alternativas a partir da atuação popular ampla, lado a lado com os setores profissionais organizados e engajados em suas fileiras. Neste sentido, o PT desenvolverá propostas políticas de energia e de matérias-primas, de política agrária e fundiária e industrial e urbana, sempre voltadas para as necessidades do povo.

A experiência que o PT herdou dos trabalhadores que o criaram se reflete na perspectiva programática de buscar o enraizamento do partido e de suas plataformas de ação junto às massas trabalhadoras, evitando as soluções de cúpula. O PT intervirá sempre em todas as questões políticas, sociais e econômicas com o propósito de constituir soluções a partir das bases sociais. Por esta razão o PT é democrático, caráter que se reflete também na democracia interna do partido. Nas lutas democráticas e no Parlamento, cada proposta, cada votação e cada aliança deverá expressar o programa e a vontade do conjunto partidário que estaria dotado de instrumentos necessários para que tal ocorra. No âmbito parlamentar, o PT prevê uma política de alianças sobre questões específicas que sirvam à causa dos trabalhadores.

O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar

e acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas bem com a questão do negro assume papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo e não raro, também, no lar.

O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isto a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura.

Quanto à relação entre as nações, o PT defende uma política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial. O PT apresenta com clareza a sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional e a todos os movimentos de âmbito internacional que visam criar melhores condições de vida, justiça e paz para toda a humanidade.

Este programa deve ser aprofundado de modo permanente pelos membros do PT e detalhado pela prática política dos trabalhadores; é o compromisso de permanente participação junto aos movimentos sociais e de defesa dos interesses populares.

No Brasil de hoje, onde são negados os interesses de todos os trabalhadores, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, enfim de todos, desde os trabalhadores braçais até os profissionais especializados, artistas, jornalistas, comerciários, trabalhadores autônomos rurais e urbanos, o PT é um instrumento indispensável de ação política dos trabalhadores para suas conquistas econômicas e sociais. Nesse sentido, são convidados ao ingresso e à participação todos os brasileiros comprometidos com a proposta de ação política expressa neste programa.

Carta ao Povo Brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social

que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que têm esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de parti-

dos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de contínuismo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endi-

vidamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agonegocio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária,

os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizados com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio.

Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

São Paulo, 22 de junho de 2002.

Fontes: site do TSE, em <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-22-12-1995-resolucao-tse-no.1996>>, e no site da Fundação Perseu Abramo, em <<http://novo.fpabramo.org.br/content/carta-ao-povo-brasileiro>>.

DEM – Democratas

Número oficial da sigla partidária: 25

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 11/9/1986

Endereço na internet: <http://www.democratas.org.br/>

Diretrizes Partidárias

Ideário do Democratas

1. O compromisso maior do Partido é com a liberdade, sob todas as suas formas.

2. Em decorrência, somos contrários a qualquer processo de centralização do poder, tanto do ponto de vista federativo, como do ponto de vista de divisão funcional de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

3. A concentração de poder atinge gravemente a Federação, a independência dos Poderes e o dinamismo econômico e social. O ideário do DEM nos impõe o dever de zelar pelo patrimônio de liberdade e descentralização que o Brasil, a muito custo, vem conseguindo manter na letra das suas instituições jurídicas e políticas.

4. Impõe-se, sobretudo, libertar as imensas energias criadoras do homem brasileiro, repetidas vezes sufocadas pelo centralismo e pela estatização. A grande revolução a realizar-se neste País é a da liberdade de iniciativa em todos os planos – no político, no social e no econômico. É preciso estimular, por todos os modos, a participação comunitária, abrindo-se oportunidade à fecunda manifestação de nossas diversidades.

5. Preocupa-nos o crescimento descontrolado da atividade empresarial do Estado, que, em muitas áreas, transborda dos limites aceitos num regime eco-

nômico, social e político, de livre competição. E entendemos que as empresas estatais deverão sempre estar sob adequada fiscalização da sociedade.

6. O processo de libertação das amarras da concentração de poder inclui a proteção do cidadão contra a asfixia burocrática, o controle da voracidade fiscal e a contenção da interferência excessiva do Estado na atividade econômica. Consideramos, entretanto, que há problemas e desigualdades que não podem ser satisfatoriamente resolvidos pelo livre jogo das forças de mercado. Existe um espaço legítimo, sobretudo na área social, para a atuação do Estado, o que não prejudica, antes preserva, o mais puro sentido de liberdade.

7. Acreditamos firmemente na concepção de que o ser humano deve ser livre para manifestar suas ideias, acessar informações, professar uma religião, escolher seus representantes, e de todas as formas que o Estado de Direito garante. E deve também ser livre da fome, da ignorância e da insegurança.

8. Afirmamos a prevalência do interesse social sobre o individual. Mas, na visão humanística que informa o nosso ideário, o destinatário final de toda a atividade social é o homem, protegido em sua liberdade, dignidade e integridade. O desenvolvimento que pregamos há de se fazer, portanto, a serviço do homem.

9. O DEM se compromete com a mudança. Uma Nação cuja população, em sua grande maioria, ainda padece de carências essenciais no campo de alimentação, saúde, educação, habitação e segurança, é certamente uma Nação em que há muitas coisas para mudar, sem prejuízo do muito que é necessário preservar. O povo brasileiro reclama reformas essenciais e, a seu lado, lutaremos para alcançá-las por meios pacíficos, mas sem transigências que retardem ou nos impeçam de torná-las realidade.

10. Reafirmamos nossa integral fidelidade ao interesse nacional. É extremamente importante preservar nossa identidade e nossa cultura, manter sob controle nacional o processo de desenvolvimento e buscar a redução progressiva de nossa dependência do exterior, especialmente no campo tecnológico. Manteremos, todavia, nossas janelas abertas para o mundo na busca de uma justa e construtiva interdependência.

11. O desenvolvimento nacional é uma necessidade imperiosa e constitui, entre nós, aspiração generalizada, além de poderosa fonte de motivação. O brasileiro rejeita qualquer tipo de estagnação ou recessão. Como país soberano

e cioso de suas responsabilidades, o Brasil não poderá tolerar nenhum tipo de pressão ou imposição capaz de por em risco o seu futuro, o seu desenvolvimento, a paz social e a garantia de oportunidades de trabalho para os seus filhos. Lutaremos para garantir aos trabalhadores, liberdade de organização, remuneração justa, alimentação, previdência social, assistência médica, lazer, habitação condigna, proteção contra o desemprego, e demais condições necessárias à humanização da vida no trabalho. Lutaremos igualmente para a atenuação dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento.

12. Governar é atividade essencialmente ética. A confiança, a credibilidade e a participação constituem preliminares indispensáveis ao êxito da ação governamental. O Partido assume um compromisso claro com a rigorosa observância das normas de austeridade e honestidade no trato dos assuntos políticos.

Princípios do Democratas

O Democratas tem por princípios:

1. Defender o primado da democracia, regime político que melhor responde às necessidades e aspirações do homem civilizado, no qual o governo é escolhido pela maioria, respeitados os direitos da minoria e assegurada a alternância do poder.

2. Lutar pela instauração da plenitude democrática, consubstanciada na existência de instituições públicas sólidas e estáveis, e na exigência de que a lei, legitimada pela representação popular, seja efetivamente igual a todos.

3. Advogar o direito que todos têm de expressar, livremente, seus credos religiosos e convicções políticas, como condição fundamental à existência do Estado democrático.

4. Consignar seu repúdio a todas as formas de totalitarismo ou de autoritarismo, reconhecendo contudo que é dever do Estado moderno defender-se da ação dos seus inimigos, dentro da lei, e sem sacrifício das liberdades fundamentais que constituem a essência da democracia.

5. Colocar-se firmemente contra qualquer espécie de discriminação e preconceito, quanto à religião, sexo e raça, bem como defender o direito das minorias.

6. Afirmar sua crença de que os homens são basicamente iguais em direitos e que a pessoa humana é inviolável em sua dignidade, não podendo sofrer quaisquer restrições que não aquelas necessárias à preservação de sua própria integridade e de seu semelhante, e à defesa do bem comum.

7. Proclamar a preeminência e exigir o efetivo exercício dos direitos humanos, em sua aceção moderna e dinâmica, que, além das liberdades públicas fundamentais, abrangem os direitos econômicos, os direitos sociais, os direitos culturais, os direitos ecológicos, e o direito à privacidade.

8. Pugnar pela expansão das perspectivas de vida do cidadão, de modo a permitir que um número cada vez maior de pessoas desfrute de oportunidades cada vez melhores e que os indivíduos possam ser livres para trabalhar e criar segundo suas aptidões, respeitando cada um o direito dos demais.

9. Estimular e promover permanentemente a reorganização e renovação da sociedade brasileira, tornando-a espontânea e pluralista, ampliando as vias de ascensão social e política para as novas gerações e promovendo a valorização da mulher, de modo que sua participação seja efetiva e integral, sem limitações, discriminações, ou preconceitos.

10. Preconizar a mudança social dentro da ordem democrática, recusando soluções violentas incompatíveis com as nossas tradições, e posturas imobilistas, que conflitem com as exigências de transformação da sociedade.

11. Propugnar por um desenvolvimento que vise à realização integral do homem, a partir de um processo de mudança qualitativa nas relações sociais, voltado para a prosperidade econômica, equidade social e equilíbrio regional, assentado em um relacionamento harmonioso com o nosso patrimônio ecológico e consentâneo com nossa cultura.

12. Reclamar uma justa distribuição da renda e da riqueza e um crescimento equilibrado das regiões, objetivando a equanimidade no processo de desenvolvimento.

13. Exigir uma ampla participação da comunidade na formulação e implantação de decisões que aproveitem ao desenvolvimento nacional, bem como na fiscalização dos atos governamentais.

14. Perfilhar o respeito ao direito de propriedade, com reconhecimento das responsabilidades sociais inerentes ao exercício desse direito, tendo

em conta que o interesse individual não pode se sobrepor ao interesse coletivo.

15. Reconhecer a livre iniciativa como elemento dinâmico da economia e a empresa privada nacional como agente principal da vida econômica do País.

16. Admitir a ingerência do Estado na economia, nos limites da lei, com a finalidade de promover o desenvolvimento, regular as relações sociais, condicionar o uso da propriedade a seu papel social e evitar a exploração predatória dos recursos naturais, sem que, contudo, em nenhuma hipótese, resulte em constrangimentos espúrios ao livre-mercado ou no cerceamento das liberdades do cidadão.

17. Concorrer para o fortalecimento da organização sindical e o equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho.

18. Postular a modernização permanente das Forças Armadas, como requisito indispensável à defesa da soberania nacional e das instituições democráticas.

19. Propor uma política externa, fundada no princípio da igualdade soberana dos Estados e no respeito à autodeterminação dos povos e a não ingerência nos assuntos internos dos outros países orientada em favor da paz mundial, do desarmamento, de uma divisão mais justa do poder político e econômico mundial e de um maior acesso dos países em desenvolvimento aos frutos do progresso material e voltada para o estabelecimento de relações com todas as nações que desejem cooperar com o Brasil, à base do respeito mútuo.

20. Empenhar-se em favor de um ordenamento constitucional que resulte da manifestação livre e soberana do povo brasileiro.

Diretrizes dos Democratas

1 – Diretrizes Sociais

Prioridade ao ensino básico, visando à erradicação do analfabetismo e à garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito para todos.

Extensão do ensino pré-escolar a toda população, na correspondente faixa etária, e criação de mecanismo de apoio à educação de excepcionais, considerada dever do Estado.

Ampliação da autonomia das universidades como instituições dedicadas ao ensino e à pesquisa, conferindo-lhes maiores responsabilidades.

Garantia de acesso a todos os níveis de ensino, fortalecendo-se a escola pública e assegurando-se, à família, a liberdade de escolher a educação desejada para os filhos.

Apoio aos programas de desenvolvimento científicos e tecnológicos, tendo em vista a produção de tecnologias adequadas à nossa realidade e adaptadas à nossa vocação de País preponderantemente tropical.

Incentivo à educação física e aos desportos, estimulando sua prática pelos jovens e promovendo amplamente o esporte amador.

Valorização permanente do professor, através da elevação sistemática de sua capacidade profissional e melhoria de suas condições de remuneração e de trabalho.

Fomento e amparo às ações voltadas à preservação e ao enriquecimento dos valores e da identidade cultural brasileira, em suas diferentes manifestações.

Liberdade de criação cultural e artística.

Defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do Brasil.

Cooperação e intercâmbio cultural com todos os países, com base no princípio da reciprocidade.

Preservação dos diferentes aportes à formação da cultura brasileira, especialmente a contribuição negro-africana e a indígena.

Política de saúde que considere prioritariamente o atendimento à mãe e à criança, em todo território nacional, bem como o combate sistemático às moléstias endêmicas e às epidemias, sobretudo através da ação preventiva e assistencial.

Fomento aos programas de alimentação destinados à população de baixa renda, especialmente crianças e gestantes, inclusive, quando necessário, através da distribuição de alimentos.

Proteção à família e adoção de uma política de planejamento familiar, fundamentada na paternidade responsável, na difusão de conhecimentos científicos e na participação voluntária e consciente dos casais, com escrupuloso respeito às convicções dos interessados.

Amparo ao menor abandonado.

Implantação de uma política ecológica, compreendendo a proteção dos ecossistemas naturais e da vida silvestre, a racionalização do uso dos recursos

minerais, o controle rigoroso da poluição industrial, da poluição gerada por esgotos urbanos e por veículos automotores, a reciclagem do lixo e o incentivo ao reflorestamento.

Política de saneamento básico que propicie a oferta de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário a todas as comunidades urbanas, através de técnicas adaptadas às possibilidades locais.

Viabilização do acesso à habitação, entendido como direito do cidadão, cabendo ao Estado regular o financiamento à aquisição, prover a melhoria das condições de salubridade e disciplinar a edificação, à vista do interesse coletivo, recorrendo-se, nos planos de habitação popular, ao regime de mutirão ou outras modalidades de cooperação com os usuários.

Adoção de medidas de proteção efetiva ao inquilinato, segundo critérios que conciliem as exigências econômicas com o interesse social.

Melhoria das condições de vida dos pobres, mediante a execução de programas de educação, de saúde e de criação de empregos.

Proteção à velhice, assegurando-lhe o conforto e o amparo indispensáveis à preservação da dignidade humana.

Elevação dos níveis de eficiência e de viabilidade do sistema de previdência social, promovendo-se sua completa extensão às populações rurais e periféricas, bem como a participação dos beneficiários, segurados e servidores, na sua administração.

Transformação dos fundos sociais em fonte de benefícios, para as populações de baixa renda.

Implantação de uma política de emprego que considere a concessão de tratamento favorecido aos setores e unidades produtivas, capazes de aumentar a absorção de mão de obra.

Instituição do seguro-desemprego.

Implantação de uma política salarial que possibilite, aos assalariados, a obtenção de ganhos reais de produtividade, assegurada, em qualquer hipótese, a manutenção do poder aquisitivo.

Estabelecimento de regras que conduzam à fixação do salário mínimo, não apenas como referencial econômico, mas como contrapartida adequada ao trabalho e valor suficiente para garantir a sobrevivência digna do trabalhador.

Ampla liberdade de organização sindical, assegurando-se a livre sindicalização, a eliminação de todas as formas de vínculo de subordinação corporativa ao poder público, a participação dos trabalhadores na administração dos fundos sociais e a negociação coletiva dos contratos de trabalho, sem prejuízo do papel desempenhado pela Justiça do Trabalho no encaminhamento de conflitos de interesses nas relações trabalhistas.

Reformulação da legislação trabalhista, possibilitando a regulamentação de novas formas de associação no trabalho, a proteção contra acidentes, a participação dos trabalhadores nos resultados das empresas e o efetivo exercício do direito de greve.

Política de valorização dos servidores públicos, propiciando-lhes uma justa remuneração, bem como promovendo a extensão das vantagens conquistadas pelas demais categorias de trabalhadores e o permanente aperfeiçoamento da sua capacitação profissional.

2 – Diretrizes Econômicas

Reforma agrária, mediante utilização de instrumentos de normas contidas no Estatuto da Terra, possibilitando o acesso à propriedade fundiária e seu efetivo aproveitamento.

Apoio ao cooperativismo e a outras formas associativas de produção. Fomento à agricultura, com prioridade para produção destinada ao mercado interno, especialmente através da ampliação da oferta alimentar, condição de equilíbrio do desenvolvimento, destinando-se à exportação exclusivamente os excedentes da produção.

Aperfeiçoamento do sistema de seguro agrícola, com a participação das organizações de produtores e seguradores, tendo em vista neutralizar ou minimizar as consequências econômico-sociais da ocorrência de pragas e catástrofes.

Garantia de preços justos para produção agrícola, observando-se as especificidades dos sistemas produtivos regionais.

Reforma urbana, consubstanciada na taxação do imóvel especulativo e na implementação de uma lei de uso do solo, que consagre a prevalência do interesse coletivo.

Política de desenvolvimento urbano que possibilite a permanente melhoria dos serviços básicos – especialmente nas regiões metropolitanas e municípios de grande porte – e a proteção das áreas comunitárias e ecológicas.

Formulação e execução de uma política industrial voltada para a consecução do equilíbrio entre o fortalecimento do mercado interno e a expansão das exportações, para a elevação dos níveis de produtividade e para a desconcentração regional.

Fomento ao turismo interno, abrangendo a execução de programas destinados a amplas camadas da população.

Concessão de tratamento favorecido às pequenas e médias empresas nacionais, tendo em conta sua capacidade de geração de emprego.

Valorização do papel econômico-social das microempresas, através da formulação de políticas específicas para este tipo de organização, e reconhecimento dos setores informais da economia.

Limitação da atividade empresarial do Estado, condicionando-a às hipóteses de ausência da iniciativa privada e tendo em vista atender à defesa nacional ou garantir a continuidade do processo de desenvolvimento.

Disciplinamento das atividades das empresas estatais, subordinando-as à efetiva fiscalização do Congresso Nacional, bem como empresas transnacionais, sujeitando-as às regras que observem o interesse e a soberania nacionais.

Esforço permanente destinado a corrigir os graves desequilíbrios da economia brasileira: a inflação persistente, a crescente disparidade de renda entre os cidadãos e as desigualdades regionais.

Execução de urna política de gastos públicos, eficaz e equilibrada, austera e não inflacionária.

Formulação e execução de uma política tributária que, além de fonte de financiamento da despesa pública, promova uma melhor distribuição da renda e da riqueza, mediante uma adequada taxação dos ganhos de capital, bem como a correção das disparidades regionais e o fortalecimento do federalismo.

Canalização da poupança nacional para as atividades diretamente produtivas, reformulando-se o mercado financeiro e evitando-se a especulação e a usura.

Gestão da política cambial e de comércio externo, objetivando ampliar os níveis de troca e assegurar o equilíbrio no balanço de pagamentos, tendo

sempre em conta evitar-se a escassez ou a desestabilização do mercado interno.

Política energética orientada para o aproveitamento racional dos nossos recursos naturais – inclusive recorrendo-se à utilização de fontes não convencionais –, bem como para a autossuficiência setorial.

Política de transportes que objetive a integração inter-regional e intermodal, minimizando os custos energéticos e possibilitando um mais eficiente escoamento da produção, além de, nos centros urbanos, servir adequadamente à comunidade.

Execução de programas nacionais de desenvolvimento que considerem nossa diversidade plurirregional, propiciem a participação harmônica de todas as regiões e confirmem especial ênfase à superação dos desníveis regionais de renda, que afetam o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

Concessão de prioridade nacional para o Nordeste. Implantação de uma vigorosa política de aproveitamento econômico das fronteiras produtivas: a Amazônia, os Cerrados, o semiárido nordestino e o mar.

3 – Diretrizes Políticas e Administrativas

Revigoração da Federação, concedendo autonomia política e financeira aos Estados e Municípios, por meio de uma melhor discriminação de encargos e rendas públicas.

Descentralização administrativa, construída a partir das especificidades regionais e setoriais, voltada para a elevação dos níveis de responsabilidade e de iniciativa das diversas instâncias administrativas, especialmente os governos estaduais e municipais, sem prejuízo de uma vigorosa fiscalização pública na execução da despesa.

Instituição do voto livre, direto, secreto e universal – inclusive dos analfabetos nas eleições para escolha dos governantes e para formação das casas legislativas, em todos os níveis.

Universalização do princípio da representação política, abrangendo todos os Entes Federativos, os Territórios e o Distrito Federal.

Adoção de normas que coíbam rigorosamente a influência do poder econômico nas eleições, robustecendo a legitimidade da representação popular.

Consolidação do pluripartidarismo, assegurando ampla liberdade de organização dos partidos políticos.

Acesso de todos os partidos aos meios de comunicação de massa, notadamente o rádio e a televisão, visando, inclusive, à formação da consciência democrática do povo, ao esclarecimento do eleitor, nos períodos que antecedem os pleitos, e ao proselitismo partidário.

Efetivação das prerrogativas do Poder Legislativo, como instituição liberal e fórum principal dos debates nacionais, especialmente pelo revigoramento do poder legiferante, do amplo exercício do poder impediante e da capacidade de fiscalizar os atos do Executivo, do restabelecimento integral da competência para decidir sobre matéria tributária, judiciária e orçamentária, e da simplificação e racionalização legislativa.

Fortalecimento do Judiciário, visando a propiciar celeridade e eficácia na distribuição da justiça, mediante a modernização dos mecanismos judiciais, a adoção de novos códigos, a expansão do juizado das pequenas causas e a introdução da justiça agrária.

Reestruturação do sistema nacional de planejamento mediante a ampliação dos mecanismos de participação da sociedade brasileira na formulação, execução e controle dos planos de desenvolvimento, consubstanciada na mobilização dos órgãos de representação dos empregados, empregadores e profissionais autônomos, e de entidades representativas dos consumidores e das comunidades locais, bem como no reconhecimento e disciplinamento dos grupos de pressão.

Estímulo à formação de diferentes modalidades de associativismo, que possibilitem uma crescente solução dos problemas comunitários, independentemente da ingerência do Estado, sem ofensa, contudo, às normas jurídicas de interesse público.

Reconhecimento dos órgãos de representação dos estudantes, inclusive nos âmbitos estadual e nacional.

Desburocratização da vida administrativa, visando a melhorar o desempenho das entidades governamentais e, desse modo, melhor servir ao contribuinte e ao povo.

Reorganização da administração pública, e redistribuição das funções, em conformidade com as exigências de especializações, evitando-se porém a sobreposição de atribuições e o gigantismo da máquina governamental.

Melhoria constante dos serviços públicos, tanto pela sua racionalização quanto pelas suas regras e processos, como pela efetivação do princípio da seleção de servidores segundo o mérito. Liberdade de informação e direito à informação, como requisito indispensável ao exercício da cidadania.

Proteção imediata e eficaz do cidadão, como consumidor, adotando-se medidas que evitem a prática de acordos para a imposição de preços artificialmente majorados, a desinformação quanto a características e qualidades dos produtos, e a inadequada prestação de serviços por parte de concessionárias de serviço público.

Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado, inclusive, mediante a criação e exercício das funções de Ouvidor Público, a quem caberá denunciar as violações aos direitos fundamentais dos indivíduos e da coletividade, bem como exigir a probidade e a eficiência na administração pública.

Modernização do sistema penal, reduzindo-se ao mínimo possível o confinamento carcerário, e reforço da atividade preventiva e repressiva do crime, objetivando ampliar os níveis de segurança individual.

Fontes: site do DEM <<http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Ideario-do-Democratas.pdf>> e em <<http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Diretrizes1.pdf>>.

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

Número oficial da sigla partidária: 65

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 23/6/1988

Endereço na internet: <http://www.pcdob.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Capítulo I – Do Partido

Artigo 1º O Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, reorganizado em 18 de fevereiro de 1962 e legalizado, na fase atual, em 27 de maio de 1985, é o partido político da classe operária e do conjunto dos trabalhadores brasileiros, fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação. Organização política de vanguarda consciente do proletariado, guia-se pela teoria científica e revolucionária elaborada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários marxistas.

O Partido Comunista do Brasil luta contra a exploração e opressão capitalista e imperialista. Visa a conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, propugnando o socialismo científico. Tem como objetivo superior o comunismo. Afirmando a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, almeja retomar um novo ciclo de luta pelos ideais socialistas, renovados com os ensinamentos da experiência socialista do século XX, e desenvolvidos para atender à realidade do nosso tempo e às exigências de nosso país e nossa gente. Ao mesmo tempo, no espírito do internacionalismo proletário, apoia a luta anti-imperialista de todos os povos por sua emancipação nacional e social, soberania nacional e pela paz mundial.

O Partido Comunista do Brasil é uma organização de caráter socialista, patriótica e anti-imperialista, expressão e continuação da elevada tradição de lutas

do povo brasileiro, de compromisso militante e ação transformadora contemporânea ao século XXI, inspirados pelos valores da igualdade de direitos, liberdade e solidariedade, de uma moral e ética proletária, humanista e democrática.

Para levar adiante seus propósitos, o PCdoB se rege, nos marcos da legislação vigente do país, pelo presente Estatuto.

(...)

Programa Partidário

Programa Socialista para o Brasil

O fortalecimento da Nação é o caminho, o socialismo é o rumo!

1) O PCdoB está convicto de que, no transcorrer das primeiras décadas do século XXI, o Brasil tem condições para se tornar uma das nações mais fortes e influentes do mundo. Um país soberano, democrático, socialmente avançado e integrado com seus vizinhos sul e latino-americanos. Ao longo de mais de cinco séculos, apesar das adversidades, o povo brasileiro construiu uma grande Nação.

Todavia, o processo conflituoso de sua construção trouxe para sua realidade presente um conjunto de problemas ao qual a atual geração de brasileiros está chamada a solucionar. As deformações e dilemas acumulados ao longo da história, se não forem superados com rapidez, poderão conduzir o país a retrocessos.

2) A grande crise do capitalismo da época atual – a par dos riscos e danos – descortina um período histórico oportuno para o Brasil atingir um novo patamar civilizacional que solucione estruturalmente as suas contradições. Este novo passo é o socialismo renovado, com feição brasileira. O socialismo é o sistema que pode realizar as potencialidades da Nação, defendê-la com firmeza da ganância estrangeira, e garantir ao povo, seu grande construtor, o direito a uma vida digna e feliz. Por isto, o socialismo é o rumo. O fortalecimento da Nação é o caminho. É imperativo, portanto, agora e já, a luta pela realização de um novo projeto nacional de desenvolvimento como meio para fazer o país progredir e avançar.

I – Desafios históricos da construção da Nação

3) Nação nova, o Brasil forjou uma cultura original, base de uma civilização flexível, criativa, aberta e assimiladora, a despeito de estruturas sociais e políticas arcaicas persistentes. Embora jovem, o povo brasileiro foi temperado por conflitos e lutas – muitas vezes de armas nas mãos – pela liberdade e pelos direitos sociais, pela independência e a soberania do país. Tal processo marcou sua história com o fio vermelho do sangue derramado desde a resistência indígena e dos africanos contra a escravização, passando pelo enfrentamento heroico às ditaduras, até as lutas operárias e populares características de nosso tempo. O povo é o herói e o autor da nacionalidade, o empreendedor dos avanços ocorridos no país. Ele resulta do amálgama, através da miscigenação e da mestiçagem, de três grandes vertentes civilizatórias: os ameríndios, os negros africanos e os portugueses. O processo histórico dessa formação foi doloroso, marcado pela escravidão e pela violência, condicionado pelos interesses de uma elite colonizada. Mas a síntese é grandiosa: um povo novo, uno, com um modo original de afirmar sua identidade. São características que se enriqueceram com aportes de contingentes de outras nacionalidades europeias, asiáticas e árabes que emigraram para o país desde o final do século XIX. A mescla da base de cultura popular, de origem índia e africana fundiu-se com os elementos europeus dominantes, gerando a cultura brasileira – um dos elementos marcantes da identidade nacional. A condição de povo uno, no presente, é um trunfo do Brasil que, ao contrário de outras nações, não enfrenta grupos étnico-nacionais que reivindiquem autonomia ou independência frente à Nação e ao Estado.

O primeiro ciclo civilizacional brasileiro: Formação do povo, da Nação e do Estado

4) A ideia, vitoriosa, de uma nação autônoma e um povo livre, germinou e se fortaleceu no conflito contra o domínio colonial. Um desses marcos criativos de afirmação da nacionalidade ocorreu no século XVII, com a expulsão dos holandeses que ocuparam o Nordeste. Todas as forças da Colônia – clero,

camadas pobres, escravos e negros livres e índios, estes últimos, liderados por Felipe Camarão – uniram-se na campanha que derrotou, sem a ajuda de Portugal, a principal potência de então, Holanda. Fato decisivo na consolidação e unidade do território que veio a formar o Brasil.

5) A Independência foi fruto de um processo cumulativo resultante de lutas, que possibilitou a ruptura em 1822. Ao contrário do que proclama a historiografia oficial, não foi uma doação da Metrópole portuguesa, e sim das jornadas populares de Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, e nos campos de batalha em Bahia, Maranhão e Piauí. O rompimento com a opressão colonial tem raízes nas guerras do século XVII contra os holandeses; na Conjuração Mineira de 1789, que projeta o perfil heroico do alferes Tiradentes; na Conjuração Baiana de 1798. O processo da Independência do Brasil passa pelo episódio do 7 de setembro de 1822, mas vem de muito antes e vai até muito depois, com destaque para o 2 de julho de 1823 da Bahia. A conquista da autonomia política não significou, porém, a derrota dos setores agromercantis – aliados internos da exploração estrangeira, principalmente a inglesa – que permaneceram à frente da política, da economia e da sociedade. O projeto autonomista e democrático de José Bonifácio foi deixado de lado e substituído pelo programa dos latifundiários, dos traficantes de escravos e da Casa de Bragança. Isso estimulou heroicas rebeliões de natureza republicana e democrática: a Confederação do Equador no Nordeste; a Cabanagem no Pará; a Balaiada no Maranhão; a Farroupilha no Rio Grande do Sul; a Sabinada na Bahia; a Praieira em Pernambuco, massacradas pelo regime monárquico escravista. Ao final do Império, objetivamente, a unidade nacional estava consolidada e o Brasil detentor de um território continental.

6) O predomínio conservador não eliminou o anseio por liberdade e democracia, que logo assumiu a luta pela divisão das terras, autonomia do país, pela Abolição e pela República. A Abolição resultou de um vasto movimento de massas, que incluiu os escravos rebelados – cujo símbolo histórico é Zumbi dos Palmares –, os setores médios das cidades, a intelectualidade avançada e os primeiros elementos da classe operária. O ato emancipatório se materializou sem a distribuição de terras aos libertados e sem garantir-lhes condições de sobrevivência. Estes limites não retiram a grandeza da Abolição. Foi uma

conquista que eliminou o escravismo. Todavia, a sua longa duração deixou marcas, que permanecem no racismo e na condição de vida dos negros.

7) A obra renovadora da Abolição foi completada em 1889 pela República, um antigo anseio da construção democrática do Brasil. A República ficou, depois de muita luta, sob o domínio das forças conservadoras, frustrando o programa republicano mais avançado, que concebia o Estado como instrumento para promover a democracia, a integração nacional, o desenvolvimento, a distribuição de terras e a afirmação da soberania nacional.

O segundo ciclo civilizacional: Estado “nacional-desenvolvimentista”, direitos trabalhistas, progresso educacional e cultural

8) O movimento de 1930, liderado por Getúlio Vargas, derrubou a República Velha – das oligarquias – e abriu uma nova etapa da vida do país. Os prenúncios de 1930 vêm dos férteis anos da década de 1920, com o movimento tenentista, os levantes de 1922, 1924 e a heroica Coluna Prestes; a fecunda Semana de Arte Moderna; as grandes lutas operárias do início do século XX e as greves gerais (1917 e 1919); e a fundação do Partido Comunista do Brasil, que marca a entrada consciente do proletariado na luta política. O movimento de 1930 introduziu o Brasil no século XX. Instituiu o voto feminino. Criou o salário mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e começou a implantar a seguridade social. A fase mais expansiva do desenvolvimento nacional foi o período de 1930 a 1980. Entre os países capitalistas o Brasil foi o que mais cresceu.

9) O desenvolvimento capitalista brasileiro foi marcado por ter sido tardio, deformado, desigual e sob dominação imperialista. Duas classes ganham relevância: o proletariado, principalmente urbano, e a burguesia industrial, que viria a ser a classe hegemônica, substituindo a oligarquia agrário-exportadora. O Estado foi o principal instrumento da promoção do desenvolvimento. O elemento fundamental do financiamento da economia foi o capital estatal, com participação do capital privado nacional e estrangeiro. Houve a transição da economia agrário-exportadora para a industrial urbana.

Formou-se um espaço econômico integrado e um mercado interno. Nos anos 1940, há a criação da siderurgia nacional. No segundo governo de Ge-

túlio Vargas foram criados grandes empreendimentos estatais, entre eles a Petrobras, surgida no curso da campanha cívica “O Petróleo é Nosso”, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). E foi estabelecido o monopólio estatal do petróleo. A partir da segunda metade dos anos 1950, intensificou-se a abertura para o capital estrangeiro, com facilidades à implantação das transnacionais. O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek contribuiu para alargar o processo de industrialização.

10) O sistema de propriedade predominantemente latifundiário foi mantido. O capitalismo apoiado pelo Estado avançou no campo, e a produção agropecuária aumentou muito. Ela se desenvolveu tecnologicamente e se interiorizou rumo ao Centro-Oeste e ao Norte.

11) Esse processo político se deu através de uma série de rupturas parciais, seguidas de recomposições, entre forças sociais distintas e heterogêneas. As Forças Armadas da década de 1940 até os anos 1980 atuaram intensamente na esfera política, promovendo golpes antidemocráticos. O imperialismo estadunidense interveio na vida política do país. Em geral, esse percurso de 50 anos está marcado por períodos ditatoriais e de democracia restrita, com severas limitações às liberdades políticas, à participação democrática do povo, e de dura perseguição ao Partido Comunista do Brasil e demais forças revolucionárias. Mesmo assim os trabalhadores e as massas populares realizaram mobilizações decisivas às conquistas alcançadas. A luta dos comunistas, embora atuando sob duras condições, foi permanente para a construção do Brasil.

12) Entre 1930 e 1980, a população mais que triplicou e urbanizou-se. As camadas médias expandiram-se. A concentração de renda e riqueza se deu com índices entre os mais altos do mundo. O Brasil reforçou a sua identidade nacional. Foram constituídos aparelhos públicos de educação, produção científica e políticas para a cultura, que ajudaram a elevar a nível superior a formação de uma cultura e de uma identidade brasileiras.

Esgotamento do “nacional-desenvolvimentismo”

13) O golpe militar de 1964 ceifa o governo democrático de João Goulart e susta a realização das reformas que dinamizariam o desenvolvimento. O

próprio golpe simboliza as adversidades internas e as imposições do imperialismo contra o projeto nacional. O esgotamento do “nacionaldesenvolvimentismo” já começa a se manifestar no curso da crise capitalista mundial de meados dos anos 1970. Os governos militares, após o período do “milagre econômico”, a enfrentam lançando o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento que dá fôlego para a continuidade da fase desenvolvimentista até 1981. O esgotamento desse ciclo de 50 anos deveu-se à fadiga do sistema de financiamento do modelo, seja pela via inflacionária, seja pela via do pesado endividamento externo – principalmente nos anos 1970 –, que deu origem à crise da dívida pública na década de 1980. O país foi submetido ao controle e à receita de recessão, desemprego e arrocho salarial do Fundo Monetário Internacional (FMI).

14) O período econômico de 1981 a 2002 é negativo: duas “décadas perdidas”. O legado positivo é a redemocratização conquistada em 1985, após grandes mobilizações populares pelas liberdades democráticas, Anistia, Constituinte e Diretas-já. A Constituição de 1988, mesmo com suas limitações, deu ao país um arcabouço jurídico e político democrático, além de incorporar importantes conquistas sociais. Ao final da década de 1980, os setores burgueses, em especial a burguesia industrial, tinham perdido força e já não eram mais capazes de liderar um projeto nacional de desenvolvimento.

Domínio do neoliberalismo e decadência nacional

15) Nos anos 1990, a partir do governo Collor – mas sobretudo nos de Fernando Henrique Cardoso –, o ideário neoliberal é aplicado com radicalidade, mesmo tendo havido luta popular. Sua “herança maldita” inclui desmonte do Estado nacional, privatização criminosa e corrupta do patrimônio público, desnacionalização da economia, livre curso à financeirização, maior dependência, semiestagnação.

No plano político, a democracia foi maculada pelo autoritarismo e pela mutilação da Constituição. No plano social, cortou direitos trabalhistas e agravou a degradação social. A Nação, aviltada, retroage.

A vitória de Lula: uma mudança significativa

16) A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República, em 2002, é um marco na história recente. Abriu novo ciclo político no país, com o ascenso ao centro do poder de forças democráticas e progressistas. A decadência nacional começou a ser revertida e a resistência ao neoliberalismo passou a se realizar em melhores condições. Numa dinâmica de acirrada batalha política a democracia floresceu, a soberania foi fortalecida e o povo obteve conquistas. Esta viragem sinalizou uma nova via de desenvolvimento e o começo real de sua retomada a partir de 2005. Pelas circunstâncias históricas o governo Lula, desde seu início, expressou uma dualidade de interesses em função do acordo político que foi levado a selar. Dualidade que implicou compromissos e limites na definição e consecução da transição para um projeto de desenvolvimento nacional, que pudesse responder às contradições fundamentais da realidade brasileira. O governo teve de superar a grave crise que herdou. Ele livrou o país do projeto neocolonizador da Alca e pôs fim à tutela do FMI sobre o país. Essa tomada de posição permitiu-lhe retomar o desenvolvimento, ainda com limitações, voltado para soberania, ampliação da democracia, distribuição de renda e integração da América do Sul.

O desafio da contemporaneidade

17) O desafio, na atualidade, é conduzir o processo político a um patamar mais promissor. O Brasil precisa e tem condições de efetivar um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND) com realizações arrojadas. Este projeto é chamado a suplantar os impasses e deformações resultantes das vicissitudes da sua história política e socioeconômica. A remoção dos obstáculos acumulados exige soluções relacionadas à elaboração do NPND.

18) As contradições estruturais e fundamentais da realidade brasileira exigem como resposta consequente superar:

a. A condição de nação subjugada, “periférica”. Afirmar e defender a nação contra as investidas e imposições imperialistas e hegemônicas. Conformar a união da luta patriótica com as demandas democráticas e sociais no seio do

povo. O verdadeiro fortalecimento da Nação exige sustentação popular baseada no avanço democrático;

b. a condição de Estado conservador, sob controle dos círculos financeiros. Em defesa do Estado democrático, laico, inovador, que garanta ampla liberdade para o povo e sua participação política na gestão do Estado;

c. a condição de economia dependente e de desenvolvimento médio, na divisão internacional do trabalho imposta pelas grandes potências. Liberar-se da dependência econômica, científica e tecnológica; suplantar a estrutura de produção centrada em produtos primários; e a elevada concentração da renda e do patrimônio;

d. a propriedade latifundiária improdutiva ou de baixa produtividade, obstáculo ao aumento da produção e da democratização da terra;

e. a defasagem da renda do trabalho em relação à renda do capital, que ocorre em proporção elevada. Não se constrói uma economia moderna e avançada, com um regime de trabalho desvalorizado e a redução de direitos trabalhistas;

f. as desigualdades sociais e as tensões no seio do povo. Ter o desenvolvimento como fator de distribuição de renda e progresso social. Estabelecer reformas que universalizem os direitos sociais; combater o racismo, a homofobia; combater a intolerância religiosa;

g. as desigualdades regionais que concentraram o progresso e a riqueza nas regiões Sudeste e Sul, impondo um pesado ônus às demais regiões;

h. as barreiras e os limites à emancipação das mulheres, alimentados pela lógica do capital e pelos preconceitos de gênero. Apesar das conquistas alcançadas, as mulheres continuam discriminadas no trabalho e na vida, vítimas de violência, cerceadas ao exercício de postos nas instâncias de decisão e poder. A Nação perde força e deixa de contar com todo o potencial de mais da metade de sua população;

i. a degradação ambiental, resultante de concepções e práticas predatórias, responsável pela poluição ambiental e destruição de parte das florestas, dos recursos hídricos, da fauna;

j. as vulnerabilidades da cultura e da consciência nacional, decorrentes da pressão ideológica de valores nocivos à afirmação da soberania do país, provenientes do monopólio midiático e da indústria cultural, estrangeiros e locais; e

l. a condição de país voltado primordialmente para os EUA e a Europa. Sustentar e aprofundar a linha de integração sul-americana, latino-americana, de parcerias estratégicas com países e com regiões da “periferia” e de diversificação comercial externa, iniciada no período do governo Lula.

19) Em nossa época, a superação dessas contradições ganha a dimensão de conquista estratégica. É condição para um desenvolvimento avançado e um futuro de bem-estar social. O Brasil vive uma encruzilhada histórica: ou toma o caminho do avanço civilizacional, ou se submete ao jugo das grandes potências e à decadência socioeconômica. Conforme indica a tendência histórica objetiva, a solução viável hoje é o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, caminho brasileiro para o socialismo. Convicto quanto à viabilidade desta alternativa derivada da dinâmica histórica da construção do país, o Partido Comunista do Brasil apresenta aos brasileiros o seu Programa.

II- Programa Socialista para o Brasil

20) O objetivo essencial deste Programa é a transição do capitalismo ao socialismo nas condições do Brasil e do mundo contemporâneo. O socialismo tem como propósito primordial resolver a contradição essencial do capitalismo: produção cada vez mais social em conflito crescente com a forma de apropriação privada da renda e da riqueza. Como sociedade superior, deve distribuir os bens e a riqueza conforme o resultado da quantidade e qualidade do trabalho realizado. É uma sociedade de alta produtividade social do trabalho, superior à do capitalismo. Não é uma exigência voluntarista, decorre do avanço da consciência social. É resultado objetivo do desenvolvimento científico e tecnológico, do salto das forças produtivas que o capitalismo é incapaz de colocar a serviço da humanidade. Consiste na edificação de um poder de Estado dos trabalhadores, e da predominância das formas de propriedade social dos meios de produção. É um sistema comprometido com a solidariedade entre as nações, com a política de paz e de cooperação entre os Estados, opositor resolutivo da agressão imperialista e defensor da amizade entre os trabalhadores e povos do mundo.

O socialismo inicia seus passos na história

21) Historicamente, o socialismo vive ainda sua infância. Deu seus primeiros passos, no século passado, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Mesmo sob circunstâncias adversas, conheceu um ciclo de edificação. Seu legado é precioso. Influenciou em várias dimensões a marcha da humanidade por conquistas civilizatórias. Aquela experiência, embora frondosa, foi derrotada. Mas, o socialismo prossegue no cenário mundial renovado e rejuvenescido pelas lições da história. Entre elas, destaca-se o aprendizado de que não há modelo único nem de socialismo e nem de revolução. Também não há passagem direta do capitalismo para o socialismo. Sua edificação passa por um período de transição, com etapas e fases. Sua conquista e construção adotam caminho peculiar, sujeito, em cada realidade, às particularidades históricas, econômicas, sociais, culturais, étnicas de cada nação, e à correlação de forças no âmbito do sistema de poder mundial. Com pertinácia, reformas e renovações, ao modo de cada um, China, Vietnã, Cuba, República Popular Democrática da Coreia e Laos tiveram capacidade para resistir e manter hasteada a bandeira do socialismo. Agregam-se a essa renovação, em um estágio inicial, as jovens experiências da América Latina. Os governos de três países proclamaram a determinação de realizar a transição do capitalismo ao socialismo: Venezuela, Equador e Bolívia. Destaca-se ainda o fértil regime democrático da África do Sul. No alvorecer do século XXI emerge uma nova luta pelo socialismo.

Capitalismo, um sistema esgotado historicamente

22) A nova jornada libertária brota da resistência do movimento revolucionário, do avanço da consciência e luta dos trabalhadores, do enriquecimento da teoria transformadora e, objetivamente, da senilidade do capitalismo. Depois de 300 anos de existência, é um sistema esgotado historicamente, embora ainda dominante política e ideologicamente. Já na passagem do século XIX para o XX, atingiu sua etapa imperialista. Desde então perdeu o papel progressista e civilizatório que havia tido na superação da milenar sociedade feudal. A humanidade

sob seu domínio tem padecido enormemente. Em vez da paz, a guerra; em vez da liberdade, as ameaças constantes à democracia. Condena milhões à fome e ao desemprego. Aumenta a exploração sobre os trabalhadores. Em busca do lucro máximo, destrói a natureza. Na contemporaneidade, ele exacerbou tais conteúdos e características. O capital financeiro agigantou-se. O rentismo desenfreado se sobrepôs à produção. A soberania dos países e a autodeterminação dos povos são desrespeitadas e nega-se à maioria das nações o direito ao desenvolvimento. Agravaram-se, também, os conflitos entre as potências imperialistas. Capitalismo se torna cada vez mais sinônimo de crise, superexploração, violência. Esta realidade realça os seus limites históricos e impõe a construção de alternativas.

Mudanças na realidade mundial

23) A nova luta pelo socialismo se dá num mundo em mudanças nas suas relações de poder no século XXI. Está em curso uma transição do quadro de dominação unipolar que marcou o imediato pós-Guerra Fria, com a intensificação de tendências à multipolarização e à instabilidade no sistema internacional. Transição cuja essência é marcada pelo declínio relativo e progressivo dos EUA e pela rápida ascensão da China socialista. Essas tendências são fomentadas e alimentadas pela dinâmica de desenvolvimento desigual do capitalismo que tende a se intensificar com a crise internacional desse sistema. Tem sido fator importante, também, a crescente luta dos trabalhadores e dos povos. Assim, por um lado, a crise econômica atual tende a agravar o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, embora estes ainda preservem ampla supremacia de poderio militar. Por outro, as tendências em curso não delineiam ainda uma nova correlação de forças entre as forças revolucionárias e contrarrevolucionárias em escala mundial, que continuam a prevalecer apesar da acumulação dos fatores de mudanças progressistas e revolucionárias.

A transição do capitalismo ao socialismo no Brasil

24) O presente Programa do PCdoB não trata da construção geral do socialismo, mas da transição preliminar do capitalismo para o socialismo. Traça o

caminho, segundo a realidade atual, para reunir as condições políticas e orgânicas da transição. A questão essencial, e o ponto de partida para a transição, é a conquista do poder político estatal pelos trabalhadores da cidade e do campo. Este triunfo exige o protagonismo da classe trabalhadora. Papel que requer elevação de sua unidade e de sua consciência no plano político e social e apoio de seus aliados. O leque de alianças abarca os demais setores das massas populares urbanas e rurais, as camadas médias, a intelectualidade progressista, os empresários pequenos e médios, e aqueles que se dedicam à produção e defendem a soberania da Nação. A participação da juventude e das mulheres é fator destacado para a vitória deste objetivo.

25) O Partido Comunista do Brasil – organização política de vanguarda da classe operária e do povo trabalhador, apoiada na teoria revolucionária marxista-leninista – empenha-se em conjunto com outras organizações e lideranças políticas avançadas, pela vitória do empreendimento revolucionário. Luta pela construção de uma nova formação política, econômica e social. Somente o socialismo é capaz de sustentar a soberania da Nação e a valorização do trabalho, no esforço comum da edificação de um país soberano, democrático, solidário. Por sua vez, o socialismo não triunfa sem absorver a causa da soberania e da afirmação nacional.

Poder, construção econômica, luta de ideias

26) O poder político conquistado por essas forças, expresso na nova República de democracia popular, tem potencial para iniciar a edificação do novo Estado democrático. Estado de base popular, com legalidade democrática, não liberal, de ampla liberdade política para o povo, que conduzirá a transição para o socialismo, na sua etapa preliminar de construção.

27) Por surgir das entranhas do modo de produção capitalista e das suas instituições, a transição para a nova sociedade ainda terá uma economia mista, heterogênea, com múltiplas formas de propriedade estatal, pública, privada, mista, incluindo vários tipos de empreendimentos, como as cooperativas. Poderá contar com a existência de formas de capitalismo de Estado, e com o mercado, regulados pelo novo Poder. Todavia, progressivamente devem

prevaler as formas de propriedade social sobre os principais meios de produção.

28) A transição estará sujeita à reação dos valores e das formas da velha sociedade. Em síntese, ela transcorre sob a disputa inexorável entre dois caminhos, e condicionada pelo contexto da correlação de forças em plano mundial. Desta circunstância resulta uma situação que definirá o processo, as formas de luta, o ritmo e o êxito das novas formações político-institucionais, econômicas e sociais.

O desafio do terceiro ciclo civilizacional

29) O Programa atual de transição para o socialismo está situado historicamente. Procura responder, na dinâmica da evolução política brasileira, à exigência histórica contemporânea de um novo avanço civilizacional. Este consiste na afirmação e no fortalecimento da Nação, na plena democratização da sociedade e no progresso social que a época demanda. Esta exigência decorre da existência já de uma base técnico-científica que permite grandes passos para a conquista de uma sociedade avançada. O sistema capitalista, gerador dessa base moderna de forças produtivas, tornou-se incapaz de utilizá-la como impulsionadora de nova fase do progresso social. Conforme indica a tendência histórica objetiva, a solução viável é o socialismo. Contudo, na atualidade, o alcance do socialismo não é imediato. É preciso reunir condições e meios políticos e orgânicos para se conseguir a transição para esse novo sistema. O Programa atual está situado nessa perspectiva, voltado para responder a esse grande desafio perante a encruzilhada histórica.

30) A transição para o socialismo, na dinâmica concreta da revolução brasileira, está destinada a ser o terceiro grande salto civilizacional afirmativo da nação brasileira. Tem um conteúdo nacional, democrático e popular. Buscará completar e consolidar essas tarefas, indo além das reformas não concluídas pelo processo político atual. É, portanto, uma transição revolucionária, de rupturas profundas, imprescindíveis ao progresso civilizacional. A combinação e o avanço da luta nacional, democrática e popular, que se complementam, são a condição principal para a transição preliminar ao socialismo. É verdadeiramente

te nacional o que é popular, e uma profunda democracia incorpora o povo e lhe dá poder real. A verdadeira independência e afirmação do país, e o pleno avanço democrático e social, só serão possíveis com a abertura da via para o socialismo.

Hegemonia e acumulação de forças

31) A conquista da hegemonia pelas forças interessadas na transição ao socialismo exige acumulação de forças de caráter revolucionário via reformas estruturais e rupturas. Tal processo tem dois eixos básicos: o político e o prático. O primeiro é o movimento pela aplicação deste Programa, pelo crescimento e fortalecimento partidário e de demais forças progressistas. O segundo, a interrelação de três tarefas fundamentais imprescindíveis que, conjugadas na evolução do pensamento do PCdoB, adquiriram um fundamento que orienta sua ação prática. Tais tarefas são: relacionar a atuação na esfera institucional – governos democráticos e parlamentos e a construção de frentes amplas – com a intervenção política que tem por fim a mobilização e a organização das massas trabalhadoras e do povo, fonte principal de crescimento do Partido e força-motriz fundamental das mudanças; e a participação criadora e permanente na luta de ideias, com a finalidade de responder aos desafios da luta presente e futura.

32) Antes de alcançar o objetivo estratégico, há a possibilidade de ocorrer em países da “periferia” do sistema mundial e de democracias recentes como o Brasil formas de poder transitório, que durem mais, ou menos, tempo de equilíbrio contestado e instável. Tal poder pode até mesmo não apresentar uma preponderância nítida de uma classe dominante, situação favorável para se atingir relativo progresso. Esta possível circunstância pode resultar em conquistas; no entanto, a permanência dessa situação não garantiria o êxito pleno das tarefas necessárias, podendo também se desencaminhar de rumo.

Novo Projeto Nacional, caminho brasileiro para o socialismo

33) O presente Programa traça o caminho, isto é, faz indicações sobre meios políticos e organizativos que possam levar à vitória da conquista da República de democracia popular, condutora da transição para o socialismo. O caminho

para se alcançar esse objetivo maior consiste no delineamento e execução de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND). Seu conteúdo deve partir das condições políticas e econômicas do Brasil e do mundo, do nível de organização e mobilização das massas populares e do âmbito eleitoral que, na atualidade, é o cenário das batalhas políticas principais na luta pelo poder.

34) A vitória das forças democráticas, progressistas e populares em eleições presidenciais impulsionará a luta pela aplicação do NPND. A derrota, ou o êxito, eleitoral da tendência política avançada, ou circunstâncias políticas imprevisíveis, podem influir na trajetória e no nível das batalhas, na correlação de forças e nas condições de luta. Todavia, em qualquer situação, a transição ao socialismo deve ser o norte constante do PCdoB.

35) A grande crise global do capitalismo da época atual – cuja fase aguda começou em setembro de 2008 – atingiu o Brasil em pleno crescimento, impondo medidas emergenciais e estruturais. Ela criou uma situação mundial e nacional nova para a contínua exigência de novo Projeto Nacional, e o nível das lutas para tanto. A formulação de tal projeto adquire uma dimensão inédita, requer respostas políticas e econômicas que não se limitem a remediar o impasse gerado pela grande crise do capitalismo. Impõe-se distinguir novas oportunidades e caminhos.

36) A elaboração de um NPND deve considerar o impacto dessa grande crise, tal como em 1929-33, quando o Brasil soube aproveitar as contradições das grandes potências capitalistas para se industrializar. Na atualidade, porém, o PCdoB defende um projeto nacional vinculado à perspectiva da transição ao socialismo. Este nítido norte aprofunda e dá um rumo consequente à sua execução.

A luta em todos os terrenos pela sua concretização eleva a consciência política e social, obtém vitórias e acumula forças. Esta conduta visa ao alcance da hegemonia dos interesses dos trabalhadores e da maioria da Nação. É um meio de aproximação da conquista do poder que instaure o novo Estado de democracia popular.

Essência, alvos e alianças

37) O Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, nas condições atuais, deve atingir patamar superior em relação ao aplicado no período político

aberto pelo governo Lula. Ele tem essência antiimperialista, antilatifundiária e antioligarquia financeira e visa a suplantar a fase neoliberal, de culminância do capital rentista e parasitário. Seu fundamento programático compreende a luta pela soberania e defesa da Nação, a democratização da sociedade, o progresso social e a integração solidária da América Latina.

38) A aliança política para sua concretização tem como alvo atingir e derrotar os setores políticos e sociais pró-imperialistas e os grandes beneficiários de sua rede rentista-especulativa. Ou seja, visa a derrotar os setores que se separaram da Nação e se uniram aos espoliadores estrangeiros. Noutra plano, se buscará neutralizar outros setores capitalistas. Esta nitidez quanto aos alvos permite configurar uma larga frente política e social que tem como centro os trabalhadores e engloba amplos segmentos da Nação.

Tarefas, conteúdo, principais bandeiras

39) O NPND deve responder a um conjunto de tarefas fundamentais: construção de uma nação democrática, próspera e solidária, de um Estado democrático e inovador de suas instituições; um país de alta tecnologia, avançado na indústria do conhecimento e grande produtor de alimentos e energia; vida digna para o povo. Iguais oportunidades e universalização dos direitos básicos; desenvolvimento contínuo e ambientalmente sustentável; afirmação e florescimento da cultura brasileira e da consciência nacional; aprofundamento e consolidação da integração da América do Sul e das parcerias estratégicas em âmbito mundial.

40) O fortalecimento e a defesa da Nação. União de interesses nacionais em conjugação com as reivindicações sociais e a ampla participação democrática do povo. Isto se manifesta numa ação comum nacional contra os intentos de dominação imperialista na região, na luta para vencer a dependência econômico-financeira, científica e tecnológica e cultural. Na definição e execução de uma estratégia de defesa nacional que assegure ao país a soberania sobre seu extenso território. De desenvolvimento nacional associado aos seus vizinhos sul e latino-americanos que abra perspectiva para uma nova formação política, econômica e social avançada em todo o continente.

41) Edificação de um Estado democrático, inovador. Imprimir uma marcha contínua do desenvolvimento, de ampla liberdade política para o povo. Combinação entre democracia representativa e democracia direta, ampla participação e consulta popular na decisão dos temas de grande interesse nacional. Inovação institucional com o financiamento público de campanhas eleitorais e voto no partido. Rigoroso zelo com o patrimônio e os recursos públicos. Garantir os serviços públicos de qualidade. Democratização do Poder Judiciário, assegurando acessibilidade de uma justiça ágil ao povo e controle externo para garantir gestão eficaz. Implantação das ouvidorias para criar canais de participação popular. Fixar mandato para ministros do Supremo Tribunal Federal, acabando com a vitaliciedade e possibilitando alternância. Fortalecer as Forças Armadas enquanto instituições comprometidas com a ordem democrática e indispensáveis para defender a soberania nacional. Garantia do direito à comunicação, com a abertura de acesso gratuito aos meios de comunicação de massa, em prol dos partidos e dos movimentos sociais. Regime federativo que permita associar os três níveis da Federação em iniciativas e planos conjuntos.

42) Nação desenvolvida, potência energética, com progresso da ciência, da tecnologia e da inovação. Definir um Planejamento Estratégico de Desenvolvimento. Seu conteúdo indica robusto investimento público e forte papel regulador do Estado. Buscar a condição de potência energética explorando, soberanamente, as reservas de petróleo, em especial da área do pré-sal e com a diversificação da matriz, biocombustíveis, energias renováveis e domínio do ciclo completo do átomo para fins pacíficos. Construção permanente de ampla infraestrutura, sobretudo de malha ferroviária que cubra o território nacional, montagem dos meios para estender a navegação fluvial e de cabotagem e edificação de portos. O planejamento deve englobar decisões de uma política econômica expansiva, de ampliação e fortalecimento do mercado interno e das empresas nacionais. Construção de uma base industrial voltada para a produção de maior valor agregado e de instituições e regras que criem um sistema avançado de inovação tecnológica permanente. Definição de marcos regulatórios conforme as regiões de exploração agrícola. Destinar terras para a exclusiva produção de alimentos; o plantio dos elementos agrícolas para pro-

dução de energia; e a conservação e utilização científica da biodiversidade, especialmente, na indústria farmacêutica.

43) Valorização do trabalho. Reversão da atual transferência de renda da esfera do trabalho para o capital. Democratizar o sistema de relações sociais do trabalho, a partir de aperfeiçoamento e atualização da CLT e com a garantia plena da organização sindical desde o local de trabalho. Luta por mais empregos, melhores salários; salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres; pelo respeito e ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários; pela formalização do mercado de trabalho; e, sobretudo, pela redução constitucional da jornada de trabalho sem redução salarial, com base nos avanços da produtividade do trabalho.

44) Vida social harmônica. Resolver as contradições e tensões existentes no âmbito do povo; promoção da igualdade social para que avance a construção de uma sociedade solidária e humanista. Luta prioritária contra o racismo e por políticas de promoção da igualdade social para os negros; proteção, harmonização, efetivação e garantia dos direitos das etnias indígenas. O Estado combaterá as opressões e discriminações que desrespeitem a liberdade religiosa, e a livre orientação sexual. Garantia dos direitos de crianças, adolescentes, jovens e idosos, e políticas de acessibilidade universal para as pessoas com deficiência. Tratamento das tensões e diferenças no âmbito do povo sempre em prol do fortalecimento da unidade da Nação.

45) Superar desigualdades regionais. Desenvolvimento harmônico e integrado. Medidas de redução progressiva das desigualdades regionais, garantindo o progresso de todas as regiões. Política de desenvolvimento especial para Nordeste, Norte e Centro-Oeste, baseada em fortes investimentos públicos e incentivos fiscais. Revitalização, fortalecimento e criação de entes estatais, como: Sudene e Banco do Nordeste; Sudam e Banco da Amazônia; Sudeco e a criação de um Banco de fomento para a região Centro-Oeste.

46) Emancipação das mulheres. É uma condição para o progresso social. Aproveitar o imenso potencial das mulheres, hoje relativamente adormecido, mas que sustenta a acumulação capitalista, libertando suas energias. A emancipação das mulheres é obra da luta em primeiro lugar delas próprias. Entretanto, a transformação nas relações entre gêneros e a igualdade integral de

direitos, na lei e na vida, necessitam do empenho da sociedade. Assegurar tais direitos na esfera do trabalho, da educação e saúde, e adotar políticas públicas de combate à violência praticada contra as mulheres.

47) Proteção do meio ambiente. Soberania nacional, desenvolvimento e proteção do meio ambiente, compatíveis com as atuais exigências de um desenvolvimento sustentável. Luta que promove o avanço civilizacional e é indispensável para garantir a qualidade de vida no planeta. Superar a concepção dos defensores tanto da exploração predatória (segundo a qual o crescimento econômico é tudo e a proteção ambiental, nada) quanto do “santuarismo”, ou seja, o preservacionismo estático da natureza, que paralisa o desenvolvimento. Combate ao desmatamento, defesa da fauna, dos recursos hídricos. Planejamento do uso e ocupação do solo, zoneamento econômico-ecológico e estímulo ao uso de energias renováveis. Proteção de todos os biomas do país, com destaque para a Amazônia. É necessário assegurar o equilíbrio ecológico e promover o desenvolvimento socioeconômico que garanta ao povo trabalho e vida digna.

48) Defesa da cultura brasileira. Luta permanente por sua afirmação e florescimento. Enfrentamento da pressão ideológica que atua para impor uma hegemonia cultural e ideológica estrangeira, em tudo distinta do salutar intercâmbio entre os povos. Garantir o fomento às linguagens artísticas e expressões culturais. Preservar o patrimônio histórico material e imaterial de todas as regiões e manifestações culturais do país. Fortalecer a identidade e a diversidade cultural do povo brasileiro, com políticas que gerem autonomia, protagonismo e liberem sua capacidade criativa. Reforço das instituições públicas que defendam, fomentem e difundam a produção cultural e artística brasileira, fortalecendo o Sistema Nacional de Cultura, garantindo orçamento vinculado em todos os níveis de governo e promovendo o planejamento estratégico para o setor. Assegurar o acesso a bens e serviços culturais como questão central da cidadania. Incorporar o saber, a criatividade, a inovação e o conhecimento como base da economia brasileira do século XXI e dos séculos vindouros, mantendo uma política de Estado para robustecer a indústria cultural brasileira e assegurar o crescimento do mercado interno.

49) Soberania nacional e integração solidária. Política externa independente, correspondente a um novo lugar e um novo papel progressista do Brasil

no mundo em que prevaleçam os valores de cooperação, convivência democrática, direito internacional, defesa da paz e da solidariedade com os povos e nações. Integração solidária da América do Sul, parcerias estratégicas com Estados semelhantes e diversificação do comércio exterior com prioridade para as relações Sul-Sul. Pela sua dimensão estratégica, lutar para fortalecer a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Dinamizar e ampliar o Mercosul, reforçando seu caráter de união aduaneira e mercado interno comum, e dando-lhe maior institucionalidade, com o fortalecimento do Parlasul e outros entes.

50) Democratização da sociedade. Combater a enorme injustiça social do país, tendo como diretriz que cada cidadão tenha os mesmos direitos e condições para o seu desenvolvimento. Para superar progressivamente a pobreza, assegurar às pessoas marginalizadas um conjunto básico de recursos e direitos sociais. Continuidade e expansão de reformas estruturais democráticas que elevem o denominador comum de direitos e qualidade de vida. Tais reformas devem envolver a maioria da Nação, as organizações populares, os governos progressistas, os setores empresariais comprometidos com a causa patriótica.

Como financiar o desenvolvimento

51) O crescimento econômico acelerado e duradouro requer uma elevação substancial dos investimentos. Isso só será possível com a inversão da lógica rentista predominante em uma nova concepção desenvolvimentista. Essa demanda exige uma reforma do Sistema Financeiro Nacional, tendo por objetivo fortalecer continuamente o sistema público financeiro como polo bancário fundamental para o desenvolvimento nacional; vincular a ação do Banco Central do Brasil ao objetivo do desenvolvimento; direcionar o sistema bancário comercial para o financiamento, em especial de longo prazo, dos investimentos de grande massa de empresas.

52) O financiamento do NPND, por um lado, exigirá também uma mudança no perfil da dívida pública, diminuindo seus custos e aumentando seus prazos, bem como a adoção de políticas monetária e fiscal, expansivas. O esforço pela diminuição da taxa de juros e dos spreads bancários poderá tornar os investimentos produtivos mais atraentes e aliviará o Orçamento da União

do grande peso da rolagem da dívida pública. Além disso, essas medidas forçarão o sistema bancário a assumir os riscos de financiamento da produção, dando liquidez e ritmo ao crescimento. Por outro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao fornecer crédito de longo prazo a juros razoáveis, impulsionará o investimento público estratégico e servirá também de estímulo ao capital privado. A superação da lógica rentista abrirá possibilidades para um melhor aproveitamento do potencial dos fundos públicos de poupança compulsória. Fortalecer as empresas estatais aumentando a participação do Estado e criar outras em setores estratégicos da economia. Utilizar as riquezas minerais com destaque para as reservas do pré-sal para financiar o desenvolvimento e o progresso social. Persistir na integração financeira e monetária com os demais países da América do Sul e com outras nações em desenvolvimento. Tal iniciativa tornará o país menos suscetível às imposições do dólar. O Fundo Soberano do Brasil deve ser fortalecido para ajudar no financiamento do desenvolvimento. O capital estrangeiro, segundo regras do NPND, contribuirá para o desenvolvimento nacional, desde que direcionado para o investimento e o financiamento de projetos produtivos de interesse nacional. Estas diretrizes só surtirão efeitos plenos se combinadas com uma política cambial administrada para assegurar a competitividade das exportações brasileiras e defender contra a especulação a moeda e a economia nacionais.

Reformas para o avanço do NPND

53) O NPND inclui as reformas que compõem o esforço de democratização da sociedade brasileira nas condições atuais – política, educacional, tributária, agrária, urbana, meios de comunicação e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), da seguridade social e segurança pública.

a. Reforma política ampla, democrática deve assegurar o pluralismo partidário, resguardar o sistema proporcional, fortalecer os partidos e ampliar a liberdade política; implantar um novo sistema de representação político-eleitoral com financiamento público de campanhas e voto em listas partidárias. Instituir formas de democracia participativa e direta, além da representativa. Combater a renitente investida para restringir o pluralismo partidário.

b. Reforma nos meios de comunicação de massas tem um papel estratégico. O direito à comunicação é indispensável à cidadania e à democracia. É preciso combater a monopolização do setor, revisar os critérios de concessão para o setor privado, fixar mecanismos de controle social, rever os critérios públicos de publicidade oficial, fortalecer um sistema público de comunicação, multiplicar a radiodifusão comunitária, estimular a inclusão digital, estabelecer um novo marco regulatório. Na luta pela democratização da mídia é preciso dar ênfase à defesa da produção e da cultura nacional, valorizando a diversidade regional e a produção independente; no processo de convergência digital, defender a produção nacional em face de tentativas de invasão estrangeira.

c. Reforma da educação que consolide um Sistema Nacional de Educação, com prioridade para a educação pública e gratuita, garantindo sua qualidade e seu caráter científico, crítico e laico. Acesso e permanência dos estudantes à educação pública em todos os níveis. Controle público sobre o ensino privado, impedindo a sua desnacionalização. Formação e valorização dos profissionais da educação. Universalização do ensino básico, progressivamente integral. Erradicação do analfabetismo. Fortalecimento do caráter estratégico da educação superior pública, com democratização de acesso, expansão e sustentação da qualidade. Investimento significativo e sistemático em pesquisa. Políticas de extensão que coloquem à disposição do povo a produção científica das universidades. Política de financiamento que amplie o percentual do PIB destinado à educação e controle da aplicação dos recursos. Essa reforma no seu conjunto visa, também, a garantir que a educação, relacionada com o trabalho e o desenvolvimento, seja fator de superação da desigualdade social.

d. Reforma tributária progressiva que tribute mais os detentores de fortunas, riquezas e rendas elevadas. Especial tributação sobre a especulação e o rentismo. Desoneração da produção e do trabalho. Tributação direcionada para a redução das desigualdades regionais e sociais. Fim dos privilégios socioeconômicos dos setores dominantes, hoje menos tributados que a maioria assalariada.

e. A Reforma agrária, emparedada por poderosos interesses de grandes proprietários rurais, precisa ser realizada. A produção capitalista dominante no campo gera uma realidade contrastante entre propriedades de produção inten-

sivo-moderna e de produção extensiva atrasada. A reforma tem uma finalidade econômica e social progressista. O êxito da reforma agrária na etapa atual depende da concentração da luta em torno de um alvo definido: eliminação da grande propriedade territorial improdutiva e aproveitamento das grandes parcelas de terras devolutas do Estado. A terra deve ser parcelada em forma de propriedade familiar, em regime cooperativo, com acesso ao crédito e à técnica, a equipamentos, preços mínimos, seguro agrícola, e direcionada para uma agroindústria avançada. Elevar a qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias. Atualizar os índices que medem a atividade rural produtiva. Assegurar a função social da propriedade da terra. Coibir a compra de terras por estrangeiros. Combate à grilagem. A mobilização social dirigida contra o latifúndio improdutivo e os monopólios estrangeiros agropastoris, neutralizando os proprietários capitalistas produtivos, atraindo os proprietários médios e pequenos e baseando-se no campesinato, no proletariado rural e na maioria do povo.

f. Reforma urbana que garanta direitos e serviços ao povo, como moradia digna e infraestrutura, saneamento ambiental, transporte público com ênfase no transporte coletivo, mobilidade urbana, segurança pública, cultura, esporte e lazer. Mobilização popular para que se avance no processo de regularização fundiária e combate à especulação imobiliária. Exigir do Estado planejamento urbano democrático. Aplicação dos dispositivos constitucionais e legais como a função social da propriedade, conforme o Estatuto da Cidade. Construir o Sistema Nacional de Política Urbana.

g. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), dando-lhe qualidade superior que reverta o ônus e o sofrimento para o povo. Por um lado, maiores investimentos no sistema, gestão moderna, democrática e eficiente, exercida pelo poder público e, por outro, normas e limites para a saúde gerida por grupos privados – que, em perspectiva, devem ser substituídos pelo regime único de saúde pública. Humanização do sistema de saúde. Valorização dos profissionais e dos gestores do setor.

h. Fortalecimento e ampliação da Seguridade Social. Além do direito à saúde, o Estado deve assegurar a prestação universal e de qualidade de serviços públicos e direitos concernentes à previdência e à assistência social. Universalizar a cobertura da previdência social incorporando todos os trabalhadores, inclusive

os do setor informal – hoje excluídos –, e garantir melhores rendas aos aposentados e pensionistas, cujo valor acompanhe o crescimento econômico do país. Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para garantir o preceito constitucional de acesso universal à proteção social em todos os ciclos da vida.

i. Fortalecimento da segurança pública. Adoção de uma nova política nacional de segurança orientada pelo direito fundamental do cidadão a uma vida com paz e segurança. Política fundada na integração entre União, estados e municípios, constituindo um Sistema Único de Segurança Pública que tenha a participação solidária e o controle da sociedade. Realizar ações prioritariamente preventivas e de repressão à violência criminal. Combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

54) Esse conjunto de reformas articuladas e o fortalecimento dos serviços públicos nomeados podem orientar a ação política organizada de amplo movimento democrático, contrapondo-se aos obstáculos conservadores políticos e econômicos dominantes. A jornada para realizá-las canaliza energias para responder às necessidades crescentes materiais, políticas e culturais do povo.

Fortalecer a Nação, lutar pelo socialismo

55) Esta é a proposta deste Programa Socialista para o Brasil. Esta é a mensagem de esperança e luta do PCdoB ao povo e aos trabalhadores, aos seus aliados, e a todos os brasileiros compromissados com o país e com o progresso social. Os comunistas alicerçados na força e na luta do povo estão chamados a construir um PCdoB forte à altura dos desafios desta grande causa. É hora de forjar, no curso da luta, uma ampla aliança nacional, democrática e popular que impulse a jornada libertária para que o mais breve possível, neste século XXI, o Brasil se torne uma nação livre, plenamente soberana, forte e influente no mundo, justa e generosa com seus filhos e solidária com os povos do mundo.

Aprovado no 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil-PCdoB
São Paulo, 8 de novembro de 2009.

Fonte: site do PCdoB <http://www.pcdob.org.br/documento.php?id_documento_arquivo=1>.

PSB – Partido Socialista Brasileiro

Número oficial da sigla partidária: 40

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 1º/7/1988

Endereço na internet: <http://www.psbnacional.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Capítulo I

Do Partido, sede, princípios básicos e finalidades

Art. 1º O Partido Socialista Brasileiro – PSB, com sede e foro na Capital da República Federativa do Brasil, com jurisdição em todo território nacional e duração por tempo indeterminado, rege-se, por seu Manifesto, Programa e Estatuto, observados os princípios constitucionais e as normas legais.

§ 1º O PSB, formalmente, é a denominação que tomou a antiga Esquerda Democrática, por força da Resolução nº 2.130, de 6 de agosto de 1947, do Tribunal Superior Eleitoral, que reformou os estatutos partidários.

§ 2º O PSB, historicamente, é produto e continuidade das experiências e lutas sociais, políticas, econômicas e culturais do povo brasileiro e dos trabalhadores em particular, da aplicação de suas sistematizações teóricas e das formulações criadoras de personalidades nacionais e internacionais, que contribuem para a construção da democracia e do socialismo.

§ 3º O PSB, fiel à democracia pluralista como valor político permanente, ao regime republicano e à forma federativa de organização administrativa do país, às elaborações socialistas e à luta pelos direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos e políticos da cidadania, exerce suas atividades visando à realização de seus projetos programáticos, em particular:

I – conduzir a Nação à conquista da plena soberania nacional, principalmente política e econômica;

II – democratizar o estado através de mecanismos que garantam a participação da sociedade civil organizada na formulação, execução e fiscalização das políticas públicas;

III – socializar os meios de produção considerados estratégicos e fundamentais ao desenvolvimento social, cultural e da democracia, e a preservação da soberania nacional;

IV – democratizar as relações de trabalho;

V – estimular a ampla associação de cidadãos livres, visando à criação de novas formas e sistema de produção, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável;

VI – estimular o desenvolvimento de valores morais e comportamentos culturais que contribuam para acelerar a abolição dos antagonismos de classes e da exploração entre classes e segmentos sociais, bem como de todas as formas que justificam ideologicamente a discriminação e a marginalização de indivíduos e grupos sociais;

VI – lutar para manter o patrimônio intelectual no domínio da nacionalidade;

VII – lutar contra todos os tipos de privilégios, em especial aqueles patrocinados em causa própria, em qualquer nível.

Art. 2º É finalidade do PSB lutar pela implantação da democracia e do socialismo no País, buscando, para isso:

a) propagar as formulações consubstanciadas em seu Manifesto, Programa, decisões de Congressos e direções usando todos os meios democráticos para sua concretização;

b) contribuir para a unidade das forças políticas partidárias, sociais, progressistas, populares e democráticas, visando à consolidação da democracia pluralista e a participação de todos os cidadãos nas riquezas materiais e culturais produzidas pela sociedade;

c) Conquistar o poder político através do voto livre e das lutas democráticas da sociedade organizada para a concretização do processo de mudanças;

d) Buscar o intercâmbio, a integração, e a cooperação com os demais partidos, instituições e movimentos nacionais e internacionais que lutem por objetivos idênticos;

e) Apoiar os movimentos pela integração latino americana, na perspectiva da emancipação dos trabalhadores, e todas as ações que contribuam para a paz, o respeito à autodeterminação dos povos e a eliminação de relações de subordinação ou espoliação entre países e nações e por parte de grupos econômicos transnacionais.

(...)

Manifesto e Programa Partidário

Os atuais membros do Partido Socialista Brasileiro, reunidos em Convenção Nacional,

– Considerando que a Sociedade atual assenta em uma ordem econômica de que decorrem, necessariamente, desigualdades sociais profundas e o predomínio de umas nações sobre outras, o que entrava o desenvolvimento da civilização;

– Considerando que a transformação econômica e social que conduzirá à supressão de tais desigualdades e predomínio pode ser obtida por processos democráticos;

– Considerando, ainda, que as condições históricas, econômicas e sociais peculiares ao Brasil não o situarão fora do mundo contemporâneo, quanto aos problemas sociais e políticos em geral e as soluções socialistas que se impuseram.

Resolvem constituir-se em Partido, sob o lema de Socialismo e Liberdade, e orientado pelos seguintes princípios:

I – O Partido considera-se ao mesmo tempo resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro.

II – As peculiaridades nacionais serão pelo partido consideradas, de modo que a aplicação de seus princípios não constitua solução de continuidade na história política do País, nem violência aos caracteres culturais do povo brasileiro.

III – Sem desconhecer a influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram, eficazmente, para despertar no operariado uma consciência política necessária ao progresso social, entende que as cisões provocadas por essa influência nos vários grupos partidários estão em grande parte superadas.

Por ocasião da II Convenção Nacional da Esquerda Democrática, realizada no Rio de Janeiro em abril de 1947, constituiu-se o Partido Socialista Brasileiro.

IV – O Partido tem como patrimônio inalienável da humanidade as conquistas democrático-liberais, mas as considera insuficientes como forma política, para se chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem pelo homem.

V – O Partido não tem uma concepção filosófica da vida, nem credo religioso; reconhece a seus membros o direito de seguirem, nessa matéria, sua própria consciência.

VI – Com base em seu programa, o Partido desenvolverá sua ação no sentido de fazer proselitismo, sem prejuízo da liberdade de organização partidária, princípio que respeitará, uma vez alcançado o poder.

VII – O objetivo do Partido, no terreno econômico e a transformação da estrutura da sociedade, incluída a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, que procurará realizar na medida em que as condições do País a exigirem.

VIII – No terreno cultural, o objetivo do Partido é a educação do povo em bases democráticas, visando a fraternidade humana e a abolição de todos os privilégios de classe e preconceitos de raça.

IX – O Partido dispõe-se a realizar suas reivindicações por processos democráticos de luta política.

X – O Partido admite a possibilidade de realizar algumas de suas reivindicações em regime capitalista, mas afirma sua convicção de que a solução definitiva dos problemas sociais e econômicos, mormente os de suma importância, como a democratização da cultura e a saúde pública, só será possível mediante a execução integral do seu programa.

XI – O Partido não se destina a lutar pelos interesses exclusivos de uma classe, mas pelos de todos os que vivem do próprio trabalho, operários do

campo e das cidades, empregados em geral, funcionários públicos ou de organizações paraestatais, servidores das profissões liberais – pois os considera, todos, identificados por interesses comuns. Não lhe é, por isto, indiferente a defesa dos interesses dos pequenos produtores e dos pequenos comerciantes.

Com base nos princípios acima expostos, o Partido adota o seguinte:

Programa

Classes Sociais

– O estabelecimento de um regime socialista acarretará a abolição do antagonismo de classe.

Socialização

– O Partido não considera socialização dos meios de produção e distribuição a simples intervenção de Estado na economia e entende que aquela só deverá ser decretada pelo voto do parlamento democraticamente constituído e executada pelos órgãos administrativos eleitos em cada empresa.

Da Propriedade em Geral

– A socialização realizar-se-á gradativamente, até a transferência, ao domínio social, de todos os bens passíveis de criar riquezas, mantida a propriedade privada nos limites da possibilidade de sua utilização pessoal, sem prejuízo do interesse coletivo.

Da Terra

– A socialização progressiva será realizada segundo a importância demográfica e econômica das regiões e a natureza de exploração rural, organizando-se fazendas nacionais e fazendas cooperativas, assistidas estas, material e tecnicamente, pelo Estado. O problema do latifúndio será resolvido por este sistema de grandes explorações, pois assim sua fragmentação trará obstáculos ao progresso social. Entretanto, dada a diversidade do desenvolvimento econômico

das diferentes regiões, será facultado o parcelamento das terras da Nação em pequenas porções de usufruto individual onde não for viável a exploração coletiva.

Da Indústria

– Na socialização progressiva dos meios de produção industrial partir-se-á dos ramos básicos da economia.

Do Comércio

– A socialização da riqueza compreenderá a nacionalização do crédito, que ficará, assim, a serviço da produção.

Das Finanças Públicas

– Serão suprimidos os impostos indiretos e aumentados, progressivamente, os que recaiam sobre a propriedade territorial, a terra, o capital, a renda em sentido estrito e a herança, até que a satisfação das necessidades coletivas possa estar assegurada sem recurso ao imposto.

– Os gastos públicos serão orçados se autorizados pelo Parlamento, de modo que assegurem o máximo de bem-estar coletivo.

Da Circulação

– O comércio exterior ficará sob controle do Estado até se tornar função privativa deste. A circulação das riquezas será defendida dos obstáculos que a entram, promovendo-se formas diretas de distribuição, sobretudo através de cooperativas.

Organização do Trabalho

– O trabalho será considerado direito e obrigação social de todo cidadão válido, promovendo-se a progressiva eliminação das diferenças que atualmente separam o trabalho manual do intelectual. O Estado assegurará o exercício desse direito. O cidadão prestará à sociedade o máximo de serviços dentro de suas possibilidades e das necessidades sociais, sem prejuízo de sua liberdade, quanto à escolha da empresa e da natureza da ocupação.

- A liberdade individual de contrato de trabalho sofrerá as limitações decorrentes das convenções coletivas e da legislação de amparo aos trabalhadores.
- Os sindicatos serão órgãos de defesa das forças produtoras. Deverão, por isto, gozar de liberdade e autonomia.
- Será assegurado o direito de greve.

Organização Política

– O Estado será organizado democraticamente, mantendo sua tradicional forma federativa e respeitando a autonomia dos municípios, observados os seguintes princípios:

- constituição dos órgãos do Estado por sufrágio universal, direto e secreto, com exceção do judiciário;
- Parlamento permanente;
- autonomia funcional do poder judiciário;
- vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de seus vencimentos;
- justiça gratuita;
- neutralidade do Estado em face dos credos filosóficos e religiosos;
- liberdade de organização partidária dentro dos princípios democráticos;
- a política externa será orientada pelo princípio de igualdade de direitos e deveres entre as nações, e visará o desenvolvimento pacífico das relações entre elas. Só o parlamento será competente para decidir da paz e da guerra.

Direitos Fundamentais do Cidadão

- Todos os cidadãos serão iguais perante a lei, sendo-lhes asseguradas as liberdades de locomoção, de reunião, de associação, de manifestação do pensamento, pela palavra escrita, falada ou irradiada; a liberdade de crença e de cultos, de modo que nenhum deles tenha com o governo da União ou dos Estados relações de dependência ou aliança.
- Será assegurada a igualdade jurídica do homem e da mulher.

Educação e Saúde

- A educação é direito de todo cidadão, que a poderá exigir do Estado, dentro dos limites de sua vocação e capacidade, sem qualquer retribuição. A educação

visará dar ao homem capacidade de adaptação à sociedade em que vive e não a um grupo ou classe. O ensino oficial será leigo e organizado de modo que vise o interesse público e não fins comerciais. O professor terá liberdade didática em sua cadeira. O educador, no exercício de sua profissão, nenhuma restrição sofrerá de caráter filosófico, religioso ou político.

– A manutenção da saúde pública é dever do Estado, que não só estabelecerá condições gerais capazes de assegurar existência e trabalho sadios em todo o território nacional, como ainda proporcionará a todos assistência médico-higiênica e hospitalar.

Reivindicações Imediatas

Enquanto não lhe for possível, como governo, realizar esta programação, o Partido propugnará as seguintes, que serão ampliadas e desdobradas na medida em que a consecução de umas permita a apresentação das subsequentes, bem como de outras que, dentro dos princípios gerais do Partido, devam ser levantadas em virtude do aparecimento de novas situações:

1^o Subordinação da nacionalização de bens pela União, Estados e Municípios, em cada caso particular, ao voto das respectivas câmaras legislativas.

2^o Administração das empresas nacionalizadas por órgãos constituídos de representantes dos respectivos governos, indicados pelo Executivo e aprovados pelo Legislativo, e de representantes eleitos pelos empregados das empresas.

3^o Nacionalização das fontes e empresas de energia, transportes e indústrias extrativistas consideradas fundamentais. Elaboração e execução de um plano destinado a colocar o potencial de energia hidráulica e de combustíveis a serviço do desenvolvimento industrial. Exclusividade da navegação de cabotagem, inclusive fluvial, para os navios brasileiros.

4^o Nacionalização das terras não exploradas, ou de terras cuja exploração atual não atende ao interesse público, a partir das situadas nas regiões populosas, de modo adequado, inclusive pela instalação de cooperativas de trabalhadores. Assistência financeira, material e técnica às cooperativas nos latifúndios e às organizadas pelos pequenos agricultores. Abolição imediata do aforamento de terras particulares. Proibição de alienação das terras públicas, sendo a renda do domínio direto partilhada pelos governos federal, estaduais e municipais.

Parcelamento das terras da Nação onde não for viável a instalação de cooperativas, em pequenas porções de usufruto individual.

Libertação de uma área em torno das cidades, vilas e povoados, destinada à produção de gêneros de imediato consumo alimentar local. Concessão de crédito fácil e barato (penhor agrícola) aos pequenos agricultores.

5^o Nacionalização do crédito e das operações de seguro. Abolição dos impostos sobre o comércio interestadual, sobre os gêneros de primeira necessidade, vestuário indispensável às classes pobres e médias, livros, medicamentos e demais utilidades destinadas à educação e saúde públicas, instrumentos manuais do trabalho do operário urbano ou o trabalhador rural, e dos pequenos agricultores e, ainda, sobre a renda mínima necessária a uma subsistência digna e eficiente e sobre as pequenas propriedades agrícolas. Abolição gradativa dos impostos indiretos e taxação fortemente progressiva sobre a terra, a renda, o capital e a herança.

6^o Incentivo à organização de cooperativas de consumo, em municípios, bairros e empresas pela facilitação de crédito e isenção de impostos.

7^o Liberdade e autonomia dos sindicatos, considerada a unidade sindical dos trabalhadores, aspiração a ser realizada por eles próprios; direito irrestrito de greve em todos os ramos da atividade profissional; organização do trabalho de modo que os direitos individuais e sociais dos trabalhadores sejam assegurados e ampliados, quer na indústria quer no campo; salário mínimo que possa garantir o necessário à subsistência do trabalhador e de sua família e à educação de seus filhos; seguro social universal; instituto único de previdência e assistência, dirigido por órgão misto de representantes das partes contribuintes e descentralizado administrativamente no que diz respeito à concessão de benefícios; participação dos trabalhadores na direção e nos lucros das empresas, independentemente dos salários; fixação das aposentadorias e pensões em quantia nunca inferior ao salário mínimo; impenhorabilidade da casa de pequena valia onde residir o devedor; reconhecimento do direito de sindicalização a todas as categorias profissionais, inclusive aos funcionários públicos, federais, municipais e paraestatais; elaboração e execução de um plano do sistema de transporte, marítimo, fluvial, terrestre e aéreo, de modo a permitir a articulação das comunicações entre as nossas diversas regiões; estímulo à

imigração para desenvolvimento industrial e agrário do país e povoamento do seu solo, respeitada a segurança nacional; livre entrada para as máquinas operatrizes e aparelhamentos industriais não fabricados no Brasil; tarifa de renda de 15% para os demais produtos e matérias-primas que não tenham similar nacional segundo um plano a ser executado em cinco anos.

8ª Defesa e desenvolvimento da forma democrática de governo e garantias às liberdades e direitos fundamentais do homem; regime representativo de origem popular, através do sufrágio universal, direto e secreto, com representação proporcional, garantida a possibilidade do exercício do direito do voto a bordo, a tripulantes e passageiros e a empregados em ferrovia ou rodovia, durante a viagem; direito de voto a todos os militares e aos analfabetos; liberdade de manifestação do pensamento pela palavra escrita, falada e irradiada; liberdade de organização partidária, de associação, de reunião; igualdade jurídica do homem e da mulher; liberdade de crença e de cultos, de modo que nenhum deles tenha com o governo da União ou dos Estados relações de dependência ou aliança; proibição de qualquer espécie de subvenção, auxílio ou doação oficial a igrejas, congregações ou organizações religiosas ou filosóficas; organização racional das repartições públicas.

Unidade do direito substantivo, do processual e da magistratura; justiça gratuita; restauração da instituição do júri sobre suas bases populares; adoção, na justiça do trabalho, do critério de escolha, nomeação e carreira vigente na justiça comum; extensão aos juizes do trabalho das garantias vigentes para a justiça comum; gratuidade do registro civil das pessoas naturais, compreendendo nascimentos, casamentos e óbitos; transformação, para isto, dos respectivos cartórios em departamentos do Estado, mediante o enquadramento de seus serventuários no funcionalismo, para todos os efeitos, ainda que subordinado o respectivo serviço ao Judiciário.

Fortalecimento do Poder Legislativo pela adoção do sistema unicameral com uma assembleia permanente, cujas sessões só se poderão suspender a seu próprio critério.

Responsabilidade efetiva dos governantes em todos os seus graus, criando-se para isto órgãos de fiscalização, ligados diretamente ao Poder Legislativo e exclusivamente dele dependente.

Competência ao Supremo Tribunal Federal para declarar a inconstitucionalidade do estado de sítio, quando decretado com inobservância das condições e limites fixados na Constituição.

Autonomia do Distrito Federal, quanto aos seus interesses puramente locais, e eleição do seu prefeito e da Câmara local pelo voto popular.

Instituições, nos Estados, de órgãos deliberativos para decisões em matéria fiscal, à maneira do que já ocorre em relação à União.

9º Plano Nacional de Educação que atenda à conveniência de transferir-se gradativamente o exercício desta ao Estado e de suprimir-se, progressivamente, o ensino particular de fins lucrativos; subordinação do ensino particular ao interesse público. Autonomia administrativa e didática das universidades; liberdade de programas no ensino superior e no secundário, sem prejuízo do currículo geral. Liberdade de cátedra. Criação e incentivo de órgãos culturais complementares do organismo educacional. Subordinação obrigatória de funcionamento de fábricas ou quaisquer empresas agrícolas e industriais de relativa importância ao funcionamento de creches, ambulatórios, escolas, restaurantes e cozinhas centrais junto a elas. Gratuidade e obrigatoriedade imediatas do ensino primário; gratuidade do ensino técnico profissional; gratuidade do ensino secundário e superior, na medida do possível. Amparo material ao estudante pobre, quanto ao ensino secundário e ao superior, na medida de suas necessidades e de seu merecimento. Correspondência do ensino técnico-profissional do primeiro e do segundo grau com os caracteres e as necessidades da economia regional, criação de institutos agrônômicos e de pesquisas nas diversas regiões do país, conforme suas condições geoeconômicas.

Destinação de um mínimo de 15% da receita pública ao ensino, com sua aplicação no mesmo orçamento. Remuneração do professor na base da manutenção de uma existência digna, incluída uma quota destinada ao desenvolvimento do seu preparo; adoção de uma escala de salários estabelecida com um critério capaz de atrair o professor para as zonas menos povoadas e de menores recursos; afastamento do simples arbítrio do Executivo no recrutamento dos quadros docentes.

Organização adequada dos serviços de saúde pública; assistência médica para os trabalhadores, mediante planos de remuneração mínima, ou até de

gratuidade, conforme o caso, sem prejuízos das aspirações de sobrevivência e progresso técnico da profissão.

Combate às endemias e eficazes medidas contra a desnutrição do povo, especialmente das crianças, dos trabalhadores e das gestantes; adoção de um plano geral do amparo à maternidade e à infância, envolvendo a organização do trabalho, a educação e a assistência médico-higiênica propriamente dita; desenvolvimento da assistência hospitalar, mediante subordinação dos estabelecimentos de caridade já existentes a um plano geral de assistência que os coloque a serviço efetivo do povo; saneamento das regiões insalubres, a começar pelas mais povoadas; assistência à invalidez, desenvolvimento de um plano destinado a atrair e fixar nos municípios do interior, privados de assistência médico-profissional, os que ali possam viver de sua profissão, com benefício para a coletividade; disseminação adequada de centros de Puericultura e Centros de Saúde e fomento à organização de Escolas de Enfermagem e Obstetrícia prática, estas principalmente nas cidades do interior; saneamento permanente de rios, portos e canais.

Fontes: site do PSB, em <<http://www.psb40.org.br/downloads/estatuto.pdf>> e <<http://www.psb40.org.br/fixa.asp?det=1>>.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Número oficial da sigla partidária: 45

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 24/8/1989

Endereço na internet: <http://www.psd.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Título I – Do Partido, dos Objetivos e dos Filiados

(...)

Capítulo II – Dos Objetivos e dos Princípios Programáticos do Partido

(...)

Art. 2º O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais.

(...)

Programas

Programa do PSDB (25/6/1988)

Introdução e Diretrizes Básicas

“Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido”.

Os abaixo assinados, conscientes de suas responsabilidades na vida pública e imbuídos da seriedade da opção que assumem neste momento, dirigem-se aos brasileiros de todas as classes e regiões para anunciar a decisão de se unirem num novo partido político: o Partido da Social Democracia Brasileira.

Partidos de verdade não se criam a qualquer momento ou por qualquer pretexto. Se muitos de nós decidimos deixar as agremiações a que pertencíamos e com as quais nos identificamos ao longo de toda uma trajetória de lutas, é porque fatos graves nos convenceram da impossibilidade de continuar defendendo de maneira consequente aquilo em que acreditamos dentro do atual quadro partidário.

Em algumas semanas uma nova Constituição deve ser promulgada no Brasil. Com todos os defeitos que se possam apontar, ela contém avanços importantes em relação aos direitos e garantias individuais e coletivos; assegura ampla liberdade política; possibilita o revigoramento da Federação e uma divisão mais equilibrada dos Poderes; expressa uma preocupação clara com o resgate da “dívida social”.

Por tudo isso, o momento da promulgação da nova Carta deveria ser de otimismo e confiança no futuro do País. Infelizmente, é outro o clima que se respira hoje no Brasil.

Enquanto o amanhã desenhado pela Constituinte ainda é uma carta de intenções, cresce por toda parte a decepção com a Nova República. Mesmo sem ser causadora dos problemas econômicos e sociais que afligem os brasileiros – problemas que têm raízes fundas no passado e se agravaram nos vinte anos do

regime autoritário –, ela se mostra incapaz de resolvê-los ou sequer de apontar soluções convincentes.

A decepção veio no refluxo da onda de esperança que varreu o Brasil com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Mesmo com a perda de Tancredo, a Nova República se instalou cercada de um respaldo social tão amplo que parecia assegurar a concretização das reformas prometidas na campanha das “diretas-já”.

Em seu primeiro ano, o Governo presidido por José Sarney, com a sustentação política da aliança democrática, deu passos no sentido da institucionalização da democracia, culminando com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Desafortunadamente, o impulso de mudança parou aí. Porque preferiu aderir às estruturas autoritárias do Estado em vez de reformá-las, o Governo deixou que as políticas sociais alardeadas se esvaissem na ineficiência burocrática, no empreguismo, no clientelismo e na corrupção. Foi incapaz de manter uma estratégia de negociação da dívida externa coerente e compatível com taxas razoáveis de crescimento interno; promoveu o Plano Cruzado, mas sem complementá-lo com o ataque às causas estruturais da inflação; aumentou a desorganização do investimento público; e ainda agora parece oscilar entre as tentações do populismo e a política recessiva ditada pelos credores externos. No plano político, dedicou-se a enfraquecer e desbaratar os partidos que lhe davam sustentação. Em vez de cooperar com a Constituinte, fez o possível para confundir-la, manipulá-la, desmoralizá-la – tudo para estender por mais um ano um mandato destituído de legitimidade fora dos marcos da transição, a qual deveria terminar com a promulgação da nova Carta e a imediata convocação de eleições diretas para a Presidência da República.

Assim a Nova República envelheceu precocemente, até decretar sua própria morte política com a postergação das eleições presidenciais.

Hoje o Brasil vive entre parênteses. A economia permanece estagnada, os salários achatados, a questão da dívida externa sem solução, a inflação no limiar do descontrole. O desgoverno exacerba pressões corporativistas, comprometendo ainda mais a eficiência e as finanças do setor público e fazendo o peso maior da crise recair precisamente sobre as camadas mais indefesas da

população. A troca de favores virou moeda corrente na política e a corrupção, sem os tapumes do autoritarismo, se exhibe aos olhos e ouvidos da Nação enojada, desmoralizando os poderes públicos e lançando descrédito sobre a atividade política em geral.

Nesse processo, o PMDB, ao qual cabia a maior parcela de responsabilidade pelos rumos da transição, sucumbiu lamentavelmente. Receoso de enfrentar suas divergências internas, deixou de tomar posição ou ao menos de debater as políticas de governo a que deveria dar sustentação. Invadido por oportunistas, dividiu-se desde os primeiros embates da Constituinte. Envolvido no jogo da ocupação de “espaços” na máquina governamental, acabou fornecendo massa de manobra ao continuísmo de oligarquias decrépitas e de burocratas acostumados ao mando irresponsável. Numa palavra, arenizou-se, atrelado a um governo que deixou de se constituir no primeiro da Nova República para se fazer o último da velha República.

II

Hoje, para sustentar politicamente medidas que assegurem a retomada do desenvolvimento, para dar início às reformas inadiáveis e prosseguir a construção da democracia, é preciso mais do que uma mera legenda eleitoral que abrigue forças heterogêneas. Por isto, tornou-se imperativo reunir brasileiros que se comprometam com um ideário simples e claro de reformas e que aceitem conscientemente participar de um partido, no qual a fidelidade aos princípios programáticos, a começar pela democracia interna, dê ao eleitor a garantia de que seu voto não será traído.

Nasce assim, na adversidade, o Partido da Social Democracia Brasileira: contra um governo que traiu a transição democrática, contra um Estado no qual a argamassa do passado teima em resistir à renovação. Nasce longe das benesses oficiais mas perto do pulsar das ruas, para fazer germinar novamente a esperança.

Amplamente para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo – por exemplo, liberais progressistas, democratas cristãos, socialdemocratas, socialistas democráticos –, o PSDB nasce

coesos em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro.

Diferentemente dos populistas de ontem e de hoje, entendemos que a preocupação com uma distribuição justa da renda e da riqueza exige definição clara das prioridades das políticas públicas e estímulo à eficiência na produção, sem o que não há medidas distributivas que se sustentem. Diferentemente dos autoritários, afirmamos que as reformas desejadas não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil.

Recolhendo a herança democrática do liberalismo, não partilhamos com os liberais conservadores a crença cega no automatismo das forças de mercado. Nem pretendemos, como eles, tolher a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar, e desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados. Por isso, na concepção de democracia do PSDB, a racionalidade da relação entre os fins desejados pela sociedade e os meios disponíveis requer transparência da informação e participação ampla dos cidadãos nas decisões sobre as políticas públicas.

Inspirado nesse ideário, o PSDB será contido nas promessas para criar perspectivas sem despertar ilusões. Será claro em seus objetivos; profundamente democrático em sua vida inteira; inflexível no propósito de representar sem deformar nem mistificar aqueles que lhe derem o voto; independente dos favores dos governos para poder ser coerente e competente ao governar.

As plataformas democráticas e progressistas têm sido lugar-comum no artificialismo da vida política brasileira. As palavras de um programa nada valem se não forem acompanhadas de ação. Conscientes disto, temos tanta preocupação com os critérios de aceitação de adesões e os padrões de comportamento dos nossos militantes quanto com as propostas partidárias.

As filiações em massa têm sido um veículo de atrelamento dos partidos às máquinas governamentais. No PSDB, ninguém poderá votar nem ser votado para cargos partidários pelo simples fato de haver assinado uma ficha de ins-

crição. Haverá um estágio para que o filiado possa demonstrar sua disposição de militância participando regularmente das atividades do Partido.

Não haverá delegados permanentes – outra fonte de aliciamento e fisiologismo que desvirtua a democracia interna. A alternância dos dirigentes e o princípio de direção colegiada serão observados em todos os níveis. Os órgãos de direção não serão integrados apenas por parlamentares, mas também por representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil.

As linhas de ação do Partido, baseadas nas diretrizes estabelecidas no programa, serão atualizadas a cada dois anos, numa convenção nacional precedida de ampla consulta às bases partidárias.

Mais do que as palavras do programa, esperamos que valha o testemunho da vida pública dos que subscrevem este documento, com o firme propósito de fazer do PSDB um instrumento para a construção da sociedade democrática, próspera e justa, tantas vezes prometida e tantas vezes negada a sucessivas gerações de brasileiros. Ainda mais que os propósitos dos fundadores hão de valer a maturidade, o espírito crítico, a dedicação de milhares de militantes que hoje esperam com impaciência uma alternativa partidária. Da força dessa militância, mais que tudo, nos vem a certeza de que a mensagem que nos reúne hoje terá eco na sociedade brasileira.

Diretrizes Básicas

Democracia: valor fundamental

A democracia para o PSDB é muito mais que uma palavra vaga ou uma formalidade. Ela é um valor fundamental – o estuário para onde correm as energias progressivas no mundo contemporâneo; o padrão de convivência civilizado para o qual se voltam as esperanças de homens e mulheres de diferentes países, de diferentes sistemas econômicos, de diferentes concepções políticas, filosóficas, religiosas.

O primeiro objetivo do PSDB é a efetiva realização da democracia como único regime que garante a dignidade da pessoa humana. Em defesa desse objetivo, o PSDB envidará todos os esforços, buscará aliança com outros partidos

e forças organizadas da sociedade e se oporá a qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias, sejam elas dominadas por um partido, por corporações estatais ou por qualquer espécie de autocrata.

A democracia moderna é participativa e pluralista. Envolve a participação crescente do povo nas decisões políticas e na formação dos atos de governo. Respeita o pluralismo de ideias, culturas e etnias. Pressupõe, assim, o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes e a possibilidade de convivência de formas de organização e interesses diferentes na sociedade. Exclui os sectarismos e a violência política a qualquer título. Por assim entender, o PSDB se baterá pela descentralização do poder político, pelo respeito e autonomia das organizações da sociedade civil e pela ampliação dos canais de informação, discussão e consulta à população nas decisões de interesse público, como pressupostos da adoção crescente de novas formas de exercício direto da cidadania que qualifiquem e validem os mecanismos clássicos da democracia representativa. E cultivará a negociação como método de solução dos conflitos em todos os níveis.

Outra dimensão essencial da concepção democrática do PSDB é seu conteúdo social: o modo democrático de convivência não condiz com a manutenção de desigualdades sociais profundas, nem depende apenas do reconhecimento formal de certo número de direitos individuais, políticos e sociais. Ele reclama a vigência de condições econômicas que possibilitem o pleno exercício desses direitos. Por isto o PSDB lutará pela transformação das estruturas econômicas e sociais brasileiras e haverá de incorporar a luta por igualdade efetiva de todos os que sofrem discriminação na sociedade, notadamente as mulheres, os negros, os índios e os idosos.

Parlamentarismo: pelo aperfeiçoamento da democracia

A Assembleia Nacional Constituinte manteve o presidencialismo, mas deu ao País a oportunidade de tomar decisão final sobre seu sistema de governo daqui a quatro anos, através de um plebiscito e de uma revisão da Constituição.

É preciso que haja um amplo debate nacional sobre o assunto. Desde logo o PSDB toma posição: defenderá a adoção do parlamentarismo.

O parlamentarismo fortalece os partidos e assegura ao Legislativo participação responsável nas grandes decisões nacionais. Permite mudanças de governo sem provocar crises institucionais. É essencialmente um regime de programas, discutidos e definidos publicamente com o apoio da maioria dos representantes da Nação, ao contrário do presidencialismo, que tende a ser o regime do poder unipessoal e das decisões a portas fechadas, num convite permanente ao fisiologismo político.

A adoção do parlamentarismo representará, assim, um passo importante para a consolidação do sistema partidário, o fortalecimento do Legislativo e a reestruturação do Executivo – em suma, para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

Justiça social: meta do desenvolvimento

A suprema injustiça social é a miséria. Num país com o grau de desenvolvimento já alcançado pelo Brasil, não é só injusto, é indecente que mais de um terço da população viva na miséria absoluta. Pagar a dívida do País para com esses brasileiros, no horizonte de vida da atual geração, é o objetivo maior do projeto nacional de desenvolvimento defendido pelo PSDB.

Justiça social não se confunde com paternalismo. A valorização social do homem se dá no exercício do trabalho produtivo. Por isto o PSDB encara a expansão das oportunidades de trabalho e de emprego produtivo como um objetivo primordial de política econômica, e apoiará a implantação de programas de formação profissional e de um verdadeiro seguro-desemprego.

As desigualdades regionais são um aspecto inseparável da pobreza, da concentração da renda e da riqueza em nosso País. O PSDB apoiará decididamente políticas de desenvolvimento regional, cujos benefícios cheguem diretamente ao povo, e não a oligarquias.

Aspecto dramático da dívida social brasileira é o aviltamento das condições de trabalho e remuneração do trabalhador e dos proventos dos aposentados. O PSDB estará ao lado dos trabalhadores do campo e das cidades em suas justas reivindicações, não com a pretensão de conduzi-las, mas a fim de assegurar e incentivar a livre negociação entre patrões e empregados, com os meios próprios de luta dos assalariados, inclusive a greve, e as dimensões fundamentais

da autonomia sindical: liberdade de organização sindical sem interferência do Estado, liberdade do trabalhador de aderir ou não ao sindicato, liberdade de atuação do sindicato na defesa de suas reivindicações, liberdade de filiação do sindicato a entidades de grau superior.

Educação, cultura

O PSDB lutará pela expansão do ensino público e pelo cumprimento do princípio segundo o qual a educação é direito de todos e dever do Estado.

A gratuidade do ensino público em todos os níveis, a gestão democrática do ensino e a valorização dos educadores serão metas da política educacional do Partido. A autonomia da universidade será defendida tendo em vista sua contribuição para o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural do País. A liberdade de criação e difusão da cultura serão defendidas na atuação pública e praticadas na vida interna do Partido, partindo do princípio de que a expressão artística e intelectual não pode estar sujeita a nenhuma forma de regulamentação limitativa nem à censura.

Seguridade social

O PSDB preconiza, como condição essencial à concretização da justiça social, a construção de um sistema de segurança social compatível com os postulados da dignidade da pessoa humana. A política de saúde pública, inscrita na de seguridade social, deverá enfatizar, na sua organização, execução e controle, a descentralização e, onde se fizer necessário, a participação da comunidade na orientação dos serviços.

Crescimento econômico com distribuição de renda

O crescimento econômico rápido e sustentado é condição necessária para a erradicação da miséria e a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Isto não implica em adiar a divisão mais justa da renda para um futuro remoto. Implica, sim, em saber que o crescimento e a distribuição da renda exigem

grandes esforços, elevados investimentos, tecnologia moderna e eficiência na utilização dos recursos.

Nada disso se consegue sem competitividade. Por isto o PSDB valoriza a ação inovadora do empresariado como fator de desenvolvimento, batendo-se por regras claras e estáveis e por políticas que estimulem a livre iniciativa sem paternalismo nem privilégios de natureza cartorial.

A propriedade privada dos meios de produção constitui a base do sistema econômico brasileiro, devendo ser garantida na medida em que atenda ao princípio da sua função social e se harmonize com a valorização do trabalho e do trabalhador. Nem por isto se pode desconhecer a multiplicidade das formas de organização da produção, mesmo no setor no privado da economia, como é o caso das formas cooperativistas, que merecem reconhecimento e estímulo.

De todos os lados, no mundo de hoje, a busca da inovação tecnológica, da eficiência, aponta para a integração soberana ao sistema econômico internacional. Para o PSDB, soberania nacional não pode ser sinônimo de autarquia, de isolamento econômico, de criação de “cartórios” que exploram o povo, cultivam a ineficiência e freiam a acumulação de capital. Soberania deve significar capacidade de decidir sobre o modo como se dará a integração à economia mundial.

A soberania exige a definição das prioridades nacionais em matéria de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. Só com prioridades claras saberemos evitar tanto o protecionismo fútil como o aberturismo irresponsável. Com escassas possibilidades de captação de recursos externos no futuro imediato e com sua capacidade de poupança interna deprimida, o Brasil precisa ser altamente seletivo nos investimentos em pesquisa e recursos humanos e na absorção de tecnologias do exterior. Reservas de mercado formais ou informais são um recurso válido, nesse contexto, como medidas temporárias, nunca como privilégio permanente para determinados setores ou grupos empresariais em detrimento do conjunto da sociedade.

Os desafios da inflação e da dívida externa

A solução duradoura do problema da dívida externa é fundamental para o desenvolvimento brasileiro. O PSDB entende que tal solução requer, além de

prévia auditoria, uma estratégia que não prive o País da poupança interna necessária à retomada do crescimento e preserve a soberania nacional em relação à política econômica interna.

Tanto quanto o estrangulamento externo, a inflação é incompatível com qualquer projeto de desenvolvimento a longo prazo. O Brasil não poderá prosseguir por muito tempo na “fuga para adiante” em relação à espiral inflacionária. A inflação fomenta o investimento especulativo no lugar do produtivo, castiga os setores mais desprotegidos da população, dificulta o cálculo econômico, acarreta, enfim, instabilidade econômica e inquietação social.

O equacionamento da dívida externa é, ele mesmo, uma condição crítica para o controle da inflação. Medidas corajosas têm de ser tomadas em pelo menos três frentes: o reequilíbrio das condições de financiamento do setor público, uma reforma do sistema financeiro acompanhada de políticas monetárias apropriadas, e uma adequada administração dos preços fundamentais da economia. A partir daí será possível, a médio e longo prazos, encaminhar medidas de estímulo à produção compatíveis com a redistribuição de renda e taxas de crescimento elevadas sem reaquecimento da inflação.

Mas nada disso será conseguido, no curto prazo, sem resistência por parte dos credores externos e dos setores internos que hoje se beneficiam da inflação. Por isto o enfrentamento destes dois desafios tem, para o PSDB, um pressuposto político: um governo revestido de legitimidade, autoridade, eficiência, clareza de objetivos e visão nacional – hoje inexistentes – para falar em nome do interesse brasileiro no exterior e arbitrar internamente os sacrifícios necessários à retomada do crescimento sustentado.

A reforma do Estado

Simultaneamente ao enfrentamento dos desafios imediatos da inflação e da dívida externa, é preciso atacar com firmeza a reforma das estruturas do Estado, cuja necessidade todos reconhecem mas em relação à qual se tem falado muito e agido pouco.

O Estado brasileiro aplica hoje na área social uma parcela do Produto Interno Bruto maior do que os outros países na mesma faixa de renda por habitan-

te, mas apresenta indicadores básicos de condições de vida, como mortalidade infantil, piores do que os desses países. A conclusão é clara: é fundamental dar prioridade ao social na distribuição do gasto público, mas é preciso também que os recursos aplicados cheguem de fato à população carente, convertendo-se com a máxima eficiência em melhores condições de alimentação, saúde, educação, habitação, transportes coletivos e meio ambiente. Isto requer ação política tenaz do Executivo e do Legislativo, nas esferas da União, dos estados e dos municípios, envolvendo uma ampla reforma do setor público.

Em defesa das camadas mais carentes da população e por uma questão de respeito aos contribuintes, o PSDB combaterá duramente o clientelismo, a ociosidade, a duplicação de órgãos e funções, as distorções salariais. Enfim, todo um quadro tradicional de aberrações que se agravou no período autoritário e que o atual Governo mostra-se incapaz de enfrentar. E o fará, não com espírito de perseguição, mas certo de que a valorização da eficiência, a observância estrita do princípio do concurso público e de critérios objetivos de promoção, a hierarquização racional de funções e salários significam o restabelecimento da dignidade do servidor público.

A descentralização de recursos, funções e encargos da União para os estados e municípios, é outra condição imprescindível, tanto para a democratização das decisões como para o melhor atendimento das necessidades básicas da população. Por isto os integrantes do PSDB na Constituinte se bateram pelo fortalecimento político e econômico da Federação, e atuarão para consolidar esses avanços na legislação ordinária e na prática administrativa.

Mais do que reforma administrativa em sentido estrito, se impõe hoje no Brasil uma reestruturação profunda da máquina do Estado, abrangendo tanto a administração direta como a indireta. A gestão da área estatal da economia precisa ser realmente pública, isto é, aberta ao controle da sociedade. As empresas que devam permanecer estatais – por sua importância estratégica, ou em função do tipo de demanda que atendem ou da ação inovadora em setores que necessitem ser impulsionados – hão de obedecer a padrões rigorosos de eficiência na sua gestão corrente, livres do empreguismo e do desperdício, e a critérios de estrito interesse público, democraticamente definidos nos seus planos de expansão.

As prioridades do gasto público, incluindo toda sorte de benefícios fiscais e creditícios, devem ser estabelecidas de maneira democrática, e sua execução rigorosamente fiscalizada. A nova Constituição cria amplas condições para esse controle.

O PSDB se empenhará para que os mecanismos constitucionais sejam efetivamente aplicados, a começar por uma revisão dos benefícios citados, que hoje são um importante componente do déficit público.

Os avanços da Constituição no campo tributário também precisam ser substanciados mediante uma ampla revisão da atual legislação. É preciso assegurar politicamente o fortalecimento da Federação e racionalizar a transferência de recursos e encargos aos estados e municípios. Além disso, impõem-se mudanças substanciais na distribuição da carga tributária, que onera proporcionalmente muito mais os contribuintes com menor nível de renda (hoje quem ganha um salário mínimo paga cerca de um terço do seu rendimento em impostos; quem ganha 100 salários mínimos paga em torno de 15 por cento). Essa aberração precisa ser corrigida mediante uma gradual inversão das proporções dos impostos indiretos e diretos na carga tributária.

Paralela e complementarmente, é indispensável uma profunda revisão de todos os incentivos fiscais, a extinção de privilégios injustificáveis desfrutados por alguns setores (como, aliás, prevê a nova Constituição) e uma ampla simplificação e modernização do sistema de cobrança de impostos, a fim de baratear a arrecadação e diminuir a imensa sonegação hoje existente.

Reforma agrária e política agrícola

O PSDB defende uma política de reforma agrária que assegure a exploração racional da terra, subordinada à sua função social, e contribua para elevar os níveis de emprego e de renda dos trabalhadores rurais. Tal política terá de combinar tributação progressiva e desapropriações de acordo com as peculiaridades de cada região, de modo a garantir melhor distribuição das terras.

Haverão de se combinar também critérios de conveniência econômica, equidade social e defesa do meio ambiente a fim de assegurar a modernização da produção e coibir formas selvagens de exploração da terra e da mão de

obra, especialmente em áreas de fronteira agrícola e em zonas já intensamente ocupadas, como certas áreas do Nordeste.

Do ponto de vista do PSDB, tal política não é excludente, mas, ao contrário, deve complementar medidas nas áreas de crédito, preços, transportes, armazenagem, seguros, comércio exterior e pesquisas, com vistas à expansão continuada da produção de alimentos, no contexto de um plano agropecuário plurianual.

Reforma do sistema financeiro

O sistema financeiro nacional não tem se adequadado às necessidades do desenvolvimento da economia. Isto se evidencia claramente pela intermitente alta taxa de juros e a incapacidade do segmento financeiro privado de prover empréstimos de longo prazo para investimentos produtivos. Estamos num país em que a simples previsão correta da taxa oficial de inflação de um mês determinado assegura ganhos financeiros totalmente desvinculados de qualquer critério econômico socialmente aceitável. Na prática, o sistema financeiro tem operado, de forma crescente, como instrumento de defesa e especulação para os detentores de poupança – especialmente os maiores – e de grandes saldos de caixa.

É o Governo que remunera as aplicações, seja para financiar seus déficits, seja para absorver excessos de liquidez que julga detectar. Por isso, a reforma do sistema financeiro supõe uma ampla reorganização das finanças públicas, hoje à beira do caos, e a contenção da inflação galopante. Supõe também a melhora da eficiência operacional das instituições financeiras públicas e privadas, muitas das quais funcionariam com prejuízo se não houvesse inflação, ou seja, seriam empresarialmente inviáveis.

Preservação dos recursos naturais: compromisso com o futuro

Usados como recursos a fundo perdido, os recursos naturais e o meio ambiente – incluindo o espaço urbano – se deterioraram numa escala assustadora no Brasil nos últimos decênios. Existe uma consciência crescente da grvida-

de dessa situação, sobretudo entre a juventude. Existe também uma repulsa generalizada às tentativas de usar a miséria de parte da nossa população e a premência do crescimento econômico como desculpas para a dilapidação dos recursos naturais e do meio ambiente. O PSDB encara a preservação ambiental como um requisito básico do bem-estar social e um compromisso indeclinável com as gerações futuras.

Do mesmo modo, o Partido defenderá uma política urbana que conduza à redução da segregação social nas grandes cidades e à ocupação racional do solo, combatendo a especulação imobiliária mediante tributação progressiva e uma adequada política fundiária.

Com o empenho do PSDB, os mecanismos que estão sendo introduzidos pela nova Constituição nesse terreno, ampliando as possibilidades de ação dos poderes públicos e da sociedade, serão efetivamente aplicados e aprimorados.

Presença ativa no cenário internacional

O PSDB entende que a política externa tem uma importância estratégica para o desenvolvimento do País. O Brasil deve continuar a marcar sua presença no cenário internacional pelo diálogo e por formas de relacionamento externo baseadas na cooperação e na não confrontação. Os objetivos tradicionais de longo prazo da política externa brasileira – soberania, autodeterminação, segurança e integridade territorial – deverão ser afirmados no desempenho de um papel mais ativo da nossa diplomacia em questões como integração latino-americana e a dívida externa, assim como nas gestões a favor da paz mundial.

Novo Programa do PSDB (23/11/2007)

(versão aprovada no III Congresso Nacional, sujeita a ajustes finais. Brasília, 23 de novembro de 2007)

O PSDB e a democracia brasileira nasceram juntos. O PSDB foi fundado em junho de 1988. Em outubro o Brasil ganhou uma nova Constituição de-

mocrática. Os fundadores do PSDB, que estiveram na linha de frente da resistência à ditadura, uniram-se num novo partido para enfrentar dois desafios: afastar os riscos de inoperância política e crise econômica que rondavam a democracia; e fazer dela um instrumento efetivo para a construção do país com que sonhamos. Um sonho que é a soma de aspirações muito concretas: os brasileiros querem crescer, melhorar de vida, dar um futuro melhor a seus filhos. E querem fazê-lo em plena liberdade.

Nascido na oposição – “longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas” –, o PSDB participou do governo Itamar Franco e chegou à presidência com Fernando Henrique Cardoso em 1995, constituindo o núcleo de seu ministério e de sua base no Congresso. De volta à oposição no plano federal desde 2003, manteve-se à frente do governo de vários estados e centenas de municípios. E tem em seus quadros nomes fortes para a sucessão presidencial de 2010. Foi e continua a ser, desse modo, uma força decisiva para o funcionamento da democracia e a definição dos rumos do Brasil. No governo, o PSDB soube consolidar as instituições democráticas; na oposição, sabe zelar por elas e lutará sempre para que não se amesquinhem.

Conscientes dessa responsabilidade, reunimo-nos para repensar o passado e principalmente discutir os desafios futuros do país e do nosso partido. Este documento sintetiza os resultados dessa rica discussão, que se estendeu a várias cidades e envolveu centenas de membros do PSDB e especialistas filiados ou não ao partido.

Não se trata de um novo programa, mas sim de um manifesto que atualiza o programa de 1988. Esse permanece válido de uma maneira que nos orgulha. Nossos compromissos fundamentais com a democracia, a justiça, o desenvolvimento e a soberania nacional continuam os mesmos, tanto no discurso como na ação efetiva. Mais importante, avançamos muito em relação aos objetivos a que nos propusemos de defesa da renda dos trabalhadores, combate à pobreza, universalização do acesso à escola, aos serviços de saúde e à seguridade, modernização do estado e estabilização da economia foram em grande parte alcançados. Mas é claro que há muito por fazer. Porque sempre há e porque alguns dos nossos compromissos essenciais foram sendo abandonados por aqueles que nos sucederam no governo federal.

Por isso mesmo – porque o Brasil mudou, e mudou em geral para melhor, em boa medida pela ação do PSDB – é tempo de renovar ideias sobre os nossos objetivos, os obstáculos que temos pela frente e como superá-los.

A agenda social-democrática prevaleceu

Cansamos de ser o eterno país do futuro! Graças ao esforço acumulado de várias gerações, o Brasil está perto de ingressar no rol das grandes nações.

Seu embasamento histórico, seu povo, sua cultura, sua economia e a ação que desenvolve permitem aspirar a esse patamar. Isto nos abre novas possibilidades mas também responsabilidades inéditas, tanto fora como dentro de nossas fronteiras, onde persistem níveis de pobreza, desigualdade e violência que não condizem com nossas aspirações e nossa influência no mundo.

A corrida do desenvolvimento é uma maratona com obstáculos. Se nos detivermos no quanto falta para o país que queremos, parece que nunca vamos chegar lá. Para ganhar fôlego, é bom lembrar a distância já percorrida e não perder de vista as metas futuras.

Há um quarto de século, o Brasil era um país à deriva, com a economia estagnada, sem crédito internacional, sem perspectivas de desenvolvimento. E, o que é pior, com a política emperrada, sem liderança capaz de propor saídas do impasse. A inflação disparada desorganizava a vida das famílias, das empresas e do governo, corroía o valor dos rendimentos dos trabalhadores e aposentados, agravava a miséria e a desigualdade social. O estado, que no passado havia sido um fator preponderante de desenvolvimento, não se reorganizara para lidar com as novas realidades tecnológicas, comerciais e financeiras da globalização. Endividado, inoperante, convertera-se de solução em problema, sugando a poupança privada do país sem dar em troca serviços e investimentos na quantidade e qualidade adequadas.

Os constituintes foram generosos na definição de direitos sociais mas irrealistas na previsão das condições econômicas, administrativas e financeiras que permitiriam ao estado e ao próprio país satisfazer esses direitos. A consequência foi que a crise inflacionária se agravou depois de 1988, devorou o final de

mandato do presidente Sarney e foi o pano de fundo da derrocada do governo Collor, que culminou com o impeachment do presidente.

O Plano Real marcou o ponto de inflexão da degradingolada econômica e política que ameaçava levar de roldão a democracia recém-conquistada. Ele deu certo porque foi bem concebido, com sólida fundamentação técnica. Mas não teria sido implementado e depois consolidado, nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, sem ousadia política. Foi preciso enfrentar o ceticismo, o fatalismo, o atraso, os esforços permanentes dos que buscavam desqualificar aquilo que foi, sim, uma verdadeira revolução: golpear a cultura da inflação e reinserir o Brasil no mercado mundial, reconstruindo suas perspectivas de desenvolvimento.

A liderança emergente do PSDB mudou a agenda política nacional depois de 1994. Não por capricho ideológico, mas porque entendeu que era preciso romper amarras econômicas que impediam o país de avançar na distribuição de renda e na justiça social. A nova agenda tem, por isso, uma marca claramente social-democrática. Mais mercado, mais inserção na economia global, sim. Mas sobretudo mais políticas públicas de combate à pobreza e às desigualdades; mais e melhores serviços sociais básicos com acesso universal (para todos).

A prioridade para o ensino fundamental tornou-se política de estado com a criação do Fundef e o Brasil pôde finalmente colocar todas as suas crianças na escola.

Promovemos forte expansão do ensino médio e do ensino superior e criamos o sistema de avaliação da educação brasileira, abrangendo todos os níveis de ensino.

O SUS saiu do papel com a descentralização de recursos para estados e municípios e chegou às casas mais pobres por meio dos agentes comunitários de saúde e dos profissionais do Programa Saúde da Família.

Derrubamos como nunca as taxas de mortalidade infantil.

Introduzimos os genéricos para baixar o preço dos medicamentos e fizemos a melhor campanha anti-AIDS do mundo em desenvolvimento.

Enterramos o velho e ineficiente assistencialismo. No seu lugar, quadruplicamos a cobertura da assistência social para os idosos e incapacitados e im-

plantamos os programas de transferência direta de renda para os mais pobres, depois rebatizados de bolsa-família.

Mudanças na legislação e o empenho do governo tiraram do limbo a reforma agrária, que em oito anos distribuiu terra a quase 500 mil famílias. Na esteira do Plano Real, foram criadas ou fortalecidas as instituições que dão sustentação à confiança na moeda nacional.

Os bancos estaduais, que serviam ao endividamento irresponsável de muitos governos, foram privatizados ou transformados em agências de fomento sem acesso a reservas bancárias.

A União reescalou as dívidas dos estados e principais municípios, que em contrapartida assumiram compromissos firmes de pagamento das dívidas e adotaram programas de ajuste fiscal.

O Banco Central ganhou autonomia operacional de fato.

Reformas difíceis mas necessárias permitiram conter o crescimento dos gastos com previdência e custeio da administração pública.

A farra do “gasta que o dinheiro aparece” deu lugar à Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000.

Do lado real da economia, a flexibilização dos monopólios e a privatização de empresas estatais possibilitaram a retomada em grande escala dos investimentos em setores estratégicos como telecomunicações, energia elétrica, petróleo, transportes, mineração e siderurgia.

Criaram-se as agências reguladoras para zelar pelo cumprimento dos contratos de concessão e o respeito aos direitos do consumidor pelas empresas privatizadas.

A dívida do setor agrícola foi reescalada e o BNDES mais que dobrou sua capacidade de financiamento para apoiar a modernização da indústria nacional.

Tudo isso aumentou a eficiência da economia brasileira, não tanto quanto é preciso, mas o suficiente para começar a enfrentar a competição dentro e fora de nossas fronteiras.

Essas são conquistas das quais nos orgulhamos porque não nos caíram do céu. Por elas lutamos dia a dia, anos a fio, contra a incompreensão e intransigência dos mesmos que hoje colhem seus frutos e posam de seus donos, sem

por isso deixar de amaldiçoar nossa herança com palavras e, o que é pior, dilapidá-la com atos.

O PSDB não fez o que fez para consolidar um projeto de poder, mas para mudar o Brasil, tornando-o melhor para o conjunto dos brasileiros. E esse deve continuar a ser o nosso norte.

O país que queremos

Nenhum partido vive dos feitos passados. Vive do que realiza no presente e da visão de futuro que oferece. O PSDB é o melhor testemunho disso. Um partido como o nosso, que não dispõe de “máquinas” eleitorais movidas com dinheiro público nem se subordina ao imediatismo de interesses privados, tem como únicos trunfos sua visão de futuro e a confiança que inspira no povo em sua capacidade de transformar essa visão em realidade.

Nosso sonho não é diferente dos da maioria das brasileiras e brasileiros. Assim como eles, queremos coisas simples e concretas: um Brasil mais próspero e decente, respeitado fora, justo dentro de suas fronteiras. Um país onde todos possamos andar sem medo e não falte aos nossos filhos condições básicas de saúde e educação e oportunidades de trabalho para progredir com liberdade.

Não temos nem reivindicamos o monopólio das boas intenções. Se algo nos distingue de outros partidos, é a clareza da nossa compreensão dos meios para alcançar o bem comum e a firme disposição de enfrentar os obstáculos pelo caminho.

O maior obstáculo à construção do país que queremos ainda é o mesmo, apesar das mudanças inegáveis: a desigualdade.

O Brasil não é mais um país subdesenvolvido. É um país injusto.

Duplamente injusto, na verdade. Injusto por causa da enorme distância que separa os mais pobres dos mais ricos. E injusto porque o estado, que deveria diminuir essa distância, não o faz ou faz menos do que deveria.

É verdade que a desigualdade e sua prima-irmã, a miséria, começaram a diminuir desde que livramos os trabalhadores e aposentados da superinflação que confiscava seus rendimentos e criamos políticas sociais para os mais pobres. Num país onde crescimento e concentração de renda sempre andaram de

mãos dadas, essa é uma verdadeira revolução, que leva a marca inequívoca do PSDB. Revolução inacabada, porém.

A diminuição contínua da miséria e da desigualdade a partir do Plano Real é um sinal de que estamos no rumo certo. Contraprova disso é que nossos adversários, quando assumiram o governo, esqueceram as injúrias e bravatas do passado e mantiveram em linhas gerais nossas políticas de combate à pobreza e controle da inflação, embora com viés paternalista nas primeiras e erros típicos de aprendiz de feiticeiro nas segundas.

O Brasil começou a aprender a conjugar democracia com estabilidade econômica e distribuição de renda. Somado ao tamanho do nosso território, população e economia, isso nos dá uma posição de destaque entre os países emergentes do século XXI. Mas ainda não nos garante acesso ao grupo dos países desenvolvidos.

Se estar no rumo certo nos anima, a lentidão do avanço nos inquieta. A inquietação aumenta quando vemos o país desperdiçar a oportunidade de uma conjuntura internacional como há muitas décadas não se apresentava tão favorável.

Nos últimos cinco anos o Brasil cresceu menos que a média do mundo, menos que todos os outros países da América Latina, exceto o Haiti, e muito menos que os demais países emergentes. Esse descompasso, resultado de erros da política macroeconômica, nos deixa em posição difícil diante da concorrência externa – e não há como ignorá-la no mundo globalizado.

Pior: o crescimento medíocre ao qual os atuais governantes se apegam como um grande êxito limita nossa capacidade de continuar combatendo a miséria e distribuindo renda de maneira sustentada. Porque, se crescer não implica necessariamente em fazer justiça social, a recíproca não é verdadeira: ainda não se viu país que tenha conseguido promover justiça social em larga escala com baixo crescimento econômico.

Temos pressa!, reclamam os trabalhadores e empresários, ansiosos para aumentar sua produção, lucros e salários.

Temos pressa!, gritam milhões de brasileiras e brasileiros ainda excluídos dos mínimos frutos do desenvolvimento e outros tantos jovens que esperam uma oportunidade de trabalho.

Acelerar o passo do desenvolvimento

Este é o próximo grande desafio do Brasil: acelerar a economia sem abrir mão da estabilidade, ampliando a distribuição de renda e reforçando a confiança na democracia.

Para ajudar a vencê-lo, não faltam ao PSDB dois requisitos fundamentais: competência para manejar com segurança os instrumentos modernos de política econômica e social; e determinação para levar adiante as mudanças necessárias para abrir cada vez mais o estado à participação e às demandas populares.

Saber que o Brasil está perto de subir de patamar entre as nações é um motivo adicional para darmos ao interesse nacional e popular o significado maiúsculo que lhe corresponde. Por ironia da história, isso acontece quando o país vive dias de improvisação, visão de curto prazo, aceitação de baixas expectativas, administração negligente e bazófias autocentradas. Confunde-se interesse popular com exaltação do vulgar e interesse nacional com retórica estatizante recheada de ufanismo pseudopatriótico.

Porque temos firmemente enraizado na formação do PSDB o sentido republicano dos limites entre interesse nacional e popular e interesses partidários ou pessoais, soubemos e saberemos aproveitar no governo os melhores talentos do serviço público, da universidade e do setor privado, independentemente de filiação partidária. Com eles desenhamos as políticas e reconfiguramos as instituições que hoje dão respaldo ao desenvolvimento do país. Com eles resgataremos a eficiência e a transparência da administração pública onde ela foi capturada pelo “aparelhamento” partidário, o clientelismo e a corrupção.

Porque entendemos que a defesa do interesse nacional e popular diante dos riscos e oportunidades da globalização requer outro tipo de estado, com mais inteligência e músculos do que massa burocrática, mais capaz de trabalhar em parceria com a sociedade do que acima e no lugar dela, retomaremos e levaremos adiante as difíceis tarefas de modernização do estado brasileiro. Com tranquilidade, dialogando e buscando consenso com os diferentes setores interessados do próprio estado e da sociedade. Mas sem recuo nem vacilação diante de quem teimar em sobrepor vantagens corporativas ao atendimento

devido ao cidadão-contribuinte, principalmente os mais pobres e que mais necessitam da ação do estado.

Com esses princípios em mente, destacamos os temas e objetivos específicos que, na nossa visão, devem nortear a ação do PSDB nesta etapa da jornada do Brasil rumo à plena realização de suas potencialidades.

Desmontar a armadilha monetária e fiscal

Nuvens se acumulam no horizonte enquanto a economia brasileira parece voar em céu de brigadeiro, ainda que a baixa altitude. O PSDB, mais uma vez, deve estar preparado para a difícil tarefa de corrigir o curso da economia a fim de conduzi-la a uma trajetória de crescimento ao mesmo tempo ascendente e sustentável.

O atual governo recebeu um país com inflação baixa, patamar elevado de receitas tributárias e instrumentos efetivos de controle da despesa pública.

Ganhou dos céus uma conjuntura internacional como não se via há um século tão favorável e prolongada: liquidez abundante, juros internacionais baixos, preço das matérias-primas favoráveis às exportações brasileiras. Em vez de aproveitar a oportunidade excepcional para reforçar as bases de crescimento do país, preferiu hipotecar o futuro à comodidade do presente.

Manteve juros desnecessariamente elevados e o câmbio excepcionalmente apreciado, para alegria dos especuladores e sofrimento da indústria e da agricultura nacionais.

Deixou os gastos correntes do governo federal correr soltos, engolindo o aumento da carga tributária e a margem de recursos públicos para investimento.

Transferiu para estados, municípios e empresas estatais o esforço de geração de superávits primários que rendem aplausos do setor financeiro, mas não pagam o total dos juros da dívida pública. Esta aumentou R\$ 240 bilhões nos últimos cinco anos, alimentada pelos déficits do governo federal, que somaram R\$ 296 bilhões no mesmo período.

Absteve-se de arbitrar os impasses entre seus ministros e dirigentes, como no caso do licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas.

Submeteu as agências reguladoras a uma mistura de estatismo, empreguismo e incompetência que afugentou os investimentos privados em infraestrutura.

Prepara desse modo a herança – esta, sim, maldita – com a qual o Brasil terá de se haver nos próximos anos.

Não há fórmulas mágicas para afrouxar os nós que amarram o crescimento do país.

Antes de mais nada, será preciso atuar com firmeza e competência, coordenadamente, nas duas pontas soltas da despesa pública, os gastos correntes e os juros. Sem atropelo, respeitando direitos e contratos. Mas sem complacência diante de desperdícios e benesses injustificáveis às custas do contribuinte. E sem esquecer que juros também são despesa – o maior item da despesa pública do Brasil.

A redução dos gastos correntes e dos juros permitirá conter o aumento da carga tributária, fazer face a investimentos públicos inadiáveis, baratear nossas exportações e acelerar o crescimento da indústria, agricultura e serviços.

Mesmo assim, o estado sozinho não terá recursos para eliminar os gargalos de infraestrutura. Será preciso recorrer ao investimento privado, afastando a retórica estatizante e a confusão regulatória que o afugentaram nos últimos anos.

Mais governo e mais mercado

O PSDB não é privatista nem estatista. É um partido autenticamente nacionalista e moderno, que confia na capacidade do Brasil de traçar e seguir seu próprio rumo no meio das incertezas do mundo globalizado.

Para nós, nenhuma corporação estatal ou privada pode se arrogar o monopólio do interesse nacional e popular. Tampouco deve ser discriminada só por ser privada ou estatal. O Brasil precisa dos dois para dar a arrancada de desenvolvimento que queremos: mais governo e mais mercado. Governo melhor e mercado mais equânime. Mais governo para quem precisa do governo e mais mercado para o conjunto das ações empresariais.

Apoiamos as privatizações no passado porque sem o aporte de capitais e métodos de gestão privados seria impossível expandir as indústrias petroquímica, aeronáutica, siderúrgica, a mineração e os serviços de telefonia e energia elétrica. Os bons resultados dessa opção para o país provam que estávamos certos. Hoje as antigas empresas estatais em geral empregam e produzem mui-

to mais e recolhem muito mais impostos e dividendos aos cofres públicos do que quando eram supostamente “patrimônio nacional”.

Da mesma forma, promovemos o saneamento financeiro e a maior profissionalização da gestão de empresas estatais para que elas pudessem ganhar eficiência e corresponder às necessidades do país.

Nossos adversários andaram na contramão do interesse nacional em ambos os casos. Fizeram muito pouco, muito tarde em matéria de parcerias com a iniciativa privada. E ultrapassaram todos os limites de prudência e decência no loteamento político das empresas estatais e agências reguladoras, com graves prejuízos para o público que demanda seus produtos e serviços.

O PSDB jamais tratou empresas públicas como se fossem privadas, isto é, como se existissem para servir ao partido. Ao contrário, trabalhamos para que as empresas privadas, com regras claras, atendam ao interesse público, trazendo prosperidade ao país e satisfação ao consumidor-cidadão.

Caberá a nós virar esta página de atraso. Nunca mais “mensalões” irrigados com dinheiro de empresas estatais. Nunca mais “apagões” gerenciais causados pela substituição de profissionais competentes por apadrinhados políticos. Nunca mais os fins últimos do partido justificando o uso de meios ilícitos por seus militantes. Nunca mais a privatização do que é público por ambições pessoais e grupais travestidas de interesse popular.

Faremos o que precisa ser feito para reforçar a ação do estado e da empresa privada na recuperação de rodovias, modernização de portos e aeroportos, geração e distribuição de energia, saneamento e outros investimentos vitais. Sem medo de rótulos ideológicos, entendendo que o interesse nacional exige tanto governos ativos e responsáveis como a mobilização em grande escala de capitais privados nessa tarefa.

Um lugar ao sol na nova divisão internacional do trabalho

O crescimento econômico não é um fim em si mesmo. É um meio de fazer justiça social.

Não é qualquer modelo de crescimento que interessa ao Brasil e aos brasileiros, mas um que aproveite as vantagens do nosso vasto mercado interno

e garanta às nossas empresas e trabalhadores um lugar ao sol na nova divisão internacional do trabalho. Lugar ao sol para todos. Não só para as grandes empresas e os profissionais mais qualificados, mas também para as pequenas empresas e os trabalhadores em busca de maior qualificação.

A emergência da China no comércio internacional criou um novo desafio para o Brasil. Por um lado, favoreceu nosso crescimento recente, aumentando a quantidade e o valor das nossas exportações de matérias-primas e alimentos. Por outro lado, submeteu nossas manufaturas a uma concorrência desigual, tanto no mercado externo como no interno. A dificuldade se agrava com a valorização do real devido aos superávits acumulados na nossa balança comercial e à entrada de capitais especulativos atraídos pelas altas taxas de juros.

O risco que o Brasil corre nesse quadro é voltar atrás um século, à condição de exportador de produtos primários. Com a diferença de que há um século tínhamos uma população de apenas 17,4 milhões, dos quais 70% vivendo e trabalhando no campo (segundo projeções do IBGE). Hoje somos 183,9 milhões vivendo nas cidades e precisando de emprego na indústria e nos serviços.

Não podemos abrir mão da vocação industrial que o país afirmou a duras penas nestes cem anos. Para mantê-la e reforçá-la, além de desmontar a armadilha das políticas monetária e fiscal, devemos concentrar esforços naquilo que faz a diferença dos países bem-sucedidos no mundo de hoje.

Temos que garantir às nossas crianças e jovens, antes de tudo, ensino básico completo, que os prepare realmente para aproveitar as oportunidades da economia da informação. Colocar todas as crianças na escola, como fizemos há dez anos, foi só o começo. É preciso garantir que elas permaneçam na escola e completem a educação básica. A principal causa da evasão escolar é a má qualidade do ensino. Vamos completar a revolução educacional promovendo um salto definitivo na qualidade do ensino básico, especialmente nas escolas públicas. Para isso mobilizaremos a criatividade dos educadores e os recursos materiais necessários. Falhar nessa tarefa seria condenar o país ao atraso e nossos filhos e netos a um futuro sombrio, sem emprego ou com empregos ruins e mal remunerados.

Precisamos identificar e ocupar nichos nos quais nossa produção manufatureira de alto valor agregado possa concorrer com vantagens no mercado internacional. Em vez de temer as novas condições criadas pela enorme ex-

pansão da produção e do consumo da China, Índia e demais economias emergentes, preparemo-nos para aproveitar as oportunidades que esse processo abre para a economia brasileira.

Reforçaremos a mola do desenvolvimento que é a capacidade de inovação de produtos e métodos de produção e comercialização. Isso implica apoio sustentado e crescente às instituições de pesquisa e de formação tecnológica, combinando recursos públicos e privados e mobilizando o poder de compra do Estado, como fazem os países desenvolvidos. Não por acaso estes lutaram tanto para manter o apoio à ciência e à tecnologia fora das regras que restringem subsídios nos acordos da OMC. O Brasil pode e deve utilizar com maior intensidade essa brecha da legislação internacional.

Promoveremos uma política industrial que apoie as atividades de ponta, que agregam valor aos produtos. Apoiando, ao mesmo tempo, indústrias tradicionais para que ganhem eficiência e competitividade e continuem a empregar muitos trabalhadores. No mundo contemporâneo não existe modernização sem competição e igualdade de oportunidades.

Estimularemos os serviços que utilizam as modernas tecnologias de informação e comunicação, porque são grandes ofertantes de empregos de qualidade e bem remunerados.

Para fazer o mercado funcionar melhor, não basta torná-lo mais previsível para os grandes. É preciso fazê-lo mais inclusivo. A democratização do capitalismo no Brasil passa pela incorporação de um maior número de pessoas e empresas ao setor formal da economia. Por isso lutamos pela redução da carga tributária agregada e daquela que incide sobre a força de trabalho, além da simplificação da burocracia sobre as pequenas empresas. A criação do Simples (1996) e do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (2006) foi fruto dessa luta. Continuaremos lutando por um estado que pese menos sobre os pequenos empreendedores e os apoie mais com crédito, assistência técnica e facilidades de acesso aos mercados.

Hoje, mais de metade dos trabalhadores brasileiros não tem proteção social adequada. Defenderemos mudanças na legislação trabalhista e previdenciária a fim de torná-la mais equânime, garantindo proteção a todos os trabalhadores, inclusive os que hoje estão na informalidade.

Tudo isso requer mais governo, não menos. Governo, porém, com aquilo que hoje falta: clareza de objetivos, visão de longo prazo, avaliação estratégica realista das oportunidades e riscos do país, disposição de enfrentar interesses corporativos, sejam quais forem, capacidade de coordenar ações dos órgãos públicos entre si, com a empresa privada e a sociedade. Governo, em suma, para trabalhar ao lado e a favor dos empreendedores, em vez de atrapalhá-los.

A posição do Brasil no mundo

No mundo de hoje não há amigos nem inimigos permanentes. Há interesses mutáveis, muitas vezes contraditórios. Vimos que a China tende a se tornar ao mesmo tempo nosso principal cliente e o mais temível concorrente no comércio internacional.

Continuar pensando a posição do Brasil no mundo em termos de divisões fixas, como Norte-Sul, só pode levar a erro. Nosso interesse nacional requer uma estratégia de geometria variável.

Interessa-nos manter as fortes ligações que temos com os países mais adiantados da Europa, das Américas e da Ásia, porque eles são fonte da tecnologia mais avançada de que precisamos, os principais compradores dos manufaturados que exportamos e parceiros dos nossos serviços mais eficientes.

Ao mesmo tempo, temos muito a ganhar ampliando nosso intercâmbio com as potências emergentes como China, Índia e África do Sul, sem negligenciar nossos parceiros na América do Sul e outros países menos desenvolvidos, alguns deles financeiramente bem situados, como os países petroleiros.

Tudo isso, sem subordinar nossa política externa a uma visão “anti” – anti-globalização, antiamericana, anti-seja quem for que não represente uma ameaça efetiva à paz mundial.

Como um país moderno que se insere na ordem global sem subordinações, não podemos negar nossa responsabilidade e nosso interesse nos temas globais: a paz, a ampliação do comércio e dos tratados multi e bilaterais que o beneficiem, o combate ao crime organizado (principalmente de drogas), a preservação do meio ambiente e as grandes questões energéticas.

Temos interesse direto na ampliação do leque das fontes de energia do mundo, incluindo o etanol. Ao mesmo tempo, participamos do interesse universal na regulação do uso da água e nas respostas à ameaça do aquecimento global.

O fato de os países mais desenvolvidos terem sido os grandes responsáveis pelos danos ao meio ambiente e pelo aquecimento global não nos exime de participar conscientemente dos esforços para reverter esses processos.

No Brasil, a emissão de gases de efeito estufa decorre essencialmente da queima de florestas. Isso é um prejuízo para o planeta e para o próprio Brasil. Salvar da destruição a preciosa biodiversidade da Amazônia e da Mata Atlântica é uma questão de interesse nacional tanto quanto global. Vamos tratá-la com ações bem planejadas e coordenadas e não com retórica, como hoje faz o governo federal.

O PSDB apoiará a participação do Brasil em acordos internacionais que visem reduzir o risco do aquecimento global e lidar com suas consequências. E trabalhará internamente pelo desmatamento-zero – a redução drástica da derrubada e queima de florestas –, aplicando toda a força da lei contra os predadores.

Educação e emprego para os jovens

Acabar com a miséria e diminuir a desigualdade no Brasil são os objetivos que estão no âmago do programa do PSDB e no coração de seus militantes.

Programas de transferência direta de renda são importantes para aliviar a pobreza. Por isso criamos a bolsa-escola, a bolsa-alimentação, o vale-gás, hoje englobados na bolsa-família. Sabemos, porém, que esses programas não bastam para tirar as pessoas da pobreza, principalmente quando não se combinam a outras políticas que ajudem as pessoas a caminhar com as próprias pernas.

Duas coisas são fundamentais para isso: educação de qualidade e oportunidades de trabalho.

O atual governo passou cinco anos dando voltas na área da educação. Primeiro elegeu a educação de jovens e adultos como prioridade, depois o ensino superior. Agora parece ter finalmente encontrado o rumo, quando diz que o ensino básico passa a ser prioritário. Este foi sempre o foco do programa e das políticas do PSDB na área educacional, porque entendemos que não se pode construir uma casa sólida sem cuidar dos seus alicerces.

Foi o PSDB no governo que colocou todas as crianças do Brasil na escola. Falta estender esse direito aos jovens de 15 a 17 anos. A matrícula no ensino médio, que havia mais do que triplicado entre 1995 e 2002, estagnou desde 2003 e aumentou a proporção de jovens fora da escola. Para garantir que todos concluem o ensino básico, é preciso melhorar a qualidade do ensino desde a pré-escola. Vamos rever as formas de gestão escolar e promover a valorização dos professores e demais profissionais da educação, estimulando o bom desempenho e o atingimento de metas de qualidade.

O ensino pós-médio deve se estruturar para oferecer oportunidades de educação a todos, ao longo de toda a vida. A oferta nesse nível deve ser ampla, diversificada, flexível no acesso e nas formas de organização, incluindo o ensino à distância. A formação profissional deve ser complementar à educação básica e permanentemente atualizada para acompanhar as mudanças tecnológicas e do mercado de trabalho.

Em vez de programas paternalistas que subsidiam empresas mas não abrem realmente as portas do mercado de trabalho para os jovens, daremos ênfase ao aumento das oportunidades que virá com a aceleração do crescimento econômico promovida pelas políticas já mencionadas. E multiplicaremos as parcerias entre os três níveis de governo e a sociedade civil em iniciativas de desenvolvimento local em áreas deprimidas, tanto das grandes cidades como do interior.

A miséria e a desigualdade começaram a recuar no país como um todo mas se agravaram nas principais regiões metropolitanas. A emigração de indústrias deixou um rastro de desemprego e queda da renda nessas áreas. A isso se somam os enormes déficits de moradia, infraestrutura e serviços públicos acumulados pelo crescimento urbano explosivo no século passado. O resultado é um quadro dramático de mal-estar social, que representa o maior de todos os desafios para o desenvolvimento do Brasil na atualidade.

Reverter esse quadro supõe esforços combinados em duas frentes. É preciso reinventar a vocação econômica das regiões metropolitanas com base nos serviços modernos, mais do que na indústria. E é preciso investir mais e melhor em infraestrutura e serviços públicos para melhorar a qualidade de vida e o ambiente de negócios.

O PSDB entende que a resposta a esse duplo desafio passa pela construção de novas instituições de governança metropolitana, com apoio da União, coordenação dos estados, parceria das prefeituras municipais e ampla participação da sociedade civil. Instituições que ampliem a capacidade das regiões metropolitanas de planejar seu próprio futuro a médio e longo prazo e de articular ações dos três níveis de governo para tirar os planos do papel.

Segurança com igualdade

A nação é mais que o estado e o mercado; é comunidade de valores. Uma nação democrática tira sua força da coesão de seus cidadãos em torno dos valores da liberdade, da justiça, do trabalho, da participação responsável nas decisões que dizem respeito ao bem comum.

Hoje o coração das brasileiras e brasileiros está pesado. A violência, a corrupção e a impunidade nos chocam e abalam a confiança nos nossos valores comuns, nos nossos vizinhos, em nós mesmos.

O mal, na política brasileira, vem sendo banalizado. Hoje temos eleições mas falta aquilo que é a seiva da democracia: a crença no valor absoluto da lei e na igualdade de todos perante ela.

Cabe ao PSDB empunhar firmemente esta bandeira, fazendo da defesa da lei e, muito concretamente, da segurança das pessoas um objetivo fundamental de suas políticas, junto com o desenvolvimento e o emprego.

Não é só por uma questão de princípio que exigimos decência na vida pública e cobramos punição de todos os que violam a lei, não importa se usando um revólver ou a caneta de um cargo público. É porque sem isso o Brasil jamais será capaz de dar oportunidades iguais a todos os seus filhos.

Sem isso, até mesmo os esforços em prol da igualdade, contra a miséria, se desvirtuam em mero clientelismo eleitoral.

A corrupção impune de autoridades públicas, o tráfico de drogas e armas e o desrespeito generalizado às leis se entrelaçam num “sistema” perverso, cujo produto final é a falta de segurança das pessoas.

O Brasil clama por políticas que ataquem simultaneamente a oferta e a demanda do ilícito, as causas profundas e os sintomas da insegurança. Governos

estaduais do PSDB têm mostrado que é possível diminuir a violência e impedir que bandos criminosos tomem o lugar da autoridade pública em pedaços do território nacional. Muito pode ser feito, e tem sido, sem fórmulas mirabolantes, mas com valorização do bom trabalho policial, investimentos em tecnologia, equipamento, inteligência, gestão competente das polícias e ações integradas de prevenção e repressão em áreas críticas, envolvendo as prefeituras e comunidades locais. Sabemos diferenciar dureza contra o crime da violação de direitos individuais. Trabalharemos para multiplicar as experiências locais bem sucedidas e retomar a construção, abandonada na prática nos últimos anos, de um sistema que integre as forças de segurança dos três níveis de governo no combate ao crime organizado em suas ramificações nacionais e internacionais.

A lentidão da Justiça desmoraliza a lei e concorre para a impunidade. Impulsionaremos mudanças das regras processuais e estruturas administrativas para tornar a Justiça guardiã efetiva dos direitos de todos os cidadãos e aproximá-la dos mais necessitados.

Somadas, a insegurança das pessoas, a ineficiência dos serviços públicos e a distância entre o povo e seus representantes eleitos formam uma mistura ameaçadora para a democracia.

O PSDB tem história de luta pela justiça social. É ela que torna efetiva a democracia. Mas jamais seremos coniventes com quem pretende fazer do bandidismo uma espécie de resposta política às demandas da sociedade. Os brasileiros têm direito a segurança com justiça, no campo assim como nas cidades.

Nossa luta contra a insegurança começa por um pacto do PSDB consigo mesmo: tolerância-zero com a corrupção e outras formas de desrespeito à lei dentro do próprio partido.

Este é nosso compromisso número um porque é a condição para que os demais compromissos tenham sentido para o povo.

Aperfeiçoar a democracia

A democracia é um valor fundamental para o PSDB. Um valor e um ideal que motiva e orienta nossa atuação como partido político.

Preocupado em aperfeiçoar a democracia, o PSDB nasceu parlamentarista. Continuamos parlamentaristas, embora reconhecendo que o parlamentarismo não está na ordem do dia desde que o plebiscito de 1993 manteve o presidencialismo.

Não nos conformamos, porém, com os traços antidemocráticos que o presidencialismo assumiu nas mãos de nossos adversários: desmoralização do Congresso, desorganização dos partidos, concentração de poderes formais e informais no Executivo. Tudo isso desilude o eleitor, semeia a instabilidade política e cria o risco da volta de pseudossoluções autoritárias, como se observa em países vizinhos.

Apesar de sermos parlamentaristas, acreditamos que é possível melhorar o presidencialismo brasileiro. Para isso, buscaremos consenso na sociedade e nos partidos a fim de substituir três peças gravemente defeituosas do nosso sistema político: as eleições proporcionais com lista aberta e o uso abusivo de medidas provisórias e dos chamados “cargos de confiança” pelo Executivo.

Pela distritalização do voto

O sistema de eleições proporcionais com lista aberta enfraquece os partidos e, o que é pior, cria distância crescente entre o eleitor e seus representantes – vereadores, deputados estaduais e federais.

Faz das eleições uma corrida desesperada entre candidatos de um mesmo partido, em vez de uma competição entre partidos com propostas diferentes.

Deixa a maioria dos eleitores, principalmente nos grandes colégios, sem saber quem é afinal o “seu” representante, porque vota num candidato e acaba ajudando a eleger outro, às vezes de outro partido.

Desse modo, não facilita a criação de vínculos de responsabilidade entre representantes e representados.

Gera, em vez disso, dependência dos candidatos em relação aos “grandes eleitores” – empresas, sindicatos, igrejas, grupos econômicos ou políticos capazes de financiar, direta ou indiretamente, legal ou ilegalmente, campanhas cada vez mais caras.

O sistema proporcional com lista fechada ou preordenada, em que o eleitor vota somente no partido, e não num candidato, acabaria com alguns desses problemas mas criaria outro: a possibilidade de manipulação das eleições por cúpulas partidárias com controle sobre as convenções que decidiriam a ordem dos candidatos na lista, logo suas chances de eleição.

Por tudo isso, o debate interno do PSDB tem apontado para diferentes alternativas de distritalização do voto:

- o sistema distrital majoritário, em que cada distrito elege um representante;
- o sistema distrital misto, em que metade dos representantes é eleita por distritos majoritários e metade por lista partidária;
- um sistema proporcional semelhante ao atual, mas com a subdivisão dos estados em colégios eleitorais menores, com em torno de quatro representantes cada.

Qualquer dessas alternativas é preferível ao sistema proporcional vigente, porque ancora a representação política num local determinado, seja ele uma grande cidade ou um grupo de municípios. Desse modo, encurta a distância entre representantes e representados. E leva os partidos a se enraizarem por todo o país, fortalecendo-se sem se subjugarem a caciques ou “máquinas” partidárias.

Medidas provisórias sem abuso

As distorções do sistema eleitoral fragilizam as instituições democráticas pela base. O uso abusivo das medidas provisórias e dos “cargos de confiança” as golpeiam de cima para baixo.

Uma emenda constitucional de iniciativa do próprio Congresso, promulgada em 2001, destinada a disciplinar melhor o uso de medidas provisórias, teve efeito contrário. Deu ao Executivo controle praticamente absoluto da pauta do Legislativo, trancando-a e destrancando-a à sua vontade.

As distorções se agravaram com o viés autoritário do atual governo e a cumplicidade de sua base parlamentar.

Acabou praticamente o debate público de medidas provisórias, porque as comissões para examiná-las não se instalam e os relatores de plenário são indicados na última hora.

Também acabou praticamente a razão de ser histórica do Legislativo, que é o poder de autorizar previamente a cobrança de impostos e realização de despesas pelo Executivo. Virou rotina a edição de medidas provisórias abrindo créditos extraordinários que nada têm de extraordinários – não se destinam a atender situações de emergência, como prevê a Constituição, mas sim a despesas regulares. O Congresso as aprova assim mesmo. Se não aprovasse, daria no mesmo, porque os recursos já foram gastos e as despesas ficam convalidadas se um decreto legislativo não dispuser o contrário no prazo de sessenta dias.

Virou rotina, além disso, a edição de medidas provisórias de relevância duvidosa e urgência claramente inexistente.

Diante desses abusos gravíssimos, o PSDB defenderá mudanças no procedimento de apreciação de medidas provisórias em geral, para que sejam liminarmente rejeitadas em caso de falta de urgência, obrigatoriamente votadas em comissão antes de ir a plenário e não obstruam a pauta legislativa.

Profissionalizar o serviço público

Na democracia, os governos passam e as estruturas do estado ficam. Governos são eleitos para cumprir programas respaldados por maiorias eleitorais temporárias. A máquina do estado deve dar meios ao governo para cumprir seu programa. Não pode virar butim repartido entre os partidários do governo de turno e seus aliados a fim de se eternizarem no poder.

A democracia requer profissionalização da burocracia pública. O PSDB lutará para diminuir drasticamente o número de “cargos de confiança” e estabelecer regras claras para o seu preenchimento, a fim de que não virem instrumento de barganha política.

Serviços públicos de qualidade dependem, além disso, de servidores bem treinados e com seu desempenho permanente avaliado. A avaliação objetiva é fundamental, tanto para premiar a competência e eficiência quanto, no limite, afastar os funcionários comprovadamente ineptos.

Numa vasta federação, como é o Brasil, serviços de qualidade dependem também da adequada descentralização dos recursos e atribuições, incluindo mecanismos de controle que evitem desvios e desperdícios sem burocratizar

excessivamente a execução das despesas. Isto é fundamental para melhorar a gestão compartilhada dos três níveis de governo em áreas como educação, saúde e segurança pública.

Profissionalização, treinamento e avaliação permanente dos servidores públicos e avanços na descentralização dos serviços são objetivos fundamentais do PSDB, para que o estado viabilize as políticas dos governos e sirva permanentemente à nação na busca de mais prosperidade e igualdade.

Enraizar o PSDB na sociedade

Conhecer o país e propor soluções para os seus problemas é meio caminho andado mas não é o caminho inteiro.

A grande novidade política do Brasil nestes vinte anos é a entrada em cena de um personagem: o cidadão informado. Este não quer soluções apenas. Quer participação.

Por convictos que estejamos da pertinência das nossas propostas, devemos reconhecer que a interlocução do PSDB com a sociedade ficou aquém do que propunham nossos fundadores e do que se mostra necessário. Nossos canais de diálogo com diferentes setores da sociedade e com os cidadãos em geral são injustificadamente estreitos. Temas que afetam intensamente o cotidiano das pessoas e animam movimentos sociais, como as questões de gênero e raça, drogas e violência, os direitos das minorias, repercutem pouco dentro do nosso partido. Ficamos desatentos à riqueza de manifestações culturais do povo brasileiro, com sua imensa capacidade de afirmar valores e identidades e gerar coesão social. Que atenção demos, por exemplo, aos movimentos (sobretudo musicais) dos jovens na periferia das grandes cidades? Muito pouca, até agora.

O momento em que nos dedicamos a renovar ideias deve ser também a oportunidade de reconhecer essa deficiência e tratar de corrigi-la em nossa organização e nas nossas práticas partidárias.

Se temos propostas novas e relevantes, é hora de testá-las no debate com os interessados, ouvir o que eles têm a dizer, submeter-nos ao crivo da sua experiência, que em conjunto será sempre mais ampla e rica do que a nossa.

Meios para isso não faltam: a rede de diretórios do partido, seu instituto de estudos, núcleos temáticos que podem ser criados fora da estrutura dos diretórios, fóruns e listas de discussão na Internet. Trata-se de usar esses canais com a disposição e a criatividade que essa nova cidadania cobra de nós. E enfrentar com coragem temas controvertidos, como medidas específicas para a inclusão dos negros, a assistência às mulheres para planejar o número de filhos e o momento de os ter.

O PSDB deve voltar às universidades e escolas, não só para filiar militantes, mas com vontade de aprender, participar e criar uma agenda política que não envelheça nas disputas internas pelo poder partidário. O cidadão informado, sobretudo o jovem, está interessado em questões concretas, que afetam sua vida cotidiana, não em eleições de diretórios ou disputas do poder pelo poder.

Somos pessoas afeitas ao diálogo democrático. Façamos do diálogo permanente um instrumento de fortalecimento do PSDB e de seu enraizamento na sociedade. Sem que isso implique nos escondermos no assembleísmo para apresentar nossas opiniões como “resultantes”. Não deixemos de tomar posição e lutar por nossas posições dentro do partido, fechando questão no Congresso, quando for o caso, ganhando ou perdendo eleições ou votações específicas.

Somos acima de tudo pessoas com coragem para lutar por aquilo em que acreditamos. O que pode nos distinguir de outros partidos não são tanto nossos ideais em si mesmos – democracia, justiça, desenvolvimento, soberania nacional. A diferença estará na clareza com que soubermos traduzir os ideais em objetivos específicos, na firmeza para perseguir esses objetivos e na decência ao escolher os meios para alcançá-los.

A luta principal dos que fundaram o PSDB foi contra o autoritarismo. Hoje nossa luta é pela melhoria das condições materiais e culturais de vida do povo brasileiro. Mas não nos esqueceremos nunca da lição da história: a democracia não é um monumento de pedra, é uma construção do espírito humano. Assim como há quem ajuda a erguê-la, sempre existe quem atue para corrompê-la ou diminuí-la, em troca de pequenas vantagens ou a pretexto de grandes causas.

A recente sucessão de escândalos levou à desmoralização da política no Brasil. Ambições futuras podem vir a golpear a democracia, como ocorre em

países vizinhos onde o continuísmo de pseudossalvadores da pátria desvirtua as regras da verdadeira representação e participação popular.

Estaremos atentos para não deixar que isso aconteça. Nós conjugamos democracia e PSDB no mesmo tempo. O tempo de um povo livre e que sabe o que quer. O futuro para o Brasil já chegou. Não abriremos mão dele. Não admitiremos retrocessos.

Somos nós que construímos o destino do Brasil. Por nossas mãos, ele saberá conjugar democracia com desenvolvimento, liberdade com justiça social, respeito à lei com realização do bem comum. Esses são os fios que enlaçam a trajetória do PSDB com a história do Brasil contemporâneo. Um passado de conquistas, um futuro de esperança e, entre eles, um presente de novos desafios a vencer!

Fontes: site do PSDB, em <http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/estatuto_atualizado-psdb_2013.pdf> e em <http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Programa_250688.pdf>.

PTC – Partido Trabalhista Cristão

Número oficial da sigla partidária: 36

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 22/2/1990

Endereço na internet: <http://ptc36nacional.com.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Capítulo I

Art. 1º O Partido Trabalhista Cristão – PTC, com sede e foro no Distrito Federal e Ação em todas as unidades da Federação, identificado numericamente pelo número 36, com tempo de duração indeterminado, será regido por este Estatuto.

I – A defesa das instituições políticas livres e democráticas, das liberdades individuais, da vida e da família, da luta pela justiça social, do Estado laico, do ecossistema brasileiro e do combate à impunidade, são bandeiras, princípios e objetivos inalienáveis do Partido Trabalhista Cristão – PTC.

(...)”

Programa

A política é a ciência ou a arte de dirigir os negócios públicos, segundo o conceito dos dicionaristas pátrios. Em sua forma deturpadora se tem a “politicagem”, que traduz a súcia de políticos desavergonhados, onde o que se objetiva são os interesses pessoais, a satisfação da vaidade alheada das aspirações de classes, categorias ou agrupamentos sociais, ou, até mesmo, interesses mesquinhos prejudiciais ao País. Enquanto que outros regimes políticos, como na monarquia ou realeza, e na aristocracia (regime fechado à participação

popular no governo), os politiquinhos tornam-se bajuladores palacianos para conseguirem vantagens e proveitos pessoais pelos favores dos nobres senhores poderosos, na democracia, que abre a todos indistintamente igual oportunidade para serem políticos, tais astuciosos aproveitadores se alinham entre os candidatos. E na avidéz de conseguirem um mandato político não medem conseqüências. São portanto, os politiquinhos inescrupulosos que originam as mazelas que ultrajam a democracia, inegavelmente a maior das conquistas dos povos livres! A eles se devem os nefastos adventos da demagogia (política de aproveitamento pessoal pela excitação das paixões populares); o tráfico de influência (favores de prestígio em troca de votos) e por fim o comércio de voto (pelas organizações das máquinas do Poder Econômico). Investidos no governo, e infelizmente em grande número, os politiquinhos cuidam de si próprios e daqueles ligados às suas trajetórias. E o povo? Qual a sua posição? Nós, do PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO, queremos oferecer uma opção. Esta opção será instrumento de uma reação nacional. Urge mantenhemos a democracia, que é o melhor dos regimes políticos; urge, outrossim, que lutemos por uma democracia escoimada de impurezas; por uma democracia autêntica; uma democracia trabalhista. I – Partindo da premonição de que não se pode ter uma política eficaz, quando desfigurada pela politicagem predominante cuidará o PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO de sanear o processo eleitoral, que seleciona os candidatos, e nisso será implacável.

Numa segunda etapa, manterá o nosso PARTIDO uma disciplinação sobre nossos companheiros eleitos, tanto para os mandatos legislativos como para os executivos federais, estaduais e municipais, por entender que só através de um trabalho conjunto e bem ordenado, sob a égide do PARTIDO, poder-se-á executar eficientemente o nosso programa. E, por assim entendermos divórcio tácito ou de fato entre nossos companheiros trabalhistas-cristãos com o PARTIDO. II – A primeira e principal meta: O SER HUMANO. Das disposições inseridas na “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, transcrevemos a essência: artigo 1º – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e dotados, como são, de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente, uns com os outros”; artigo 3º – “Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa”; artigo 5º – “Ninguém

será submetido a torturas, a penas ou tratos cruéis, desumanos e degradantes”; artigo 8º – “Toda pessoa tem direito a um recurso efetivo para os tribunais nacionais competentes que lhe ampare contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei”; artigo 25 “Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure a si e à sua família a saúde, o bem-estar, e em especial a alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários. Tem direito a seguro em caso de desemprego, enfermidade, viuvez e em outros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade”; artigo 25-1 – “A maternidade e a infância têm direito a cuidados especiais de assistência. Todos os filhos nascidos do matrimônio ou fora do matrimônio, têm igual proteção social”. Nota: O “PTC” se propõe a defender no cristianismo autêntico, firmado na trilogia: “fraternidade-paz-amor”! III – O segundo ponto, como segunda meta: A LIBERDADE com responsabilidade. Em fiel consonância com a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, colocamos à liberdade de opinião a exteriorização do sentir, difundir mais livremente: liberdade de reunião e de associação pacíficas, liberdade de ir e vir, de crença religiosa e filosófica, de pensamento, liberdade para dispor do que legitimamente lhe pertença; para construir família; liberdade para participar de partido político e do governo de seu país, para votar e ser votado legitimamente; liberdade para escolher e fixar residência e domicílio, para escolher profissão, ofício ou atividade lícita e liberdade para fazer ou não fazer”. Nota: “A liberdade é a essência da vida” (Papa João XXIII, referido no “Manifesto”). Mister, outrossim, que os seres humanos vivendo em sociedade, têm de respeitar a boa ordem social, vez que o aforismo jurídico proclama: “O direito de um termina onde começa o direito de outrem”. Pelo óbvio, ninguém em nome da liberdade poderá causar danos, ofensas ou prejuízo, perturbações, enfim, ameaçar, lesar, cercear e privar outrem de seus legítimos direitos. E assim esclarecido, a liberdade não disassociável da responsabilidade. IV – O terceiro ponto, e terceira meta é trabalhismo com fulcro na democracia autêntica. A própria palavra originada do grego: demo, povo; cracia, sufixo de governo, portanto, “governo do povo” tem um sentido amplo, pois que na democracia é o povo que se autogoverna! Na impossibilidade, de toda população pelos adultos, fazer as leis, promulgá-las

e fazê-las cumpridas, simplificaram para um funcionamento prático, a saber: a) o governo é exercido por representantes escolhidos diretamente pelo povo; b) o governo foi dividido em três poderes harmônicos e independentes, sendo eles o legislativo, o executivo e o judiciário. O primeiro elabora as leis. O segundo administra o país e o terceiro se encarrega da justiça. O princípio ideal e insuperável pede, evidentemente, uma Representação Popular irrepreensível. E tal relevante tarefa é do povo! Portanto, não se justifica numa democracia coisas como: 1) Politiqueiros que desabonem “o mandato representativo popular”; 2) um poder judiciário de natureza aristocrática, onde ainda se conservam prerrogativas de vitaliciedade, irredutibilidade, inamovibilidade e, o mais grave, impunibilidade e inobrigatoriedade para cumprimento das leis. V – O quarto ponto, quarta meta: “A DIGNIFICAÇÃO DO MANDATO POLÍTICO E DA AUTORIDADE PÚBLICA”. Aqui melhor se enfoca especialmente a importância que deve ter o mandato político e os cargos públicos, vez que tomando-se o conceito de autoridade como: “forma de superioridade por uma investidura”, que também pode ser: “direito de se fazer obedecer”, – e tendo-se por pressuposto da autoridade a investidura; impõem-se que critérios justos e louváveis se estabeleçam para investir os representantes do povo no governo (outorga dos mandatos políticos). E, outrossim, sejam conduzidos a cargos de autoridades públicas aqueles que por méritos façam jus. Quanto aos mandatos políticos, entende o PTC que mais capazes, aptos e bem intencionados devam ser selecionados. E, que, uma vez eleitos, correspondam à confiante dupla, isto é, dos seus eleitores e do seu PARTIDO.

Fontes: Estatuto do PTC, artigo 1º, inciso I, disponível em: <<http://www.ptc36nacional.com.br/estatuto/>> e no Diário Oficial da União (DOU), de 21/12/1987, pág. 22.204, seção I.

PSC – Partido Social Cristão

Número oficial da sigla partidária: 20

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 29/3/1990

Endereço na internet: <http://www.psc.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Título I – Introdução

(...)

Seção II – Da Regência e Finalidade

O PSC tem como finalidade garantir:

I – o respeito à dignidade da pessoa humana em primeiro lugar, procurando colocá-la acima de quaisquer valores, por mais importantes que eles sejam ou que possam ser;

II – a realização e execução de seu programa com base na Doutrina Social Cristã;

(...)

V – a defesa e o respeito da soberania nacional, do regime político democrático e do pluripartidarismo;

VI – a defesa e o respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana, definidos na Constituição Federal, a ecologia e o meio ambiente;

(...)

Histórico

Fundado em maio de 1985, o Partido Social Cristão (PSC) surgiu como consequência natural da ousadia de brasileiros alicerçados nos ideais difun-

dados pelo político mineiro Pedro Aleixo. Brasileiros que tinham o objetivo de contribuir para a consolidação da democracia no Brasil, reinserida no país depois de duas décadas de regime militar. A ditadura, a mesma que impedira o vice-presidente da República, Pedro Aleixo, de assumir a presidência após a morte de Costa e Silva, dissipava as suas nuvens negras do autoritarismo. Após duas décadas, estava agonizante.

Naquele momento, era mais do que preciso implantar o pluralismo partidário para viabilizar o pleno ressurgimento da democracia. Dessa forma se materializava a luta iniciada por aquele líder político nacional, cujo sonho era concretizar um projeto que determinasse os contornos dos processos de produção e distribuição da riqueza, tendo por base, como principal sustentação, o respeito à dignidade da pessoa humana.

Em 1990, cinco anos depois da reabertura política, o Partido Social Cristão recebia o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Naquele mesmo ano, elegeu o governador de Alagoas, Geraldo Bulhões.

Assim nascia o Partido Social Cristão, sustentado na Doutrina Social Cristã, inspirado nos valores e propósitos do Cristianismo, em busca de uma sociedade justa, solidária e fraterna. O Cristianismo, mais do que uma religião, representa para o PSC um estado de espírito que não segrega, não exclui nem discrimina. Aceita a todos, independentemente de credo, cor, raça, ideologia, sexo, condição social, política, econômica ou financeira.

O PSC foi criado para ser um partido diferente no cenário político brasileiro, que procura de maneira ativa novos rumos para a nacionalidade, defendendo a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, o bem-estar dos idosos e aposentados, a segurança no trânsito e os níveis estáveis de emprego, visando sempre proporcionar à população mais saúde, conforto e dignidade.

Neste começo do terceiro milênio, em sua acelerada marcha de crescimento, após enfrentar os mais diversos e austeros obstáculos, o PSC consolida-se como força política autêntica, participando das principais questões nacionais, levando a sua contribuição para o aprimoramento das instituições.

Programa

I – No Campo Político Nacional

1.1 – Exigir dos governadores da União, dos Estados e dos Municípios, bem como do Distrito Federal e dos Territórios a elaboração e eficiente execução de planos, visando ao equacionamento e solução dos problemas políticos, econômicos e sociais.

1.2 – Promover a instalação de um sistema democrático definido pelo Socialcristianismo, em seu Manifesto, e defender as formas parlamentarista, democrática e republicana de governo.

1.3 – Colocar a pessoa humana acima de quaisquer interesses econômicos, políticos ou sociais.

1.4 – Expurgar, da Constituição Federal, os dispositivos contrários à tradição política, econômica e social e aos legítimos interesses do povo brasileiro, mediante uma Assembleia Nacional Constituinte.

1.5 – Defender e propiciar a participação ativa dos cidadãos no processo de escolha do Presidente da República, dos Governadores dos Estados, dos prefeitos Municipais, bem como dos das capitais, dos Membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas Estaduais e das Câmaras Municipais, através do voto livre, direto e secreto.

1.6 – Promover a representação política do Distrito Federal.

1.7 – Promover programas de instrução e educação cívica, inclusive através de apoio de institutos e fundações, destinados ao aprimoramento dos quadros e lideranças partidárias dentro do sistema democrático.

1.8 – Defender e estabelecer, em lei, o sufrágio do analfabeto.

1.9 – Defender o princípio da pluralidade de partidos, eliminando quaisquer exigências excessivas para a sua organização e funcionamento.

1.10 – Promover a real liberdade no exercício do sufrágio, combatendo particularmente abusos do poder político e econômico e punir severamente os crimes de fraudes, de corrupção e de peculato.

1.11 – Restaurar as legítimas prerrogativas do Congresso Nacional, particularmente, seus atributos de Poder Legislativo.

1.12 – Promover, efetivamente, a harmonia e independência dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário dentro dos seus objetivos de promover o bem comum do povo brasileiro.

1.13 – Resguardar a igualdade de direitos e deveres entre civis e militares, tendo em atenção as peculiaridades de cada classe.

1.14 – Estudar as causas da violência contra as pessoas, os bens e as instituições e aplicar rigorosamente as necessárias medidas de combate a elas.

1.15 – Assegurar, plenamente, aos partidos, sindicatos e outras organizações civis, amplo direito de informação e de acesso aos meios de comunicação.

1.16 – Promover leis e medidas favoráveis à liberdade de associação e de reunião, de imprensa, de culto e de expressão e combater as prejudiciais.

1.17 – Promover a segurança e a tranquilidade dos cidadãos e, consequentemente, da Nação.

1.18 – Trabalhar para que o povo brasileiro viva ao abrigo do medo e livre da escassez de emprego, alimentação, moradia e vestuário.

1.19 – Promover o absoluto respeito à Declaração Universal dos Direitos do Homem, elaborada pela Organização das Nações Unidas.

1.20 – Propugnar pela igualdade de direitos políticos e civis de ambos os sexos, eliminando qualquer discriminação na participação da mulher nos vários setores de atividade e decisão.

II – No Campo Econômico

2.1 – Incentivar o aumento da produção e o da produtividade, assim como a justa e equitativa distribuição da renda e da riqueza nacional.

2.2 – Promover a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, de acordo com os princípios do solidarismo cristão.

2.3 – Estabelecer rígido sistema fiscal e tributário, visando a beneficiar, particularmente, as camadas e as regiões mais carentes.

2.4 – Disciplinar, de acordo com os legítimos interesses nacionais, a entrada e a saída de capital do País.

2.5 – Reestudar a questão da remessa de lucros para o exterior, sobre a qual deverá incidir tributos em percentual desestimulador, visando a incentivar a aplicação, no Brasil, do lucro das empresas estrangeiras.

2.6 – Defender e apoiar a iniciativa privada, particularmente a pequena e média empresa nacionais, sem detrimento da intervenção estatal, quando assim o exigir o bem comum.

2.7 – Incentivar e amparar o desenvolvimento da tecnologia nacional e a aquisição de tecnologia estrangeira, quando necessária.

2.8 – Proibir, por lei específica, qualquer contrato de pagamento de “royalties”, admitindo apenas a compra de tecnologia, sem restrição de uso.

2.9 – Promover racional exploração dos recursos naturais do País, tendo em conta a necessidade de defender o equilíbrio ecológico.

2.10 – Considerar a Agricultura prioritária ao processo de desenvolvimento nacional e eliminar quaisquer impostos que tornam os produtos alimentícios inacessíveis às camadas menos favorecidas da população.

2.11 – Incentivar a criação ampla de programa de reforma agrária e adotar novas medidas de combate ao latifúndio improdutivo.

2.12 – Criar colônias agrícolas, agregando no seu seio não só o trabalhador rural marginalizado, mas também o desempregado urbano, de modo a proporcionar-lhes condições de progredirem econômica e socialmente, assim como de promover a interiorização e colonização de alguns segmentos da sociedade, mediante seu deslocamento para as vastas áreas latifundiárias, a fim de consolidar a mão de obra rural e evitar o êxodo para as cidades e grandes centros.

2.13 – Incentivar a criação, pelas Cooperativas de produtores, de postos de abastecimentos de gêneros de primeira necessidade e isentos de quaisquer impostos, de modo a propiciar-lhes competitividade que leve à eliminação dos especuladores ou atravessadores, e proporcionar melhores preços de venda.

2.14 – Reformar o Código Tributário, no sentido de fortalecer os Estados e, principalmente, os Municípios.

2.15 – Estudar e promover medidas eficazes no sentido de livrar a população das ameaças das enchentes e das secas, no território nacional.

III – No Campo Social

3.1 – Dignificar o trabalho honesto como dever social, assegurando aos trabalhadores os direitos e vantagens já conquistados no âmbito jurídico do trabalho e da Previdência Social, bem como pugnar pela ascensão social e econômica dos trabalhadores urbanos e rurais, para a melhoria de sua condição de vida e da de suas famílias.

3.2 – Fortalecer os órgãos de representação rural, com o objetivo de trazer maior participação de classes no debate sobre a condução dos problemas brasileiros.

3.3 – Eliminar todas as diferenças entre o trabalhador urbano e o rural.

3.4 – Propugnar pela erradicação do desemprego, propiciando a participação de todos no processo produtivo, assim como abolir a cobrança de tarifas de água e luz em bairros da população de baixa renda, e, em relação a essas pessoas, nos municípios de ínfima renda; criar o salário-desemprego.

3.5 – Propugnar pela implantação de livre negociação entre trabalhador e patrão, bem como pela independência profissional em todos os níveis, através do sistema de cooperativas do trabalho.

3.6 – Lutar pela implantação de lei ordinária de usucapião urbano, visando a beneficiar aos moradores das periferias das cidades.

3.7 – Respeitar e defender as terras e os valores das populações indígenas e promover o convívio harmônico de todos os segmentos sociais do País com elas.

3.8 – Propiciar melhores condições de vida e de trabalho aos deficientes físicos e mentais, melhor denominados “deficientes especiais”.

3.9 – Dar plena autonomia aos sindicatos, vedando toda e qualquer intervenção nos mesmos, bem como lutar pela aprovação, no Congresso Nacional, das resoluções da OIT nºs 87 e 94 e de outras que, porventura, venham a surgir, como forma de obter uma estrutura sindical autêntica e democrática.

3.10 – Garantir o efetivo direito de greve a todos os trabalhadores.

3.11 – Destinar maiores recursos ao programa da casa própria e facilitar, sobretudo, sua aquisição pelas pessoas de baixa renda, bem como transformar o BNH num Instituto de Habitação Nacional, suprimindo-se a figura especula-

tiva do “Agente Financeiro” obrigando, assim, a instituição a tratar diretamente com o adquirente da casa própria. Não permitir jamais que a prestação seja superior e 20% do salário e assegurar ao desempregado o direito de sustar o pagamento da prestação da casa própria, enquanto durar a situação de desemprego.

3.12 – Reestruturar o sistema de previdência social propiciando um atendimento efetivo e eficaz a quem dela necessitar.

3.13 – Multiplicar e aparelhar hospitais e postos de saúde e aprimorar o atendimento médico, implantando, inclusive, a medicina preventiva.

3.14 – Propiciar aos idosos melhores condições de vida e meios para que possam continuar contribuindo, voluntariamente, para o progresso do País.

3.15 – Estudar a sério o problema do menor abandonado e aplicar as medidas necessárias à sua educação e formação profissional, inclusive exigindo dos pais o cumprimento de suas obrigações para com os filhos.

3.16 – Aperfeiçoar o sistema penal e carcerário, com vistas à reabilitação dos internos e a sua reintegração à sociedade e prestar a necessária assistência social às famílias dos internos e às de suas vítimas.

3.17 – Defender o concurso público, como único critério para admissão no funcionalismo público e da administração direta, assim como de servidores da administração indireta.

3.18 – Combater o terrorismo e os processos de agressão ao patrimônio público e ao privado, para a defesa da instituição democrática, da paz e do bem-estar social.

3.19 – Combater a ineficiência na condução dos negócios públicos e punir, drasticamente, qualquer forma de desonestidade e corrupção.

3.20 – Introduzir, no Código Penal, penas pecuniárias mais elevadas, se possível, acima do valor dos danos causados ao erário pelo servidor responsável, de modo que, realmente, desestimulem a prática dos crimes de peculato.

3.21 – Promover e melhorar o ensino de primeiro grau, cumprindo o dispositivo constitucional que o torna obrigatório para todas as crianças do País.

3.22 – Promover e aprimorar o ensino de segundo grau com a habilitação do estudante para o trabalho profissional.

3.23 – Aprimorar a qualidade do ensino superior e ampliar a concessão de bolsas de estudo aos estudantes que delas necessitarem.

3.24 – Promover o funcionamento, também à noite, das Universidades Públicas, tendo em vista a função social que a elas cabe cumprir; lutar pela autonomia das Universidades, e pela garantia do direito de os estudantes se reunirem em suas associações.

3.25 – Incentivar e proteger as pesquisas científicas, propiciando aos cientistas melhores condições de trabalho e de vida, condizente com a sua habilitação profissional.

3.26 – Favorecer o autor e o artista nacionais e promover a divulgação da cultura brasileira sem detrimento do justo apreço por obras de valor internacional.

IV – Plano Internacional

4.1 – Trabalhar por uma comunidade mundial justa e integrada, cujos protagonistas sejam os povos e cuja meta seja a instauração de uma paz duradoura e autêntica, baseada nos princípios da liberdade, da justiça social internacional, da autodeterminação dos povos e do pleno respeito aos direitos inalienáveis do homem e das comunidades.

4.2 – Fortalecer as Nações Unidas como instrumento de encontro solidário e universalista e de promoção da justiça, da cooperação e da paz entre os povos.

4.3 – Combater qualquer forma de neocolonialismo, de imperialismo e de discriminação, notadamente a social e a religiosa.

4.4 – Promover o desarmamento gradual, controlado e equilibrado.

4.5 – Trabalhar pela solução pacífica de conflitos internacionais, com a condenação de qualquer uso da força ou ameaça de uso da mesma.

4.6 – Lutar para que a exploração e a utilização dos recursos comuns do nosso planeta, tais como o espaço, os fundos oceânicos e o mar, se façam sob a égide do Direito, inspirado pelo bem da humanidade e não sob os influxos dos interesses das grandes potências.

4.7 – Na realização deste Programa, procurar inspiração constante no desejo de servir ao desenvolvimento integral e solidário do homem todo e de todos os homens.

Fontes: Estatuto do PSC, art. 3º, disponível em <<http://www.psc.org.br/partido-social-cristao/documentos/estatuto>> , <<http://www.psc.org.br/partido-social-cristao/historico>> e Diário Oficial da União (DOU) de 15/5/1985, pág. 7305, seção I.

PMN – Partido da Mobilização Nacional

Número oficial da sigla partidária: 33

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 25/10/1990

Endereço na internet: <http://www.pmn.org.br/>

Manifesto Programa (1995)

Todos os partidos políticos que o Brasil teve até hoje nasceram de ideias importadas, refletindo realidades diferentes da nossa. Por essa razão, muito pouco puderam fazer pelo nosso país, cujos problemas só têm feito agravar com o tempo.

A questão essencial, que deveria preocupar os nossos pensadores políticos, nem sequer foi por eles colocada. Consiste em saber por que somos um país subdesenvolvido, e como um país subdesenvolvido se transforma em desenvolvido.

A razão disto está no fato de que sempre fomos, e continuamos a ser, uma colônia, e a colônia não existe para resolver os seus problemas, mas para ajudar o país dominador a solucionar os seus. Quando deveria ser a cidade mais rica do mundo, pela abundância do ouro extraído das suas minas, Vila Rica era apenas um humilde povoado, onde os grandes moram em casas de madeira a pique, segundo o testemunho do autor das “Cartas Chilenas”. Nessa ocasião, Lisboa nadava em ouro e os seus reis viviam como nababos. Enquanto isto, os mineiros passavam por violentas crises de fome, em que eram obrigados a fugir para o mato a fim de alimentar-se de ratos e frutos silvestres. Não havia alimentação porque os brasileiros eram proibidos de trabalhar nos campos e obrigados a labutar nas minas porque estas, e não aqueles, produziam riquezas para serem enviadas à metrópole.

O Partido da Mobilização Nacional nasce com a missão de dar continuidade ao único projeto político da nossa história, a inconfidência mineira. Hoje,

mandamos em dólares para os Estados Unidos cem vezes mais do que enviávamos em ouro para Portugal. No nosso modo de ver, o único problema do Brasil é falta de soberania. No dia em que for realmente dona do seu destino, a nossa pátria será um dos mais ricos e prósperos países do mundo.

Como alcançar esse objetivo?

O subdesenvolvimento econômico não é um problema econômico, mas político. Para deixar de ser subdesenvolvido, o Brasil tem de realizar uma ampla mobilização nacional. Essa mobilização criará autênticos líderes, promoverá a conquista da soberania e tornará possível ao país resolver, ao mesmo tempo, todos os seus problemas. Mobilizado, o Brasil acabará com o analfabetismo, fortalecerá a cultura nacional, enfrentará a questão da saúde, aumentará a sua produção agrícola e industrial, fará a reforma agrária, defenderá as riquezas naturais, criará um poderoso mercado interno, ampliará o comércio com o resto do mundo, implementará a política do salário máximo e a previdência justa, tornará possível a construção de moradia para todos e viabilizará o aparecimento, no Brasil, da primeira experiência de democracia plena e de socialismo da riqueza.

O mais sério problema do Brasil é, hoje, a dívida externa. Também só uma grande mobilização nacional dará ao nosso governo respaldo para comandar o terceiro mundo na declaração de uma moratória conjunta que implodirá o atual sistema financeiro internacional e tornará possível a reconstrução da economia mundial em bases solidárias e justas.

Toda experiência de democracia, até hoje vivida pela humanidade, favoreceu as minorias que se mobilizaram para a defesa dos seus interesses e privilégios. Vamos construir a primeira democracia de maioria, fazendo com que esta se mobilize na defesa de um projeto político mais fraterno e generoso, que atenda a coletividade e não mais aos pequenos grupos exclusivistas.

A riqueza é o produto do esforço de toda a nação e com ela deve ser dividida de forma equitativa e solidária. A Mobilização Nacional tornará possível ao Brasil, em poucos anos, ser um dos países mais ricos do mundo. Não basta isto, no entanto: através da política de salário máximo, deverá ser feita uma justa e criteriosa distribuição de rendas por meio da qual cada pessoa terá condições de viver uma vida digna e de realizar-se plenamente.

Lutando no sentido de acabar com o absurdo abismo que separa as nações, o PMN pretende terminar, também, com o colonialismo interno, fazendo desaparecer o fosso que separa os nossos estados, dando a todos a mesma oportunidade de desenvolvimento.

Um partido com essas características não pode deixar de incluir no seu ideário o pluripartidarismo, que torna possível a união dos ideologicamente afins, e a intransigente defesa dos sagrados direitos da pessoa humana, entre os quais o de escolher livremente a forma de governo e o regime político em que pretende viver.

Todos os partidos políticos que a humanidade conheceu até aqui foram partidos de minoria e mobilistas, pois o seu objetivo sempre foi o de garantir que a minoria mobilizada explorasse a maioria imobilizada.

Por ser um partido de mobilização e, portanto, criador de ideias e de riquezas, o partido da mobilização nacional é, também, o primeiro partido do terceiro mundo e deseja, através do Parlamento do Terceiro Mundo, unir as nações até aqui marginalizadas para a criação de um futuro em que todos os homens tenham uma vida digna, num mundo de paz, abundância e amor.

Fonte: Estatuto do PMN, disponível no site do TSE em <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-do-partido-pmn-de-3-12-1995-resolucao-tse-no.1996>>.

PRP – Partido Republicano Progressista

Número oficial da sigla partidária: 44

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 29/10/1991

Endereço na internet: <http://www.prp.org.br/>

Dispositivos estatutários pertinentes

(...)

Capítulo 2 – Dos Objetivos e Diretrizes Fundamentais do Partido

Artigo 4º – O PRP, como organização política reger-se-á, interna e externamente, sob os fundamentos da democracia, dentro das normas do presente ESTATUTO, da disciplina Partidária, conforme regem a Constituição da República e as Leis vigentes.

Artigo 5º – O PRP fundamenta sua Estrutura Interna, suas Diretrizes e Ações, dentro dos postulados da social-democracia progressista e do princípio de que todos são iguais diante de DEUS e das Leis, sendo o objetivo fundamental de sua Ação:

I) Construção de uma Ordem Social justa que busque a realização do desenvolvimento de forma harmônica, sempre a serviço do homem, conciliando os interesses do Estado, do Capital e do Trabalho, eliminando as desigualdades sociais;

II) Valorização do ser humano, de sua liberdade e cidadania, para progredir e desenvolver-se em todos os campos, dentro da igualdade de oportunidades e da livre iniciativa;

III) Reorientação do Estado para que:

a) Se consolide o sistema republicano de governo, mediante instituições jurídicas modernas, com aprimoramento do Estado Republicano Federativo, e a máxima autonomia dos Estados e Municípios;

b) Desempenhe com eficiência seu papel social nos campos da Educação, Saúde, Previdência, Habitação, Agricultura e Segurança e Cultura;

c) Reduza sua interferência sobre o mercado, liberalizando a economia e estimule a distribuição de renda tornando-a mais justa;

IV) Compreensão da política como uma atividade ética, voltada para a sociedade, destinada à formação de estruturas de poder e de Governo, livres e democráticos, constituindo-se, pois, em instrumento de luta pelo bem comum e pela liberdade individual;

V) Integração soberana do Brasil à ordem econômica, política e social internacional, defendendo os princípios de autodeterminação das nações, de não interferência, e de todas as causas de liberdade dos povos, e da paz mundial.

(...)

Manifesto

Propostas para o novo republicanismo

O Partido Republicano Progressista (PRP), sob a presidência de Ovasco Resende, entende que um século e duas décadas após a Proclamação da República, o Brasil reclama vigilância constante quanto ao seu estado democrático. O momento conclama os republicanos progressistas ao esforço hodierno para ampliação dos conceitos republicanos. Desfeitas algumas das utopias que pretendiam estabelecer a igualdade à força, com o sacrifício das liberdades políticas, outras forças se organizaram em nosso País, sob uma idiossincrática “revolução redentora” que rechaçou as forças de esquerda, perseguindo, prendendo e assassinando seus adversários, mergulhando o País em duas décadas de obscurantismo, vive-se agora, no Brasil, uma democracia constantemente ameaçada.

Para o Partido Republicano Progressista (PRP), os homens são iguais em sua natureza e desiguais em seus méritos, como proclamam, repetindo antigas verdades, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. Toda República é democrática por definição; é a forma de convívio na qual cada um dos homens

é o construtor de si mesmo – e o conjunto de cidadãos edifica a sociedade e a história. Em suma, a comunhão dos sonhos, do trabalho, do saber e da liberdade amalgama-se na República democrática.

Saúde, educação e justiça são a priori os pilares básicos da República democrática e da sociedade política. Providos de conhecimento e de saúde e assistidos pela justiça, os homens se encontram preparados para viver em liberdade, no gozo dos bens da vida e na plena realização criadora. Mas o Estado tem outros deveres, além de garantir esses módulos mínimos da existência humana. No mundo contemporâneo, de mudanças velozes, são de responsabilidade do Estado múltiplas tarefas. Todas elas devem estar submetidas a determinados princípios, sem os quais a vida política se resume à estéril disputa de posições de poder. Como enfatiza Robert A. Dahl: “A democracia promove o desenvolvimento humano mais plenamente do que qualquer outra opção viável” (DAHL, 2001).

O Partido Republicano Progressista (PRP) organiza-se pelo fundamento de que o homem, como a mais perfeita das criaturas, tem o direito e o dever de ser feliz. Essa felicidade não é e nem pode ser usufruída no egoísmo. Para compartilhar a alegria e a esperança, e para vencer as dificuldades, os homens criaram as sociedades políticas. A política é, dessa forma, a mais exigida e a mais digna das atividades humanas. Mas só se podem considerar como atividades políticas as que se desenvolvem sob os postulados da democracia e que aceitem a ordem da lei como mera servidora de liberdade.

É com essa convicção que o Partido Republicano Progressista (PRP) apresenta-se ao povo brasileiro como um caminho viável e moderno para as gerações do terceiro milênio. Seu objetivo é contribuir para a construção de uma Pátria justa em suas relações internas, para que seja justa e independente no convívio com as outras nações. O PRP quer uma Nação forte e feliz, para que possa ser pacífica; próspera, para que possa ser generosa; e moderna, para que possa preservar os valores que a forjaram.

Às vésperas da Revolução Noética – que está em curso e porá termo à Revolução Industrial e à Era Moderna – ancorada nos pressupostos de Teilhard de Chardin e apregoada sem cansaço por Edgard Morin e Marc Halévy, o Brasil não pode permanecer preso aos antigos conceitos cartesianos e humanistas

que levaram o planeta e sua população ao estágio atual. Caberá ao Brasil liderar o início de uma nova revolução mundial centrada em novos modelos educacionais, econômicos e políticos, fundados em novos valores, novos marcos, novos modos de vida e novas prioridades (HALÉVY, 2010). O novo *modus vivendi* do planeta estará centrado não mais na moral aristotélica e sim nos novos paradigmas do conhecimento e da criação, produzindo uma nova forma de riqueza: a cognitiva e cultural. Essa riqueza, advinda do talento e do conhecimento humanos, erguerá um muro periférico de proteção à família, garantindo tudo para a educação, para a empresa, para a cidade, propondo o fim das sociedades antropocêntricas e o fim do primado econômico sobre o homem, fazendo surgir a economia do conhecimento.

Como aprendemos com Darcy Ribeiro, o Brasil é modelo de uma nova civilização, surgida na mestiçagem do branco europeu com índios da terra e negros escravizados. Essa miscigenação permitiu, com a chegada dos imigrantes europeus e asiáticos, um novo salto na mestiçagem dentro do século XX. O Brasil, assim como toda a América ibérica, é feito de um povo novo, de um povo gerado no centro do sofrimento causado pela opressão, pela escravização e pela negação constante de cidadania e liberdade. Ainda segundo Darcy, a ‘máquina de gastar gente’ não conseguiu evitar a edificação de “sociedades étnico-nacionais cujas populações são produto do cruzamento e querem continuar fundindo-se”.

No plano econômico, os republicanos do PRP não desprezam, de forma alguma, a experiência do liberalismo e mais uma vez recorre-se a Darcy Ribeiro quando escreve que o Brasil quer do capitalismo “o que ele deu à América do Norte ou à Austrália, por exemplo, como economias situadas no mercado, mas sabendo tirar dele proveitos próprios” (RIBEIRO, 2010). Por outro lado, queremos do socialismo aquilo que ele teve de mais positivo alavancando a educação, a saúde e os esportes. Dessa junção do capitalismo e socialismo devem prevalecer novos conceitos que assegurem bem-estar e liberdade, gerando um pacto cívico em favor da população brasileira, em especial a de baixa renda, confinada abaixo dos alicerces opressivos do capitalismo selvagem que os republicanos progressistas entendem serem nocivos e restritivos, atuando como agentes negativos e coercitivos a todos os processos de mudança.

“O capitalismo precisa de democracia e civilidade, o que significa que deve democratizar suas práticas e civilizar seus executivos.” (BARBER, 2007). Os líderes do PRP concordam com Anthony Giddens de que as políticas social e econômica precisam estar conectadas e que não se pode, enquanto partido político de centro-esquerda, distanciar-se da pedra angular do socialismo resumida na frase: “tire dos ricos e dê aos pobres”. Claro que este conceito radical hoje sintetiza outra espécie de ação, dotada na capacidade de polícia do Estado de aplicar impostos progressivos sobre o patrimônio e a renda, constituindo uma contribuição direta para a justiça social (GIDDENS, 2007).

Por outro lado, respeitando os pressupostos liberais, não há como negar que a maioria da população quer ser livre para dar ênfase a seus projetos pessoais e profissionais, o que requer enorme capacidade individual para realizar seus sonhos e buscar a felicidade – ponto crucial defendido pelos fundadores do Partido Republicano Progressista (PRP), em 1989, e pelos primeiros republicanos brasileiros, em 1870.

Para o presidente Ovasco Resende, a busca da igualdade para o povo brasileiro é meta pétrea do Partido Republicano Progressista (PRP), apesar de reconhecer, tal qual Robert Dahl, que “aparentemente a desigualdade – não a igualdade – é uma condição natural da humanidade”. Entretanto, também baseado em Dahl, Resende acredita que “a democracia ajuda as pessoas a proteger seus próprios interesses fundamentais”. Tendo como metas a busca da igualdade, a garantia da inviolabilidade dos direitos individuais e coletivos e a conquista do verdadeiro estado de bem-estar social, o Partido Republicano Progressista (PRP) trilha os caminhos da centro-esquerda sem desprezar de forma alguma as transformações latentes no mundo, advindas do processo de globalização iniciado ainda nos primórdios da Revolução Mercantilista.

Estar nos caminhos da centro-esquerda, propugnando um novo socialismo democrático e libertário é abrir, segundo Ovasco Resende, uma grande avenida de possibilidades que o neoliberalismo do final do século XX e início do século XXI não soube catalisar para amparar os anseios da sociedade. Permanecer na fímbria da esquerda é desejar, como bem assinalou Giddens no passado recente, “uma sociedade solidária e inclusiva, em que nenhum cidadão seja deixado de fora”, comprometendo-se com a busca da igualdade, tendo como

ponto de honra a obrigação de zelar e proteger os “membros mais vulneráveis da sociedade”. Isso requer, às vezes, a intervenção do governo.

O Partido Republicano Progressista (PRP) defende nos dias atuais a reforma do governo e do Estado como fonte prioritária para garantir os avanços sociais necessários para colocar o Brasil no patamar de superpotência. Incluem neste modelo reformista as reformas fiscal, bancária e política. Sem as reformas, o Partido Republicano Progressista (PRP) reconhece que dificilmente os políticos e as instituições partidárias recuperarão o apoio e a confiança que perderam junto à população. Erradicar a corrupção e punir os corruptos ativos e passivos, eliminando os negócios escusos feitos à sombra dos poderes políticos são tarefas hercúleas a serem levadas adiante. Os efeitos da corrupção são sentidos de forma dramática nos combalidos níveis educacionais e de saúde no País.

A busca de um estado de bem-estar social sustentável, cujas diretrizes a socialdemocracia brasileira não conseguiu implementar, continua sendo um objetivo do Partido Republicano Progressista (PRP) para a sociedade brasileira como um todo. É salutar e urgente que o governo substitua programas paternalistas como o Bolsa-Família por programas efetivos e corretivos capazes de reduzir as desigualdades e eliminar a pobreza e promover a dignidade humana.

Para isso, os governos, em todos os níveis, deverão incentivar a economia do conhecimento, restringindo o desenvolvimento econômico predador que polui e destrói a natureza em nome de um progresso que arruína o ambiente dos homens e demais seres vivos, rechaçando cada vez mais o nosso ecossistema essencial para a preservação do habitat dos seres vivos.

Para levar a cabo todos os seus desígnios para o Brasil, o Partido Republicano Progressista (PRP) propõe um pacto político associando o socialismo democrático, naquilo que a doutrina e a prática têm de melhor (o cuidado com as pessoas, a proteção à família e as garantias de educação e saúde gratuitas de qualidade) e o capitalismo responsável e empreendedor, com novas políticas de regulamentação dos custos sociais, ambientais e culturais, com incentivos reais para as empresas que cumpram com suas obrigações sociais e fomento crescente de cooperativas de trabalho e de produção, associativismo e economia familiar.

Contudo, os dirigentes nacionais do Partido Republicano Progressista (PRP) propõem urgente desoneração de tributos como alavanca do desenvolvimento. A redução de taxas e impostos para produtos e serviços essenciais é uma das bandeiras dos neorepublicanos perrepistas como base de fortalecimento do republicanismo brasileiro, assim como a unificação de tributos em todo o território nacional. Não existe nada mais antirrepublicano que a diferenciação de tributos que engendra a famigerada guerra fiscal entre os Estados da União. Assim como a flexibilização das leis trabalhistas precisa ser pauta de discussão e consenso entre os representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

O novo republicanismo brasileiro – preconizado nas bandeiras modernas do Partido Republicano Progressista (PRP) – vê com enorme desconfiança a falsa polarização partidária representada, em tese, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partindo do pressuposto de que nenhum deles, em nenhuma esfera dos governos federal e estaduais, reúne condições para obter governabilidade sem alianças e coligações. O leque de partidos existentes no Brasil fortalece a jovem democracia nacional e permite o aprimoramento partidário, a militância e os compromissos políticos-eleitorais. Sem isso, o que se tem pela frente é o retrocesso democrático eleitoral representado pela triste figura do bipartidarismo que vicejou nos pântanos da ditadura militar.

O Partido Republicano Progressista (PRP) bate-se vigorosamente em favor de uma reforma política séria, comprometida com a democracia e com o futuro do País. Uma reforma política que contemple todos os partidos igualmente, de acordo com suas votações sejam federais, estaduais ou municipais. O Partido Republicano Progressista (PRP) é favorável à fiscalização forte sobre os gastos com dinheiro do Fundo Partidário e efetiva punição para as irregularidades que sejam comprovadas.

No seio da reforma política, o Partido Republicano Progressista (PRP) defende o fim da reeleição para cargos majoritários e mandatos de cinco anos para prefeitos, governadores e presidente da República, máximo de duas reeleições para cargos proporcionais (podendo disputar novamente após o interstício de uma Legislatura), fim da suplência de senador (convocação pela ordem de votação) e inclusão dos votos dos partidos ou coligações que não

atingiram o Quociente Eleitoral na lista das sobras para a eleição pela Média (sobras) nos pleitos proporcionais.

Com essa visão clara, moderna, noética e compatível com o nosso tempo, o Partido Republicano Progressista está em processo de adoção, com os vieses políticos e doutrinários que essa medida requer, dos postulados do Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) como medida de satisfação do povo brasileiro. Os neorrepublicanos do PRP entendem que o Brasil carece de uma economia solidária que corrija os rumos do nosso desenvolvimento econômico, hoje centrado na produção automobilística, voltando-se para a produção de bens que promovam cada vez mais o bem-estar do cidadão.

Com os olhos fixados no futuro, o Brasil do presente necessita de frugalidade no consumo, velocidade na produção, elevação maciça nos índices de poupança, redução da desigualdade social e investimentos reais na educação e na prevenção a doenças.

Este é o novo PRP, composto de cidadãos de mentes abertas para o novo, para as novas concepções ideológicas e doutrinárias, comprometidos com um projeto de longo prazo de mudanças no Brasil, que o conduzirão de um País emergente para uma potência noética mundial cujos alicerces estejam fincados na economia do conhecimento e do saber e não mais na economia do crescimento a qualquer preço, lembrando as sábias palavras do eco-anarquista estadunidense Edward Abbey: “O crescimento pelo crescimento é a ideologia da célula cancerígena”.

Com o sentimento cada vez mais aflorado de que muitas coisas não vão bem no modelo político que o País está inserido, os neorrepublicanos do PRP convidam homens e mulheres, jovens e idosos, para, por meio do voto e de manifestações públicas e pacíficas, promovermos a revolução dos costumes políticos, partidários e administrativos do Brasil, com vistas à adoção de práticas severas de punição à corrupção, aos desmandos e desmazelos com a coisa pública e pela renovação constante dos atos e práticas dos três poderes que mantêm unida a República Federativa do Brasil.

Fontes: site do PRP <<http://www.prp.org.br/>>, na seção Estatuto e em <<http://www.prp.org.br/>>, na seção História do PRP.

PPS – Partido Popular Socialista

Número oficial da sigla partidária: 23

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 19/3/1992

Endereço na internet: <http://www.pps.org.br/>

Estatuto*

Título I

Capítulo I – Do Partido, seus Princípios e Objetivos

Art. 1º O Partido Popular Socialista – PPS, sucessor do Partido Comunista Brasileiro – PCB, fundado em 25 de março de 1922, é uma organização política, com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, com prazo indeterminado de duração, e registro definitivo deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 6 de março de 1990, recebendo o número 23 para todos os fins e efeitos eleitorais, se rege, nos termos do artigo 17 e seguintes da Constituição Federal, por este Estatuto e pelo seu Código de Ética e Disciplina.

Art. 2º O Partido se declara humanista, socialista e ambientalista, conceitos enriquecidos com a experiência dos movimentos operários e populares, resgatando a melhor tradição do pensamento marxista e do humanismo libertário. Por sua essência democrática e laica, o Partido exclui dogmatismos e sectarismos, e se concebe como um organismo aberto à renovação das ideias e dos métodos, em um marco de respeito à pluralidade das concepções.

* Estatuto aprovado em dezembro de 2011. No Congresso Nacional do PPS, realizado em dezembro de 2013, foi aprovada uma “Resolução Política que defende a criação de um bloco de esquerda democrática e oferece alternativa ao modelo esgotado do PT”.

Art. 3º Constitui objetivo permanente do PPS a ampliação da democracia e a valorização da cidadania, no processo de construção de uma sociedade socialista plural, ecologicamente equilibrada e autossustentável, humanista, libertária, multilateral e interétnica.

Art. 4º O Partido desenvolve suas atividades em âmbito nacional, tendo por fundamento o regime participativo, representativo e democrático, baseado no pluralismo político, no protagonismo da sociedade civil, na garantia e na defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Art. 5º A ação do PPS se pauta pela radicalidade democrática, conceito que se relaciona com o aprofundamento da democracia nas relações econômicas, políticas, sociais e pessoais, por meio do pleno exercício da cidadania, visando à supremacia da sociedade civil sobre o Estado.

Art. 6º Os filiados e as filiadas do PPS compartilham os valores da liberdade e da justiça social, da ética, do trabalho e da solidariedade, da sustentabilidade e da integridade, do internacionalismo e da paz. Rejeitam quaisquer discriminações e preconceitos. Empenham-se pela superação das desigualdades sociais e pela afirmação plena das oportunidades iguais para todos. Defendem a igualdade de posições entre homens e mulheres, na política e na sociedade.

Art. 7º O PPS reafirma a validade da Declaração Universal dos Direitos Humanos, defendendo resoluções pacíficas para conflitos mundiais, a autodeterminação dos povos e a democratização da ONU e de outros fóruns e instituições internacionais.

(...)

Ideais

Uma missão nobre do cidadão

A política é considerada pela maioria dos brasileiros como algo nocivo e pernicioso, como ação corrupta e corruptora, indigna para ser praticada por uma pessoa séria e responsável. Para muitos, trata-se de uma atividade específica de políticos, de elites e figurões, de gente graúda ou de seus apadrinhados, sendo vista também como um trampolim para certas pessoas “vencerem na vida”. Nada mais seria que um vale-tudo, em que não há princípios nem escrú-

pulos, os fins justificando todo e qualquer meio, por mais desonesto e absurdo que seja.

A política vive hoje uma grave crise, sobretudo por fatores que, de um lado, envolvem a esfera dos interesses e, de outro, a esfera dos valores. Dos interesses, porque a política vem a ser associada à prática de atos econômicos que distorcem a correta relação que deve existir entre interesse privado e interesse público. São frequentes denúncias de corrupção e outros crimes correlatos, envolvendo instituições dos três poderes nas esferas federal, estadual e municipal, além de tecnoburocratas, políticos e personalidades públicas a partir do primeiro escalão da República. Dos valores, porque se vem verificando uma espécie de baixa de tensão ideal no fenômeno político, provavelmente por causa da derrota das utopias que dominaram o século XX e pelo fato de a maioria não perceber que essas utopias foram uma das causas das transformações que humanizaram as estruturas de poder econômico e político implantadas no planeta.

As distorções do regime político e do sistema partidário, por causa da corrupção, do autoritarismo, do centralismo e do fisiologismo político, têm levado milhões de brasileiros a adotar atitudes passivas frente ao governo, aos processos eleitorais, à atividade partidária e à própria deterioração da situação econômica e social. Essa apatia política se está difundindo progressivamente devido à ideia de que as promessas não cumpridas da democracia não sejam mesmo possíveis de manter. Contribuem para este comportamento a pouca vivência democrática (após o regime militar, o país tem menos de 20 anos de democracia, o maior período contínuo de sua história) e ainda o fato de que historicamente a criação do Estado precedeu à formação da nação brasileira.

Esta situação precisa mudar. Para isso, um primeiro passo já foi dado com a vitória da proposta mudancista das forças políticas que se reuniram em torno da candidatura Lula, no 2º turno das eleições de outubro de 2002. Outros estão tendo sequência com a montagem de um governo de coalizão democrática, liderado pelo Partido dos Trabalhadores, que está gerindo o país. Novo passo se revela imprescindível: cada brasileiro se convencer da necessidade de fazer política, arregaçar as mangas e se lançar na luta. Ao lado disso, que se desenvolvam esforços para devolver à política seu caráter ético e de serviço para o bem da sociedade.

Para melhor entender o papel da política numa determinada sociedade, tem-se que considerar que: a) a atividade do sindicato ou da associação se vincula à busca de soluções para os problemas profissionais, de melhores condições de trabalho e de vida para os trabalhadores; b) a da associação de moradores se preocupa com as questões ligadas ao local de moradia, e de um determinado bairro específico; c) a da paróquia ou do templo se relaciona com os aspectos extraterrenos, numa área de abrangência específica. E que a atividade política é a única que solda todas as demais ações humanas em prol do encaminhamento das questões maiores e essenciais da sociedade, desde as do município, passando pelas do estado e as da União. É a mediadora das esferas fundamentais da vida coletiva.

A ação política, por si mesma, é transformadora. Pois está vinculada à questão do poder, aos mecanismos de definição coletiva de uma determinada comunidade, de um povo. A política é a atividade mais nobre do homem, pois quando efetivamente praticada ela se faz em benefício de todos, e não de uns poucos. É no campo político que se dá a intercessão do “mundo sistêmico”, da economia e da política, com o “mundo do cotidiano”, onde se realizam as aspirações imediatas dos homens.

Todo cidadão precisa saber que, sendo omissos ou alheios às questões políticas, estão também fazendo política, pois estão permitindo que pessoas descomprometidas com a sociedade continuem usando a política em seu benefício, único e exclusivo, ou do seu grupo. Daí a importância e a necessidade de todos fazerem política. É como num jogo de futebol. Ficar na arquibanda, torcendo pelo seu time, ajuda, mas quem decide o resultado da partida é quem está no campo jogando. É também como num incêndio. Tem importância gritar e pedir socorro, mas para apagar as chamas precisa agir. Para resolver o jogo da vida e apagar o incêndio dos problemas é preciso agir. É preciso fazer política.

Que país é o nosso?

O Brasil é um país-continente, uma nação múltipla, complexa e dinâmica. É a quinta maior população mundial (170 milhões de habitantes) e também a quinta maior superfície em extensão (8 milhões de km²). É uma das dez

economias capitalistas do mundo (nosso PIB já ultrapassa R\$ 1 trilhão), e é dono de um parque produtivo integrado e bastante diversificado, de um sistema financeiro e bancário dos mais modernos, de vastos recursos naturais (maior produtor mundial de cana-de-açúcar, laranja, café, mandioca e frutas tropicais e o segundo maior de feijão, soja, carne de frango), de potencialidades imensas e com um grau elevado de interligação com a economia mundial.

Ao mesmo tempo, situa-se na ridícula 46ª posição mundial em termos de renda per capita, e faz 25 anos que é campeão mundial absoluto em concentração de renda e de riqueza (ativos financeiros, fábricas, terras, imóveis em geral etc.), mesmo quando comparado com nações pobres da África. Para se ter uma ideia, apenas 1% dos brasileiros detém cerca de 53% do estoque de bens do país, e a renda dos 10% mais ricos é 28 vezes a obtida pelos 40% mais pobres (na Argentina é de 10 vezes, em Portugal de oito, nos EUA de 5,5 e no Japão de quatro vezes). Destaque-se que os pobres brasileiros, aqueles cuja renda mensal é insuficiente para o atendimento do conjunto de suas necessidades básicas, continuam a constituir um terço da população. Somam 53 milhões, sendo que 22 milhões deles são indigentes, não dispõem de renda monetária suficiente para atender à primeira necessidade fundamental: a alimentação.

Embora superado apenas por Serra Leoa, na África, quanto a desigualdades econômico-sociais, o Brasil é, porém, campeão mundial em taxa de juros praticada (para depósitos e empréstimos), detentor absoluto do maior estoque de dívida externa. Cerca de 59% da população não são atendidos em saneamento básico, e ainda 28% não desfrutam do consumo de água tratada. O analfabetismo, em indivíduos com mais de 15 anos, ainda é elevado – 13,3% da população nacional. A média de escolaridade no país é simplesmente vergonhosa – o brasileiro não vai além de 6,5 anos de frequência à escola, índice três vezes inferior ao da Argentina. A taxa de escolarização atinge apenas 70,9% das crianças entre 5 e 6 anos (pré-escolar), alcança 95,7% entre 7 e 14 anos (ensino fundamental) e apenas 78,5% entre 15 e 17 anos (ensino médio). A mortalidade infantil alcança em média 34,6 por mil nascidos vivos.

A concentração de propriedade e de renda é extremada e revela capacidade singular de sobrevivência. Evidentemente, propriedade e renda, mas também educação, saúde, condições de vida, acesso ao serviço público e outros “bens” valiosos, como o poder, por exemplo, não estão concentrados de forma aleatória, mas conforme linhas divisórias bem definidas: por região, cidade-campo, gênero, raça e etnia, idade, entre outras. De acordo com cada uma dessas linhas, a sociedade brasileira divide-se em privilegiados e desprivilegiados, incluídos e excluídos.

O PPS entende que a desigualdade e a exclusão sociais constituem o centro da agenda política do país. Sabemos que o mecanismo da concentração não é desativado simplesmente com crescimento econômico. Sabemos também que as políticas chamadas compensatórias, embora indispensáveis, são francamente insuficientes para resolver a questão. É necessário subordinar o conjunto das políticas públicas ao desenvolvimento social, à diretriz de redistribuição de propriedade e de renda, e de oportunidades nos diferentes mercados.

Para remover os obstáculos que dificultam o desenvolvimento do Brasil e a construção de uma sociedade democrática, moderna e justa, não basta apenas enfrentar e superar os graves problemas emergenciais. Há de se pensar, se projetar e se encaminhar um conjunto de saídas estratégicas para o país, sob pena de perdermos novamente o bonde da história.

Todos podem e devem comer, trabalhar e obter uma renda digna, ter escola, saúde, saneamento básico, capacitação profissional, acesso à cultura, ao lazer, à alegria. Ninguém deve viver na miséria. Todos têm direito à vida digna, à cidadania. O Estado só tem sentido se é um instrumento da garantia desses direitos. A política, os partidos, as instituições, as leis só devem servir para esse objetivo maior. De outra, não teriam sentido.

Deve-se considerar, ao se analisar economicamente o Brasil atual e futuro, o esgotamento de todo um modelo de desenvolvimento, os imperativos da competitividade no plano internacional e as tendências complexas da globalização. Numa realidade assim, precisa-se buscar caminhos próprios favoráveis ao país num quadro mundial em rápida transformação, e tentar resolver problemas em dois setores cruciais: a formulação e implantação de um novo projeto de

desenvolvimento nacional, considerado em seus aspectos econômicos, sociais, políticos, científico-tecnológicos e culturais, e a superação das desigualdades sociais.

O povo brasileiro pode cumprir aqui um papel decisivo na construção de um novo projeto civilizatório para o Terceiro Milênio. Entretanto, empreender esta tarefa implica em ampliar sempre mais sua participação em todos os setores de atividades e tentar romper, de forma democrática e pluralista, a exclusão social que marca o processo de formação histórica do Brasil.

Fontes: site do TSE, em <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-de-11-4-2011-aprovado-em-8-5-2012>> e em <<http://portal.pps.org.br/helper/show/164906#>>.

PV – Partido Verde

Número oficial da sigla partidária: 43

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 30/9/1993

Endereço na internet: <http://www.pv.org.br/>

Programa

Programa: 1 – Princípios

1. O PV é um instrumento da ecologia política. Sua existência não é um fim em si mesmo e só faz sentido na medida em que sirva para fazer avançar suas ideias e programa na sociedade transformando concretamente a realidade. O PV faz parte de uma família política internacional, os verdes, que cresce em todo o mundo, desde o final dos anos 70. Relaciona-se com os partidos e movimentos verdes de outros países com base na autonomia, fraternidade e solidariedade. Propõe-se a desenvolver uma estratégia conjunta e uma ação coordenada em favor do desarmamento, da desnuclearização, do ecodesenvolvimento, da solução negociada dos conflitos e do respeito às liberdades democráticas, justiça social e direitos humanos em todos os países do mundo.

2. Considerando a crescente impotência dos estados nacionais, mesmo os das nações mais poderosas, de controlar os fluxos da especulação financeira internacional e o aprofundamento das desigualdades na relação norte-sul; o aumento da exclusão, do desemprego e das injustiças sociais; as ameaças ambientais em escala planetária, como o “efeito estufa”, a deterioração da camada de ozônio e a proliferação nuclear; os verdes devem tomar a iniciativa de propor formas supranacionais de controle democrático sobre as movimentações especulativas de capitais, sobre o fluxo de produtos e serviços que não

contemplem em seus países de origem a sustentabilidade econômica, social e ambiental, e as agressões ao meio ambiente de efeito global.

3. O PV luta pelo fortalecimento do movimento ecologista e pela realização das suas propostas. Funciona como um canal de ação política, no campo institucional, para servir o ambientalismo, sem pretensões hegemônicas ou instrumentalizantes. O PV participa, através dos seus militantes, dos movimentos sociais, culturais e das organizações não governamentais. O PV deve organizar-se junto às comunidades locais, obter o poder através dos diversos níveis do legislativo e executivo, para a execução do programa verde no plano local, regional e nacional.

4. O PV não se aprisiona na estreita polarização esquerda versus direita. Situa-se à frente. Está aberto ao diálogo como todas as demais forças políticas com o objetivo de levar à prática as propostas e programas verdes. O PV identifica-se com o ideário de esquerda no compromisso com as aspirações da grande maioria trabalhadora da população e na solidariedade com todos os setores excluídos, oprimidos e discriminados. Defende a redistribuição da renda, a justiça social, o papel regulador e protetor do poder público em relação aos desfavorecidos e os interesses da maioria dos cidadãos, não só diante do poder econômico, como dos privilégios corporativistas. Mas não segue os cânones da esquerda tradicional, da mesma forma com que questiona a hegemonia neoliberal, duas vertentes do paradigma produtivista do século XIX. Os verdes buscam na ecologia política novos caminhos para os problemas do planeta.

5. O PV se identifica com os princípios democráticos e pluralistas: sufrágio universal, pluripartidarismo, voto facultativo, separação de poderes públicos e subordinação das Forças Armadas ao poder civil, livremente eleito pelo povo. Reconhece na democracia o instrumento de superação de divergências e defende o aprofundamento de uma cultura democrática que estimule o convívio pacífico, harmonioso, solidário e cooperativo entre os cidadãos. O PV defende no campo institucional:

A REFORMA DO ESTADO: a modernização, informatização, desburocratização e democratização, visando à formação de um corpo de administração eficiente, impessoal e democrático, capaz de atender da mesma forma

qualquer cidadão, independente do seu status social. Esse objetivo de médio e longo prazo passa por uma política de remanejamento de pessoal, combate à acumulação de aposentadoria, destinado a racionalizar o número de funcionários, esvaziar o clientelismo e chegar a um corpo menor, bem remunerado e instruído de servidores públicos, prestando serviços com atuação responsável.

A FEDERAÇÃO: aprimoramento do desenho institucional do País para a afirmação de uma verdadeira federação através da definição clara dos papéis da União, Estados e Municípios e dos mecanismos que permitam a integração destas três instâncias e a criação de novas, integradas, com autoridade sobre ecossistemas, bacias hidrográficas e regiões metropolitanas.

O PODER LOCAL: os municípios devem recuperar o conjunto de competências necessárias ao seu exercício que significa a gestão do dia a dia da população. Deve passar à órbita municipal a gestão efetiva dos transportes e do trânsito, das águas e esgotos, do meio ambiente, da segurança, da saúde, da educação e dos demais setores básicos de imediato interesse da população.

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: devem ser criados mecanismos de democracia direta, como referendos ou plebiscitos que permitam aos cidadãos deliberar diretamente sobre questões de âmbito nacional, regional ou local, facilitada à participação ativa da população em conselhos para deliberar, fiscalizar e dar mais entrosamento e eficácia à ação do poder público.

A AGENDA 21: compromisso planetário assumido na Conferência Rio 92 a ser implementado no âmbito nacional, regional e local para viabilizar os programas socioambientais nela contidos com sua metodologia participativa na busca da sustentabilidade.

O PARLAMENTARISMO: trata-se de um modelo institucional mais flexível e eficaz. O Partido Verde considera que o eleitorado deve voltar a ser consultado sobre essa questão.

Programa: 2 – Economia Verde Para Uma Vida Melhor

1. A estreita relação entre a questão ambiental e a questão social é a base da proposta verde para uma vida melhor. Os problemas tanto sociais como ambientais devem ser tratados numa perspectiva integrada e sistêmica para real-

mente terem efeito sobre a qualidade de vida da população. A simples reivindicação quantitativa, economicista, de “mais” raramente trará consigo, de forma automática, uma vida melhor. Mais renda e mais consumo nem sempre são capazes de propiciar, por si só, uma melhor qualidade de vida e mais felicidade; podem, eventualmente, até mesmo acelerar sua degradação. Inversamente, a simples preocupação conservacionista da natureza, sem uma sensibilidade social aliada à incapacidade de apontar modelos de desenvolvimento sustentável, só pode agravar a miséria e abrir caminho a uma devastação ambiental ainda maior no futuro. Os verdes propugnam o desenvolvimento sustentável como caminho para combater a miséria e o desperdício. Isso significa gerar trabalho e empregos de forma intensiva na preservação e recuperação ambiental e desenvolver novos setores da economia baseados em tecnologias limpas.

2. EMPREGO, QUALIDADE DE VIDA E PRODUÇÃO: o desemprego e a exclusão são o principal desafio social planetário da virada do milênio. No Brasil a crônica marginalização de milhões de pessoas em relação à sociedade produtiva e de consumo será agravada por um novo desemprego, atingindo trabalhadores previamente integrados, sobretudo no setor industrial, resultante dos avanços da informatização, da automação e da internacionalização da economia. Para fazer frente a essa realidade é necessário:

a) criar mecanismos de emprego compartilhado e ampliar o seguro-desemprego;

b) o poder público investir diretamente e estimular investimento privado na criação de empregos no desenvolvimento local, com utilização intensiva de mão de obra na proteção e recuperação ambiental: reflorestamento, reconstituição de áreas degradadas, proteção e conservação de florestas e parques, reciclagem de lixo, saneamento básico e despoluição hídrica, educação ambiental e sanitária, ecoturismo, entre outros;

c) estimular as pequenas e médias empresas apoiando sua modernização e a adoção de tecnologias eficazes e na busca de novas formas de economia comunitária, cooperativa e autogestionária;

d) manter taxas de juros compatíveis com as possibilidades de desenvolvimento e linhas de crédito públicas para pequenas e microempresas bem como cooperativas potencialmente geradoras de mais empregos;

e) criar incubadoras de pequenas e microempresas, cooperativas e organizações sociais para apoiá-las nos trâmites burocráticos, prospecção de mercado e no acesso ao crédito.

3. Numa economia mundial que se orienta cada vez mais para serviços mais diversificados e sofisticados, profundamente condicionada pela especulação financeira transnacional, é necessário lutar por uma retomada cada vez maior de investimentos produtivos prioritariamente na melhoria da qualidade de vida da população em todos os níveis, em novos serviços que preservem e recuperem o meio ambiente e melhorem o cotidiano das pessoas.

4. Os verdes não fazem uma distinção maniqueísta entre investimentos nacionais e estrangeiros. Preferem tomar como critério as implicações e consequências sociais e ecológicas desses investimentos e o valor de uso do bem ou serviço produzido, estimulando investimentos geradores de empregos e trabalhos, bens e serviços úteis, produzidos em melhores condições ambientais e desestimulando os baseados na superexploração do trabalhador e na poluição do meio ambiente ou na não sustentabilidade.

5. REFORMA AGRÁRIA ECOLÓGICA E LUTA CONTRA O DESPERDÍCIO E A FOME: o acesso à terra, ao crédito e à orientação para uma agricultura produtiva e ecologicamente sustentável é um dos principais problemas sociais brasileiros. O PV defende:

a) a desapropriação de terras ociosas ou de baixa produtividade e dos megalatifúndios, preservadas as áreas de interesse ecológico. O aumento do número de proprietários rurais e produtores priorizando os estados onde vivem os sem-terra e desestimulando o êxodo rumo à Amazônia bem como o inchaço das periferias das grandes cidades; apoio à formação de cooperativas de produção, distribuição e venda de produtos agrícolas de consumo popular;

b) articulação da reforma agrária com uma política agrícola de apoio à agricultura orgânica;

c) estímulo à produção de alimentos saudáveis para o mercado interno e aperfeiçoamento da rede de transporte e estocagem de alimentos tornando-os mais seguros, reduzindo o desperdício e as perdas de alimento por erros de estocagem ou transporte e pela não reciclagem das sobras no varejo;

d) criação de redes de fornecimento gratuito e diário de refeições, coordenadas localmente em parcerias dos municípios com as ONGs e a iniciativa privada, institucionalizadas de forma a assegurar seu serviço regular e sua continuidade.

6. IMPOSTO NEGATIVO, RENDA MÍNIMA, SALÁRIO ESCOLAR E MICROCRÉDITO: o PV defende o papel do poder público no combate à miséria absoluta e na proteção dos mais desfavorecidos que não podem ser abandonados ao espontaneísmo muitas vezes massacrante do mercado. A crise do “estado do bem estar” (welfare state) – que nunca existiu de forma efetiva no Brasil – significa o anacronismo de certos mecanismos, não do princípio em si. A espontaneidade do mercado aliada à automação só gerará mais exclusão e marginalidade sem a intervenção pública. Esta deve, no entanto, livrar-se do clientelismo, do corporativismo e dos privilégios a setores que estão longe de constituir os segmentos mais vulneráveis. O combate decidido à miséria absoluta é fundamental não só para os miseráveis como para toda a sociedade.

Os Verdes propõem:

a) a gradual introdução do imposto negativo para assegurar uma renda mínima de sobrevivência a todo cidadão necessitado;

b) a criação de um salário escolar para as mães de adolescentes e crianças carentes que as mantenham nas escolas;

c) para obter fundos para esses programas pode-se recorrer ao aumento de taxaço sobre a indústria de bebidas e tabaco, entre outras, e o setor financeiro;

d) criar redes de microcréditos para projetos uni ou multifamiliares dirigidos por mulheres;

e) promover a reciclagem e a recapacitação profissional em grande escala para fazer frente às mutações do mercado de trabalho e implementar programas com estímulo fiscal à contratação de jovens por meio período garantindo-lhes o prosseguimento dos estudos.

Programa: 3 – Educação para a Cidadania e o Ecodesenvolvimento

1. O principal obstáculo a um desenvolvimento sustentado e a uma democracia plena no país é o cada vez mais baixo nível educacional e cultural

das sucessivas gerações que passam pelo ou ao largo do sistema educacional vigente. A degradação do sistema educacional, sua incapacidade de formar cidadãos e também servir de base para uma valorização profissional adequada prejudica notavelmente a consolidação de uma sociedade solidária e de uma economia capaz de criar o máximo de valor agregado, o que depende de mão de obra qualificada.

São necessárias:

a) a educação das crianças para o pleno exercício da cidadania e a afirmação de uma cultura democrática de tolerância que estimule o convívio salutar das diferenças, afastando toda forma de opressão, discriminação e preconceito, que faça da solidariedade, do respeito aos direitos humanos e da defesa da natureza, valores permanentes da sociedade;

b) a recuperação e reabilitação da escola pública nos níveis primário, secundário e universitário, com um investimento no nível salarial e de formação e reciclagem permanente do professor;

c) a defesa do ensino público universitário e investimento na informatização, na educação à distância, estímulo a formas de educação comunitária e informal, em todos os níveis;

d) a defesa da universidade pública a serviço das transformações sociais, do apoio à comunidade e ao ecodesenvolvimento;

e) a defesa da moradia estudantil para todos os estudantes de nível de segundo e terceiro graus, nas capitais brasileiras e em cidades que se destaquem como polos de formação educacional, visando o incentivo ao estudante brasileiro que deixa a sua terra natal em busca de uma formação profissional que contribuirá para o desenvolvimento do país.

2. SALVAR AS CRIANÇAS CARENTES: uma política de salvação física e cultural de milhões de crianças abandonadas, principal problema social do Brasil, através da mobilização de recursos nacionais e internacionais e uma política de assistência local comunitária. Para tanto são necessárias:

a) a escolarização e assistência das crianças retiradas da rua pela rede comum de escolas públicas, dotada de verba suplementar e pessoal especializado para promover a sua adaptação com assistência médica, alojamento e alimentação;

b) o apoio às iniciativas comunitárias e descentralizadas de apoio às crianças para retirá-las da rua: albergues, apoio a formas imediatas de geração de renda, formação profissionalizante, cultural, artística e lazer;

c) no caso de menores infratores, considerados de alta periculosidade, após a avaliação pertinente dos Conselhos Tutelares Municipais interdisciplinares, estes deverão ser internados em estabelecimentos especiais, dependentes do Ministério da Justiça, de pequeno porte e lotação restrita, sempre que possível próximos às comunidades de origem, e dotados de possibilidades de formação profissionalizante e recuperação;

d) a assistência médica especializada para as crianças de rua e para diversas campanhas educativas preventivas, entre elas a DSTs/AIDS;

e) combate ao abuso sexual, prostituição infantil e juvenil e o tráfico internacional de crianças com a atribuição de penas maiores para estes crimes, com sua inclusão no rol dos crimes hediondos.

Programa: 4 – Cultura e Comunicação

1. A extraordinária riqueza cultural do Brasil vem sendo duramente corroída pela falta de apoio adequado e pela ação de variados predadores culturais. O poder público não pode estar ausente do apoio à produção cultural e artística mas também não pode ser um canal hegemônico para tanto. Deve haver apoio e subsídio às atividades culturais e artísticas de reconhecido interesse público e comunitário que tenham dificuldade de se viabilizar através do mercado. Por outro lado o poder público deve zelar para que as iniciativas culturais e artísticas que apoie sejam elementos de afirmação da democracia, da tolerância, da paz e da preservação do meio ambiente.

O poder público deve estimular a democratização dos meios de comunicação social, particularmente da mídia eletrônica.

Cabe:

a) fomentar o livre florescimento da cultura e das artes, criando novos espaços culturais e dando apoio ao cinema, teatro, literatura, artes visuais e musicais e financiando projetos escolhidos por rigoroso concurso, sem práticas de compadrinagem e tráfico de influência;

b) difundir os valores da defesa do meio ambiente, da não violência, da fraternidade e solidariedade humana e do respeito à diferença;

c) democratizar e descentralizar os meios de comunicação de massa permitindo o acesso dos cidadãos a rádios e TVs livres procurando propiciar uma situação onde muitos cidadãos possam se dirigir a muitos outros cidadãos;

d) adotar mecanismos de desestímulo e taxação sobre “enlatados” de TV estrangeiros que explorem a violência;

e) por fim à tutela exclusiva do poder político sobre as concessões de TV e rádio;

f) determinar a difusão gratuita, em horário nobre, de mensagens educativas relativas à prevenção de acidentes e respeito às regras de trânsito, educação ambiental e sanitária e outras mudanças comportamentais em escala social que sejam fundamentais para dar mais segurança e melhorar a qualidade de vida;

g) defender a cultura em todas suas manifestações artísticas e religiosas, independente de sua origem étnica;

h) combater o racismo contra negros, índios, judeus, orientais, ciganos ou quaisquer outros que deve sofrer repressão enérgica e ser objeto de uma constante campanha educativa ensinando o respeito e a tolerância;

i) defender a liberdade sexual, no direito do cidadão dispor do seu próprio corpo e na noção de que qualquer maneira de amor é válida e respeitável;

j) por fim à discriminação do deficiente físico ou mental bem como ao preconceito de que não seriam aptos ao trabalho, à criatividade e à vida afetiva;

k) combater a discriminação contra o idoso;

l) defender os direitos à cidadania plena de todos os portadores de doenças estigmatizantes contra quaisquer formas de discriminação dentro e fora do mercado de trabalho.

Programa: 5 – Ecologia Urbana, o Desafio das Cidades

1. A Ecologia Urbana é o grande desafio desse século pois cerca de 80% da população brasileira se concentra nas cidades. As cidades estão inseridas no ecossistema que constituiu seu berço, elas são construções humanas sobre um

território geográfico, geológico e condições climáticas que interagem incessantemente e condicionam sua vida, para o bem ou para o mal. A crise urbana é cada vez mais intensa e só poderá ser enfrentada com sucesso dentro de uma concepção que se proponha a integrar sabiamente a cidade ao seu ambiente natural e não divorciá-la. A gestão urbana deve receber um tratamento de âmbito nacional em apoio ao poder local.

2. **ÁGUAS:** o fornecimento de água limpa em quantidade suficiente sem desperdícios e perdas; a construção de redes de esgoto; o tratamento de efluentes domésticos e industriais e a drenagem e disposição adequada das águas pluviais devem ser uma prioridade absoluta na ecologia urbana. Ela deve ser encaminhada através de empresas capacitadas tecnicamente, com uma relação transparente e democrática com a população.

Cabe:

a) a municipalização, descentralização e democratização dos serviços de distribuição de águas, o esgotamento sanitário e a despoluição hídrica, através da criação de conselhos das águas com a participação da sociedade civil;

b) o controle do poder local, sob fiscalização da população organizada sobre a qualidade de prestação de serviços, podendo concedê-los ao setor privado desde que possa assegurar efetivamente esse controle de qualidade dos serviços e das taxas e das tarifas;

c) o tratamento de efluentes domésticos e industriais deve ser implementado e controlado e o uso das águas taxado de acordo com sua utilização e grau de comprometimento.

3. **LIXO:** o acúmulo de lixo em áreas urbanas é um dos grandes fatores responsáveis por inundações e desabamentos, além de constituir ameaça à saúde pública e fator de depreciação da autoestima e da imagem das cidades que não conseguem lidar adequadamente com a sua coleta e destinação final. A má disposição de resíduos industriais, alguns altamente poluentes, contamina o solo, o lençol freático e causa danos gravíssimos à saúde das populações afetadas.

É necessário:

a) diminuir o volume de lixo mudando uma mentalidade de embalagem baseada no desperdício, reduzindo e simplificando ao máximo os invólucros, desestimulando o uso intensivo dos plásticos e obrigando as empresas de be-

bidas e outras a assumirem sua parte de responsabilidade pela reciclagem de latas e garrafas plásticas, acabando com a cultura dos descartáveis;

b) assumir o lixo também como um problema cultural com um intenso trabalho de conscientização para obter mudanças comportamentais que tornem cada cidadão corresponsável;

c) implementar projetos de coleta comunitária, compra do lixo nas comunidades carentes, onde ele constitui fator de risco, cooperativas de catadores e programas de separação e coleta seletiva para a reciclagem;

d) considerar a reciclagem de componentes do lixo e do entulho um imperativo ambiental e um investimento cultural na sustentabilidade futura, mesmo quando constitua, no imediato, uma atividade economicamente deficitária;

e) acabar com os vazadouros a céu aberto para a disposição final do lixo substituindo-os por aterros sanitários ambientalmente administrados com reflorestamento, disposição adequada do chorume e captação de gás metano;

d) utilizar usinas de reciclagem e compostagem como soluções adaptadas às nossas condições climáticas e de mão de obra. Já a introdução de incineradores é questionável pelos custos diretos e indiretos, riscos de poluição com dioxinas e outros relativos às soluções de alta tecnologia transpostas fora do contexto climático, técnico e cultural onde foram concebidas, embora isso não deva ser tratado como um dogma para todas as situações.

4. TRANSPORTE: o modelo rodoviário e o primado absoluto do automóvel como paradigma de deslocamento e de status moldou cidades perversas nas quais o trânsito se transforma num dos principais componentes da violência urbana e onde a população paga caro por um transporte poluente e ineficaz. É preciso:

a) racionalizar o sistema de ônibus para obter a oferta de um serviço socialmente mais equilibrado e ambientalmente menos poluente. Criar faixas exclusivas, canaletas, estações de rápido embarque, estimular e regulamentar o uso de veículos de maior capacidade, mais silenciosos, com emissões controladas com uma parte da frota movida a gás natural. Integrar, disciplinar e regularizar o uso de peruas, “vans” e outras modalidades de transporte coletivo de pequeno porte, coibindo as atividades “piratas”;

b) priorizar o transporte de massas nas suas alternativas mais eficientes e não poluentes, de acordo com as condições específicas da cada cidade: trens de superfície, metrô, Veículo Leve sobre Trilhos – VLT – bonde, trólei, bem como as formas de integração intermodais;

c) implantar sistemas ciclovitários com ciclovias, ciclofaixas, bicicletários e educação para sua correta utilização e integrar os sistemas ciclovitários com o transporte de massa sobre trilhos, barcas e terminais de ônibus;

d) criar outras facilidades de transporte não motorizado libertando e alargando as calçadas para os pedestres, promovendo a patinação e a caminhada. Proteger o pedestre e fazer valer sua prioridade frente aos veículos;

e) estimular o transporte hidroviário. Aumentar o controle público e comunitário sobre o transporte urbano;

f) estimular a reconversão para o gás natural dos ônibus, caminhões e táxis;

g) desestimular progressivamente o uso intensivo do automóvel, que deve ser tratado como transporte apropriado para deslocamentos de longa distância, e não como transporte para o dia a dia. Para tanto é conveniente multiplicar gradualmente zonas de estacionamento pago;

h) amenizar o tráfego em áreas residenciais, através do desenho urbano que obrigue a uma redução de velocidade e a um comportamento mais prudente do automobilista;

i) adotar estratégias de zoneamento estimulando o desenvolvimento local, os usos múltiplos dos bairros, com geração de emprego mais próximo do local de moradia;

j) investir na diminuição da demanda de transporte pelo desenvolvimento tecnológico e pelo estímulo ao trabalho doméstico com a supressão de viagens, portanto menos desperdícios energéticos, emissões de poluentes, congestionamentos e neurose urbana.

5. AR: a poluição atmosférica é uma das principais causas de degradação da saúde nos centros urbanos e periferias industriais. Cabe:

a) aperfeiçoar seu monitoramento e elaborar novas leis e metas que acompanhem uma tendência internacional cada vez mais exigente;

b) reduzir as emissões automotivas, industriais e domésticas de gases de efeito local (particulado em suspensão, SO₂, CO, NO_x, hidrocarbonetos, ozô-

nio etc.) de forma articulada com medidas de redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂) e de metano que contribuem para o chamado efeito estufa (ou aquecimento global) dentro da meta de redução das emissões em 20% até o ano 2005, conforme prevê a Convenção sobre o Clima, adotada na Conferência Rio 92;

c) instituir a inspeção ambiental anual de todos os veículos retirando de circulação os irrecuperavelmente poluentes e obrigando os demais a cumprirem padrões progressivamente mais rígidos de emissão;

d) estabelecer parâmetros urbanísticos que permitam diminuir emissões, garantir corredores de ventilação e evitar ilhas de calor.

6. O VERDE URBANO: as áreas verdes de florestas urbanas ou periféricas, parques, jardins e arborização de rua são indispensáveis para um ambiente urbano minimamente sadio. A preservação do verde urbano não passa pela tentativa de mantê-lo intocável mas pelo seu uso e aproveitamento bem organizado e compatível. O verde “selvagem” no espaço urbano é de extrema vulnerabilidade e sua não utilização, como unidade de conservação aberta a um uso regulado e disciplinado pela população, o expõe à ocupação irregular ou transforma em vazadouro de lixo e entulho. A existência de um sistema integrado de parques, corredores verdes, bacias de acumulação de águas pluviais, dotadas de vegetação compatível, bem como áreas livres de impermeabilização são importantes para uma qualidade de vida aceitável e para a prevenção de inundações. A arborização de rua – parte mais vulnerável do ecossistema urbano – tem um papel indispensável na mitigação do calor, da poluição do ar e sonora. A proteção e o manejo superavitário da arborização pública é um dos grandes desafios de ecologia urbana. É preciso:

a) reflorestar as áreas desmatadas e/ou degradadas em encostas, faixas marginais de proteção de lagoas, rios e canais, áreas de mangue e restinga, sempre que possível, através de mecanismos que mobilizem as comunidades como, por exemplo, o mutirão remunerado;

b) tirar do papel e implantar efetivamente as unidades de conservação urbanas que devem ser demarcadas, sinalizadas, protegidas e dotadas de infraestrutura, buscando-se parcerias com ONGs e empresas privadas para sua implantação prática e conservação;

c) proteger e manejar adequadamente a arborização de rua assegurando que a sobrevivência e desenvolvimento das espécies plantadas ultrapassem amplamente as perdas inevitáveis dentro de um cronograma gradualista e cuidadoso. Instituir rotinas de tratamento das espécies doentes e uma política de podas cuidadosa e apropriada.

7. URBANISMO VERDE: urbanismo vigente é condicionado pelo rodoviário, pelo primado absoluto do transporte individual e dominado pelo modernismo, concepções que promovem a desintegração social e um virtual “apartheid” urbano opondo dois universos: de um lado a classe rica e média, motorizada, em bairros residenciais e condomínios fechados e do outro os pobres e excluídos em favelas ou periferias miseráveis. Um urbanismo verde que conceba a cidade como parte da natureza que a cerca e como espaço democrático de integração social e solidariedade que considera a rua como local privilegiado de convívio e questiona as propostas que tendam a segregar ou isolar.

O urbanismo verde defende:

a) o conceito de usos múltiplos compatíveis com ruas onde se combine harmoniosamente o residencial com o comercial, espaços culturais e de lazer etc. quebrando-se as segregações rígidas que condicionam horários vazios (portanto de insegurança) e induzem a deslocamentos automobilísticos mais frequentes e longos;

b) o estímulo ao comércio lojista de rua como forma de manutenção do multíuso dos bairros e a construção de shoppings condicionados ao planejamento urbano sustentável. Uma tipologia urbana mais densa e tradicional, que permita a redução dos desperdícios energéticos e dos investimentos em infraestrutura;

c) as calçadas livres para a circulação e o convívio coibindo sua ocupação abusiva e desordenada, disciplinando o comércio informal em áreas compatíveis;

d) a municipalização das políticas habitacionais com utilização dos recursos do sistema financeiro de habitação na construção de habitações para os setores mais carentes, privilegiando soluções comunitárias, baratas e em dimensões sustentáveis, em sistema de compras coletivas e mutirão;

e) a urbanização de favelas, sua integração à cidade formal com titulação dos moradores e uma legislação urbanística e ambiental específica;

f) limitação do crescimento das favelas já existentes, sobre áreas verdes contíguas, criando limites físicos, procedendo à educação ambiental e a pactos de autorregulação do crescimento em contrapartida de benfeitorias e programas de mutirão remunerado;

g) fornecimento de lotes urbanizados e de material de construção para a população carente, em áreas adequadas, preferencialmente em escala pequena e média;

h) desestímulo à criação de grandes conjuntos em áreas distantes de periferia, onde não existe infraestrutura e os custos de transporte em tempo e dinheiro são exorbitantes para os moradores;

i) enfrentamento da ocupação irregular em áreas de risco, de proteção ambiental e de mananciais, combate à indústria das invasões e da construção e comércio de habitações precárias nestas áreas. Criminalização efetiva da grilagem urbana e do parcelamento ilegal;

j) o combate à poluição sonora mediante regulamentação industrial para a fabricação de equipamentos menos ruidosos, medidas de operação de trânsito, aplicação local da legislação vigente e educação ambiental para o conforto acústico;

k) defesa do patrimônio paisagístico e arquitetônico com medidas contra a poluição visual. Combate à pichação;

l) implementação da Agenda 21 no plano local.

Programa: 6 – Saúde

1. A crise da saúde passa por uma mudança radical da mentalidade dominante que a considera como uma mercadoria da indústria farmacêutica. Deve se dar ênfase à medicina preventiva, sanitarista e à eliminação das agressões ambientais, com maior espaço para as terapias alternativas, evitando a doença, educando a população quanto à higiene e à alimentação sadia, socializando o saber-saúde.

A recuperação da saúde passa pelo:

a) estímulo a uma formação médica holística. Tratar o doente e não a doença;

b) estímulo à democratização das informações, capacitando a pessoa ao autoconhecimento, autoconfiança e autocura;

c) reabilitação da medicina pública através da elevação do nível salarial dos profissionais da saúde, implantação efetiva do SUS e afastamento dos postos de poder de médicos e gestores ligados aos interesses da medicina privada e seguro saúde, que devem se moldar às condições de mercado sem favorecimento cartorial do Estado;

d) combate permanente às fraudes nos estabelecimentos conveniados;

e) estimular a formação de agentes comunitários de saúde com ênfase na saúde preventiva e nas terapias alternativas;

f) implementação de uma campanha permanente de prevenção da infecção hospitalar;

g) reaparelhamento dos setores de emergência e programas médicos específicos para mulheres, idosos, crianças, adolescentes e trabalhadores;

h) rigoroso controle da qualidade do sangue e outros hemoderivados;

i) realização de campanhas de educação e prevenção às doenças infectocontagiosas, investimento na pesquisa de terapias, isenção total de taxas e trâmites burocráticos para a importação de medicamentos essenciais de qualquer espécie, notadamente para os portadores de HIV e de outras doenças infectocontagiosas de caráter grave, se consideradas epidêmicas ou pandêmicas, com rígida fiscalização.

Programa: 7 – Reprodução Humana e Cidadania Feminina

1. Uma política de reprodução humana deve levar em conta a necessidade de estabelecer um sistema efetivo e democrático de acesso às práticas e técnicas de planejamento familiar livre e informado, que se baseie na contínua educação de homens e mulheres para a contracepção e o combate às DSTs/AIDS.

Constituem elementos para essa política:

a) o combate à discriminação, ao machismo, e à violência doméstica mútua em suas mais variadas formas;

b) combate a todas as formas de violência sexual, ao proxenetismo e à utilização arbitrária do corpo humano no seu todo ou em partes, para a exploração comercial e/ou como objeto de qualquer pesquisa realizada fora dos paradigmas internacionais de ética médica;

c) a orientação sexual, a assistência à gestante e o ensino de métodos de contracepção. A política da natalidade deverá ser feita por métodos essencialmente educativos e democráticos, coibindo-se a prática de esterilizações compulsórias e/ou ardilosas que não levem em conta a vontade de homens e mulheres;

d) a fiscalização rigorosa das práticas de manipulação genética e inseminação artificial para coibir qualquer extrapolação que possa levar à criação de vida humana em laboratório, reconhecendo-se como princípio fundamental o direito de toda criança a um útero;

e) a inserção da Bioética como matéria obrigatória dos currículos de segundo e de terceiro grau, nas áreas humanas e de saúde;

f) incentivo ao parto natural, ao aleitamento materno e ao controle de cesarianas desnecessárias;

g) legalização da interrupção voluntária da gravidez com um esforço permanente para redução cada vez maior da sua prática através de uma campanha educativa de mulheres e homens para evitar a gravidez indesejada.

Programa: 8 – Justiça e Segurança

1. Além da questão social – miséria e concentração da renda dentro de um contexto cultural sofregamente consumista – que ocupa um papel central no aumento da criminalidade, há outros aspectos estimulantes da violência: a impunidade, o funcionamento ineficiente, moroso e socialmente discriminante da justiça, o mau funcionamento, a contaminação pela criminalidade, despreparo, desorganização, falta de recursos e estratégia equivocada das instituições policiais e a disseminação de uma cultura de brutalidade e glamorização da violência. As propostas de reforma do judiciário e das instituições de segurança pública passam por mudanças constitucionais, reformas no código penal, reformas no judiciário e nas polícias.

Os objetivos desse elenco de medidas serão:

a) uma justiça democratizada, informatizada e ágil, com um controle independente;

b) novas leis, que acompanham a evolução dos problemas e os costumes da sociedade, para os delitos econômicos e os chamados crimes de colarinho branco;

c) o fim da competência das auditorias de Polícia Militar para o julgamento de crimes cometidos pelos seus integrantes contra civis, ficando seu alcance restrito a questões disciplinares da corporação e crimes militares.

2. COMBATE À CRIMINALIDADE VIOLENTA deve ser a prioridade absoluta de toda a ação policial com uma concentração dos esforços preventivos e repressivos no combate aos crimes contra a vida e a integridade física dos cidadãos e uma vigorosa estratégia de desarmamento, com a apreensão e destruição do armamento circulante, nas cidades e no campo. Uma drástica limitação do porte e aquisição de armas.

Cabe:

a) uma lei de desarmamento proibindo o comércio e o porte de armas e punindo com particular severidade a posse, contrabando ou comércio de armamento de guerra privativo das Forças Armadas;

b) criação do juizado de instrução com autoridade sobre os inquéritos policiais;

c) redução da idade de responsabilidade penal para 16 (dezesesseis) anos, nos casos de crime contra a vida e a integridade física;

d) priorização da prevenção e repressão a crimes contra a pessoa como o homicídio, o latrocínio, o sequestro, o estupro, na operação policial do dia a dia;

e) a descriminalização de atividades como os jogos de azar e o jogo do bicho, cuja ilegalidade, além de inócua, termina por estimular crimes muito mais graves como a corrupção passiva e a extorsão policial;

f) combate sem tréguas à prática da tortura como método de trabalho policial;

g) melhoria das condições de trabalho das Polícias Militar e Civil e uma nova estratégia visando aproximá-las da população através de conselhos comunitários de segurança com ênfase no policiamento comunitário;

h) investimento no aprimoramento humano, cultural, técnico e científico das polícias, com sua informatização e reforço da capacidade de investigação;

i) uma política penitenciária de descentralização e moralização e unidades menores, com a preocupação de fazer com que as prisões deixem de ser escolas do crime e da barbárie e se convertam em locais de trabalho e recuperação. Agrupamento dos detentos por grau de periculosidade, protegendo os não violentos, combatendo o estupro e a extorsão e assegurando a todos os detentos o direito à vida, à integridade física, ao trabalho, ao estudo e à visita íntima;

j) criação de penas alternativas à reclusão carcerária;

k) consolidar a implantação e a manutenção das delegacias da mulher como forma de coibir e combater os crimes e violências contra a mulher;

l) implantação e manutenção das Delegacias de Meio Ambiente para combater os crimes ambientais.

3. ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA DAS DROGAS: enfrentamento do grave problema sanitário do abuso e dependência das drogas com severidade correspondente ao grau de nocividade de cada uma delas em bases médico-científicas e não subjetivas ou ideológicas. Estimular uma cultura que prescindia de drogas como caminho de prazer e promover variadas práticas de conforto psíquico e espiritual como a meditação.

Combate realista e sustentado em relação ao fenômeno internacional da expansão do tráfico de drogas, hoje uma das maiores atividades da economia mundial com um mercado anual entre 500 e 700 bilhões de dólares, dos quais boa parte é lavada pelo sistema financeiro e reinvestida em setores da economia formal! O atual fracasso retumbante das estratégias antidrogas só poderá ser corrigido por um esforço concentrado internacional para a formulação de uma nova política mundial de drogas, mais lúcida e realista, que priorize a informação como mecanismo básico de prevenção, o fim do morticínio associado às disputas pelo controle de comércio ilegal superlucrativo e a sua repressão. As guerras provocadas pelo tráfico de drogas constituem causa de mortes e sofrimentos humanos bem maiores do que os efeitos de saúde pública do consumo e abuso das drogas em si. As atuais estratégias de repressão antidroga só fortalecem o poder dos traficantes, favorecendo a seleção natural dos mais aptos e a constituição de autênticos impérios, capazes de colocar em xeque o próprio estado democrático.

4. Uma nova política internacional provavelmente passará pela legalização e fornecimento, controlado pelo Estado, como forma de solapar e inviabilizar economicamente os grandes cartéis da droga, diminuir substancialmente as mortes e sofrimentos associados ao tráfico e à repressão, e tratar as drogas como uma grave questão de saúde pública, assistência e grandes campanhas educativas, não mais uma guerra impossível de vencer. As condições internacionais ainda não amadureceram para essa nova concepção e faltam estudos melhores sobre as formas mais prudentes de colocá-la em prática. Nessas cir-

cunståncias, dentro de um escopo nacional, portanto limitado, cabe apenas atenuar os aspectos mais irracionais e danosos da situaçaõ atual.

O PV propõe:

a) uma nova Lei de Entorpecentes, legalizando o uso da Cannabis sativa para fins industriais, médicos e pessoais, descriminalizando o uso de drogas, que passa a ser encarado, em situaçaõs de dependência de drogas pesadas, como um problema de saúde e não de repressão e prisão;

b) encarar o consumo como um problema policial apenas nos casos em que estiver associado a algum outro delito, hipótese em que entrará como agravante como ocorre atualmente com o abuso de álcool;

c) penalizaçaõ diferenciada na repressão ao tráfico classificando as drogas em categorias, de acordo com o grau de dano que podem provocar  saúde. Dessa forma se evita, na repressão, o nivelamento de drogas de efeitos nocivos muito diferenciados, o que na prática estimula o tráfico das mais pesadas e nocivas que são mais rentáveis;

d) priorizaçaõ para o investimento de bens móveis e imóveis apreendidos nas operaçaõs de repressão ao tráfico em atividades e entidades comunitárias de cunho cultural e educacional, como forma de favorecer a valorizaçaõ e inserçaõ saudável do indivíduo em seu meio social;

e) incentivar a criaçaõ dos Conselhos Municipais de Entorpecentes;

f) inserir na grade curricular dos cursos de formaçaõ de professores, matéria específica relativa ao tema e reciclagens constantes, que permitam a ampliaçaõ e atualizaçaõ da açaõ informativa dos profissionais de educaçaõ, dissociando esta abordagem de aspectos pessoais não respaldados cientificamente;

g) campanhas de esclarecimento nas escolas e nos meios de comunicaçaõ sobre os efeitos nefastos de todas as drogas lícitas ou ilícitas com ênfase científica embasada nas mais deletérias  saúde.

Programa: 9 – Defesa Nacional

1. A política verde para a Defesa Nacional objetiva a modernizaçaõ das Forças Armadas e a incorporaçaõ  doutrina e rotina militar da missão de proteçaõ do meio ambiente, particularmente dos grandes ecossistemas brasileiros.

A capacidade operacional das Forças Armadas e seu nível tecnológico devem ser preservados para poder fazer frente a qualquer contingência. Embora não se perfilam como prováveis conflitos com países vizinhos nem distantes tais hipóteses nunca podem ser totalmente descartadas. Outra missão emergente é um controle mais efetivo sobre as fronteiras e, particularmente, sobre o fluxo de armamento de guerra cujo monopólio nas mãos das Forças Armadas é uma das condições fundamentais para o estado de direito. Também é lícita a intervenção militar para impedir que áreas do território nacional passem ao controle de bandos com armamento de guerra. Essa intervenção – sempre por convocação do poder civil – deve se limitar a um papel de apoio, bem coordenado com as instituições policiais e controlado pela justiça.

São propostas do PV para a defesa nacional:

- a) o fim do serviço militar obrigatório, com a criação da prestação de serviço na área civil, e a profissionalização do contingente;
- b) a consolidação de uma nova doutrina de Defesa Nacional incorporando o conceito de defesa do meio ambiente e dos ecossistemas brasileiros;
- c) o direito ao voto dos soldados e marinheiros;
- d) adequação do padrão salarial dos militares em níveis compatíveis com suas responsabilidades e sacrifícios;
- e) os grandes projetos de defesa das fronteiras e de proteção do território e do espaço aéreo, principalmente na região Amazônica, deverão ser compatíveis, assegurar uma independência tecnológica e compatibilizar a defesa da fronteira norte com a preservação da floresta e das nações indígenas da região.

Programa: 10 – Energia

1. Os verdes defendem um modelo energético sustentável baseado prioritariamente em energias renováveis, tecnologias limpas, redução de desperdícios e numa política de preços e subsídios compatíveis.

Cabe:

- a) reduzir drasticamente os desperdícios e as perdas de energia elétrica, quer na geração e transmissão, quer na produção de equipamentos cada vez mais econômicos;

b) implementar programas de economia de energia em todas empresas, estabelecimentos, instituições, residências e logradouros públicos;

c) promover uma política tarifária socialmente equilibrada, suprimindo subsídios, educando o consumidor;

d) investir em tecnologias e produtos cada vez mais poupadores de energia;

e) estimular o investimento no uso do uso e pesquisa da energia solar objetivando seu barateamento e aprimoramento. Isentar de taxa de importação insumos e produtos que contribuam com esse objetivo;

f) incentivar aplicações de energia eólica;

g) incentivar a pesquisa da energia da biomassa, geotérmica e de marés;

h) construir usinas termoeletricas movidas a gás natural e hidroelétricas de pequeno porte como minibarragens e turbinas subaquáticas;

i) descentralização da geração de energia elétrica e, em certas regiões, concessão da sua produção e exploração a empresas privadas, estabelecendo-se mecanismo de controle social.

3. NUCLEAR, NÃO OBRIGADO: a política nuclear, instituída pela ditadura militar, deve ser finalmente revista livrando o Brasil do perigo e do desperdício.

O PV defende:

a) a renúncia definitiva a qualquer forma de utilização da energia nuclear para fins militares;

b) o descomissionamento da usina de Angra I e Angra II, dentro de um cronograma realista, e a não construção de Angra III;

c) o cancelamento do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha;

d) a criação de uma Agência Nacional de Energia Nuclear para centralizar as atividades nucleares admitidas; reatores de pesquisa, sob controle internacional e da comunidade científica brasileira;

e) passagem da usina de enriquecimento de urânio de Aramar para controle civil e produção de urânio enriquecido apenas para as finalidades permitidas;

f) prosseguimento das pesquisas nacionais e acompanhamento das realizadas no exterior, com relação às técnicas de fusão nuclear;

g) alocação segura e definitiva do lixo nuclear já existente.

4. PETRÓLEO, ÁLCOOL, GÁS NATURAL E BIODIESEL: O modelo energético baseado na abundância e preço baixo do petróleo tem efeitos de

longo prazo extremamente negativos contribuindo para o aquecimento global e para a poluição atmosférica com gases de efeito local. O baixo preço do petróleo vem desestimulando a pesquisa e o investimento em combustíveis limpos, protelando a introdução no mercado de veículos movidos a eletricidade e outros combustíveis alternativos. O poder público precisa intervir para abrir caminho a essa mutação tecnológica que a lógica atual do mercado mundial está entretendo.

Cabe:

a) a instituição de uma taxa ambiental de 1% sobre combustíveis fósseis para financiar programas de despoluição, monitoramento da poluição atmosférica e pesquisa de tecnologias limpas com a alocação desses recursos, sem a possibilidade de desvio de rota, para um fundo específico;

b) estímulo à pesquisa de combustíveis alternativos como o biodiesel da soja, do babaçu e resíduos domésticos das caixas de gordura;

c) a isenção de taxa de importação para equipamentos e tecnologias que melhorem o rendimento dos veículos elétricos e que transfiram a tecnologia das células de energia (geração elétrica a partir do hidrogênio);

d) a busca da autossuficiência na produção de petróleo através da flexibilização do monopólio da Petrobras (mantendo-se o da União) e da recuperação financeira da empresa através de uma política de preços realista e diferenciada usando a gasolina para subsidiar um preço menor do diesel, do gás natural e do GLP (gás de uso doméstico);

e) redução do preço do gás natural de forma a tornar sensivelmente vantajoso o investimento para sua utilização. Estímulo à pesquisa para melhorar o rendimento dos motores a gás;

f) revisão do Programa Pró-Álcool em relação às suas consequências socioambientais e a busca de fontes alternativas à cana-de-açúcar.

Programa: 11 – Política Nacional de Meio Ambiente e Grandes Ecossistemas

1. O Brasil é responsável pela maior biodiversidade e a maior reserva de águas doces do planeta. O fio condutor da política nacional de meio ambiente deve ser os compromissos assumidos na Conferência Rio 92 e expressos na

Agenda XXI, nas Convenções e o Tratado das ONGs – Nossa Agenda. Por outro lado cabe a uma política nacional de meio ambiente criar condições para que o poder local leve a bom termo seus programas e para agir supletivamente onde ele esteja dominado por interesses comprometidos com a devastação e a poluição ambiental.

O PV defende como prioridades para uma política nacional de meio ambiente:

a) defesa dos mananciais e bacias hidrográficas com um planejamento e uma ação específica através da criação de comitês de gerenciamento, visando a preservá-los e a garantir a qualidade da água, com a participação paritária do governo, ONGs e outras entidades da sociedade civil;

b) controle e redução drástica da utilização de agrotóxicos e defensivos agrícolas, buscando estimular e ensinar práticas de controle biológico das pragas;

c) adoção de metas e padrões progressivos de redução de emissões, investimento na pesquisa de tecnologias limpas e estímulo fiscal à implantação e ao fortalecimento a indústrias de equipamentos antipoluentes;

d) adoção de nova legislação de disposição de resíduos sólidos industriais e domésticos com ênfase na reciclagem, na eliminação dos descartáveis, na limitação do uso dos plásticos na simplificação e obrigatoriedade de reciclagem das embalagens;

e) implementação de uma política de recuperação de ecossistemas em todo o país;

f) demarcação, sinalização, regularização fundiária e manejo adequado das unidades de conservação ambiental;

g) defesa do Pantanal com a intensificação da fiscalização e combate aos coureiros e ao contrabando;

h) defesa do Cerrado com o seu zoneamento, a diversificação de culturas, reflorestamento, manejo adequado das queimadas e estímulo à produção de alimentos;

i) defesa da Mata Atlântica através de uma ação combinada com os governos de estados e municípios e ONGs de reflorestamento, fiscalização e implantação efetiva de parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação;

j) proteção da caatinga;

k) gerenciamento costeiro com a criação de conselhos de defesa do litoral, a mobilização dos recursos da marinha no controle da poluição do mar. O estímulo ao manejo dos ecossistemas marinhos e aquáticos. A defesa da fauna marinha e combate à pesca predatória.

2. DEFESA DA FLORESTA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: a preservação da maior floresta tropical úmida do planeta e de seus ecossistemas associados é uma questão primordial. Ela passa por medidas práticas de defesa da floresta e dos seus povos; pela mobilização internacional de recursos financeiros e tecnológicos para apoiar essa preservação, inclusive por operações de conversão da dívida externa e pelo estímulo a um desenvolvimento econômico baseado na retomada e intensificação das tradicionais atividades extrativistas (borracha, castanha, babaçu, açaí, juta, ervas medicinais entre outros), na biotecnologia e na exploração sustentada e criteriosa de recursos madeireiros e minerais, dentro de um rigoroso zoneamento ecológico da região.

Para tanto cabe:

a) a supressão definitiva de todos os créditos, inclusive o rural e quaisquer incentivos fiscais às atividades produtivas que impliquem em promoção do corte raso e queimadas na floresta amazônica;

b) a mobilização das Forças Armadas para a defesa do ecossistema amazônico contra a devastação, com a formação de batalhões florestais especializados no patrulhamento e na educação ambiental;

c) a demarcação, estímulo e assistência às reservas extrativistas sob controle de seringueiros, castanheiros, pescadores entre outros, com concessões de uso da terra por um período não inferior a 30 anos;

d) a regulamentação e incentivo à atividade de base florestal madeirável, não madeirável e atividade mineral dentro de um rigoroso Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), utilizando técnicas de manejo sustentável;

e) a proibição da exportação de madeiras em tora permitindo-se apenas a de artefatos de madeira;

f) o controle rigoroso da comercialização de motosserras, fechamento de serrarias clandestinas e estímulo ao reflorestamento de áreas devastadas;

g) a criação de uma guarda florestal voluntária, constituída de seringueiros com a missão de defender as reservas extrativistas, protegendo-as de desmatamentos e queimadas e auxiliar as Forças Armadas na vigilância das fronteiras;

h) a revisão da política de colonização da região com zoneamento das áreas com vocação agrícola, educação do pequeno agricultor para evitar a prática de queimadas e planejamento da construção e pavimentação de estradas dentro de uma política de ligação entre centros urbanos e localidades evitando-se a construção de rotas de devastação;

i) a demarcação das terras indígenas, com garantia de soberania territorial e respeito à cultura e às tradições das diversas Nações Indígenas. Defesa das terras demarcadas contra invasões de garimpeiros, grileiros e madeireiros e implantação de um plano de gestão preservacionista destas áreas. Revogação do decreto 1775/96 que permite a contestação das demarcações já efetivadas;

j) a supressão das disposições do projeto Calha Norte no tocante à transformação de tribos indígenas em colônias agrícolas e do recrutamento de índios para o serviço militar;

k) a regulamentação e controle das atividades de mineração, cumprindo o disposto na Constituição obrigando à adoção de técnicas não poluentes e à recomposição da cobertura vegetal das lavras, após sua exploração. Assistência à realocação de garimpeiros que atuam em áreas proibidas;

l) a definição de uma política científica e tecnológica com a participação de Universidades, órgãos e instituições técnico-científicas, com linhas de pesquisas voltadas à tecnologia tropical e biotecnologia;

m) a suspensão de projetos de siderúrgicas de ferro-gusa do programa Grande Carajás, alimentadas a carvão vegetal até que seja encontrada uma solução que minimize seus impactos ambientais. Negociação com a CEE para a importação a preço ecologicamente subsidiado de carvão mineral para abastecer o projeto;

n) severo controle dos produtos transgênicos com proibição daqueles com risco potencial de gerar desequilíbrios e os destinados a facilitar o uso de agrotóxicos ou a gerar dependência em relação a certas cepas de sementes patenteadas por empresas transnacionais em busca de situações de supremacia.

Programa: 12 – Política Externa Planetária

1. A globalização da economia, dos mercados e da cultura, a perda de poder dos governos nacionais sobre os fluxos de capital especulativo, a cada vez maior concentração de renda em escala planetária, as sucessivas crises derivadas dos desequilíbrios inerentes a esse cenário tendem a agravar conflitos regionais, étnico-culturais e outros, bem como agressões ainda maiores ao meio ambiente global.

Por outro lado a globalização também engendra novas solidariedades, novas articulações e novas possibilidades de maior conhecimento e bem-estar. O Brasil tem um papel importante a desempenhar no novo século. São bases para uma política externa sustentável:

- a) defesa da implementação planetária dos compromissos da Rio 92, particularmente das Convenções e da Agenda 21;
- b) defesa do fortalecimento do papel da ONU como única base legítima de legalidade para intervenções militares e sanções econômicas no âmbito internacional;
- c) participação permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU e no que passaria a ser o G-9;
- d) fortalecimento do Mercosul rumo a uma comunidade sul-americana;
- e) reorientação do Banco Mundial, Banco Interamericano, FMI e GATT no sentido do estímulo ao desenvolvimento sustentado, da renúncia a projetos de impacto ambiental negativo, ao receituário econômico fomentador de miséria, desemprego e concentração de renda e de estratégias de comércio internacional que estimulem a devastação ambiental;
- f) postura firme de defesa da paz, da democracia e dos direitos humanos, em todos os países do mundo e firme oposição ao racismo, à xenofobia, aos massacres e limpezas étnicas;
- g) defesa do direito ao asilo;
- h) participação no esforço internacional contra a proliferação nuclear;
- i) defesa junto à Organização Mundial de Comércio e Mercosul, assegurando o princípio do valor ecológico agregado, da inserção nos acordos do comércio das cláusulas ambiental e social e da instituição de mecanismos de taxaço

e prazo mínimo de permanência para capitais especulativos. Supressão dos chamados “paraísos fiscais”.

Convenção Nacional, Brasília/DF, 2005.

Fonte: site do PV, em <<http://www.pv.org.br/opartido/programa/>>.

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

Número oficial da sigla partidária: 70

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 11/10/1994

Endereço na internet: <http://www.ptdob.org.br/>

Dispositivos estatutários pertinentes

(...)

Capítulo II

Dos Objetivos, dos Princípios Programáticos e dos Símbolos do Partido

(...)

Art. 2º O Partido Trabalhista do Brasil – PT do B possui seus postulados básicos definidos em seu programa, tendo como fundamento o trabalhismo, o nacionalismo, a democracia plural, a república federal e o solidarismo cristão.

Art. 3º O Partido Trabalhista do Brasil – PT do B é integrado por todos os brasileiros que aceitarem seu programa e nele se filiarem, sem restrições de qualquer ordem: étnica, sexual, social, econômica ou religiosa.

Art. 4º O PT do B adota como símbolos o hino, o coração com as cores nacionais e a bandeira do Partido.

(...)

Manifesto/Programa

Grandes são as mudanças pelas quais vem passando, atualmente, não só a sociedade brasileira como, também, as demais sociedades existentes no planeta. É um processo que remonta à expansão comercial europeia – iniciada

no século XV – marcando o que denominamos de globalização ou integração política dos mercados mundiais. Os negócios gerados ao longo destes cinco séculos se viabilizaram, sempre, em estreita sintonia com a ação dos Estados num reordenamento de povos e atividades econômicas de incalculáveis custos humanos e civilizatórios: guerras, escravização, pobreza, dissolução cultural, opressão e sofrimento de muitos em benefício de poucos. Avanços históricos, entretanto, ocorreram e têm ocorrido apesar de tudo.

São muitos os exemplos dos inconformados com a prevalência da injustiça e da desigualdade humanas em todos os tempos e lugares. Esses insatisfeitos e iracundos configuraram a formação do povo brasileiro como fazem praça, por exemplo, os Conjurados, os Farroupilhas, os Balaios, os Alfaiates, os Canudos etc., em longínquos rincões de todas as províncias do país. Foram rebeliões que acabaram, quase sempre, em forte repressão e derramamento de sangue. Elas, no entanto, estão presentes em nossa memória como libelo a gritar do quanto de esforço e comprometimento são necessários a fim de se conquistar a paz e a justiça social. O PT do B se inspira na contribuição dos tantos homens e mulheres que se sacrificaram em prol da coletividade. Inspira-se, também, nos exemplos daqueles que pelo seu esforço ao longo dos tempos deram passos que servem de referência para a sociedade de hoje. São eles os homens que elaboraram instituições e construíram riquezas como empreendedores, que ousaram como fazedores, que inovaram e ajudaram o Brasil a ser um lugar melhor de se viver.

O Partido Trabalhista do Brasil se pretende, pois, herdeiro do espírito de uma larga tradição, não para repetir os mesmos passos e práticas de outrora, mas para reiterar os métodos e os objetivos maiores que foram perseguidos em prol dos brasileiros e da ampla felicidade humana, com um rigoroso respeito aos valores prevalecentes em uma sociedade livre, plural e pautada pelo constitucionalismo democrático. O PT do B está sintonizado, também, com as preocupações majoritárias referentes aos grandes problemas que afetam a vida humana na Terra – como a questão ambiental e os imensos desperdícios que comprometem o futuro das próximas gerações. O programa partidário busca traduzir todo este conjunto de compromissos e de preocupações. Aponta saídas e alternativas para justa avaliação pelo povo brasileiro, dentro dos quadros

institucionais que organizam a vida política e econômica vigentes na atualidade. Considera prioritário, então, os pontos a seguir listados:

1) Fiel a sua matriz de inspiração trabalhista preconiza a imperiosa necessidade de defesa da vasta camada dos trabalhadores autônomos e dos micros, pequenos e médios empreendedores. As mudanças econômicas nas últimas décadas provocaram importantes modificações no mercado de trabalho, acarretando não só sua precarização como o surgimento de novas formas de ganhar a vida. O PT do B se propõe ser o instrumento político a favor desta causa, não só nas atividades urbanas como nas rurais;

2) A globalização criou uma enorme massa de migrantes que saem do Brasil em busca de oportunidades. Pouco se faz hoje em defesa deles e de suas famílias, principalmente em momentos de crises. O PT do B quer construir políticas que respondam aos desafios e problemas dos trabalhadores migrantes em sintonia com a defesa da soberania e da solidariedade entre os povos;

3) As questões ambientais estão nos obrigando a buscar formas de redução do consumo e de alteração na matriz energética. O PT do B defende a maior utilização da biomassa e outras fontes renováveis, primordialmente, no nível local. Dentro do princípio de se cobrar mais daqueles que poluem mais, propõe que os setores poluidores sejam instados a assumir suas responsabilidades adotando – além de medidas de eficiência energética – fontes alternativas e ecologicamente corretas que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões mineradoras;

4) O PT do B defende uma reorganização do Estado de maneira a reduzir a enorme carga tributária e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar as ações públicas nos campos da segurança, da saúde e da educação. Considera absolutamente prioritário implementar ações repressivas nas fronteiras, portos e aeroportos, a fim de coibir o tráfico de drogas, bem como criar mecanismos de apoio e tratamento aos que são seus usuários, vítimas e às suas famílias. Considera importante, também, que toda colaboração que implique transferência de recursos entre Governo, empresas privadas e o Terceiro Setor se dê de maneira transparente e submetida a controle social e dos Tribunais de Contas;

5) Na sociedade contemporânea, tangida pelas demandas científicas e tecnológicas, torna-se fundamental uma alteração que privilegie o acesso democrático

a tais conquistas da civilização. Mais que uma “reforma agrária na terra” nós precisamos de uma “reforma agrária no conhecimento”. Não se enfrentará a imensa desigualdade ainda existente no Brasil com medidas paliativas que apenas amenizem a grave situação vivida nas vastas periferias urbanas e remotas regiões interioranas. O incremento do capital social e cultural dos mais pobres e mais discriminados – fundamental para uma maior justiça e efetivo desenvolvimento humano – será obtido com ações universais que realizem, por exemplo, o modelo educacional já previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

6) A grave situação em que vive a maioria dos aposentados precisa ser equacionada corajosamente. O PT do B quer uma reforma previdenciária justa que garanta os direitos legitimamente acumulados pelos veteranos do trabalho de todo o país. Quer, outrossim, que se projetem caminhos a serem trilhados para os beneficiários do futuro, redefinindo a inserção social dos idosos na vida produtiva da nação;

7) A defesa da qualidade de vida para todos – em termos de moradia segura e adequada – está a exigir uma política urbana que considere os insanáveis entraves causados pelo transporte público submetido, mais aos vultosos interesses privados, que aos interesses da coletividade. As imensas regiões metropolitanas de todo o país e as cidades de porte médio se transformam em vítimas da incapacidade do Estado em promover políticas eficientes de mobilidade. É necessário, portanto, a valorização do transporte ferroviário e aquaviário que garanta melhores condições para a maioria da população que depende de transporte coletivo;

8) A saúde pública se vê assolada por moléstias que já foram consideradas extintas no país, como a dengue e a leishmaniose, além de outras erradicáveis através de vacinação e de saneamento. A população, além disso, sofre com a falta de acesso efetivo aos serviços de atenção médica sendo obrigada, muitas vezes, a gastar duplamente, contratando planos privados de saúde, por algo pelo qual ela já pagou ao longo da vida. Tal duplicidade de custeio se repete também no tocante à educação e à segurança pública ampliando de maneira invisível a intolerável carga tributária. Seria fundamental e possível, por exemplo, redefinir a maneira de recrutamento de pessoal médico através de contratação por salários justos de profissionais em regime de dedicação exclusiva;

9) O insanável e permanente vício da corrupção – que assola a vida política brasileira desde tempos imemoriais – deve ser enfrentado com o apoio a medidas que contribuam para sua máxima eliminação. A defesa permanente dos valores da democracia e dos direitos humanos deve ser acompanhada de exemplos por parte dos homens públicos, evitando-se condescender com práticas deletérias que quebrem a confiança da população nos seus dirigentes. Neste sentido é fundamental a garantia de existência de meios de comunicação livres e não submetidos a qualquer tutela por parte de quem quer que seja.

Fonte: site do PTdoB, em <http://www.ptdob.org.br/estatuto/PTdoB_Estatuto_27_06_2010.pdf>.

PP – Partido Progressista

Número oficial da sigla partidária: 11

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 16/11/1995

Endereço na internet: <http://www.pp.org.br/>

Programa Partidário

I – Diretrizes para a Representação Política

Os Propósitos Permanentes do Partido Progressista – PP, neste segmento, terão presentes:

1. convicção de que a consolidação do regime democrático representativo pressupõe a existência de partidos políticos fortes e bem estruturados;
2. fortalecimento do sistema partidário sustentado, principalmente, pela fidelidade partidária devendo dessa os mandatos aos partidos políticos pelos quais os parlamentares foram eleitos;
3. garantia de legitimidade e proporcionalidade da representação política alicerçada no livre exercício, independente e consciente, do voto secreto, na periodicidade dos mandatos, na rotatividade dos partidos no poder, respeitada a pluralidade doutrinária e ideológica;
4. aperfeiçoamento gradativo do sistema eleitoral, quer de representação parlamentar, quer de governo, a fim de assegurar plena responsabilidade política dos eleitos perante os eleitores e dos governantes perante os governados;
5. implantação de sistema eleitoral assegurador da plena representatividade do mandato e da liberdade de participação da sociedade no processo político;
6. estímulo à arregimentação de quadros comprometidos com as linhas doutrinárias e programáticas do Partido, facilitando-lhes o acesso às posições diretivas e executivas na agremiação, bem como às disputas dos cargos eletivos nos pleitos;

7. criação e apoio ao funcionamento de entidade de estudos políticos, de fundamental importância para a atualização e formação de lideranças partidárias e quadros para a administração pública em todos os níveis.

II – Diretrizes Organizacionais e Administrativas para o Estado

O Partido Progressista – PP defende neste segmento institucional:

1. Indissolubilidade da Federação e da forma de governo vigente; baseadas na harmonia dos poderes e crescente autonomia das Unidades da Federação e dos Municípios, propugnando pelo aperfeiçoamento do regime democrático representativo com base na garantia dos direitos humanos;

2. redefinição de competência das Unidades da Federação e Municípios com vistas em ampliar-lhes a abrangência e autonomia na formulação de política e na promoção do desenvolvimento;

3. fortalecimento da Federação, enfatizando que as desigualdades regionais devem ser superadas, por meios de uma política tributária que favoreça a justa distribuição da renda nacional e a correção das desigualdades sociais entre regiões;

4. transparência na administração pública, de modo a permitir que a gestão estatal submetam-se ao controle da sociedade civil;

5. descentralização das decisões, recursos, funções e encargos da União para as Unidades da Federação e Municípios, por meio de adequado planejamento, de modo a possibilitar melhor atendimento às necessidades, peculiaridades e especificidade locais e regionais, e a garantir o apoio efetivo às regiões mais pobres;

6. transferência para a iniciativa privada de toda e qualquer atividade econômica desempenhada pelo Estado, por meio de processos transparentes, e mediante avaliações que determinem preços justos e que não resultem na formação de monopólios ou oligopólios privados;

7. erradicação da impunidade e combate sistemático à corrupção e à desonestidade pública, com o confisco de bens mal havidos, punição severa dos beneficiários do enriquecimento ilícito e da malversação dos fundos públicos, visando à restauração da moralidade na administração estatal e na vida nacional;

8. defesa de que o Estado brasileiro, em todos as suas esferas, somente deve gastar na medida do que arrecada, sendo que as operações de antecipação de

receita devem estar relacionadas a objetivos específicos, ser de pleno conhecimento da opinião pública e ser autorizadas previamente pelo Poder Legislativo;

9. transformação do orçamento em peça capaz de oferecer transparência efetiva dos gastos facilitando a fiscalização do uso dos recursos públicos;

10. busca permanente da qualificação dos gastos públicos mediante a aferição periódica de resultados, respaldados por procedimentos eficazes;

11. modernização e fortalecimento das instituições que desempenham funções tipicamente públicas, promovendo-se a profissionalização do servidor público pertencente ao quadro permanente, assegurando-lhe exclusividade na assunção de cargos técnicos e estimulando-os com remuneração digna;

12. desenvolvimento de uma política de real valorização do servidor público, fundamentada em sua qualificação permanente e reconhecimento de mérito, visando a construir uma burocracia estável;

13. responsabilidade, de forma sumária, dos agentes do poder público que em suas atitudes violarem os direitos da cidadania e suas garantias legais;

14. aprimoramento das instituições judiciárias, promovendo ampla e célere prestação jurisdicional como meio de garantir a plena distribuição da justiça em todos os níveis;

15. estabelecimento de políticas nacionais de segurança pública, lastreadas em normas jurídicas adequadas à nova realidade do convívio social, e aperfeiçoamento do sistema penitenciário como medidas de contenção da violência e da criminalidade;

16. reconhecimento de que as Forças Armadas são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, para o cabal cumprimento da missão de defenderem a soberania nacional e garantirem as instituições democráticas;

17. proclamação do Poder Civil como a síntese dos Poderes e valorização do Legislativo, a maior criação da democracia constitucional;

18. defesa de uma política externa que:

a) observe constante respeito à autodeterminação dos povos, e à solução pacífica dos conflitos;

b) prestigie a ação da Organização das Nações Unidas – ONU e os princípios consagrados em sua Carta e demais documentos dos quais o Brasil seja signatário, e defenda sua participação em condições de igualdade em todos os organismos internacionais;

c) evite alinhamentos automáticos, e defenda o diálogo franco com todos os membros da comunidade internacional;

d) promova crescente integração da América Latina nos planos político e econômico, visando ao fortalecimento dos pactos regionais e da comunidade continental;

e) defenda maior participação dos países em desenvolvimento no benefício da riqueza e uma repartição mais equitativa do poder político e econômico mundial;

f) garanta a proteção dos nossos recursos naturais, bem como a defesa dos preços de nossos produtos destinados à exploração, considerando-se o fortalecimento de nossa moeda e o intercâmbio comercial como fonte de divisas para o País.

III – Diretrizes no Campo Econômico

O PARTIDO PROGRESSISTA – PP propugna pelo desenvolvimento do País, sustentado por uma economia social de mercado, considerando-se:

1. a promoção de uma política de desenvolvimento econômico autossustentável que tenha preocupação primordial com a geração de empregos, a busca de equidade econômica e a realização da justiça social, por meio de adequados mecanismos de desconcentração da renda e da riqueza, tanto pessoal quanto regional;

2. a defesa da livre iniciativa, com o fortalecimento da empresa privada;

3. o apoio à empresa privada nacional, em termos de capitalização, tecnologia, competência gerencial e abertura de novos setores de atividades, de sorte a aumentar-lhe o grau de eficiência e competitividade, a fim de prepará-la à disputa com as empresas estrangeiras e para o crescimento contínuo e estável;

4. o tratamento privilegiado às microempresas, oferecendo-lhes condições indispensáveis às suas finalidades sociais, e às pequenas e médias empresas

agropecuárias, industriais, comerciais ou prestadoras de serviços, nas políticas financeira, fiscal, creditícia, de aprimoramento de recursos humanos e de transferência tecnológica, protegendo-as das tendências concentradoras dos grandes negócios e dos efeitos do surgimento dos monopólios ou conglomerados financeiros nocivos à concorrência;

5. a atuação de natureza complementar do Estado, em especial, nos segmentos da infraestrutura econômica que possam se constituir em estrangulamento do desenvolvimento econômico e desde que não haja disposição de investimento por parte da iniciativa privada;

6. a defesa do meio ambiente para manter as condições naturais da vida e o equilíbrio ecológico, conservando a fauna e a flora, impedindo que sua exploração econômica afete o meio ambiente natural;

7. a adoção de políticas que fomentem o investimento externo, atribuindo-se receptividade ao capital estrangeiro voltado para a atividade produtiva geradora de empregos sem, contudo, deixar de considerar que cabe à empresa privada nacional papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico do País;

8. a adoção de uma política de indução de investimentos para as regiões mais pobres do País na formulação dos planos e programas econômicos;

9. a implementação de políticas no setor agropecuário que priorizem:

a) o desenvolvimento do setor, principalmente por meio de adequada política de crédito e assistência do setor, estimulando-se o cooperativismo como forma de proteger o segmento ruralista;

b) a organização da produção que contribua para maior produtividade agropecuária, propiciando abundância de alimentos e barateamento dos seus custos e preços, considerando, em especial, a produção rural proveniente dos assentamentos criados pelo programa de reforma agrária;

c) o desenvolvimento da produção, utilizando-se tecnologias adequadas que visem ao equilíbrio entre a produtividade, a competitividade, a preservação do meio ambiente e a disponibilidade de recursos para investimento;

d) a manutenção do equilíbrio entre a produção de bens voltados para a exportação e para o consumo interno, sendo a este assegurada, principalmente, a oferta de alimentos básicos;

e) o desenvolvimento rural integrado, objetivando a fixação do homem no meio rural de forma confortável, e a garantia de assistência e serviços de bom padrão;

f) o desenvolvimento de uma política agrária que solucione os problemas de terra e propicie sua melhor destinação social, possibilitando aos trabalhadores do campo o acesso a ela em condições favoráveis e adequadas para o seu cultivo, taxando progressivamente os latifúndios improdutivos;

g) o uso social da terra, condenando-se o latifúndio improdutivo, assim preconizando a reforma agrária feita mediante a distribuição de terras devolutas, terras do domínio do poder público e aquelas obtidas pela desapropriação, sendo que esta distribuição deve ser feita em áreas que assegurem a subsistência e o progresso da família assentada e deve ser acompanhada de assistência técnica especializada, apoio creditício compatível, suporte logístico para o escoamento da produção e de infraestrutura social adequada; e

h) a criação do seguro agrícola privado que proteja a produção do agricultor;

10. a condução da política energética, de modo a atingir o mais rapidamente possível a autossuficiência nacional com autonomia tecnológica e com a plena exploração de fontes alternativas;

11. o fortalecimento das atividades de comércio, em âmbito interno e externo, em face da grande potencialidade do mercado nacional e das amplas possibilidades abertas pelo mercado internacional, promovendo alterações fundamentais das políticas fiscal, financeira, cambial e monetária;

12. a mobilização permanente para que o sistema financeiro nacional priorize o atendimento das atividades econômicas produtivas, inclusive provendo recursos para o financiamento a longo prazo, com taxas de juros compatíveis com retorno dos investimentos;

13. o direcionamento da política industrial para, apoiada em instituições e instrumentos de cooperação adequados ao crescimento e eficiência do setor, a desconcentração do parque industrial e seu ajustamento às restrições energéticas e ecológicas, o fortalecimento do mercado interno e a intensificação do esforço de exportação de produtos industrializados e de bens de capital;

14. a melhoria da produtividade industrial como imperativo da sustentação do próprio processo de industrialização e, ao mesmo tempo, de redução a de-

pendência externa, o que leva obrigatoriamente ao fortalecimento das empresas nacionais, garantindo níveis adequados de capitalização e de remuneração dos investimentos realizados, de modo a permitir a reaplicação dos recursos;

15. o apoio à promoção e o incentivo ao turismo como fator de desenvolvimento social e econômico;

16. o estabelecimento de uma política de desenvolvimento regional, intimamente ligada à política de distribuição de renda entre pessoas, classes e agentes da produção, de modo que se defina, com clareza, o papel de cada região no contexto do desenvolvimento nacional;

17. a promoção da integração nacional, que reduza os desníveis regionais, e garanta a estabilidade política e social do País;

18. o estímulo à ação do poder público no combate aos efeitos das intempéries climáticas regionais, implementando soluções definitivas, por meio de programas e obras de caráter permanente que proporcionem a convivência com a seca e demais ocorrências climáticas em condições de segurança;

19. o estabelecimento de uma coerente e duradoura política de estabilização de preços, com total engajamento de governo na luta anti-inflacionária e de equilíbrio das contas internas e externas, objetivando corrigir e eliminar distorções e disfunções na economia nacional;

20. a adoção de medidas de alcance fiscal que propiciem a eliminação do déficit público, combinadas com medidas de natureza operacional que tornem mais eficientes os vários processos de aplicação de recursos com ênfase na qualificação dos gastos;

21. o combate sem trégua ao abuso do poder econômico por parte dos cartéis e oligopólios;

22. a redução das limitações que o endividamento externo possa impor ao crescimento nacional, controlando a dívida externa com um rigoroso disciplinamento;

23. a democratização do consumo, apoiando os mecanismos existentes de proteção ao consumidor;

24. a proteção às minorias acionárias, por meio de regulamentações que previnam o pequeno investidor de movimentos, pressões de grupos acionários majoritários e manipulação do mercado de títulos e ações;

25. o estabelecimento de uma política de aproveitamento de recursos do mar, inclusive com especial apoio à pesca artesanal, visando à proteção social dos trabalhadores do mar e ao aumento da oferta de alimentos.

IV – Diretrizes no Campo Social

A defesa do bem-estar da pessoa é a principal razão de ser do Partido Progressista, assim sendo, para o segmento social, o Partido quer:

A. No que tange aos Trabalhadores:

1. a garantia do poder aquisitivo dos salários, maior estabilidade no emprego, liberdade sindical e de associação, salário justo, seguro-desemprego, participação nos lucros das empresas e, igualmente, de sua gestão, desde que livremente negociada entre patrões e empregados, materializando sempre o conceito de que o trabalho não é mera mercadoria, mas, a expressão da dignidade humana;

2. a defesa do direito de greve, em medida extrema, como forma legítima de reivindicação de tratamento justo e da inviolabilidade das assembleias sindicais, sem permissão de métodos violentos que atentem contra a liberdade de trabalho e a integridade física do trabalhador, preservando-se o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;

3. o combate da rotatividade injusta da mão de obra, inclusive protegendo o mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos;

4. a garantia de efetiva proteção ao trabalhador, contra riscos ocupacionais, inclusive de acidentes, e melhoria das condições de trabalho, no que diz respeito à sua saúde;

5. o combate aos desníveis salariais profundos, de sorte a promover distribuição mais equitativa da renda e dos benefícios do desenvolvimento; e

6. a implementação, vinculada à política de emprego e distribuição de renda, de uma política de reintegração de populações marginalizadas, visando a possibilitar condições satisfatórias de vida a migrantes, posseiros, favelados, índios e outros;

B. No que diz respeito às Condições do Povo:

1. a preservação dos direitos individuais, do respeito à dignidade humana e do justo tratamento de cada um diante da sociedade;

2. o combate à pobreza absoluta, tanto no campo como nas cidades, porquanto este quadro é considerado como crime de lesa-pátria, e sendo assim, entende-se que o sucesso no enfrentamento desta questão determinará a própria viabilidade do Brasil como nação politicamente organizada e soberana;

3. a melhoria das condições de vida, principalmente nos grandes aglomerados urbanos, nos quais a marginalização de amplos segmentos da população conduz à violência;

4. o estímulo à aplicação crescente de leis de uso do solo, reorganização do espaço urbano e reexame da divisão territorial do País;

5. direcionamento da política habitacional, prioritariamente, à população de baixa renda, destinando crédito a longo prazo, com juros razoáveis para aquisição da casa própria, direito fundamental da pessoa e da família;

6. reordenação da política de transportes urbanos de forma que se atenda melhor à população de baixa renda;

7. elaboração de uma política cada vez mais aperfeiçoada para defesa de nosso patrimônio ecológico;

8. defesa de uma política demográfica voltada para os interesses maiores da nação, estimulando-se a paternidade responsável e considerando que o Poder Nacional é sustentado pela superfície, população e recursos naturais de um país;

9. implementação de políticas, normas e atos em defesa da moral e dos bons costumes visando assegurar estabilidade à família; e

10. empenho na elaboração de legislação para a valorização do homem do campo, aumento de sua produtividade e melhoria de seu bem-estar;

C. Na área de Saúde:

1. fortalecimento do Sistema Único de Saúde, com aumento da responsabilidade dos municípios na sua gestão, numa integração cada vez maior dos serviços de saúde com a comunidade a que se destina, objetivando:

a) garantia de assistência médica, odontológica e hospitalar a toda a população;

b) implementação de um programa permanente de prevenção, com ênfase na vacinação, saneamento básico, educação sanitária e combate às endemias;

c) proteção à saúde, com melhores condições do meio ambiente e segurança do local de trabalho; e

d) assistência integral à saúde materno-infantil;

D. No que se refere à Cultura, Educação e Ciência e Tecnologia:

1. respeito à pluralidade de culturas nacionais que o Estado tem o dever de preservar;

2. estímulo às culturas popular e regional, apoiando as manifestações folclóricas e as festas religiosas, dentre outras;

3. resguardo à cultura indígena em suas variadas manifestações;

4. alcance da identidade e do perfil nacional, dos quais a cultura brasileira é depositária, devendo ser entendido e respeitado o seu papel dinâmico e crítico, em busca de valores e do aperfeiçoamento da pessoa humana, que o Estado deve proteger contra o risco de sua desfiguração por valores culturais importados;

5. o estímulo às artes, em suas manifestações, mantendo programas permanentes de apoio destinados a torná-las acessíveis ao povo em geral, não cabendo ao agente público julgar o valor ou a qualidade da produção artística;

6. o impulso à produção por intermédio de programas que beneficiem autores e editores, mas que, sobretudo, propiciem maior consumo da obra literária, disseminando, com o apoio do Estado, as bibliotecas, por serem instrumento de preservação e dinamização da cultura;

7. a atribuição de responsabilidade aos meios de comunicação de massa como elementos de difusão cultural, a serviço do bem-comum;

8. a manutenção de reserva aos brasileiros à propriedade de empresas jornalísticas de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiodifusão;

9. a sustentação da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, porém, admitindo-se para a televisão e outros meios de comunicação de massa, critérios classificatórios segundo faixas etárias e acessibilidade quanto à facilitação de audiências;

10. a atribuição ao Estado do papel de mediador dos agentes culturais, estimulando e apoiando, sem dirigismo, a produção, a distribuição e o consumo da cultura, não admitindo a censura prévia ao livro e à imprensa;

11. a preservação da memória nacional no seu patrimônio cultural, artístico e histórico;

12. a concepção do desporto como expressão cultural, por intermédio do qual o homem se manifesta e se desenvolve, determinando uma atenção prio-

ritária ao esporte amador e comunitário, estimulando-se por intermédio dos sistemas escolares a cultura física e os esportes;

13. considerando de que à família estão afetos o direito e o dever de educar a criança, já que é sua primeira e mais importante comunidade educacional;

14. a ratificação de que ao Estado cabe assegurar o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, tornando universal o acesso de todos ao saber, por intermédio da escola pública ou a compra de vagas em escolas particulares, assegurando-se o direito à matrícula;

15. a garantia, aos estudantes carentes, de ensino gratuito em todos os níveis, seja por meio de estabelecimento de ensino público, seja por intermédio de ensino particular subsidiado, inclusive por meio de bolsas de estudo, crédito educativo, compra de vagas e outras formas de apoio, inclusive custeio e financiamento;

16. a admissão da educação como instrumento de liberdade e aperfeiçoamento do homem, razão pela qual a boa qualidade do ensino deve ser preocupação primordial dos sistemas educacionais, assim como sua democratização deve encerrar um duplo imperativo ético e político;

17. a orientação do ensino para o atendimento às necessidades do mercado de trabalho, respeitando as vocações, mas estimulando aquelas voltadas para as áreas susceptíveis de maior possibilidade de aproveitamento de mão de obra especializada;

18. a assistência ao ensino pré-escolar, sobretudo ministrado pelas administrações municipais, que devem ter apoio da União e dos Estados, quanto a meios e recursos para o seu desenvolvimento;

19. a responsabilidade comum da União e dos Estados o apoio ao ensino médio, com prioridade para o ensino profissionalizante;

20. a atribuição de prioridade adequada ao ensino supletivo, como fator de democratização, alargando-se as fronteiras da escola formal;

21. a oportunização da educação para jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de seus estudos, nos ensinos fundamental e médio, na idade própria;

22. o atendimento ao educando carente, prioritariamente no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

23. a sustentação, em clima de liberdade, da ciência, cuja tarefa primordial é a investigação da verdade, o que não se combina com a subordinação aos poderes político e econômico;

24. o reconhecimento da importância da transferência de tecnologia, evitando qualquer espécie de colonialismo científico ou tecnológico;

25. o apoio à pesquisa, tanto pura como aplicada, reservando-se esta, preferencialmente, às empresas e aquela às instituições de ensino superior, visando diminuir o grau de dependência externa, científica e tecnológica do País;

26. o devido respeito ao magistério, proporcionando aos professores capacitação permanente e remuneração condigna, compatível com suas responsabilidades;

27. o apoio à autonomia administrativa e didática da universidade, adaptando-a, permanentemente, à dinâmica do conhecimento e às exigências da comunidade; e

28. a modernização das instituições de ensino superior a fim de que possam cumprir o seu papel contribuindo como fator fundamental para o desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e cultural do País;

E. Na Área da Previdência e Assistência Social:

1. a luta por uma sociedade livre, justa e solidária que tenha dentre seus alicerces fundamentais a Previdência e Assistência Social, em que prevaleçam os princípios da universalidade de cobertura e de atendimento e uniformidade e equivalência dos benefícios;

2. a defesa de uma profunda reforma no sistema previdenciário público, que envolva o tratamento orçamentário em separado, para as receitas e dispêndios da previdência em relação a outros benefícios sociais concedidos pelo Estado;

3. a garantia de pagamento de provento justo para os pensionistas e aposentados em razão do tempo e do salário de contribuição, assegurando-se revisões e atualizações periódicas, na forma das concedidas aos trabalhadores ativos;

4. o apoio à manutenção de sistema de previdência complementar facultativo, custeado por contribuições adicionais;

5. a realização de uma completa reestruturação organizacional da previdência, com o objetivo de coibir as fraudes, de valorizar o seu funcionalismo e de melhorar o atendimento aos beneficiários;

6. a ampliação e aperfeiçoamento dos programas de assistência social, de amparo à maternidade, à infância, à velhice e aos desvalidos, assegurando o seu atendimento, principalmente, por meio de abrigos, albergues, asilos e orfanatos; e

7. a priorização na assistência aos menores carentes, abandonados e de rua.

Fontes: site do PP, em <<http://www.pp.org.br/textos/453/27435/ProgramaPartidario/?slT=119032>>, e documento em pdf: <<http://www.webadvisor.com.br/sites/1600/1694/00000589.pdf>>.

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Número oficial da sigla partidária: 16

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 19/12/1995

Endereço na internet: <http://www.pstu.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Título I – Do Partido, Sede, Emblema, Objetivos, Duração e Filiação

(...)

Capítulo II – Dos Objetivos

Artigo 5º O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU atuará permanentemente em âmbito nacional, com estrita observância deste Estatuto, do seu Programa Partidário e da Legislação em vigor, notadamente os artigos 5º, incisos IV e VIII, e 17 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único – O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU defende o regime representativo e democrático, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais da pessoa humana.

Artigo 6º O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU atuará no âmbito do território nacional com o objetivo primordial de convencer os trabalhadores e demais setores explorados da população acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade plenamente socialista, com a propriedade coletiva dos meios de produção em geral e vigência de um regime político de ampla democracia para os trabalhadores que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa.

Parágrafo 1º Coerente com o seu Programa e seu Manifesto, o PSTU é solidário a todas as lutas dos trabalhadores do planeta que visem a construção de uma sociedade justa e fraterna, incluindo as lutas das minorias, nações e povos oprimidos.

(...)”

Programa Partidário

A necessidade de um programa socialista

O imperialismo dita os planos econômicos. As multinacionais controlam diretamente os setores mais dinâmicos da economia. As principais instituições do país estão nas mãos do imperialismo, impedindo a soberania nacional. Sem romper com o imperialismo, não existe possibilidade de acabar com o desemprego, com o arrocho salarial. Também não será possível fazer a reforma agrária, combater a fome e garantir melhores condições de vida para os trabalhadores e para o povo pobre.

O que o Brasil precisa é de uma segunda independência. O pagamento da dívida e de seus juros é um crime contra os trabalhadores e o país. É preciso deixar de pagá-la imediatamente e redirecionar os investimentos, garantindo emprego, salário, moradia, educação, saúde e reforma agrária.

Os partidos burgueses, que representam os interesses do grande capital, e a imprensa burguesa dizem que “quem deve tem de pagar”. Até mesmo o Partido dos Trabalhadores (PT), agora no governo, repete esta mesma ladainha. Esquecem que essa dívida não foi feita pelo povo, que nunca foi consultado e nunca se beneficiou desse dinheiro. Essa é, portanto, uma dívida ilegítima. Além do mais, essa dívida já foi paga diversas vezes.

Sem mais argumentos, ameaçam dizendo que a ruptura com o imperialismo levaria o país ao caos, com o fim dos financiamentos externos e o fechamento do mercado internacional. Frente a um fato como esse, a resposta de um governo dos trabalhadores deve ser enérgica: todo aquele que boicotar a

economia do país deve ter seus bens imediatamente confiscados e suas empresas nacionalizadas, colocando-os a serviço do país e da população.

Para enfrentar o bloqueio externo, devemos fazer um chamado aos demais países devedores para a formação de uma frente pela suspensão do pagamento da dívida. Essa frente estabeleceria um comércio comum, baseado no princípio da solidariedade dos povos e não da concorrência e do lucro capitalista. Seus países realizariam uma auditoria para mostrar ao mundo inteiro que essas dívidas já foram pagas às custas da fome do povo.

Tributar as grandes fortunas e combater a sonegação fiscal

É preciso mudar radicalmente a política de arrecadação do governo. Os tributos, no Brasil, são regressivos, ou seja, quem tem mais paga menos. Além disso, a burguesia utiliza vários artifícios para sonegar e pagar menos impostos.

Os desempregados e os trabalhadores de baixa renda devem ser isentos de pagar impostos. Os tributos devem recair sobre as grandes empresas, os bancos e os mais ricos. É necessária uma taxa progressiva sobre rendas, lucros e patrimônios, particularmente sobre as grandes fortunas. Ao mesmo tempo os sonegadores ricos têm de ser punidos até que seus bens sejam definitivamente confiscados.

Reajuste mensal de salários: salário mínimo do Dieese e congelamento dos preços, tarifas e mensalidades escolares

Sem uma modificação da política salarial não há como combater a fome e a miséria. Para justificar o arrocho salarial, afirma-se que os reajustes são inflacionários. Se isso fosse verdade, não existiria mais inflação no Brasil, pois o arrocho nos governos anteriores foi enorme.

Defendemos um reajuste que garanta reposição das perdas salariais. Como menor salário, defendemos o mínimo do Dieese, visando atender às necessidades básicas como alimentação, habitação, vestuário e saúde. Para impedir o repasse desse aumento, defendemos o congelamento dos preços, tarifas e mensalidades escolares.

Estatização do sistema financeiro

Os bancos são instituições parasitárias e altamente lucrativas, voltados para a especulação e o lucro fácil. Não servem para financiar a produção. Não existe nenhuma possibilidade de financiar um plano econômico com as finanças nas mãos de sabotadores e especuladores.

Defendemos a expropriação e a estatização dos bancos, utilizando seus enormes recursos para garantir investimento nas áreas sociais e na infraestrutura. Aos pequenos comerciantes e pequenos produtores, seriam garantidos créditos baratos. A estatização do sistema financeiro garantirá o controle e a centralização do câmbio, impedindo a especulação, a fuga de dólares e a remessa de lucros para fora do país.

Expropriação das grandes empresas e reestatização das empresas privatizadas

As grandes empresas nacionais e estrangeiras dominam os principais ramos de produção e impõem o retrocesso ao país. Defendemos a expropriação sem indenização das grandes empresas. A nacionalização é vital para impedir as crises, controlar os preços e orientar a produção segundo os interesses da maioria da população.

Ao mesmo tempo, propomos a reestatização sem indenização das empresas estatais privatizadas. É preciso reincorporá-las ao patrimônio público e colocá-las a serviço do país e dos trabalhadores.

Pelo monopólio do comércio exterior

O comércio entre as nações não deve atender às necessidades dos grandes grupos econômicos internacionais, sempre dispostos a tirar vantagens numa troca desigual. É preciso que haja o mais rigoroso controle do comércio exterior, impedindo o livre trânsito do capital internacional. O Estado deve controlar o comércio exterior do país, definindo uma política de exportação e importação que esteja a serviço das necessidades do povo explorado.

A política de um governo dos trabalhadores deve seguir o princípio da solidariedade entre os povos.

Por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo

Curvando-se perante o capital internacional, preferindo se tornar seus sócios menores ao invés de enfrentá-los, a burguesia nacional é incapaz de defender a soberania nacional ou fazer a reforma agrária. Fiel representante da burguesia nacional e do grande capital internacional, o governo do PT governa contra os interesses do povo. Colocou os representantes da burguesia em postos-chave do governo.

Somente a aliança dos trabalhadores da cidade e do campo, junto com os demais setores oprimidos da população, poderá atender às necessidades básicas da população como emprego, salário e terra. Para isso, é necessário trilhar por um caminho independente da burguesia e construir seu próprio governo.

Defendemos:

Reajuste geral de salários: dobrar o salário mínimo, com o objetivo de chegar ao mínimo do Dieese, que, em outubro de 2010, deveria ser R\$ 2.132,09.

Contra o aumento da exploração: exigir do governo a redução da jornada de trabalho para 36 horas sem redução de salários e direitos. Não ao banco de horas! Denunciar o aumento das mortes por acidente de trabalho.

Fim do fator previdenciário e do fator 85/95: pelo retorno da aposentadoria por tempo de trabalho. Em defesa da recomposição salarial dos aposentados ao mesmo valor em salários mínimos do tempo de sua aposentadoria.

O petróleo tem de ser nosso! Combater a proposta de sistema do governo de partilha para o novo marco regulatório do petróleo pré-sal como a consolidação da entrega do setor às transnacionais. Por uma Petrobras 100% estatal sob controle dos trabalhadores. Retomada do monopólio estatal do petróleo sem indenização às empresas. Por um plebiscito que decida os rumos da exploração do petróleo no país, retirando do Congresso corrupto o poder desta decisão.

Exigir do governo uma medida que garanta a estabilidade no emprego.

Nenhuma confiança no governo: por um Governo Socialista dos Trabalhadores!

Contra as privatizações: reestatização das empresas privatizadas sob controle dos trabalhadores.

Contra a repressão às greves e mobilizações: contra a criminalização dos movimentos sociais e das comunidades pobres dos grandes centros urbanos.

Fim do Senado: por uma Câmara Única com mandatos revogáveis. Prisão e confisco de dos bens de corruptos e corruptores!

6% do PIB já para a saúde pública!

10% do PIB já para a educação pública!

Não ao pagamento da dívida pública aos grandes investidores: por um plano de obras públicas que garanta empregos e a construção de casas populares, escolas, hospitais e saneamento básico.

Reforma agrária sob controle dos trabalhadores!

Contra os ataques aos direitos dos servidores públicos federais, estaduais e municipais!

Luta sem trégua contra o machismo, o racismo e a homofobia.

Fonte: site do TSE, em <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-socialista-dos-trabalhadores>> e <<http://www.pstu.org.br/programa>>.

PCB – Partido Comunista Brasileiro

Número oficial da sigla partidária: 21

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 9/5/1996

Endereço na internet: <http://www.pcb.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Capítulo I – Do Partido, seus Objetivos e Símbolos:

Artigo 1º O Partido Comunista Brasileiro (PCB), pessoa jurídica de direito privado, com personalidade adquirida na forma da lei civil e registro definitivo concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral, com sede nacional, domicílio e foro na Capital da República e ação em todo o território nacional, reger-se-á por este Estatuto e seu Programa, respeitados os princípios legais.

Artigo 2º O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em 25 de março de 1922.

Artigo 3º O PCB tem por objetivo da sua ação política a ultrapassagem da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade socialista, na perspectiva do comunismo, e fundamenta esta ação nos princípios do Marxismo-Leninismo.

Parágrafo único – O PCB educa seus militantes no respeito à soberania da vontade do povo brasileiro e no espírito do internacionalismo proletário, na solidariedade aos trabalhadores de todos os países.

Artigo 4º A condição básica para a consecução dos objetivos programáticos partidários é a unidade ideológica, política, orgânica e de ação, baseada no centralismo democrático e na direção coletiva, fundamentados nos princípios do marxismo-leninismo, tendo como resultante um partido de quadros, formados a partir da militância orgânica na vida partidária e nas lutas concretas da classe trabalhadora.

Artigo 5º A bandeira do Partido Comunista Brasileiro é vermelha, com os símbolos da foice e do martelo e a sigla PCB em amarelo; seu hino é a Internacional; seu aniversário comemora-se no dia 25 de março.

(...)

Diretrizes Partidárias:

A Estratégia e a Tática do PCB

A Estratégia:

O objetivo da ação dos comunistas é a superação do modo de produção capitalista e a constituição de uma sociedade socialista. A revolução socialista é um processo histórico e complexo que não pode ser entendido como linear. É composto de elementos diversos e sujeito às condições objetivas e subjetivas de cada formação social, à luz da conjuntura nacional e internacional e de sua evolução. O triunfo do socialismo não é um fato que acontecerá de forma natural ou inexorável, como afirmam algumas leituras mecanicistas da obra de Marx, mas sim uma possibilidade histórica que deve ser construída.

O Partido Comunista Brasileiro é uma organização política formada por militantes e quadros revolucionários que se destacam nas lutas responsáveis por transformar as massas trabalhadoras em sujeitos de sua própria história, fazendo afirmar a hegemonia política do proletariado e a construção do Bloco Revolucionário do Proletariado, Bloco Histórico de forças sociais que conduzirá a revolução socialista. Os militantes comunistas, surgidos nas lutas populares contra as desigualdades sociais, transformam-se em quadros da revolução através das lutas políticas, da participação na organização partidária e do estudo teórico. São as massas que fazem a revolução, no sentido mais amplo da superação do capitalismo pelo socialismo, e não propriamente o partido. Mas a revolução não acontecerá sem um partido revolucionário a liderá-la, o que pode se dar em conjunto com outras forças e organizações políticas revolucionárias que configurem o Bloco Revolucionário.

A ruptura com o sistema capitalista pode se dar através da tomada do poder de Estado e da predominância das organizações populares na determinação dos rumos políticos, associados ou não à prevalência da propriedade coletiva dos meios de produção, ou no momento em que o exercício do poder e as correspondentes políticas adotadas, o controle da produção e as ideias e valores predominantes sejam marcadamente socialistas, dando início a um período de transição para o Socialismo desenvolvido, na perspectiva da construção do Comunismo.

A luta pela hegemonia das ideias socialistas e comunistas compreende a utilização de todas as formas disponíveis e todos os espaços políticos aos quais tenhamos acesso para difundir e desenvolver as ideias políticas socialistas e comunistas e para promover a denúncia contumaz e radical do capitalismo.

A organização dos trabalhadores inclui formas de organização popular direta, nos bairros, no campo e em grandes movimentos urbanos de massa e a luta pelo aprimoramento da organização sindical, com a construção de grandes sindicatos por ramo de produção, a proposição de greves gerais com a participação de todos os trabalhadores, do proletariado precarizado, dos partidos de esquerda e de outras organizações sociais, e a utilização de vias não institucionais para a luta revolucionária.

A consecução dos objetivos estratégicos do PCB implica na construção de uma alternativa de poder que se apresente como uma contraposição ao poder burguês, mobilizando as classes exploradas, com um programa capaz de produzir uma ruptura na ordem capitalista. Esta contraposição se materializa no Poder Popular, que possui um caráter estratégico – ao se transformar numa espécie de poder paralelo ao Estado burguês e no futuro núcleo de poder proletário rumo ao socialismo. Possui também um caráter tático, ao dar suporte para as lutas unificadoras do movimento operário e popular.

A Tática:

A tática do PCB se pauta pela construção de uma Plataforma Comunista, composta de um programa e de uma proposta de organização popular.

Seus principais pontos são:

a) A formação de uma Frente Política Anticapitalista e Anti-imperialista, que tenha caráter permanente, não se tratando de uma frente eleitoral. Esta Frente deve ser composta por partidos, organizações, movimentos e personalidades que se oponham à política dos governos capitalistas e pugnem por um programa das transformações desejadas pelos trabalhadores brasileiros. A Frente deve ter o papel de aglutinar o movimento operário e popular em torno de bandeiras gerais e específicas, sendo também um polo de ação institucional, conformando, assim, uma alternativa às propostas liberais, socialdemocratas, dentre outras que correspondam aos interesses e às representações da burguesia.

b) A Frente proposta, visando levar a cabo, no plano tático, a luta revolucionária, deverá assumir também tarefas anti-imperialistas com base no movimento de massas. O PCB deve lutar pela unidade dos comunistas dentro desta frente, para disputar a hegemonia política e ideológica no processo.

Os Principais Eixos Táticos são:

- A luta pelo rompimento com a submissão ao FMI e o não pagamento da dívida externa;
- O fortalecimento dos sindicatos e a criação de intersindicais, com vistas à construção de uma central sindical classista;
- A construção de formas diretas de organização da população, com um salto de qualidade do movimento associativo urbano;
- A luta por uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores urbanos e rurais, de forma a democratizar o acesso à posse da terra, com a construção de fazendas coletivas e de cooperativas agropecuárias, buscando racionalizar o sistema produtivo e ampliar a oferta de produtos básicos;
- A luta por uma ampla reforma urbana, visando a democratização do uso do solo e a redução das desigualdades sociais, com a garantia plena do direito à moradia, universalização do acesso ao saneamento básico e transportes públicos de qualidade;
- A luta pela revisão das privatizações, com reestatização das principais empresas;
- Monopólio estatal do petróleo, com a reestatização plena da Petrobras, extinção da Agência Nacional de Petróleo (ANP), anulação dos contratos de risco e leilões e gerência dos recursos do pré-sal pela Petrobras;

- A luta por uma reforma política que amplie os direitos de organização e expressão partidária;
- A luta pela ampliação e o fortalecimento das redes públicas de ensino infantil, fundamental, médio e universitário, rumo à plena socialização do sistema e à erradicação do analfabetismo no país;
- A luta pela ampliação e o fortalecimento das redes públicas de saúde, visando a universalização do serviço e o fim da rede privada;
- A luta pela legalização do aborto e fim da criminalização das mulheres que o praticam, com políticas públicas universais que garantam assistência à gestação, ao parto e ao pós-parto, assim como os cuidados necessários ao desenvolvimento pleno da criança: creche, escola, lazer e saúde;
- A luta pela democratização e controle social dos meios de comunicação, com quebra dos monopólios e revisão das concessões de rádio e televisão, assim como pela criação de uma poderosa rede pública de comunicação, envolvendo todos os tipos de mídia;
- Na luta contrária à indústria cultural capitalista e à mercantilização da arte, da produção intelectual e do conhecimento, desenvolvimento de uma política voltada à plena liberdade de produção artística, cultural e intelectual e pela criação de amplos espaços para as manifestações artísticas e culturais populares, como parte inseparável da luta pela emancipação humana;
- A luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução do salário e com garantia do emprego para todos os trabalhadores;
- A luta pela internacionalização das ações políticas dos trabalhadores e pela internacionalização dos direitos sociais e trabalhistas;
- Solidariedade irrestrita à Revolução Socialista Cubana e a todos os povos em luta contra o imperialismo;
- A luta pela construção do Estado Palestino democrático, popular e laico, sobre o solo pátrio palestino;
- A luta pelo fim da destruição capitalista do meio ambiente.

Fonte: site do PCB, em <<http://pcb.org.br/porta1/docs/estatuto230308.pdf>> e em <<http://pcb.org.br/porta1/docs/estrategia.pdf>>.

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

Número oficial da sigla partidária: 28

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 18/2/1997

Endereço na internet: <http://www.prtb.org.br/>

Programa Partidário

O Trabalhismo Participativo

O Trabalho gera riquezas, que por sua vez se transformam em bem-estar social. Quando todos tivermos acesso a compartilhar das oportunidades criadas, seja como empregados ou como empregadores, poderemos mais rápido desenvolver o País, proporcionando substanciais melhorias de condições de vida, onde a saúde, a educação, a habitação e a segurança passem a ser bens materiais compartilháveis com mais equidade entre todos. Nosso Partido, o PRTB, por isso, prioriza o Trabalhismo Participativo, seja na condição de empregado ou empregador. Afinal, todos somos absolutamente necessários uns aos outros, especialmente ao desenvolvimento da Nação Brasileira.

Oportunidades Geradas pelo Capital e pelo Trabalho

Nós do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, propugnamos pela harmoniosa convivência Capital x Trabalho, que são molas-mestras para a construção do Progresso e do Desenvolvimento pessoal e coletivo. O Capital não deve estar voltado para exploração do homem e sim para o seu benefício. O empregador deverá obter seu lucros, sem todavia, jamais subtrair do emprega-

do o que lhe é devido e justo, dentro de suas conquistas sociais e trabalhistas. Por outro lado, o empregado deverá respeitar e colaborar para o crescimento das empresas onde trabalha, pois dos investimentos e dos riscos inerentes à atividade empresarial é que dependem seu emprego e seu futuro. Por outro lado, todo desenvolvimento em tecnologia deverá necessariamente ser acompanhado por igual evolução na área de recursos humanos.

A Nação e o Estado Brasileiro Renovados

Propugnamos, finalmente, por uma sociedade pluralista e sem distinção entre raças, credos ou ideologias, onde o Estado Brasileiro seja constituído pela democracia de regime presidencialista, federativo e seu Território Nacional indissolúvel. Lutaremos para que coexistam harmoniosamente os poderes constituídos do Executivo, Judiciário e Legislativo, com a Renovação permanente dos valores humanos, através de eleições livres e periódicas em todos os níveis, por sufrágio universal e secreto, sob a égide do Pluripartidarismo Democrático.

Fonte: site do PRTB, em <<http://prtb.org.br/2013/01/10/programa/>>.

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

Número oficial da sigla partidária: 31

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 20/3/1997

Endereço na internet: <http://www.phs.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Capítulo II – Dos Princípios Partidários

(...)

Art. 2º Inspirado no Ensino Social Cristão, o PHS tem como básicos:

I – A PESSOA HUMANA, criada por Deus e considerada nas suas inalienáveis dignidade e liberdade, é a protagonista, o centro e o propósito de toda ação política;

II – O DESTINO UNIVERSAL DOS BENS DA TERRA faz pesar sobre toda propriedade uma hipoteca social;

III – O BEM COMUM, crivo sob o qual devem ser avaliadas as mais diversas situações, é o conjunto das condições concretas que visam permitir a todos os membros de uma comunidade atingir condições de vida à altura da dignidade da pessoa humana, e constitui o sentido essencial do Estado;

IV – A PRIMAZIA DO TRABALHO (PESSOAS) SOBRE O CAPITAL (BENS MATERIAIS) rege a organização da economia;

V – A SOLIDARIEDADE plena requer a presença de três fatores fundamentais: a Justiça (aliada à Legitimidade), a Liberdade, e o Amor Fraternal, sem os quais não se assegurará eficácia e perenidade à organização social.

(...)

Programa Partidário

O Partido Humanista propõe expressamente:

A sustentação do regime democrático, representativo, republicano e federal, e dos princípios e fins da Constituição Nacional.

Por outro lado, rechaça, expressamente:

A violação dos direitos humanos; a substituição do sistema democrático; o emprego ilegal e sistemático da força e a concentração pessoal do poder.

Em relação à metodologia de ação, confirma expressamente o declarado em seu manifesto: o Partido Humanista rege-se pela ação não violenta.

O Partido considera o sofrimento do povo como um fato produzido pela violência econômica. Portanto, proclama a necessidade de fortalecer toda organização social que se anteponha a tal excesso. Nesse sentido, propicia a criação de cooperativas de produção, de serviço e de consumo e exige do Estado o apoio necessário para a cooperativização de toda empresa que por sua situação comprometa o presente e o futuro de seus trabalhadores.

O Partido assinala aos monopólios econômicos e financeiros e aos grupos multinacionais que atuam no país, como fatores de dependência e de desentendimento entre as forças produtivas nacionais.

Sendo a propriedade (como também a sociedade) um fenômeno histórico, o Partido adverte sobre o perigo que está implícito em deter nos fatos tal dinâmica, e sustentar no Direito a tese do naturalismo imobilista.

O Humanismo social propicia reformas tributárias e novos modelos de cogestão que modifiquem a situação da propriedade e incentivem uma distribuição progressiva da riqueza.

Distintas formas de discriminação se ligam à exploração econômica e adquirem caráter de violência racial, religiosa, cultural e psicológica. O Partido destaca a violência que se exerce particularmente contra a mulher e o jovem, convertidos em objetos e não em sujeitos de pleno direito na prática da relação social.

O Partido efetiva o princípio de opção como expressão política concreta da liberdade; multiplicidade de modelos de cogestão dentro de um sistema cooperativo geral; cogestão estudantil exercida através de centros únicos de

estudantes com diversidade de listas e linhas; serviço militar optativo; divórcio vincular; igualdade de pregação para os distintos credos religiosos e para o ateísmo. Em resumo, a luta contra o autoritarismo e o monopólio econômico, organizativo e ideológico é a atitude básica que põe em marcha o Partido Humanista desde sua origem.

Liquidação da pobreza, eliminando o desemprego e a exploração através do sistema cooperativo, educação gratuita em todos os níveis, medicina social, redução progressiva dos armamentos bélicos e militância solidária internacional com países que lutam por sua libertação, são claras prioridades do Partido.

Em matéria internacional, propicia para um Brasil integrado à América Latina: 1º. Assinatura de tratados de paz permanentes entre os países da zona em conflito, enquanto que, ainda que secundariamente, se continuem as negociações dos problemas particulares (geralmente de tipo fronteiro); 2º. Desmilitarização acelerada e proporcional dos países da zona, sob supervisão de uma comissão de países latino-americanos; 3º. Eliminação de barreiras alfandegárias e integração econômica mediante tratados específicos de complementação; 4º. Negociação em comum de nossos países com os credores estrangeiros; 5º. Desenvolvimento franco e decidido de conversações com vistas a formação de um mercado comum latino-americano e de um parlamento latino-americano com representação de todos os partidos de nossos países; 6º. Cooperação para o desenvolvimento tecnológico com base em compromissos específicos; 7º. Formação de uma comissão permanente de Direitos Humanos, com caráter de Tribunal Latino-Americano, dedicada a receber denúncias e a julgar aqueles que atentam contra a vida e a liberdade de nossos povos.

Fontes: site do TSE, em <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-estatuto-phs-de-16-10-2012-deferido-em-6-8-2013>> e Diário Oficial da União (DOU) de 18/12/1990, Seção 1, pág. 138.

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

Número oficial da sigla partidária: 27

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 5/8/1997

Endereço na internet: <http://www.psd.org.br/>

Programa Partidário

Objetivo Fundamental

O objetivo fundamental do PSDC – Partido Social Democrata Cristão é construir em nosso país, uma sociedade verdadeiramente Livre, Justa e Solidária.

Repudia assim, o capitalismo selvagem que não realiza a Justiça e o marxismo que esmaga a Liberdade e proclama como sua doutrina, a Democracia Cristã, que realiza a Justiça sem destruir a Liberdade, tornando possível a convivência desses valores através da prática da Solidariedade.

Reconhece a pessoa como centro e razão fundamental de todo o processo social, econômico e político e assim sendo, afirma que o Estado deve estar sempre a serviço da sociedade e não a sociedade a serviço do Estado.

Considera como fundamental para a existência de uma Sociedade Livre, Justa e Solidária e plenamente democrática, uma efetiva igualdade de oportunidades que permita a todos os membros do corpo social, iguais condições de desenvolvimento.

Considera a DIGNIDADE como direito inalienável da pessoa e afirma que para tanto, a todos deve ser assegurado o direito à moradia, à saúde, à educação, ao trabalho com justa remuneração, à segurança e à liberdade responsável de expressão.

Plano Político

Fortalecer as instituições democráticas, assegurando a dignidade da pessoa e as liberdades individuais.

Promover a ação do Estado como agente do BEM COMUM.

Combater os privilégios de qualquer ordem, porque indutores da injustiça.

Reconhecer as Forças Armadas, como instituição permanente, destinada a garantir a soberania nacional, nos termos e limites constitucionais.

Combater toda e qualquer forma de corrupção e desonestidade no trato da coisa pública, punindo-se severamente os culpados e não se admitindo a nenhum pretexto, a impunidade.

Promover adequada distribuição de encargos e recursos entre a União, Estados e Municípios e valorizar o Município como base de toda estrutura federativa.

Assegurar a legitimidade e a proporcionalidade da representação política, assegurando-se em sua plenitude, o voto secreto e consciente e incentivando-se a participação do jovem, da mulher, do idoso, do negro, do índio e do deficiente físico nos órgãos partidários e como candidatos, no processo eleitoral.

Promover o aperfeiçoamento das instituições judiciárias, visando assegurar a prestação jurisdicional célere e para todos.

Promover o fortalecimento da República, da Federação, do regime democrático representativo e dos partidos políticos, adotando-se o princípio da fidelidade partidária.

Apoiar uma política externa que tenha por objetivo promover uma convivência solidária entre as nações, possibilitando desta forma a superação dos graves desequilíbrios econômicos e sociais e assegurando-se a paz.

Plano Social

Não sendo o trabalho uma mercadoria, mas sim expressão da pessoa, deve ser remunerado com justiça e equidade, garantindo-se o salário justo através de normas que promovam o equilíbrio entre capital e trabalho.

Garantir a cada família o direito a uma moradia digna. Um lugar que seja só seu, onde ninguém entre sem pedir licença, um lugar para viver, envelhecer e ser feliz.

Assegurar a todos, a igualdade de oportunidade perante a vida, independente das condições sociais e econômicas de suas origens.

Assegurar a todos o direito de acesso à educação, em todos os níveis, quer através do ensino público, quer através do ensino privado mediante concessão de bolsas de estudos, crédito educativo e formas afins, aos estudantes carentes.

Promover um Sistema Nacional de Saúde, ao mesmo tempo unificado e descentralizado, que assegure a todos, assistência médica, odontológica e hospitalar, atribuindo-se especial ênfase à prevenção das doenças.

Promover um Plano Nacional de Segurança Pública, que possa realmente assegurar ao cidadão, o direito de viver e trabalhar em paz e sem medo.

Orientar os procedimentos públicos na área de transporte urbano, no sentido de assegurar aos trabalhadores o direito ao transporte coletivo em condições de segurança e dignidade.

Promover um Plano Nacional de Geração de Empregos, capaz de criar efetivamente, através do planejamento e desenvolvimento econômico, as novas oportunidades de trabalho que a Nação reclama.

Assegurar aos aposentados e pensionistas, o direito ao respeito e à justiça, garantindo-se a dignidade dos proventos e a sua correta atualização.

Assegurar ao funcionário público, condições efetivas de desenvolvimento e progresso funcional com justa remuneração.

Garantir aos trabalhadores, direito de reunirem-se em associações e sindicatos, garantindo-se também, a inviolabilidade das assembleias sindicais e o direito de greve, como forma extrema de defesa das próprias razões.

Promover um efetivo Plano Nacional de Combate aos Acidentes e Doenças do Trabalho, garantindo-se assim aos trabalhadores, as condições de segurança e saúde a que têm direito, no ambiente de seu trabalho.

Promover, na prática, o cumprimento do preceito constitucional que determina a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

Aperfeiçoar a Justiça do Trabalho, reconhecendo-a como instrumento de equilíbrio e justiça social, aprimorando a representação paritária.

Proteger o meio ambiente e assegurar a todos o direito de usufruir a natureza sem agredi-la.

Assegurar ao trabalhador, o direito ao lazer, afirmando que o seu destino não pode ser apenas, nascer, trabalhar e morrer, mas sim, que é inerente a sua dignidade, o direito de usufruir a vida.

Tornar efetivo o direito constitucional dos trabalhadores de participação nos lucros ou resultados das empresas, estimulando-se a parceria entre capital e trabalho.

Garantir à família, mecanismos eficazes de proteção contra a pornografia e a violência nos meios de comunicação.

Assegurar à família o direito à liberdade de ensino, cabendo ao Estado materializar este direito.

Combate total ao tráfico de drogas, que assassina os jovens e destrói as famílias, punindo-se severamente os traficantes.

Incentivar e proteger a cultura popular, em todas as suas formas de manifestação.

Promover a preservação da memória nacional, preservando-se o patrimônio cultural, artístico, histórico, religioso e documental do país.

Apoiar a prática de esportes, notadamente do esporte amador e comunitário.

Considerar a Educação, como prioridade nacional, garantindo-se:

- Justa remuneração aos professores em todos os níveis;
- Apoio ao ensino profissionalizante;
- Subsídios às escolas particulares mantidas por entidades sem fins lucrativos e colocadas a serviço da comunidade;
- Verbas orçamentárias em todos os níveis, destinadas a assegurar efetivamente a qualidade de ensino e o acesso de todos ao processo educativo;
- Apoio às Universidades e reconhecimento de sua função na sociedade, quer como centro avançado de pesquisa e formação acadêmica, quer como crítica do processo de desenvolvimento social e econômico, quer como formuladora de teses alternativas;

– Promover Plano Nacional de Apoio a Pesquisa, tanto em seu aspecto de investigação pura, como no campo da pesquisa aplicada.

– Contribuir para erradicar o preconceito de raça em todos os setores da vida social e econômica do país, fazendo cumprir e aperfeiçoando a legislação específica.

Plano Econômico

Promover o desenvolvimento econômico do país segundo critérios que tornem possível a realização da justiça social e a equilibrada distribuição dos frutos do progresso, entre todos os brasileiros.

Assegurar o direito de propriedade e considerá-lo como instrumento do Bem Comum, condicionado a ser exercido com finalidade social.

Apoio à Livre Iniciativa, fortalecendo a empresa privada, estimulando a empresa nacional e limitando a ação do Estado aos campos de sua natural atuação.

Apoio efetivo às micro, pequenas e médias empresas, reconhecendo sua importância no processo do desenvolvimento econômico e na geração de empregos.

Apoio abrangente à atividade agropecuária com ênfase ao estímulo para o pequeno produtor bem como incentivo à produção de alimentos.

Solução dos conflitos no uso da terra, mediante Reforma Agrária construtiva e solidária, que torne não só possível a propriedade do solo, mas que assegure também a sua utilização produtiva.

Estimular as atividades de Comércio e Indústria objetivando a satisfação das necessidades do mercado interno, aproveitamento das oportunidades internacionais e como resultado final, a geração de riqueza e o seu aproveitamento a serviço do Bem Comum e da Justiça Social.

Apoiar o Turismo como fator de desenvolvimento econômico e social, conforme o preceito do art. 180 da Constituição Federal.

Apoiar o Sistema Cooperativo em todas as suas formas de manifestação, inclusive estimulando as Cooperativas de Crédito dos trabalhadores, reconhecendo a sua função eminentemente social.

Promover uma Reforma Tributária que assegure:

- Diminuição da insuportável carga tributária que hoje esmaga as empresas, notadamente as pequenas e médias, viabilizando a sua existência e liberando recursos para investimentos e melhor remuneração de seus trabalhadores;
- Reformulação do Imposto de Renda incidente sobre as pessoas físicas, não mais permitindo a transferência para o Estado, a este título, de recursos necessários à sobrevivência do trabalhador e sua família;
- Sistemática tributária transparente, estável e factível, que considere a realidade das relações sociais e econômicas e não seja fruto de mera concepção burocrática;
- A não incidência de tributos sobre tributos, fenômeno tributário que destimula a produção, eleva os preços, diminui o consumo e pauperiza a população;
- A perfeita distinção entre preço e tributo, na comercialização de mercadorias e serviços;

Defender os direitos do contribuinte contra a ação arbitrária do Estado em matéria fiscal, assegurando inclusive a isonomia entre fisco e contribuinte nos processos tributários, tanto administrativos como judiciais.

Reduzir os desníveis regionais, promovendo a integração nacional e assegurando desta forma a harmonia social e política do país.

Aprimorar os mecanismos de proteção ao consumidor e incentivar a elevação dos padrões de qualidade na produção de bens e serviços.

Promover a harmonia entre a atividade econômica e o meio ambiente, respeitando-se a fauna e a flora, mantendo-se o equilíbrio ecológico.

Buscar como finalidade básica de todo processo econômico, o bem estar de todos os brasileiros e em especial a melhoria das condições de vida das populações mais carentes.

Fonte: site do PSDC, em <<http://www.psd.org.br/sobre-nos/programa/>>.

PCO – Partido da Causa Operária

Número oficial da sigla partidária: 29

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 30/9/1997

Endereço na internet: <http://www.pco.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Título I – Partido, Sede, Objetivos e Fins

(...)

Capítulo II – Objetivo

(...)

Art. 2 – O objetivo do PCO é organizar a classe operária em classe independente, ou seja, em partido próprio, e lutar pela supremacia política da classe operária na sociedade como meio para a realização do socialismo.

Capítulo III – Bases Programáticas

Art. 3 – As bases programáticas do PCO – sobre as quais se estrutura o programa e a organização partidária – são o Manifesto Comunista escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, o conjunto das resoluções dos quatro primeiros congressos da III Internacional e o Programa de Transição da IV Internacional, escrito por Leon Trotski.

(...)

Programa Partidário

I – A crise capitalista

O desenvolvimento da sociedade capitalista significa a ruína da pequena propriedade, a transformação do produtor em trabalhador assalariado e a monopolização dos meios de produção por um número reduzido de grandes proprietários.

A esta monopolização está ligada a eliminação da produção artesanal, a transformação da ferramenta em maquinaria, automatização industrial e a formação do mercado mundial. O capitalismo representou um extraordinário desenvolvimento das forças produtivas do trabalho humano, mas os benefícios deste progresso são totalmente usurpados pelos capitalistas e os grandes proprietários, o que para a classe operária e os setores oprimidos intermediários significa o aumento da insegurança de sua existência, da miséria social, da exploração e da sua degradação.

Com o crescimento constante dos que não possuem outra propriedade que sua força de trabalho, cresce ainda mais o exército de desempregados, e o antagonismo entre os trabalhadores e a burguesia exaspera-se, agravado pelas crises essenciais ao modo de produção capitalista. As crises capitalistas são cada vez mais amplas e destrutivas e resultam, de forma crescente, em um armamentismo gigantesco e em guerras internacionais. A insegurança geral transforma-se no estado normal da sociedade, agravada pela ameaça de uma guerra nuclear que significaria o retorno à barbárie. Isto prova que o desenvolvimento das forças produtivas entrou em contradição com as relações de produção capitalista as quais são inconciliáveis com um desenvolvimento favorável ao gênero humano.

II – O imperialismo e a opressão nacional

Com a internacionalização crescente das forças produtivas, o capitalismo entrou em uma fase superior de sua evolução: o imperialismo. O imperialis-

mo: exploração das nações que chegaram tardiamente ao capitalismo (a imensa maioria da humanidade) por um punhado de capitalistas das nações mais avançadas. A economia e a política mundiais passam a caracterizar-se pela divisão cada vez maior entre um pequeno grupo de nações opressoras e uma maioria de nações oprimidas.

Mediante a exploração das nações oprimidas, o capitalismo busca uma saída para a sua tendência às crises cada vez mais frequentes e desintegradoras. Os trabalhadores das nações oprimidas foram transformados no esgoto do capitalismo mundial. A superexploração dos operários e dos camponeses pobres adquire características ferozes, ao combinar os métodos selvagens do capitalismo com os mais refinados do capitalismo moderno. A ruína e a decadência da pequena propriedade adquirem um ritmo e uma amplitude impressionantes. O exército de desempregados e subempregados chega a apresentar mais de 50% dos trabalhadores empregados, a superpopulação e a miséria agrárias crescem de modo nunca visto e o pequeno camponês e o artesão são submetidos a uma implacável superexploração.

A independência e a soberania nacionais destes países revelam-se, além disso, uma ficção. A autonomia econômica e política é violada sistematicamente pelos trustes internacionais e seu representante, o Estado imperialista. A ausência de um desenvolvimento autônomo das forças produtivas capitalistas coloca-se às claras em cada crise mundial, provocando seu desmantelamento generalizado.

Sob o imperialismo completa-se a transformação da concorrência em monopólio capitalista. As sociedades por ações, os trustes, o capital financeiro (fusão do capital industrial e do capital bancário), submetem e monopolizam ramos inteiros da indústria. A produção adquire um caráter social cada vez maior, ainda que a propriedade fique em mãos de um número de capitalistas cada vez menor. O capitalista abandona sua função de organizador da produção e converte-se em um parasita que vive dos lucros e rendas de seus títulos de propriedade. O grau de dominação que o capitalismo monopolista alcança sobre a sociedade cada vez menos pode ser garantido pelas formas parlamentares de governo. Com o imperialismo, o capitalismo ingressa em uma fase histórica precisa: a do parasitismo, da decadência e da reação política.

O antagonismo entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas de produção; entre os estados nacionais e a economia mundial; entre a produção social e a apropriação privada, chega a seu ponto mais alto. O imperialismo é uma fase histórica de transição entre o capitalismo na plenitude de seu desenvolvimento e decadência e o socialismo. A persistência do capitalismo transformou-se em fonte de guerras, de opressão e de destruição das conquistas materiais e culturais da humanidade.

III – O papel da classe operária

Somente a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção – o solo, as minas, as matérias-primas, as ferramentas etc. – em propriedade social, e a transformação da produção para o mercado em produção socialista, isto é, em produção pela e para a sociedade, pode fazer com que o crescimento gigantesco da produtividade do trabalho social transforme-se, de fonte de miséria e opressão, como tem ocorrido até agora, em fonte de um crescimento do conforto e do aperfeiçoamento harmonioso da humanidade.

Esta transformação social não só significa a emancipação dos trabalhadores, mas também do conjunto da humanidade castigada pela situação presente.

Esta revolução social somente pode ser obra da classe operária, já que todas as outras classes sociais hoje existentes, apesar de suas disputas de interesses, situam-se no terreno da propriedade privada dos meios de produção e sua finalidade é a manutenção das bases da sociedade atual. As classes médias não capitalistas são aliadas do proletariado na medida em que o capitalismo as empurra mais e mais para as suas fileiras e na medida em que vão assumindo o ponto de vista da classe operária. A aliança operário-camponesa é um princípio estratégico do proletariado na luta contra a opressão do capital. A classe operária luta contra todos os abusos que os capitalistas e o estado burguês exercem contra as mais variadas classes e estratos da população, com a finalidade de que a exploração capitalista que estes sofrem não fique obscurecida pela presença de fatores despóticos e de métodos ilícitos e antidemocráticos.

Atuando desta maneira, apressamos a aproximação destas camadas à causa da transformação socialista.

IV – O fracasso da burguesia nacional

A emancipação social é inconcebível com a manutenção da opressão nacional: não pode ser livre um povo que oprime os outros povos. Os movimentos de libertação nacional dos povos submetidos são um fator progressista na luta para pôr fim ao capitalismo mundial. A burguesia das nações oprimidas, por suas ligações com o imperialismo e com os grandes proprietários, e pela hostilidade à classe operária, não pode dirigir a luta nacional até a vitória. Pode propiciar distintos movimentos anti-imperialistas para negociar com mais força diante do opressor estrangeiro. Porém, faz causa comum com a burguesia imperialista assim que as massas exploradas iniciam um movimento independente, ou quando se arremetem contra os grandes monopólios capitalistas e latifundiários ou, ainda, quando querem a satisfação de suas reivindicações mais elementares. A burguesia dos países oprimidos não deve ser confundida com o imperialismo. Em seu interior existe toda uma graduação na escala de sua vinculação com o imperialismo. É uma classe que, dada a opressão de sua nação pelo imperialismo, foi impedida de converter-se em uma classe plenamente dirigente. Mas esta burguesia sacrifica sem vacilar a missão nacional quando os operários e os camponeses mobilizam-se por uma solução radical e completa da opressão nacional. Somente a classe operária pode dirigir conseqüentemente esta luta, em íntima aliança com os camponeses e explorados em geral. A partir deste fato, a luta pela emancipação nacional funde-se com o movimento de emancipação social.

V – A unidade nacional

A centralização autoritária da ditadura militar instalada em 1964 levou a maiores extremos as desigualdades do desenvolvimento econômico e político da Nação e seus estados, o que se manifesta, no período atual de crise, na aparição de poderosas tendências centrífugas, que recolocarão, para as massas, a questão da unidade nacional sobre uma base inteiramente democrática e,

em última análise, anti-imperialista. Esta gigantesca tarefa escapa completamente da caducidade e da tendência histórica da burguesia nacional brasileira, só pode ser resolvida pelo proletariado, como dirigentes da maioria nacional oprimida. O resultado de dezenove anos de ditadura militar foi o de ter entrelaçado, em uma escala fabulosa, a burguesia nacional com o imperialismo, e as oligarquias estaduais com a burocracia do Estado nacional. Com isto agudizou-se a dependência da economia nacional em relação à economia mundial e a subordinação das economias estaduais ao orçamento nacional. Mas, com a crise em que entrou a economia mundial e o esgotamento do ciclo expansivo da economia nacional, esta como um todo e cada estado em particular caminham para a bancarrota. A colossal dívida externa e o crescente déficit orçamentário são as expressões contábeis desta falência. As forças integradoras refletidas pela ditadura militar dão passagem, então, às forças desintegradoras do Estado nacional. O ascenso das massas é a expressão subjetiva da rebelião das forças produtivas contra as relações de produção e o regime político que estrangula o desenvolvimento ulterior da nação.

VI – A questão agrária

Junto à opressão nacional, a sobrevivência do atraso agrário levanta-se também como um obstáculo ao pleno desenvolvimento das nações submetidas. O atraso agrário e as formas correspondentes de opressão do trabalhador agrícola e do camponês variam consideravelmente de país para país. No Brasil, as transformações capitalistas operadas no campo não chegaram a eliminar os entraves que a grande propriedade latifundiária opõe a um livre desenvolvimento das forças produtivas. A oligarquia agrária é uma classe parasitária, pois seus rendimentos e sua riqueza derivam de um monopólio da propriedade do solo. Esta oligarquia constitui um dos principais laços sociais com o capital financeiro imperialista. A fusão da oligarquia com a burguesia industrial, sob a égide imperialista, tem dado lugar à formação de uma superoligarquia financeira que constitui a coluna vertebral dos exploradores brasileiros e numa intermediária entre a nação e o imperialismo. A emancipação da nação da tutela da oligarquia é uma das principais tarefas nacionais.

VII – A democracia

Nas nações atrasadas e oprimidas, a democracia não criou raízes, ainda que conheçam o regime parlamentar e constitucional por longos períodos. Nestes casos, as formas parlamentares estão vazias de seu conteúdo histórico, pois a soberania popular é substituída pelas alianças entre as oligarquias políticas e pela sistemática violação das disposições constitucionais. Governa-se por meio de decretos; para violentar os direitos dos trabalhadores, a própria Constituição é, por inúmeras vezes, violada pelo próprio Estado (como nas greves dos petroleiros e dos correios de 95); cresce brutalmente a repressão estatal e paraestatal contra as massas oprimidas revelando que a burguesia nacional é incapaz de governar com os métodos democráticos e parlamentares. O raquitismo desta burguesia, a presença crescente do proletariado e a dominação que o imperialismo exerce, privam a democracia de toda base estável. O regime republicano, representativo e federal não teve nunca uma cabal vigência em todo o período posterior à proclamação da República em 1889. Em países onde os estados são uma realidade histórica, o federativismo, conseqüentemente aplicado e estreitamente ligado à autonomia real dos municípios, pode ser fator de desenvolvimento democrático e nacional. A vigência dos princípios republicanos, representativos e federais somente pode ser assegurada pela classe operária e o socialismo.

VIII – O nacionalismo burguês

A luta da classe operária contra a exploração capitalista é necessariamente uma luta política. A classe operária não pode levar adiante suas lutas econômicas e não pode desenvolver sua organização sindical sem a plena vigência e utilização dos direitos políticos. O pleno exercício destes direitos facilita sua educação política e a prepara para a realização do socialismo. Mas, a classe operária não pode negociar a obtenção dos direitos democráticos em troca de sua independência, e uma legislação de trabalho e social protetora não pode conduzi-la nunca a abandonar a independência de classe, nem justificar a tutela do Estado burguês ou dos partidos da classe capitalista. Quando isto ocorre, os tra-

balhadores terminam por perder suas conquistas, devido à perda da capacidade organizativa e de luta, provocada pelo abandono de sua independência de classe.

Os movimentos nacionalistas, que se pretendem policlassistas, ou inclusive socialistas nacionais, procuram colocar o proletariado sob a tutela nacional. O mesmo ocorre com as chamadas frentes democráticas ou populares, que são frentes de colaboração de classes com a burguesia nacional, ou nas quais o proletariado fica submetido a um programa burguês, representado por políticos pequeno-burgueses. A classe operária transforma-se em uma classe politicamente consciente quando se organiza em seu próprio partido.

IX – A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

O objetivo do Partido da Causa Operária é dar à luta da classe operária um caráter consciente e unitário, e mostrar-lhe o objetivo histórico socialista que dessa luta se desprende. O PCO empenha-se na conquista da independência de classe do proletariado e procura convertê-lo, sobre a base do conjunto da experiência política do país e da sua própria, em direção da luta anti-imperialista.

Os interesses dos trabalhadores de todos os países são os mesmos. A emancipação da classe operária, é, portanto, uma tarefa histórica na qual estão igualmente interessados os operários de todo o mundo. Porém, não fazem parte deste proletariado mundial nem a aristocracia operária dos países imperialistas, nem a burocracia dos países autodenominados socialistas. Uns e outros passaram ao campo do imperialismo e atuam contra o movimento de emancipação social da classe operária mundial. A aristocracia operária, representada pelos partidos autodenominados reformistas e pelas burocracias sindicais, são agências do imperialismo nas organizações operárias e chegam a integrar os governos burgueses e representar diretamente o imperialismo de seus países. A burocracia dos países autodenominados socialistas é uma camada parasitária que usufrui as conquistas sociais revolucionárias e que, pelo conjunto de sua política, transformou-se em uma agência do imperialismo dentro desses países e nas organizações operárias de muitos países. Essa burocracia fracassou no seu propósito declarado de construir um socialismo nacio-

nal autossuficiente, o que a levou a cair sob uma dependência brutal do imperialismo. Ela se defronta com a sua própria classe operária, utilizando métodos do golpismo militar e da guerra civil. O PCO defende todas as organizações e Estados Operários de uma maneira incondicional frente à burguesia de cada país e ao imperialismo mundial. Para o PCO, os interesses do proletariado da classe operária do país coincidem com os do proletariado mundial tomado em seu conjunto. Por isso, solidarizamo-nos e apoiamos as lutas pela expulsão da aristocracia e da burocracia das organizações operárias de todo o mundo.

O Partido da Causa Operária, portanto, não luta por novos privilégios de classe, mas sim em prol do bem comum pela supressão da dominação de classes, e pelos direitos iguais e os deveres iguais de todos sem exceção de sexo, raça, idade ou atividade. Em função destas ideias combatemos na sociedade presente não somente a exploração e a opressão dos trabalhadores assalariados, mas todo tipo de opressão e exploração, esteja dirigida contra uma classe, um partido, um sexo, uma raça ou uma nação.

O PCO nasce em uma situação nacional de catástrofe política e econômica sem precedentes. A entrega ao imperialismo aprofunda a falência econômica, que varre todos os vestígios da independência nacional. O Estado, cada vez mais, sustenta, com os impostos arrecadados dos trabalhadores e demais explorados, os subsídios dos monopólios e grupos em bancarota, o que significa “socializar” as perdas e não os recursos do país em um plano único de emergência. Sem a expropriação da oligarquia financeira não é possível desfazer os planos de fome e miséria do grande capital.

A miséria econômica e a superexploração alcançou níveis desconhecidos até então. As reivindicações políticas e econômicas imediatas da classe operária devem estar dirigidas a impedir que esta situação se resolva em detrimento das conquistas sociais e políticas dos trabalhadores e de um declínio catastrófico de suas condições de vida.

X – Uma plataforma de luta contra o grande capital

1. O “Plano Real” e demais planos econômicos dos governos democráticos fizeram retroceder aos mais baixos patamares históricos os salários da esma-

gadora maioria dos trabalhadores. Contra o roubo e o congelamento dos salários, enquanto os preços continuam liberados, é preciso exigir a reposição de todas as perdas com o “Plano Real” e anteriores. Contra a política de “desindexar” os salários, deixando-os ainda mais desprotegidos frente à elevação do custo de vida, é necessário exigir a escala móvel de salários.

2. Salário mínimo vital suficiente para sustentar o trabalhador e sua família: moradia, alimentação, vestimenta adequada, educação, cultura, lazer, transporte, saúde, limpeza, higiene etc.

3. Contra a especulação e a carestia é preciso, antes de mais nada, organizar coletivamente o operariado dentro das fábricas, para que se constitua no estado-maior dos trabalhadores dentro das empresas, para que, através do seu controle sobre a produção, garanta o fim da especulação e da carestia. Esta luta traduz-se também na reivindicação de abertura dos livros fiscais às comissões, contra o “segredo comercial” dos patrões.

4. Fora o imperialismo. Desconhecimento da dívida externa: o pagamento dos juros e serviços das dívidas externa e interna constitui um dos principais destinos dos recursos expropriados da população explorada. A cada ano são bilhões de dólares retirados dos salários e das aposentadorias, dos gastos com saúde, educação, saneamento, moradia etc., que vão engordar os cofres dos usurários nacionais e dos imperialistas. Para incrementar esta transferência de recursos, os governos democráticos vêm aprofundando a política de “privatizações” (verdadeiras doações de empresas construídas com a expropriação da população trabalhadora para os tubarões do grande capital). A luta pelo não pagamento da dívida externa e interna, pelo fim das privatizações, pelo cancelamento das já realizadas e para colocar estas empresas sob o controle dos trabalhadores é uma luta contra o imperialismo e os governos burgueses reféns das multinacionais.

Para os explorados a luta contra esta sangria é parte do combate por estruturar a economia sob bases totalmente opostas às atuais, onde a produção, a distribuição e a apropriação da produção encontram-se organizadas unicamente para atender os interesses dos grandes capitalistas, e impor uma reorganização que vise ao atendimento das necessidades da maioria da população trabalhadora através da expropriação dos monopólios imperialistas.

5. Os trabalhadores pagam impostos sobre praticamente tudo o que compram, além dos impostos sobre salários (IR), pequenas propriedades etc., enquanto o grande capital, parasita do Estado, sonega bilhões de dólares e recebe de volta mais da metade desses impostos por meio de subsídios, empréstimos, desvios de verbas públicas, esquemas de corrupção etc. Apenas uma ínfima parcela chega de alguma forma aos trabalhadores. Nenhum imposto sobre o consumo e os salários! Os impostos devem ser somente sobre o capital, que sobrevive às custas da exploração do trabalho alheio.

6. Estatização do sistema financeiro: contra a agiotagem dos capitalistas que conservam em suas mãos, não só os meios de produção, mas também o capital financeiro, impondo sua vontade sobre o conjunto da economia; é necessária a luta pela estatização do sistema financeiro e a criação de um banco estatal único.

7. Contra o monopólio da terra concentrada nas mãos de uma minoria de latifundiários em detrimento dos camponeses pobres, arrastados à miséria, impossibilitados de saldarem suas dívidas e obterem financiamentos do sistema financeiro usurário, e dos trabalhadores rurais sem-terra (cerca de 20 milhões), opomos a expropriação do latifúndio. Exigir o fim do crédito aos latifundiários e usineiros, e a concessão de créditos estatais exclusivamente para os pequenos produtores e suas cooperativas em condições facilitadas de pagamento. Para pôr fim ao massacre dos trabalhadores rurais e de suas lideranças impulsionar a formação de comitês pela defesa dos trabalhadores e exigir a punição dos assassinos dos rurais e seus mandantes.

8. Não ao fim da aposentadoria por tempo de serviço; manutenção das aposentadorias especiais para os trabalhadores e todas as conquistas operárias; abaixo a “fórmula 95”; direito de aposentadoria para todos aos 55 anos; aposentadoria integral aos 30 anos de serviço para os homens e 25 para as mulheres; escala móvel de salários e benefícios. Que os próprios trabalhadores controlem os fundos de previdência. Estatização de toda a previdência privada. Aposentadoria igual ao salário da ativa e, no mínimo, equivalente a um salário mínimo vital.

9. Acabar com o comércio da saúde, através da expropriação dos grandes laboratórios farmacêuticos. Atendimento público e de boa qualidade em todas as áreas da saúde. Plano Nacional de emergência, sob o controle dos traba-

lhadores da saúde e da população explorada em geral, por meio de suas organizações de luta, para combater as endemias e epidemias que massacram o povo brasileiro e imediata implementação de um plano de obras públicas para garantir saneamento básico e moradia a toda a população.

10. Em todo o país são mais de 20 milhões de desempregados e subempregados. O governo FHC aprofunda esta política, cancelando inclusive as poucas readmissões aprovadas e abrindo caminho para novas demissões (lei contra a “estabilidade” do funcionalismo público etc.). Nestas condições, cada dia fica mais difícil para os jovens ingressarem no mercado de trabalho. Contra esta situação é necessário construir uma grande mobilização dos demitidos e dos trabalhadores com emprego para exigir: a readmissão de todos os demitidos no governo Collor e a adoção de um plano de emergência de combate ao desemprego sob o controle das organizações operárias – os capitalistas que fizeram a crise que paguem por ela –, estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, escala móvel das horas de trabalho (redução das jornadas sem redução dos salários), salário desemprego igual ao dos trabalhadores da ativa; por um plano nacional de obras públicas sob o controle dos trabalhadores e das suas organizações de luta.

11. Diante da crescente superexploração, opressão, violência e discriminação da mulher: salário igual para função igual; campanha nacional pela obrigatoriedade da implantação de creches pelo Estado; desmantelamento de toda a rede de esterilização e punição dos responsáveis pelo assassinato de mulheres em verdadeiros açougues em que se constituíram a maioria das clínicas de aborto; liberdade para a mulher decidir sobre seu corpo com a legalização do aborto e sua realização, em condições dignas, pela rede pública de saúde.

12. Fim da opressão da população negra: isonomia salarial, livre ingresso na universidade e fim de todo o tipo de discriminação. Para pôr fim ao massacre da população trabalhadora das periferias e da juventude, em sua maioria negra, mobilizar pela dissolução das PM's e de todos os corpos repressivos; pela criação de polícias estritamente municipais sob o direto controle da população e sem nenhuma ingerência estatal; punição de todos os envolvidos nos massacres contra a população; garantir o fim da violência policial, organizando a

população para o exercício do seu direito democrático de sua defesa contra os massacres. Não às tentativas de maior penalização, tais como pena de morte, prisão perpétua, criminalização a partir dos 16 anos etc.

13. Fim da manipulação e dos monopólios dos meios de comunicação. Estatização dos monopólios da TV e rádios. Acesso gratuito aos meios de comunicação para todas as organizações operárias e populares.

14. Pela plena vigência do regime democrático, representativo, republicano e federal; convocação de uma Assembleia Constituinte, eleita por meio do sufrágio universal e com condições de absoluta liberdade política. Possibilidade de legislação popular direta, por meio do direito de iniciativa, de veto e petição de referendun. Fortalecimento da autonomia dos estados e municípios. Eleição popular e direta de todos os cargos públicos e revogabilidade de seus mandatos.

15. Serviço militar de três meses para todos. Salário para os soldados equivalente ao civil. Vigência de todos os direitos sindicais e políticos para os soldados e suboficiais. Substituição do sistema de exército permanente por um sistema de participação universal da população. Dissolução dos aparatos repressivos. Redução do orçamento militar e aumento do orçamento para a saúde e educação.

16. Ensino público gratuito e laico em todos os níveis. Gratuidade dos materiais de estudo. Autonomia universitária e governo tripartite nas universidades e escolas (estudantes, professores e funcionários). Ingresso irrestrito a todos os níveis de ensino. Fim do vestibular. Horários acessíveis aos que trabalham.

17. Gratuidade da justiça e da assistência judicial. Pela eleição popular dos juízes.

18. Por um governo das organizações operárias e camponesas: O atendimento das reivindicações dos trabalhadores e da juventude somente será possível através do seu próprio governo, o governo operário e camponês, o governo das organizações de luta dos explorados da cidade e do campo. Os governos burgueses – governos dos grandes monopólios, dos capitalistas das indústrias, dos banqueiros e latifundiários – só têm a oferecer mais fome, mais miséria, um maior ataque à economia nacional e aos explorados. O governo das organizações operárias e camponesas será produto da mobilização

Partidos políticos brasileiros

das massas para pôr fim ao atual regime de exploração, levantando uma nova ordem econômica e social: a organização da sociedade para o atendimento das necessidades da maioria da população – contra os interesses das minorias opressoras.

Fontes: site do PCO, em <<http://www.pco.org.br/pco/estatuto.htm>> e em <<http://www.pco.org.br/pco/programa.htm>>.

PTN – Partido Trabalhista Nacional

Número oficial da sigla partidária: 19

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 2/10/1997

Endereço na internet: <http://www.ptn.org.br/>

Programa Partidário

No elenco de compromissos que o Partido Trabalhista Nacional – PTN assume com a sociedade brasileira, quer destacar e priorizar os seguintes:

Com a Criança e o Idoso

Apresentar um projeto de atendimento às crianças nas escolas já existentes, oferecendo alimentação, acompanhamento médico-odontológico mas, principalmente educando para o resgate da cidadania. O discurso eleitoral sobre a criança abandonada não tem mais vez. A responsabilidade para a salvação das crianças ficará estabelecida no projeto educativo, nos municípios, dirigido pela sociedade local, criando um sistema nos moldes de uma adoção temporária.

Quanto ao idoso, empregar-se-á o mesmo método no projeto para a criança, com a vantagem de permitir ao homem de idade avançada, voltar a ser útil, produzindo o que suas forças lhe permitirem. O resgate no tratamento ao idoso dado pela sociedade atualmente, está em descompasso com as expectativas e posturas de uma sociedade moderna, democrática e, principalmente que valorize o ser humano, é preciso todo o empenho dos segmentos responsáveis para mudar este quadro.

Com a Cidadania

A formação do cidadão é para o PTN, uma questão de conscientização e de educação.

É cidadão aquele que respeita a si próprio, respeita os outros, e ama a sua Pátria.

Primeiramente é necessário educar o indivíduo, desde seu nascimento para que respeite e goste de si próprio, defendendo-se e protegendo-se, aprendendo desde cedo o essencial sobre sua integridade física e mental. Em segundo deve-se ensinar o respeito à Lei e a considerar os limites dos outros indivíduos com a prática de atos sempre em benefício da sociedade (não fazendo aos outros o que não quer que lhe façam), para assim, ver estabelecidas as mais elementares regras de convivência respeitosa e harmônica.

Finalmente, tem o indivíduo que amar sua pátria, sua terra, seu berço, fundamentos que formam na verdade o cidadão.

Sobre o Trabalho Humano

A definição mais simples do trabalho, é de que toda a atividade pela qual o homem, no exercício de suas forças físicas e mentais, transforma direta ou indiretamente a natureza, colocando-a à sua necessidade. Assim o trabalho é executado por qualquer indivíduo, com ou sem fins lucrativos, remunerado ou não.

O PTN defende o fomento do desenvolvimento econômico para atendimento à demanda crescente de mão de obra.

O trabalho, por tudo dito é um dever e também um direito reconhecido, como aliás de forma solene, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando estabelece: todo homem tem direito inalienável de procurar pelo trabalho, os meios de se realizar como homem e de prover a sua subsistência e a daqueles por quem é responsável (família). A palavra de ordem é lutar pelo pleno emprego.

Sobre a Propriedade

A propriedade deve ser defendida quando produtiva e se atender ao mínimo de uma função social.

O latifúndio improdutivo e às vezes meramente especulativo, deve ceder lugar aos que precisam do solo para seu trabalho. Como formas de desestimular a manutenção dos grandes latifúndios, o aumento dos impostos que recaem sobre a propriedade deve ser implementado.

O PTN defende uma reforma agrária responsável e que faça parte de um grande projeto nacional de desenvolvimento econômico, racionalização agrícola, e aumento da força de trabalho.

A integração do campo com a cidade e extinção das propriedades improdutivas, romperá a barreira entre os pobres demais, e os demasiados ricos.

Sobre o Capital

Inadmissível o capital selvagem, explorador, especulativo. O capital há de ser produtivo e se reproduzir nos frutos dos lucros e da produção.

O investimento na produção deve ser incentivado e garantido pelo governo, com o fim dos privilégios, dos favores políticos e como consequência trará o fim da desmoralização dos políticos e das instituições.

O capital deve aliar-se ao trabalho para, imediatamente, aumentar a produção, combater os juros altos e permanência de uma casta que vive do esforço dos que produzem.

Queremos mais indústria, mais comércio, mais serviços e menos bancos.

Com a Distribuição da Riqueza

Antes de falarmos em distribuição de riqueza, há de se falar em sua produção. O Brasil no momento vive exatamente sob a orientação de técnicos que entendem que a inflação se debela com a inibição dos meios produtivos.

Ao contrário, nosso entendimento é que para se combater o excesso de dinheiro e a falta de produto, há de se produzir mais, cortando os gastos públicos, respeitando as mais elementares leis de mercado e gastando-se somente aquilo que se arrecada. Esta é a inversão do quadro que atualmente se apresenta.

Produzir com a participação e o compromisso do trabalhador, dividindo o resultado desta parceria com a sociedade.

Sobre o Salário

Sendo o salário a contra-apresentação do serviço, que é a fonte de subsistência do trabalhador, tem sua natureza na essência da sobrevivência, representando mesmo seu próprio sustento. Literalmente, o trabalhador alimenta-se do que produziu.

Na visão do PTN, uma vez que o salário tem natureza de subsistência e portanto ser absolutamente protegido e salvo de qualquer intempérie. O Estado, nesse caso deverá intervir se solicitado, ou de ofício para garantir o seu pagamento, seja impondo seu poder jurisdicional, seja pela via securitária. No ideal do PTN projeta-se um segmento especial, que garanta o salário, preservando-o de alguns dos riscos das atividades econômicas. O salário deverá ser digno, e atender ao mínimo necessário para o resgate da dignidade do trabalhador.

Sobre o Estado e as Dívidas Internas e Externas

O Estado deve se ater ao seu papel de prestador de serviços e orientador nas atividades econômicas. Inaceitável sua participação quer intervencionista, quer preenchendo vazios nas atividades econômicas que não tenham relação imediatamente direta com o bem-estar social. Desenvolver empreendimentos comerciais e ou industriais de função privada.

Está claro que uma das causas da inflação que ainda resiste, está na não manutenção que faz o Estado das empresas ora desnecessárias, ora quebradas ou má administradas, obrigando-o à emissão de moeda para cobrir seus déficits.

A privatização é o caminho para o saneamento do patrimônio público e a restauração da economia.

Com o Sindicalismo e a Valorização do Trabalho Humano

Defende o PTN um sindicalismo pluralista, amplo e constituído para a defesa da classe que representa. Os sindicatos como instituições de defesa do trabalhador ou de sua categoria, devem ser defendidos e preservados, não se aceitando porém que se lhes transformem em meros cabides de empregos, ou escada para ascensão de membros da justiça trabalhista.

A greve é um instrumento de defesa do trabalhador e deve ser sempre utilizada enquanto reivindicatória ou para salvar ou guardar os interesses da categoria, devendo ser renegada a greve de solidariedade, ou aquela excusa nas suas motivações.

A valorização do trabalhador é também de competência do sindicato, como agente de formação, treinamento e aperfeiçoamento da mão de obra melhorando as condições de trabalho.

Sobre o Bem Estar Social

O objetivo da prática política é o de contribuir decididamente para o avanço social que tenha como resultado a completa satisfação, o bem-estar.

Bem-estar na nossa concepção começa com os atributos naturais do ser humano, que devem ser respeitados na organização social, política e econômica: a vida, a igualdade racial, a capacidade de pensar, a tendência gregária, o sentimento de liberdade e instinto de preservação e o direito à religiosidade.

Com Relação ao Meio Ambiente

As principais causas dos desencontros da humanidade com a natureza estão na falta de racionalidade quando se trata de sobrevivência, originada na desinformação e a falta de amor para com o meio ambiente.

A devastação da floresta é, sem dúvida, o ato de maior ignorância que podemos presenciar. Para extrair-se uma espécie, derruba-se várias, mata-se sementes e brotos, tudo desperdiçado onde tudo se aproveitaria.

Sabe-se quem destrói. Por que não educá-los? Por que não orientá-los? Há falta de vontade “política” para resolver esse assunto. Temos um projeto para ajudar a manter a natureza equilibrada.

Com a Habitação e a Segurança

Está comprovado que o encarecimento da construção habitacional popular se deve meramente, em grande parte à retribuição de favores políticos. Nosso projeto prevê um modelo discutido e aprovado por todas as prefeituras, obedecendo a vocação regional para o aproveitamento do material e implantação pelo próprio interessado. Todo o cidadão com condições mínimas tem direito à sua casa própria. Quanto à segurança há de se entender, que trata-se de um problema realmente social, onde povo sem instrução, aviltado em sua cidadania, sem alimento, sem amor, é povo embrutecido.

Corrijamos pela raiz (eduquemos, alimentos, etc.) e teremos realmente uma mudança. Não obstante a constatação da origem do problema, há necessidade de inibir o crescimento da violência, e isso não somente com a repressão que deve ser exercida, mas também com o aparelhamento das instituições com tal atribuição.

Com Respeito à Saúde e Educação

Sucateados os hospitais e postos de saúde, sem verbas e com um corpo de médicos e auxiliares mal pagos, encontra-se o sistema de saúde no Brasil, verdadeiramente falido. A crítica às razões importam apenas para apurar as responsabilidades pelo caos existente.

Temos o projeto de criação urgente nos municípios, do sistema de atendimento quártuplo, com auxiliares e médicos, enquanto um sistema de socorro financeiro recuperará os grandes hospitais, restabelecendo o parque de atendimento instalado.

Na educação, o meio de cuidar da criança é o centro integrado, com alimentação, orientação escolar e esporte. Não havendo a formação de pessoas sadias, alimentadas que pratiquem esporte e lazer, não teremos mentes sadias.

Fonte: site do TSE, em <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-trabalhista-nacional>>. No site do PTN, informa-se que um novo programa partidário está sendo elaborado (<<http://www.ptn.org.br/2013/outros.asp?x=2>>).

PSL – Partido Social Liberal

Número oficial da sigla partidária: 17

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 2/6/1998

Endereço na internet: <http://www.psl.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Título I – Da Denominação, do Regime Jurídico, da Duração, da Sede e Foros e dos Fundamentos

(...)

Capítulo III – Dos Fundamentos

Art. 32 – O Partido Social Liberal – PSL se declara social-liberalista, considerado forte defensor dos direitos humanos e das liberdades civis, acreditando que o Estado possa exercer na economia o papel de regulador, a fim de garantir à população acesso de qualidade aos serviços públicos essenciais e fundamentais, como saúde, educação, segurança, liberdade, habitação e saneamento. Sua estrutura interna, organização e fundamento, se baseiam no respeito à soberania nacional, ao regime democrático, ao pluripartidarismo e aos direitos fundamentais da pessoa humana, observando as normas constitucionais e legais.

(...)

Propostas Partidárias

Objetivando o que é de mais elementar para as sociedades modernas o Programa do Partido Social Liberal (PSL) discute e defende, em primeiro lugar, a LIBERDADE; a liberdade social, política e principalmente econômica, mas

com responsabilidade. Evidentemente, alguns princípios são atávicos ao conceito de liberdade responsável e devem ser discutidos e defendidos pela seguinte ordem:

I – A Defesa dos Princípios Democráticos

Servindo seriamente à causa da liberdade, a democracia não pode e não deve ser mero jogo de aparências, em que há confusão feita com a disciplina e a injustiça social. Essa confusão ajuda aos discursos políticos, aos demagogos e aos que fazem promessas em épocas eleitorais apenas.

Ouve-se com frequência a palavra democracia, principalmente onde existem condições péssimas de habitação, onde há falta de alimentos e desemprego. Esses arautos estão de plantão para seus alardes e suas pregações (falsas) democráticas. Na verdade, não sabem que a democracia não é apenas discurso de ocasião. Ela se realiza com a efetiva prática da democratização das oportunidades de acesso à terra, à habitação, à educação e pelo permanente esforço e vigilância contra os inimigos da liberdade, que se valem das franquias democráticas para destruir a própria democracia.

II – Justiça Social

Cantada em verso e prosa, a célebre Justiça Social é também objeto temporário dos profetas para as ocasiões eleitorais. A Justiça Social, como tudo, começa pela liberdade.

Sem empresas não há empregos, assim como sem haver renda não há porque se falar em divisão de rendas. Justiça Social sem emprego e sem renda é mera falácia.

O pleno emprego, a farta alimentação, a habitação digna, a saúde assistida e a segurança são os esteios da Justiça Social que o Partido Social Liberal tem como meta em seu programa.

III – A Carga Tributária e o Desenvolvimento Econômico

O ex-ministro Dílson Funaro disse “o aumento da carga tributária tem que ser pelo desenvolvimento. Elevar a carga com recessão não adianta porque ela torna a cair, é um processo suicida”. É uma grande verdade. Somente com

produção e desenvolvimento é que se consegue criar empregos, aumentar a receita, estimular o consumo sem ampliação da recessão, do desemprego e da miséria.

Necessitamos fomentar a pequena e micro empresa, além de estimular a média empresa, prestando-lhes um tratamento diferenciado quanto às suas obrigações tributárias, quer sejam principais ou acessórias.

Somente o desenvolvimento econômico pode nos proporcionar riquezas, favorecendo uma política social moderna e assim caminhar para a tão desejada Justiça Social.

IV – Reformas Estruturais

O conservadorismo exagerado e proposital emperra o desenvolvimento. Isso acontece porque qualquer mudança pode trazer problema àqueles que cada vez ficam mais ricos, enquanto os pobres ficam mais pobres. A inobservância dessa diferença é certamente pouco inteligente.

As reformas na verdade não agitam, senão quando não são necessárias, enquanto as reformas necessárias por sua vez não excitam, acalmam. Não abalam, consolidam.

Todas as reformas necessárias são elementos de conservação numa democracia que não seja política, mas também social e econômica.

V – Política Externa

Com o avanço tecnológico, o Brasil também se dirige para o “podium”, pois tem mostrado ao mundo suas descobertas e que seu material humano intelectual é dos melhores.

Com esse avanço e criação de condições temos que alcançar total independência.

No mundo atual em que vemos, cada vez mais, a intervenção militar de países mais poderosos e a subserviência ao invés da soberania, temos que pensar muito sobre o Brasil. O mundo tem se caracterizado pela sua interdependência dos problemas e interesses.

Temos que ter o nosso próprio pensamento, sem subordinação a qualquer interesse estranho ao Brasil.

Auditar nossa dívida, responsabilizar os que a criaram e pagar o que é na verdade devido, mostra de forma clara a defesa da nossa soberania.

VI – Os Trabalhadores e o Direito de Greve

A valorização do trabalho humano, o respeito a quem produz, seja ele operário, médico, engenheiro ou tenha outra qualquer profissão, aliada ao Capital Produtivo, são o caminho para a libertação econômica e uma das metas do programa do Partido Social Liberal.

O salário real é a maior conquista para os trabalhadores, além das já conseguidas ao longo desses anos.

Outra grande meta do programa do Partido Social Liberal é moralizar e aperfeiçoar o sistema previdenciário brasileiro. Temos que lutar pela descentralização dos diferentes atendimentos para reduzir os custos operacionais a fim de que a arrecadação sirva de fato para custear a assistência dos segurados em cada área específica e não alimentar o empreguismo burocrático.

A greve deve ser defendida a todo o custo, desde que seja reivindicatória de melhoria salarial e outros direitos. A greve deve ser encarada como um instrumento de defesa do trabalhador, como um instrumento de pressão para defesa ou conquista de interesses legítimos. Nunca a greve de solidariedade, jamais a greve política que serve somente para pelegos e arrivistas.

VII – As Forças Armadas

Definido na Constituição Federal o papel das Forças Armadas, tem ela ainda mais a fazer conforme nossa ótica, desde que o Estado lhes forneça os meios.

Defendemos a profissionalização do jovem com apoio do empresariado, durante o período da prestação do serviço militar. Esse será um passo muito importante na preparação desses jovens para o mercado de trabalho. Imaginem o jovem disciplinado e capacitado profissionalmente. Teremos cidadãos preparados para a vida.

VIII – Privatização

A intervenção do Estado é lastimável e inadmissível em todo e qualquer setor da vida nacional. O Estado foi criado para prestar serviços impossíveis à iniciativa privada.

O Programa do PSL defende a geral privatização praticada de forma racional e responsável, iniciando-se pelas empresas que apresentem prejuízos aos cofres públicos. A privatização racional quer dizer: vender, alienar, se desfazer primeiro das empresas que são hoje um sorvedouro de recursos do Tesouro Nacional. Deixemos a produção com a iniciativa privada.

IX – Os Aposentados

A Previdência Social com todo o tipo de encargo, obviamente não pode, pelo gigantismo de sua máquina, prestar nenhum serviço, tampouco atender seu objetivo que é o de assegurar ao trabalhador, quando ele não puder mais produzir, uma vida digna.

Ora, hoje temos a Previdência cuidando de Seguro Social, a Previdência administrando a assistência médica de um modo geral e exatamente deixando de cuidar daqueles que contribuíram uma vida inteira para assegurar-se no futuro com uma verdadeira vida digna.

Defendemos, portanto, a divisão das atribuições da chamada Previdência, separando o que é seguro, o que é assistência médica e o que é aposentadoria.

X – Reforma Agrária

O nosso País precisa urgente de uma reforma agrária autêntica. Essa reforma será boa para o fortalecimento da democracia e do capitalismo. Será fator de fixação do homem no campo para se processar o “desinchaço” das metrópoles e devolver melhores condições de vida a todos.

Há, todavia, para se ter uma reforma agrária perfeita, que se preparar, ainda que de forma quase precária, o homem para as suas funções no campo, garantindo-lhes o mínimo indispensável à sua sobrevivência.

As terras são um direito do homem. A divisão das terras improdutivas deve começar pelas propriedades do Estado, evitando, inicialmente, os investimentos em desapropriações e a dúvida quanto à razão ou o objeto dessa reforma.

XI – O Cooperativismo

A cooperativa é uma sociedade em que o seu Capital é formado pelos associados e cujos objetivos são o benefício comum de todos eles através de pre-

ços mais reduzidos dos objetos de consumo, facilitação de empréstimos para desenvolvimento de suas atividades, obtendo condições mais favoráveis de mercado com a colocação dos produtos, além de outras numerosas vantagens. Tem, é evidente, como base a COOPERAÇÃO.

O cooperativismo é uma forma de transferir o ônus do Estado de atender aos setores econômicos para a própria iniciativa privada, que, nesse caso, busca a solução nela própria, o que reduz custos e aproxima mais o homem em razão da divisão dos problemas que enfrentam e vencem.

XII – Habitação

Agrava-se a cada dia o problema da moradia. Até hoje poucas soluções foram encontradas para minorar esse monstruoso problema. São poucos os caminhos para uma família abrigar-se: alugar, comprar, morar de favor ou ir para uma favela, ou ainda pior, para debaixo de uma ponte. Os reajustes, ainda hoje, das locações levam ao desespero os locatários que não conseguem com seus salários e, muitas vezes, com o desemprego, acompanhar o aumento dos aluguéis. Por outro lado, o alto preço dos imóveis, a pouca poupança e a renda familiar insuficiente, somando-se a falta de financiamentos, barram o sonho da casa própria, do teto, do abrigo.

A falta de moradia embrutece o homem, torna-o indigno ou indigente e facilita a promiscuidade da família.

Da mesma forma que a propriedade improdutiva não pode continuar para valorizar e dar lucro ao proprietário, os lotes urbanos deverão servir para construção de casas populares, com planta previamente aprovada e materiais sem qualquer tributação, tudo para facilitar a construção pelo próprio interessado. Eis a solução.

XIII – A Saúde

A situação nacional com relação à saúde encontra-se num estado precário que vem se perpetuando ao longo dos anos. Nos dias de hoje, a classe de maior poder aquisitivo tem acesso aos meios de saúde de primeira linha que as instituições privadas oferecem ao mercado. Há uma necessidade premente de estudos e de trabalhos para que possamos dar acesso a toda sociedade brasilei-

ra de ter assistência médica e odontológica básica. Para tanto, necessita-se de um trabalho que atenda preventivamente, corretivamente e, posteriormente, acompanhamento através de ambulatórios e Postos de Saúde.

Temos que desenvolver um trabalho de campo, destinado aos problemas de cada região, que possa desenvolver e aplicar os meios de saúde adequados, diminuindo e ou extinguindo com isso os problemas epidemiológicos e graves que a população de baixa e média rendas vêm enfrentando nos dias de hoje. Assim sendo, o Partido apoia a municipalização do sistema, mas preconiza maior rigor na fiscalização e na aplicação correta dos recursos públicos destinados à saúde.

XIV – Educação

Pode-se afirmar que, se educando o homem, conseguiremos resolver todos os problemas da sociedade, sejam eles quais forem. Começando pela formação profissional, indo até a graduação, operar-se-á a verdadeira revolução quando se estabelecer ou construir um grande projeto nacional de educação.

Com certeza, há urgências no setor de educação que não podem esperar por esse grande projeto e, assim, pode-se iniciar a aplicação de pequenos modelos, como o de permitir a instalação de escolas e até estimular o surgimento delas em massa, nos municípios, com total isenção de qualquer obrigação tributária, desde que reserve à administração pública 20% de cadeiras para o ensino primário de crianças reconhecidamente carentes.

Em prosseguimento ao plano de preparação profissional, pode o município promover cursos paralelos de profissionalização, com cursos de 2º grau, com estágio gratuito ou pouco remunerado, em convênio com a iniciativa privada, para formar jovens com condições profissionais e experiência para o mercado de trabalho. Enquanto isso, nosso projeto de alfabetização de adultos começa no local de trabalho, aproveitando o intervalo intrajornada.

XV – Segurança Pública

Pode-se também dizer que esse é hoje o ponto mais fraco da administração pública. Temos uma inversão de valores sociais e um descrédito em razão da impunidade, ao tempo em que temos todo um quadro de deficiência humana

e de recursos à disposição do Estado para prevenir e reprimir o crime e a violência.

Enquanto temos uma polícia mal armada, mal remunerada e pouco especializada, importamos pelos meios de comunicação todo tipo de conhecimento estratégico para prática dos crimes, hoje organizado nas metrópoles de tal forma que exigem até o socorro das Forças Armadas, como se estivéssemos reagindo a ataques de uma robusta guerrilha. Por outro lado, as leis penais ainda permitem certos recursos aos faltosos e cerceiam a autoridade policial na fase instrutora do processo. Aliado a tudo isso, temos um sistema penitenciário falido, arcaico e esquecido pelas autoridades.

A prisão, hoje, com toda certeza não recupera, pois a superlotação e a falta de ocupação do preso estimulam e aguçam a sua periculosidade. Cada vez mais, o criminoso se torna inimigo da sociedade. Há necessidade de um projeto amplo que possa resolver, solucionando de vez o problema da segurança pública.

Fontes: site do TSE, em <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-estatuto-psl-de-21-12-2011-deferido-em-9-5-2013>> e site do PSL, em <<http://psl.org.br/conheca-o-psl/propostas/>>.

PRB – Partido Republicano Brasileiro

Número oficial da sigla partidária: 10

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 25/8/2005

Endereço na internet: <http://www.prb10.org.br/>

Programa Partidário

O Partido Republicano Brasileiro – PRB, organizado segundo os ditames do sistema democrático representativo consagrado pela Constituição Federal, apresenta-se à sociedade brasileira como instrumento político de promoção do desenvolvimento econômico e social do País e do seu povo, de acordo com os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade entre os cidadãos, os quais inspiram, desde o seu nascimento, os movimentos republicanos modernos.

É nosso entendimento que a República, como comunidade de homens livres, deve ser o espaço de realização das aspirações de cada cidadão a uma vida digna, e ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades materiais e espirituais. O Estado deve exercer a sua soberania no sentido de assegurar aos cidadãos brasileiros condições efetivas de vencer a pobreza, de reduzir as disparidades de renda e de alcançar a felicidade individual e familiar.

Princípios básicos republicanos

1. A única fonte legítima do poder político é o voto livre do povo;
2. É intolerável toda forma de discriminação entre os cidadãos, seja de natureza econômica, social, de raça, religiosa ou de qualquer outra espécie;
3. O sistema federativo exige efetivo equilíbrio fiscal entre as unidades que o compõem, devendo ser revertida a tendência dos últimos anos de excessiva concentração tributária e de poderes orçamentários e fiscais pela União;

4. A política econômica deve visar ao desenvolvimento econômico e social, mediante a utilização plena e soberana dos recursos humanos e materiais da sociedade, dentro de critérios responsáveis em relação ao meio ambiente;

5. Os segmentos frágeis da sociedade, principalmente os jovens, os idosos e os portadores de necessidades específicas, devem gozar de atenção especial do Estado.

Objetivo

O PRB tem por objetivo um projeto de sociedade para o Brasil baseado nos princípios republicanos da liberdade individual e de associação para fins pacíficos, da promoção do Estado do bem estar social com base no desenvolvimento socioeconômico autossustentado segundo as potencialidades do País, e na garantia do direito ao trabalho remunerado alicerçado em forte compromisso do Estado de criação das condições macroeconômicas de pleno emprego, conforme preceitua a Constituição da República.

Da Política

O sistema político de representação democrática, derivado dos ideais republicanos históricos, deve ser complementado, em termos contemporâneos, por mecanismos de efetiva participação republicana nos negócios públicos, mediante aproximação entre a esfera política e a vida social, de forma a assegurar a vigilância cidadã sobre os procedimentos dos agentes públicos na condução das atividades do Estado.

Do Estado

O PRB considera dever do Estado assegurar a todos os cidadãos e seus dependentes os direitos sociais consignados na Constituição Federal, para o que é essencial garantir condições adequadas e dignas de remuneração de pessoal, assim como de investimento e de custeio, às corporações estatais de execução de políticas públicas encarregadas constitucional e legalmente de responder pelo serviço público em todo o território nacional.

Do Trabalho

O direito ao trabalho remunerado, como única fonte de sobrevivência digna para os que nasceram sem herança, é entendido como em pé de igualdade com o direito à propriedade privada, sendo dever do Estado garantir as condições macroeconômicas capazes de assegurá-lo a todos os cidadãos aptos e dispostos a trabalhar.

Da Economia

É dever do Estado promover o desenvolvimento econômico do País e criar as condições macroeconômicas para que, em regime de capitalismo regulado, e combinando a força da iniciativa privada com o planejamento estratégico indicativo governamental, todo o potencial material e humano da sociedade seja mobilizado, seguindo critérios razoáveis de responsabilidade ambiental, para a criação de renda, de riqueza e de postos de trabalho, com adequada retribuição do capital e do trabalho, e sob o ordenamento de um sistema fiscal e tributário moderno, justo e equitativo.

Da Educação

O Estado deve assegurar ao povo educação básica gratuita, seja por meio de uma estrutura educacional própria, seja por meio de estruturas privadas devidamente regulamentadas. O ensino de qualidade, em todos os níveis, com remuneração adequada de professores e pessoal auxiliar, é o principal instrumento para a ascensão social, pelo que deve figurar entre as prioridades nacionais.

Da Saúde

O Estado deve assegurar a todos os brasileiros, assim como a estrangeiros que se encontrem em território nacional, um eficiente e universal sistema público de saúde.

Da Moradia

Todo cidadão brasileiro deve ter acesso à propriedade privada e à moradia digna. O Estado deve garantir o acesso facilitado a linhas de crédito adequadas

para aquisição de casa própria, em especial nos segmentos de renda média e baixa.

Das Relações Internacionais

As controvérsias internacionais devem ser resolvidas de forma pacífica, o que implica repúdio à guerra como meio de solução de conflitos internacionais.

Da Defesa

Às Forças Armadas devem ser garantidos os meios para cumprir o seu papel de defensora da Nação, com digna remuneração de seus servidores e de adequado equipamento. O PRB defende um orçamento estável de Defesa, que inclua suficiente provisão para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e tecnológico, cujas conquistas possam ser revertidas em favor da indústria civil.

Da Religião

O PRB defende a liberdade de crença e a liberdade de culto. Ninguém deve ser preterido ou preferido em função de sua opção religiosa.

Fonte: site do PRB, em <<http://www.prb10.org.br/o-partido-republicano-brasileiro/programa/>>.

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

Número oficial da sigla partidária: 50

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 15/9/2005

Endereço na internet: <http://www.psol50.org.br/site/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Título I – Do Partido, Sede, Emblema, Objetivos e Filiação

(...)

Capítulo II – Dos Objetivos

(...)

Art. 4º – O Partido SOCIALISMO E LIBERDADE atuará em âmbito nacional, com estrita observância deste Estatuto, do seu Programa Partidário e da Legislação em vigor.

Art. 5º – O Partido SOCIALISMO E LIBERDADE desenvolverá ações com o objetivo de organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa, tal como está expressado no programa partidário.

Art. 6º – Coerente com o seu Programa, o Partido SOCIALISMO E LIBERDADE é solidário a todas as lutas dos trabalhadores do mundo que visem à construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, incluindo as lutas das minorias, nações e povos oprimidos.

(...)

Programa Partidário

Introdução

Este programa estabelece um ponto de partida para a construção de um projeto estratégico, capaz de dar conta das enormes demandas históricas e concretas dos trabalhadores e dos excluídos do nosso país.

Não se trata, portanto, da imposição de uma receita pré-estabelecida, hermélica, fechada, imune às mudanças na realidade objetiva e a experiência viva das lutas sociais do nosso povo. Pois definir seus balizadores iniciais de estratégia e de princípio não significa estabelecer qualquer restrição a constantes atualizações, para melhor compreender e representar as novas demandas populares.

Nessa perspectiva de caminhos novos para a discussão de um projeto socialista, a necessidade da construção de um partido de novo tipo se afirma de forma cada vez mais clara. É uma necessidade objetiva para aqueles que, nos últimos vinte anos, construíram uma concepção combativa de PT, e lhe deram a extraordinária possibilidade de abrir as portas para um Brasil sem miséria e sem exploração, mas que viram suas lutas, seus sonhos e expectativas traídas.

A ruptura com o PT começou pelos servidores federais, seguida de amplos setores intelectuais, de segmentos da juventude e de uma significativa parcela da população, fragmentada na rebeldia, mas localizada na quase totalidade de pesquisas de opinião realizadas.

Criou-se, assim, um novo e histórico momento para o país e para a esquerda socialista que mantém de pé as bandeiras históricas das classes trabalhadoras e oprimidas. Na medida em que o governo Lula acelera a rota para o precipício, abre-se um caminho para uma alternativa de esquerda consequente, socialista e democrática, com capacidade de atrair e influenciar setores de massas, e oferecer um canal positivo para os que acreditam em um outro Brasil.

Parte I – Bases do programa estratégico

1) Socialismo com democracia, como princípio estratégico na superação da ordem capitalista.

O sistema capitalista imperialista mundial está conduzindo a humanidade a uma crise global. A destruição da natureza, as guerras, a especulação financeira, o aumento da superexploração do trabalho e da miséria são suas consequências. Sob o atual sistema, o avanço da ciência e da técnica só conduz a uma mais acelerada concentração de riquezas. A agressiva busca do controle estratégico dos recursos energéticos do planeta está levando à própria devas-tação destes recursos. A lógica egoísta e destrutiva da produção, condicionada exclusivamente ao lucro, ameaça a existência de qualquer forma de vida.

Assim, a defesa do socialismo com liberdade e democracia deve ser enca-rada como uma perspectiva estratégica e de princípios. Não podemos prever as condições e circunstâncias que efetivarão uma ruptura sistêmica. Mas como militantes conscientes que querem resgatar a esperança de dias melhores, sus-tentamos que uma sociedade radicalmente diferente, somente pode ser cons-truída no estímulo à mobilização e auto-organização independente dos traba-lhadores e de todos os movimentos sociais.

O essencial é ter como permanente a ideia de que não se pode propor essa outra sociedade construída sem o controle dos próprios atores e sujeitos da au-toemancipação. Não há partido ou programa, por mais bem intencionado que seja, que os substituam. Uma alternativa global para o país deve ser construída via um intenso processo de acumulação de forças e somente pode ser conqui-stada com um enfrentamento revolucionário contra a ordem capitalista estabe-lecida. Nesta perspectiva é fundamental impulsionar, especialmente durante os processos de luta, o desenvolvimento de organismos de auto-organização da classe trabalhadora, verdadeiros organismos de contrapoder.

O desafio posto, portanto, é de refundar a ideia e a estratégia do socialismo no imaginário de milhões de homens e mulheres, reconstruindo a ideia elementar – mas desconstruída pelas experiências totalitárias dos regimes stalinistas e as capitulações à ordem no estilo da 3ª via socialdemocrata – de que o socialismo é indissociável da democracia e da liberdade, da mais ampla liberdade de expres-são e organização, da rejeição aos modelos de partido único. Enfim, de que um projeto de emancipação social dos explorados e oprimidos nas condições atuais é um verdadeiro projeto de emancipação da civilização humana, de defesa da vida diante das forças brutais de destruição acumuladas pelo capitalismo imperialista.

A defesa do socialismo, finalmente, não é apenas a defesa das reivindicações dos trabalhadores melhor organizados, mas a conseqüente busca de incorporação das reivindicações e lutas de todos os setores oprimidos. A luta pelo socialismo é também a luta contra todas as opressões, injustiças e barbáries cotidianas.

2) Não há soberania, nem uma verdadeira independência nacional, sem romper com a dominação imperialista.

O capital financeiro-imperialista não se limita à sangria do pagamento da dívida e dos ajustes impostos pelo FMI. Pretende impor, agora, com os acordos em negociação (caso concreto da ALCA), as condições para um aumento maior da exploração, com a resultante dilapidação dos nossos recursos naturais e energéticos. A Amazônia é um alvo concreto. O controle da sua biodiversidade, através das “leis de patentes”, e a devastação florestal em busca dos minérios, ou na lógica do agronegócio, são parte dessa ofensiva. Outro alvo das multinacionais são as bacias da Petrobras.

Um programa alternativo para o país tem que ter nas suas bases fundadoras o horizonte da ruptura com o imperialismo e suas formas de dominação. O Brasil precisa de uma verdadeira independência nacional. E ela só é possível com uma rejeição explícita à dominação imperial.

3) Rechaçar a conciliação de classes e apoiar as lutas dos trabalhadores.

Nossa base programática não pode deixar de se pautar num princípio: o resgate da independência política dos trabalhadores e excluídos. Não estamos formando um novo partido para estimular a conciliação de classes. Nossas alianças para construir um projeto alternativo têm que ser as que busquem soldar a unidade entre todos os setores do povo trabalhador – todos os trabalhadores, os que estão desempregados, com os movimentos populares, com os trabalhadores do campo, sem-terra, pequenos agricultores, com as classes médias urbanas, nas profissões liberais, na academia, nos setores formadores de opinião, cada vez mais dilapidadas pelo capital financeiro, como vimos recentemente no caso argentino. São estas alianças que vão permitir a construção da auto-organização independente e do poder alternativo popular, para além dos limites da ordem capitalista. Por isso, nosso partido rejeita os governos comuns com a classe dominante.

4) Reivindicações para a luta imediata e bandeiras históricas para além da ordem.

A defesa de melhores salários, o combate contra o desemprego e contra a corrupção, a luta pela reforma agrária, a luta por uma reforma tributária que taxe o grande capital, a luta pela reforma urbana são alguns exemplos de reformas verdadeiramente prementes, que devemos defender com a compreensão de que elas não se realizam plenamente nos parâmetros do sistema capitalista.

5) A defesa de um internacionalismo ativo.

São tempos de agressão militar indiscriminada do imperialismo. Os EUA se destacam como país agressor, que agora chefia a ocupação do Iraque, intervém na Colômbia, no Haiti, promove tentativas de golpes na Venezuela e apoia o terrorismo de Estado, de Israel contra os palestinos. A retomada do internacionalismo é objetivo do novo partido. Para além do nosso continente, temos que empenhar todo o esforço no apoio ao movimento antiglobalização, com seus fóruns sociais e suas mobilizações de massas iniciadas a partir de Seattle.

No caso das sistemáticas agressões, guerras de ocupação das grandes potências capitalistas, como no caso do Iraque, devemos levantar de forma inequívoca a autodeterminação dos povos e contra qualquer tipo de intervenção militar.

Parte II – Bases de análise e caracterizações

1) Aumenta a exploração do Brasil e da América Latina.

O caráter parasitário do sistema capitalista se faz mais evidente na atual fase da economia mundial. Somente uma parte do capital é mobilizado para adquirir matérias-primas, ampliação de recursos humanos e investimentos, renovação de equipamentos produtivos. Sua maior parte se destina a especular sobre o valor futuro da produção, utilizando-se dos mais variados instrumentos especulativos, seja o câmbio das moedas, a dívida pública, a sobrevalorização dos terrenos, as ações das empresas e dos mercados futuros e os investimentos em tecnologia.

O atual regime financeirizado exige um grau bastante elevado de liberalização e desregulamentação das economias nacionais. E, por conta de dívidas

externas nunca auditadas, impõe processos de privatização. Acordos como a ALCA e a propriedade intelectual também são fatores de aumento da exploração.

Por conta de benesses tributárias, tais como isenção de remessa de lucros e dividendos para suas matrizes, grandes corporações multinacionais já se apropriaram de mais da metade do capital de toda a indústria instalada no Brasil. Dominam diretamente 1/3 da indústria básica (petróleo, siderurgia, petroquímica, papel e celulose, agroindústria), mais de 80% da indústria difusora de tecnologia (aeronáutica, química fina, eletrônica) e metade de setores tradicionais da indústria nacional (bebidas, têxtil, alimentos, calçados). No setor de serviços aconteceu o mesmo, com a desnacionalização dos bancos, dos serviços de infraestrutura (como energia e telecomunicações) e até do comércio.

O mecanismo da dívida externa segue sendo fundamental neste processo de exploração e de domínio do imperialismo sobre o Brasil. Dos contratos de endividamento externo, disponíveis no Senado Federal, cerca de 92% deles têm cláusulas que permitem ao credor elevar as taxas de juros. Além disso, 49,5% dos contratos renunciam expressamente à soberania, indicando um foro estrangeiro para solucionar controvérsias. Por último, 38,36% dos documentos vinculam o recebimento do dinheiro à realização de programas do FMI ou do Banco Mundial, assim como 34,24% deles impedem o Brasil de controlar a saída de capitais.

2) A classe dominante brasileira é sócia da dominação imperialista.

A grande burguesia brasileira é sócia da dominação imperialista. Enquanto no Brasil mais de 50 milhões sofrem com a fome, apenas 5 mil famílias concentram um patrimônio equivalente a 46% da riqueza gerada por ano no país (PIB). Por sua vez os 50% mais pobres, isto é, 39 milhões de trabalhadores, detêm apenas 15% da renda nacional. Enquanto isso, os capitalistas brasileiros seguem especulando com os títulos brasileiros no exterior e mantêm bilhões de dólares nas suas contas nas ilhas Cayman, nas Bahamas, nas ilhas Virgens e em depósitos nos EUA. Registrado legalmente no Banco Central, no final de 2002, havia US\$ 72,3 bilhões de capitais investidos no exterior de residentes no Brasil. A ampla desnacionalização na indústria e no próprio sistema financeiro nacional – ocorrida nos anos 90 através de fusões e aquisições – foi aceita sem

resistência séria de setores da classe dominante nacional; sob a aplicação do modelo neoliberal ficou evidente a incapacidade da classe dominante brasileira e suas oligarquias setoriais e regionais de opor qualquer resistência séria à dominação do capital financeiro.

3) Governo Lula: guinada doutrinária a serviço do capital.

A vitória de Luis Inácio Lula da Silva foi uma rejeição do modelo neoliberal lançado no governo Collor, mas consolidado organicamente nos dois mandatos de FHC. Seus 52 milhões de votos eram a base consistente para uma nova trajetória governamental.

Seu governo, no entanto, foi a negação dessa expectativa. Depois de quatro disputas, Lula entregou-se aos antigos adversários, e voltou as costas às suas combativas bases sociais históricas. Transformou-se num agente na defesa dos interesses do grande capital financeiro. Na esteira dessa guinada ideológica do governo, o Partido dos Trabalhadores foi transformado em correia de transmissão das decisões da Esplanada dos ministérios.

Parte III – Um programa de ação, de reivindicações dos trabalhadores e do povo pobre e medidas democráticas, anticapitalistas e anti-imperialistas

Ainda que nos marcos de um programa provisório, uma primeira plataforma de ação deve ser capaz de sintetizar e concretizar, não um simples enunciado de palavras de ordem, mas a articulação das reivindicações dos trabalhadores e do povo com a necessária ruptura com o FMI, com a dívida externa e ALCA, bem como sua ligação à mudança do regime social e a conquista de um governo dos trabalhadores e das classes populares exploradas e oprimidas no capitalismo.

O caminho da luta, da mobilização direta, do apoio às greves pelas reivindicações é o caminho central por onde passa a defesa por melhores salários, o direito ao trabalho, à terra, e para enfrentar os ataques do imperialismo, dos capitalistas e seus governos. Por isso, estamos pela defesa e o apoio às lutas dos trabalhadores, desempregados, camelôs, sem-teto, sem-terra.

1) Redução imediata da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução dos salários. Progresso tecnológico a serviço da criação de postos de trabalho.

Mais de um milhão de trabalhadores perderam o emprego em 2003. A crise do desemprego foi transformada numa crise estrutural. É fundamental o combate contra a generalização das horas-extras e a redução da carga horária para 40 horas semanais, rumo à jornada de 36 horas.

Denunciamos também toda e qualquer tentativa de demissões e redução dos salários com o pretexto da falta de trabalho. Diante das reclamações da patronal acerca das suas dificuldades, defendemos que suas contas sejam abertas e o controle da produção se estabeleça.

Defendemos também a luta dos desempregados e dos trabalhadores da economia informal. Contra a repressão aos ambulantes e pela defesa das cooperativas dos trabalhadores.

2) Abaixo o arrocho nos salários. Reposição mensal da inflação. Recuperação efetiva do salário mínimo. Aumento real dos salários.

Como via de acesso a um incremento produtivo mantendo o mercado interno comprimido, os juros elevados e o ajuste fiscal garantido, o governo federal aposta todas as fichas nas exportações. Este tem sido o plano fundamental dos capitalistas no Brasil. Mas para que os capitalistas brasileiros exportem, competindo com outros burgueses, devem manter seus produtos baratos. Para isso, continuarão pagando salários de fome aos trabalhadores da cidade e do campo. É o que os grandes empresários consideram uma vantagem comparativa brasileira.

Sem recomposição dos salários, não há distribuição de renda efetiva. Defendemos a reposição mensal da inflação e aumentos reais para os salários. Defendemos que os salários sejam capazes de garantir o mínimo necessário para o trabalhador e sua família, tal como diz a Constituição. O controle sobre a produção das grandes empresas mostrará os lucros capitalistas e as possibilidades de aumentos.

3) Reforma agrária, essa luta é nossa. Terra para quem nela trabalha e quer trabalhar. Apoio ao MST, MTL, CPT e todas as lutas pelas reivindicações camponesas. Prisão para os latifundiários que armam suas milícias contra o povo.

Há 12 milhões de trabalhadores rurais sem-terra no Brasil. O esforço exportador da política do governo federal tem sido centrado no agronegócio, cópia do modelo FHC. Neste modelo exportador não há lugar para a reforma

agrária, para o assentamento digno do homem no campo. Cerca de 56% das terras brasileiras estão nas mãos de 3,5% dos proprietários rurais.

Para os pequenos agricultores, para agricultura familiar e para as cooperativas só há um lugar totalmente subordinado, não de uma política de estímulo e de crédito pesado para a produção ao mercado interno.

Em suma, para conseguir algum avanço, aos camponeses e trabalhadores rurais sem-terra o único caminho tem sido o da mobilização, das ocupações de terra, bloqueio de estradas, ocupação de prédios públicos.

Nestas lutas, porém, os trabalhadores têm contra si a impunidade dos latifundiários. Temos visto à luz do dia a ação das brigadas paramilitares dos latifundiários e a repressão aos sem-terra. Defendemos as ocupações e ações de luta dos sem-terra. porque somente dessa forma será possível garantir uma reforma agrária verdadeira. Somente com uma reforma agrária desta natureza se pode garantir a produção para o mercado interno e acumular poupança no campo. Mas para tanto não existe saída para o campo brasileiro sem a expropriação das grandes fazendas, sejam elas produtivas ou não.

O apoio com crédito, pesquisa tecnológica, preço justo, são da mesma forma peças fundamentais para uma política de autêntica reforma agrária.

4) Por uma ampla reforma urbana. Moradia digna com condições dignas para todos.

Milhões de famílias vivem em áreas de risco, não apenas devido a enchentes e desabamentos. Há milhões que estão no dia a dia vivendo em péssimas condições, sem acesso a água, sem saúde, com transporte precário e esgotos a céu aberto. Mesmo levando em conta a possibilidade de melhorias nestas sub-moradias, seriam necessárias mais de seis milhões e seiscentos mil moradias para combater o déficit habitacional do país.

Defendemos a mobilização dos sem-teto e dos movimentos populares por moradia. Somos a favor de uma ampla reforma urbana, que tenha na raiz o combate à vergonhosa especulação imobiliária.

5) Inverter radicalmente os gastos públicos para saúde, educação e infraestrutura.

O superávit fiscal do governo, que exclui o pagamento dos juros, foi o maior da história. Chegou a R\$ 66,12 bilhões, o equivalente a 4,3% do PIB, maior,

portanto, do que o acordado com o FMI, cuja meta era de 4,25% do PIB, ou seja, R\$ 65 bilhões. Esta economia de recursos visando o pagamento da dívida, foi a essência da política do governo para dar confiança aos “mercados”, isto é, aos bancos e detentores dos títulos públicos. Além disso, a DRU – Desvinculação de Receitas da União – desvia bilhões do orçamento constitucionalmente garantido para a educação e saúde, para engordar o superávit primário.

É preciso investir pesadamente em infraestrutura, nas estradas, cada vez mais abandonadas, em energia, num país onde tivemos o apagão por falta de investimentos.

No campo da saúde pública, é necessário alçar essa política à prioritária, de modo que os recursos para ela dirigidos sejam suficientes para atender as necessidades de saúde da população. Basta de hospitais para ricos e hospitais para pobres! É necessária uma medicina gratuita e eficiente para todos.

Os investimentos públicos devem ser pesados na educação em todos os níveis, garantindo a alfabetização de toda a população e acesso às universidades.

6) Ruptura com o FMI. Não ao pagamento da dívida externa. Não à ALCA. Auditoria da dívida externa e da dívida interna. Desmontagem e anulação da dívida interna com os bancos. Controle de câmbio e de capitais. Por um plano econômico alternativo.

Os trabalhadores brasileiros não podem mais seguir pagando por uma dívida que não contraíram e nem os beneficiou. Se incluirmos a dívida interna com os grandes bancos, os gastos do setor público somente com o pagamento dos juros da dívida atingiram ao fim do primeiro ano do governo Lula R\$ 145,2 bilhões, o que corresponde a 9,49% do PIB. Dois meses de pagamento dos juros equivalem ao gasto anual com o Sistema Único de Saúde. Dez dias de juros superam as verbas anuais do Programa Bolsa-Família. Uma montanha de recursos drenados para o cassino financeiro, superior inclusive a 2002, quando os juros pagos foram de R\$ 114 bilhões, ou 8,47% do PIB. Por sua vez, o endividamento externo se aprofunda e atinge hoje quase US\$ 220 bilhões de dólares.

É preciso romper essa lógica. Centralizar o câmbio e controlar a saída de capitais. É preciso dizer não ao FMI e ao acordo da ALCA – projeto de anexação do Brasil –, encabeçando um chamado pela constituição de uma frente dos

países devedores. Em relação à dívida interna é preciso fazer uma auditoragem da dívida, desmontar sua composição interna, anular a dívida com os bancos e preservar os pequenos e médios poupadores.

Assim, nosso programa resgata a decisão do tribunal da dívida externa realizado de 26 a 28 de abril de 1999, no Rio de Janeiro. Neste tribunal foi assumido um veredicto claro: a dívida externa brasileira, por ter sido constituída fora dos marcos legais nacionais, sem consulta ao povo e por ferir a soberania é injusta e insustentável, ética, jurídica e politicamente. Assumimos também o resultado do plebiscito realizado nos dias 2 a 7 de setembro de 2002, quando 94% de um total de mais de seis milhões de eleitores, sem campanhas na mídia e sem voto obrigatório, votaram soberanamente e definiram seu repúdio ao pagamento da dívida externa sem a realização prévia de uma auditoria pública. Um número também expressivo repudiou também o uso de grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores.

7) Abaixo as reformas reacionárias e neoliberais. Por reformas populares.

Desde Collor, FHC e agora Lula, os governos aplicam reformas (na verdade, contrarreformas), a serviço do Fundo Monetário e do Banco Mundial, como a reforma da Previdência que privatiza a Previdência pública, entregando-a aos banqueiros. Já aprovaram também, com o apoio do Congresso Nacional, a “Lei de Falências” que tem como prioridade a “garantia dos direitos dos credores”. Ou seja, o direito dos bancos em detrimento do direito dos trabalhadores.

A próxima é a reforma universitária, que vai aprofundar o sucateamento e a privatização branca das universidades públicas, conforme os interesses do Banco Mundial.

Finalmente, estão preparando a reforma sindical e trabalhista, com o claro objetivo de flexibilizar os poucos direitos ainda assegurados em lei, dando às cúpulas das centrais o poder de negociar tudo, à revelia da base.

Somos contras as reformas neoliberais. Somos a favor de reformas que sejam para melhorar a vida da maioria do povo, como a reforma agrária e a reforma urbana.

Temos a necessidade também de uma profunda reforma tributária, que inverta a atual lógica que faz os impostos pesarem fundamentalmente sobre o trabalho e o consumo, e não sobre a riqueza e a propriedade, fazendo com

que quem ganha menos pague proporcionalmente muito mais imposto do que quem ganha mais.

Defendemos a taxação das grandes fortunas, pesados impostos sobre os mais ricos e alívio da carga tributária sobre a classe média e os pobres.

Abaixo as privatizações. Estatização das empresas privatizadas. Expropriação dos grandes grupos monopólicos capitalistas.

No Brasil de FHC a captação de dólares foi garantida pelas privatizações. Embora estas tenham perdido fôlego, não foram definitivamente enterradas, como atesta a carta compromisso do governo Lula e do FMI para privatizar quatro bancos estaduais, concretizada já no caso do Banco do Estado do Maranhão, comprado em fevereiro pelo Bradesco.

O balanço das privatizações durante o governo FHC mostra que tratou-se de entrega de patrimônio. O resultado financeiro das privatizações foi o seguinte: arrecadação de R\$ 85,2 bilhões e gastos de 87,6 bilhões.

O governo brasileiro ficou sem as empresas e teve um prejuízo líquido de pelo menos R\$ 2,4 bilhões com a entrega do patrimônio público para grandes empresas privadas.

É preciso reverter este verdadeiro saque à Nação, começando pela reestatização das empresas privatizadas.

Mais do que isso, é preciso reorganizar o conjunto da vida econômica e social do país. Não é possível a produção ser destinada para o lucro em detrimento das necessidades da população. Uma minoria – latifundiários, especuladores, capitalistas e banqueiros – comanda o trabalho dos demais porque detém o controle dos meios de produção: os latifundiários controlam a terra; os capitalistas, os instrumentos de trabalho; os banqueiros, os recursos financeiros. Por isso, eles comandam a vida de todos os que, para trabalhar, precisam ter acesso a terra, instrumentos e recursos. Basta. A sociedade não pode organizar-se em torno do princípio da solidariedade e da igualdade produzir segundo as necessidades da população sem a expropriação desta minoria e o controle da sociedade sobre os grandes meios de produção e de crédito.

9) Confisco dos bens e prisão dos corruptos e sonegadores.

Há várias fontes de corrupção. As privatizações, a frouxidão no controle dos fluxos de capitais, facilitando e potencializando as remessas ilegais e a la-

vagem de dinheiro do crime. A não aprovação do financiamento público das campanhas eleitorais tem sido fator extra de relações de troca de favores entre os políticos que aceitam o financiamento privado das grandes empresas e seus financiadores. Temos também a corrupção no poder judiciário, político, policial. O governo do PT não tem mudado nada disso, como ficou evidente na operação abafa no caso Waldomiro-CPI dos bingos.

Defendemos a investigação e punição dos escândalos de sonegação e corrupção – CPIs e comissões independentes de investigação.

Os crimes do colarinho branco engrossam a lista da impunidade. Por isso não aceitamos os privilégios que FHC garantiu para si e para o qual teve o acordo do atual presidente Lula. Trata-se do Foro privilegiado para os presidentes da República não serem julgados depois de encerrados seus mandatos.

10) *Contras as burocracias sindicais. Democracia nos sindicatos e nos movimentos sociais.*

Autonomia e independência frente ao Estado, governo e patrões. Para impulsionar tanto as lutas imediatas quanto a construção de uma estratégia socialista, será fundamental combater as direções oportunistas que querem conciliar com a classe dominante e se submeter a seus interesses. Sempre vamos defender o princípio básico de que os trabalhadores devem confiar apenas na força da sua luta e organização independente. Os sindicatos viveram um longo processo de burocratização nos anos 90. Cresceram as burocracias sindicais – como a Força Sindical e a maioria da direção da CUT.

Nós defendemos a mais ampla unidade de ação com todos que queiram lutar pelas reivindicações e não aceitam o caminho da entrega de direitos da classe trabalhadora. Defendemos a luta coordenada entre sindicatos, associações de moradores, pela construção de movimentos e fóruns de luta comum por reivindicações concretas. Defendemos a democracia nos sindicatos e em todas as organizações dos trabalhadores, defendemos a autonomia e a completa independência das entidades dos trabalhadores do governo, do Estado e dos patrões.

11) *Democratização dos meios de comunicação.*

O chamado “quarto poder” não pode ser monopólio privado capitalista. Atualmente, as concessões de rádio e TV são feitas a políticos e empresários amigos dos donos do poder econômico e político. Temos conglomerados ca-

pitalistas controlando e manipulando a informação. Defendemos a democratização radical dos meios de comunicação, portanto o fim das concessões de rádios e TVs como estão sendo feitas atualmente. Com a comunidade cultural do país é preciso reorganizar os meios de comunicação; é preciso um novo sistema de comunicação no qual a comunidade cultural, os jornalistas, os educadores articulem com os movimentos sociais e o povo organizado uma efetiva participação e democratização da informação e acesso à cultura. Os movimentos sociais não podem ser marginalizados dos meios de comunicação. Defendemos as rádios comunitárias e sua legalização.

12) Contra a insegurança e pelo direito à vida.

O Estado brasileiro não garante o mais elementar direito à vida e à segurança. As instituições que segundo a Constituição e as leis servem para proteger o povo – a polícia, a justiça, o sistema penitenciário e o poder político – estão infestadas de máfias e corruptos. A corrupção policial é avalizada pelo poder judiciário que é protegido pelo poder político. É preciso dismantelar toda esta estrutura se queremos o mínimo de segurança. É fundamental a democratização das forças policiais e em particular do Exército, com o direito a livre organização política das tropas, com direito de as tropas elegerem seus próprios comandantes; com direito de promoção, sem limites para a baixa oficialidade. O novo partido elaborará uma plataforma específica sobre esta questão fundamental com a participação de todos os seus militantes deste setor e com os movimentos sociais dedicados ao assunto. Da mesma forma será elaborado o programa sobre os direitos humanos, partindo de alguns princípios: Contra a impunidade dos assassinatos que atingem os movimentos populares no campo e na cidade, bem como as populações pobres. Contra a tortura praticada sistematicamente nas dependências policiais. Contra a criminalização dos movimentos sociais. Pelo direito à verdade histórica e à abertura dos arquivos do Exército sobre a guerrilha do Araguaia.

13) Pela preservação do meio ambiente.

A construção de um ideário de superação do processo capitalista reúne hoje, além dos tradicionais pressupostos socialistas, um grande impulso ainda mais vital ligado à questão ecológica. Esse fator pode contribuir decisivamente na reorganização dos trabalhadores internacionalmente.

Tendo claro que as forças de destruição irracionais acumuladas pelo sistema ameaçam o conjunto da humanidade e da vida no planeta, de tal forma que a luta contra o capitalismo significa a luta em defesa da ecologia, do meio ambiente e da vida, o novo partido elaborará sua plataforma ecológica com a intervenção direta do movimento ecológico nos próximos meses.

14) Combate ao racismo e contra a opressão dos negros.

A escravidão terminou como modo de produção – embora vergonhosamente tenhamos ainda no Brasil ilegalmente algumas áreas de trabalho escravo –, mas o racismo continua e os negros e as negras são os mais explorados e discriminados dos trabalhadores e do povo. Recebem menores salários do que os brancos; são os mais pobres, com menor acesso à escola e possibilidades de emprego. Chamamos o combate sem tréguas ao racismo, a toda e qualquer discriminação e repressão. Denunciamos como vendedores de ilusão e como pretensos defensores da luta do movimento negro aqueles que defendem a possibilidade de integração e de igualdade racial no capitalismo brasileiro. O movimento negro do novo partido irá discutir o programa necessário para enfrentar de modo eficaz esta luta.

15) Em defesa dos direitos das mulheres. Pela emancipação das mulheres.

Além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo, que se reproduzem numa rígida divisão de trabalho e de papéis. As lutas feministas conquistaram muito nas últimas décadas. Há, entretanto, um longo caminho a percorrer na luta pela emancipação da mulher. A igualdade garantida em lei não se traduz na vida real. As mulheres vivem a dupla jornada de trabalho. São a maioria esmagadora nos subempregos e postos mais baixos na escala salarial e ainda recebem menos por trabalho igual ao dos homens. Defendemos o fim da discriminação sexual no trabalho, salário igual para função igual. Cada vez mais as mulheres assumem o posto de chefes de família, recaindo sempre sobre elas o cuidado com os filhos. As políticas públicas devem levar em conta esta realidade, priorizando, por exemplo, as mulheres nos programas habitacionais e de geração de emprego, bem como garantindo a existência de creches públicas nos locais de trabalho e estudo.

A violência é um dramático problema que atinge a população feminina. No trabalho são vítimas do assédio e abuso sexual, ameaçadas de perder o empre-

go se não cederem aos desejos de seus chefes. A cada minuto 3 mulheres são agredidas, 70% destas agressões ocorrem dentro de casa e a maioria das vítimas são mulheres pobres. Exigimos cadeia aos agressores, casas-abrigo para as mulheres vítimas da violência doméstica e punição ao assédio e ao abuso sexual. Nosso partido combate o machismo e a discriminação sexual, colocando-se na linha de frente da luta feminista. O movimento de mulheres do novo partido construirá ele mesmo o programa que impulse este combate.

16) A luta da juventude é, no presente, a luta pelo futuro.

A luta da juventude é decisiva. Há demandas claras do novo partido. Emprego para a juventude. Por uma escola pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade. Abaixo a repressão à juventude. Pelo direito à cultura e ao lazer. Os militantes jovens do novo partido já começaram a construir a juventude do partido e escreverão eles mesmos seu programa.

17) Em defesa das minorias nacionais.

O Brasil se formou na esteira do genocídio indígena. Uma formação, portanto, desde o início baseada na opressão da maioria dos seus habitantes. O genocídio, porém, não terminou com o índio brasileiro. Numa sociedade com socialismo e democracia também os povos indígenas poderão recuperar e desenvolver sua cultura, o que tem sido cada vez mais difícil no atual sistema. Atualmente, são mais de 370 mil pessoas indígenas, 210 etnias e 170 línguas faladas identificadas. A defesa das terras e da cultura indígena é uma bandeira permanente do nosso partido, bandeira impulsionada por outras nações e povos indígenas em toda a América Latina e que faz parte fundamental da luta pela autodeterminação nacional.

18) Em defesa dos aposentados e idosos!

Milhões de trabalhadores chegam à velhice sem direito à aposentadoria e, portanto, sem nenhuma garantia de renda que lhes permita viver dignamente. Isso é resultado da permanência – e hoje crescimento – da informalidade das relações de trabalho. É urgente garantir a todos, independentemente de sua capacidade contributiva, uma renda para o momento da velhice.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores que se aposentam, em sua grande maioria recebem aposentadorias baixíssimas, insuficientes para suas necessidades com saúde, moradia, alimentação. É preciso garantir condições dignas

de vida para estes trabalhadores que durante anos produziram a riqueza do país.

Corrigir as injustiças e lutar para que sejam revistos e anulados os ataques aos aposentados executados nas reformas previdenciárias é parte das nossas bandeiras. Rejeitamos também a desvinculação do reajuste do salário mínimo do reajuste das aposentadorias. Por uma aposentadoria digna para todos.

19) Pela livre expressão sexual.

A perseguição à livre expressão sexual é uma constante que se expressa no trabalho, em locais públicos, no lazer. A repressão policial é uma constante contra lésbicas, bissexuais, gays, travestis, transexuais. A luta pelo direito a livre orientação sexual é uma luta nossa.

As mobilizações de centenas de milhares de pessoas em todo o país durante as chamadas paradas gays, com algumas marchas chegando a quase um milhão de pessoas, mostra o claro avanço da luta pelos direitos civis. Contra toda e qualquer violência e preconceito contra a orientação sexual dos GLBTS. Pelo reconhecimento da união patrimonial de pessoas do mesmo sexo e suas decorrências legais! Com estes princípios defendidos por todo o partido, os movimentos dos GLBTS construirão também o programa partidário sobre o tema.

20) A importância das tarefas democrático-políticas e a defesa das liberdades democráticas.

Os ataques do grande capital imperialista financeiro, sua busca por enquadrar todo o continente em uma ofensiva econômico-militar e com consequências jurídico-políticas como a da ALCA, fazem com que a defesa das liberdades democráticas e da soberania política do país sejam fundamentais para os socialistas.

O sufrágio universal é uma conquista. Combatemos o oportunismo expresso na posição que apenas vê importância nas eleições, mas combatemos também o sectarismo que despreza a importância das mesmas. As eleições, portanto, podem ser utilizadas pelos socialistas para chegar no povo trabalhador e contribuir no avanço de sua consciência e politização.

Queremos uma verdadeira Constituinte, soberana, democrática, capaz de reorganizar o país, instituir mudanças que tornem possível garantir educação,

saúde, moradia, alimentação, trabalho e dignidade para todo o povo. Esta nova Constituição só pode ser resultado de um processo profundamente democrático, onde os constituintes não sejam eleitos sob o peso e a influência do poder econômico e da grande mídia. Tal bandeira não está colocada para a atual conjuntura, mas deve ser parte do programa de nosso partido conjuntamente com outras medidas democráticas.

Lutamos também por medidas democráticas radicais como a garantia de uma Câmara única com mandatos revogáveis. É importante igualmente se instituir e facilitar as decisões de temas nacionais relevantes por plebiscitos e referendos. Também o poder judiciário necessita de uma profunda reforma, mediante o fim da eleição dos juízes pelo presidente da República e a revogabilidade dos mandatos dos magistrados, com o recurso a participação popular nos julgamentos.

21) A luta da classe trabalhadora é internacional. Em defesa da solidariedade e da coordenação das lutas latino-americanas.

Defendemos a articulação política dos socialistas e internacionalistas de todos países, o apoio às lutas e a busca constante de uma coordenação das mesmas. Pela unidade dos trabalhadores e do povo da América Latina. Pela federação das Repúblicas da América Latina! Contra toda e qualquer intervenção imperialista na América Latina e no mundo, seja na Colômbia, na Venezuela, no Iraque ou na Palestina. Contra a vergonhosa intervenção do Brasil no Haiti, cumprindo o papel de tropas auxiliares dos Estados Unidos.

Consideramos decisiva a construção de uma frente de ação, política e social, que busque articular para a luta os movimentos e as forças sociais anti-imperialistas no nosso continente. Na luta contra o imperialismo estamos pela mais ampla unidade de ação com todas as forças que estejam dispostas a uma ação concreta contra o mesmo.

Fontes: site do PSOL, em <<http://www.psol50.org.br/site/paginas/39/estatuto>> e em <<http://www.psol50.org.br/site/paginas/2/programa>>.

PR – Partido da República

Número oficial da sigla partidária: 22

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 19/12/2006

Endereço na internet: <http://www.partidodarepublica.org.br/>

Programa Partidário

O Partido da República (PR), utilizando a Democracia como instrumento de ação, busca a realização do Bem Comum, em uma sociedade livre, pluralista e participativa.

Reafirmamos nossa crença na Pessoa livre, titular de direitos naturais e inalienáveis; na Sociedade, unidade orgânica e comunidade de homens; na Política, atividade voltada para a administração da sociedade, com vistas ao Bem Comum.

A PESSOA – Mais que nunca, a Pessoa deve ser valorizada. Uma visão ideológica do Estado e da Sociedade faz com que o Homem se fracione, esquecendo sua qualidade de ser concreto, a grandeza de sua origem e de sua missão pessoal.

As gigantescas concentrações de poder no mundo moderno alienam o Homem, que deixa de ser dono de seu próprio destino. Sobretudo quando o desenvolvimento das ciências facilita a administração do poder, estimulando a dominação e a desumanização.

Agravam-se os riscos dessa dominação e diminuem-se as potencialidades do ser livre, quando a sociedade moderna estimula a formação de uma consciência mítica do Estado onipotente. Aceitando-a, o homem se reduz a objeto e anula sua capacidade crítica.

O respeito aos valores naturais deve ser o único limite à liberdade individual. A consciência desses valores éticos insere o indivíduo em sua sociedade natural, histórica e humana, permitindo-lhe a plena realização das potencialidades.

Nesse plano, o Bem Comum estabelece limites para o exercício da liberdade individual.

O ESTADO – O Partido da República (PR) vê no Estado o garantidor dos direitos humanos, promotor e guardião do Bem Comum. O Estado institucionaliza o poder com exclusivo objetivo de promover o Bem Social. Só se justifica quando é instrumento para a eliminação de todas as formas de dominação entre os homens.

Embora reconheçamos a crise moral na etiologia dos conflitos que cabe ao Estado administrar e dirimir, entendemos que a injustiça já passou do âmbito das consciências para instalar-se nas próprias estruturas econômicas e sociais. Não basta, por isso, o simples apelo a valores éticos para que se corrijam tais injustiças, que, do ângulo societário do Estado, se caracterizam, sobretudo, pelas clamorosas desigualdades sociais. Cabe ao Estado, administrador do poder da sociedade, liderar processos revolucionários, sem o recurso da violência desumana, para que se eliminem as formas de dominação entre os homens e as injustas desigualdades sociais.

A pobreza e injustiça social representam a irresponsabilidade coletiva da sociedade e caracterizam o erro do Estado, que deve entender o Homem como a razão e a finalidade de todas as instituições.

A POLÍTICA – O Partido entende a Política como atividade essencialmente ética, que busca a formação de estruturas de poder e de governo, livres e democráticos. Respeitando o pluralismo, os direitos e deveres participativos do homem, a Política é um instrumento permanente de luta pelo Bem Comum e pela liberdade individual. Por isso, esta luta passa necessariamente pelo esforço para a desintegração das ideologias.

A Política não deve apenas buscar o necessário e o oportuno, o pragmático e o utilitário. A sua teleologia ética deve impeli-la para o reconhecimento dos valores dos homens, e para o estabelecimento de melhores relações entre eles. Nesse sentido, Política é Humanismo.

Tais princípios desdobram-se nos seguintes pontos programáticos:

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA – O Partido da República (PR) defende eleições diretas para a chefia do Executivo, em todos os níveis. O sufrágio é livre e secreto, devendo a lei propiciar a todos os candidatos a possibilidade de comunicação de suas ideias, observadas as disposições partidárias. A lei deve

punir severamente o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais, e a fraude nas apurações.

A FEDERAÇÃO – A autonomia dos Estados, no plano político e econômico, deve ser assegurada, sendo fundamentais reformas tributárias, que reduzam gradualmente a concentração de rendas da União.

O Partido da República (PR) defende a consulta popular para qualquer alteração na divisão administrativa do país.

A lei federal utilizando, sobretudo, uma política de incentivos coerente, deve propiciar a redução das injustas desigualdades regionais, privilegiando o Nordeste e o Norte do país.

O EQUILÍBRIO DOS PODERES – Enquanto mantido o regime presidencialista, a Lei deve cuidar para que se estabeleça o correto equilíbrio entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Todos os acordos e tratados internacionais devem ser submetidos ao Poder Legislativo, ressalvados aqueles referentes aos direitos humanos que devem ser de imediato recepcionados pela Constituição. O Legislativo deve examinar e aprovar todos os orçamentos, inclusive o monetário. A inviolabilidade da tribuna parlamentar deve ser assegurada, sem que aí se inclua o direito à impunidade, nos casos de crime comum.

Ao Poder Judiciário devem ser asseguradas prerrogativas e garantias que lhe permitam o julgamento sereno e livre de pressões.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – O Partido da República (PR) acredita ser o desenvolvimento econômico o instrumento para o maior desenvolvimento social e para que se chegue à melhor qualidade de vida para o povo brasileiro.

O enriquecimento não deve ter como objetivo o acúmulo de riqueza ou poder pelo Estado, mas sim o fortalecimento econômico do cidadão, para que possa viver com mais dignidade e conforto. De nada adiantam grandes hidrelétricas, redes rodoviárias ou de comunicação, se a maioria da nação não pode pagar a luz, dispor de automóveis ou usar o telefone.

A política econômica de uma nação solidária não deve ser como a de um empório que visa a propiciar lucros no final de um exercício; ela se destina a dar a todos os homens, de forma bem distribuída, melhores condições de vida.

Dentro desse espírito, o Partido da República (PR) apoiará as medidas que visem ao crescimento econômico integrado, ao aumento do mercado de trabalho, à redução da dependência do exterior, à ampliação do mercado interno, à correção das injustas desigualdades sociais e regionais.

A recessão econômica é sempre insuportável.

A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA – A atividade econômica deve ser desenvolvida pela empresa privada e livre, admitindo-se a intervenção do Estado:

- para a defesa do Bem Comum e proteção do trabalhador;
- para dirimir conflitos;
- para impedir a formação de monopólios e oligopólios;
- para a defesa da empresa nacional;
- para a produção de bens e serviços indispensáveis, que caracterizam deveres do Estado, como os necessários para o equipamento urbano (água, luz, energia, transporte, etc.) ou que tenham relevante significação estratégica para a soberania ou segurança do país.

A empresa pública, sempre suplementar, não deve buscar lucros contábeis, mas atuar em busca da promoção social, sobretudo em áreas e setores carentes.

PROPRIEDADE E REFORMA AGRÁRIA – O Partido da República (PR) considera o direito à propriedade como natural, inalienável e anterior à lei positiva.

A propriedade justifica-se, sobretudo, como instrumento para que se assegure a liberdade. Não se pode, por isso, transformar em arma ou pretexto para o exercício do egoísmo e da opressão.

O Estado tem o dever de impedir o abuso do direito de propriedade quando ela se torna instrumento de dominação ou fonte de injustiças. Por ser um direito natural, todos são seus titulares, e deve ser estendido aos brasileiros sem terra e à população urbana carente e de média e baixa renda.

A legislação tributária deve desestimular e penalizar o latifúndio improdutivo e a concentração de imóveis urbanos ociosos.

Paralelamente à distribuição de terras, a Reforma Agrária deve propiciar aos pequenos proprietários os benefícios do equipamento rural, da educação, do financiamento e da assistência técnica, facilitando sua organização de forma cooperativa.

O estímulo ao cooperativismo, além de propiciar melhores condições para a produção, pode auxiliar o produtor a libertar-se da ação de intermediários ou especuladores.

EMPRESA NACIONAL E CAPITAL ESTRANGEIRO – A legislação deve estimular e proteger a empresa nacional.

O Partido da República (PR) reconhece a realidade de uma economia internacional interdependente, que busca maior produtividade, logo melhor remuneração de trabalho. Para que o trabalhador brasileiro participe desses benefícios, são indispensáveis, entretanto, medidas de proteção à empresa brasileira que não tenha ainda chegado ao nível da competição internacional.

É bem-vinda a participação do capital externo para a formação da riqueza nacional, em áreas e setores que não afetem a segurança do país.

A legislação que ordena as atividades do capital estrangeiro deve ser, sobretudo, estável, assegurando-lhe a justa remuneração, impedindo abusos, disciplinando remessas de lucros e o pagamento de “royalties”, impedindo “dumpings”. Deve ser exigida a transferência sempre atualizada de sua tecnologia. As empresas estrangeiras, sobretudo as supranacionais, devem ser severamente impedidas de qualquer ingerência na vida política do país.

A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA – A pequena e média empresa devem ser estimuladas com privilégios de natureza fiscal, financeira e creditícia.

Entendida como um freio à desumanização e à indevida concentração de poder, a pequena empresa deve ser protegida, sobretudo contra a ação dos conglomerados e das supranacionais.

PARTICIPAÇÃO DOS LUCROS E COGESTÃO – A efetiva participação do trabalhador no lucro e na gestão da empresa é fundamental para a democratização da sociedade: a empresa deve ser entendida como uma comunidade prestadora de serviços e não como um palco de luta entre o capital e o trabalho.

A recusa da luta de classes não pode ser confundida com conformismo diante da atual prevalência dos interesses do capital.

A DÍVIDA PÚBLICA – As grandes cifras da dívida brasileira são consequência de processos acumulados de espoliação, dominação e incompetência. Seu agigantamento beneficiou os grandes banqueiros que, às nossas custas, se acostumaram a fazer com que dinheiro gerasse dinheiro, cobrando taxas abusivas e humilhantes.

Apesar desses vícios, o Brasil deve honrar os compromissos legalmente assumidos, exigindo condições e prazos que não sacrifiquem o povo, tornando-o escravo dos especuladores internacionais.

Por outro lado, o ritmo de pagamentos não deve comprometer a taxa de poupança interna, indispensável para o desenvolvimento do país e fundamental para a sua libertação do jugo internacional.

As empresas transnacionais, também responsáveis pelo alto nível do endividamento, devem assumir a sua parcela na solução do problema.

O Partido da República (PR) defende ainda o maior entendimento entre os países devedores, sobretudo da América Latina, para a negociação do seu débito.

Ocupação do Solo Urbano – A urbanização é fenômeno universal e inevitável, consequente da industrialização e da mecanização do campo. Não cabe ao Estado tentar impedi-la, mas sim administrá-la, ordenando o crescimento das cidades.

No acompanhamento do processo de urbanização, o Estado deve esforçar-se, com um planejamento democrático, para que a expansão da cidade se faça racionalmente, sempre que possível dentro de padrões aceitos de densidade demográfica.

A explosão demográfica desordenada impossibilita a criação, concomitante ao crescimento, da indispensável infraestrutura urbana. O Estado deve desestimular tal processo e facilitar outros que conduzam à melhor distribuição demográfica, em áreas já superpopulacionadas, sempre ouvidas as comunidades interessadas. E entre estes, devem ser considerados prioritariamente investimentos racionais na infraestrutura e no equipamento de regiões menos povoadas, estímulo ao transporte urbano gratuito e rápido, integração de conjuntos habitacionais com fábricas e empresas geradoras de trabalho e com centros de lazer.

A legislação sobre ocupação do solo urbano, no caso das grandes metrópoles, deve ser desenvolvida dentro da perspectiva da região metropolitana. A legislação federal poderá justificar-se quando se conflitam poderosos interesses imobiliários em pequenas comunidades, com reduzida capacidade de defesa contra o abuso do poder econômico.

TRANSPORTE URBANO – Todos devem ter assegurado o direito de livre locomoção em sua comunidade. Com o agigantamento das cidades, o transporte urbano passou a ser uma extensão das pernas por ser instrumento indispensável

para essa locomoção. Deve, por isso, ser entendido como um dos serviços comuns e fundamentais (tal como água, luz, saneamento, etc.) que cabe ao Estado prestar.

As vias públicas e a sua conservação, são pagos com dinheiro de impostos arrecadados de toda a população, inclusive carente. Os que utilizam transporte individual são os maiores beneficiários desse equipamento, e os que mais o ocupam.

O Partido da República (PR) defende a criação do sistema gratuito de transporte urbano, sendo financiados por taxas ou impostos distribuídos socialmente por toda a população.

Paralelamente, a iniciativa privada poderá criar sistema para os que preferirem, às suas expensas, utilizar seus serviços.

TURISMO – Por seus recursos naturais e pela infraestrutura disponível, o Brasil está preparado para um forte desenvolvimento da indústria do turismo.

O turismo deve ser considerado como produto de exportação, recebendo do Estado estímulo e subsídios. Se o turismo externo deve ser reconhecido como fator fundamental para a aproximação dos povos e de suas culturas, o turismo interno deve ser também compreendido como poderoso instrumento de integração nacional.

Ao Estado cabe estimular agentes de viagem, transportadores e hoteleiros, por intermédio da legislação fiscal e pelo apoio financeiro e logístico às suas atividades.

As áreas prioritárias de turismo devem merecer especial atenção das autoridades responsáveis pela segurança pública.

INFORMÁTICA – O Partido da República (PR) defende que a Política de Informática deve permitir a todo cidadão acesso a dados e informações a ele referentes, manipulados por terceiros, inclusive pelo Estado.

A Política Nacional de Informática deve estar atenta para que se evitem os riscos do desemprego e para que a nova ciência não se transforme em instrumento de opressão, desumanização e concentração de poder.

DEFESA DO CONSUMIDOR – O Estado deve estimular associações de defesa do consumidor. A legislação deve punir com severidade os abusos do comércio, indústria ou prestadores de serviços, assim como a corrupção de órgãos fiscalizadores.

SALÁRIO FAMILIAR JUSTO – O Partido da República (PR) defende o salário justo que represente a efetiva participação do trabalhador na formação

da riqueza nacional. O salário justo não é aquele que apenas cobre as necessidades fundamentais dos trabalhadores. Além de permitir à família moradia, alimentação, saúde, educação, lazer e formação de poupança, ele deve traduzir o correspondente à sua participação na formação da riqueza. Os salários indiretos não devem ser aceitos como pretexto para menor remuneração, já que retiram do trabalhador o direito de dispor livremente do resultado de seu esforço. Só atingiremos o objetivo do salário justo com profundas reformas estruturais que equilibrem a prioridade até agora dada à remuneração do capital.

Na sociedade ocidental a luta pelo salário justo passará necessariamente pelo esforço por melhores índices de produtividade. A responsabilidade pelo aumento da produtividade é também do trabalhador, mas reflete, sobretudo, a maior capacidade de organização da empresa.

SINDICATO E DIREITO DE GREVE – O sindicato deve ser livre de pressões e da influência do Estado. A legislação deve ser radicalmente alterada para que assegure autonomia ao sindicato brasileiro.

O reconhecimento do processo de espoliação a que foi submetido o trabalhador brasileiro obriga o Partido à defesa dos sindicatos únicos, nesta fase de nosso desenvolvimento, para que não se enfraqueça a capacidade de reivindicação das diferentes categorias. Reconhecemos, entretanto, o ideal da pluralidade sindical, corolário da liberdade de associação.

A greve é direito legítimo e deve ser assegurado a todas as categorias de trabalhadores. Deve ser entendida como último recurso do trabalhador, só se justificando após terem sido esgotadas as tentativas de entendimento e conciliação. Sendo instrumento de conquista do Trabalho, não deve ter por objetivo conquistas políticas, que, em uma sociedade democrática e partidária, são atingidas por outros instrumentos.

PREVIDÊNCIA SOCIAL – O aposentado deve receber proventos iguais aos que perceberia se estivesse em atividade, inclusive os reajustes correspondentes, não necessitando exercer outra atividade remunerada.

Aos pensionistas devem ser asseguradas pensões condignas e que lhes permitam a manutenção de seu padrão de vida. A Lei deve prever isenções de impostos sobre imóveis herdados, no caso de famílias que tenham tido reduzida a sua renda familiar, após a morte de seu chefe.

Ressalvados os direitos adquiridos, o Partido da República (PR) reconhece a necessidade do estabelecimento de idades mínimas para aposentadoria, como condição para que se assegure ao aposentado a manutenção de seu salário real.

FUNCIONALISMO PÚBLICO – O Partido da República (PR) considera o concurso público como única forma de acesso a cargos na administração pública direta ou indireta, em qualquer nível. Excetuam-se os cargos em confiança, que devem ser temporários, raros e perfeitamente justificados.

A alta dignidade da função pública pressupõe estabilidade, salários condignos, o reconhecimento do mérito para a promoção, garantias contra pressões políticas e a segurança de proventos justos na inatividade.

FORÇAS ARMADAS – Subordinadas ao poder civil, as Forças Armadas têm no Presidente da República, Chefe do Estado democrático, o seu comandante-em-chefe.

Devem ser permanentemente adestradas e modernizadas, em seu equipamento e em sua organização, para que cumpram o seu papel de garantia da soberania nacional e das instituições.

Os salários dos militares devem levar em conta as suas altas responsabilidades, a vida árdua a que são submetidos, com viagens constantes e transferências do servidor e de sua família.

O direito de votar e ser votado deve ser assegurado aos militares, em qualquer nível, como a todos os cidadãos.

EDUCAÇÃO – A família tem o direito e o dever da educação de seus filhos, sendo o Estado suplementador e auxiliar.

O acesso à escola de 1º e 2º graus é direito de todo cidadão. O direito à escola de 3º grau deve ser assegurado a todos que revelem vocação e aptidão para a vida universitária.

O Partido da República (PR) acredita que a democratização da Educação não se atinge com o mero acesso à escola. É fundamental que a escola seja eficiente, transmitindo informações e estimulando a capacidade crítica do cidadão.

Ao magistério devem ser asseguradas liberdade de cátedra, remuneração justa, estabilidade, promoções e aposentadoria especial.

A má qualidade do ensino brasileiro já criou um ciclo vicioso que faz com que a escola, mal equipada, tenha preparado muitos professores que precisam ser reciclados para que melhor cumpram a sua missão. Os cursos de reciclagem devem preocupar-se, sobretudo, com o conteúdo das matérias.

O estímulo ao pré-escolar, principalmente em áreas carentes, é prioritário.

CENSURA – A liberdade de criação e de invenção intelectual é um direito natural, estando implícito o direito à transmissão, comunicação e consumo desta produção.

A liberdade exercita-se na crítica permanente, cabendo ao Estado, sem ingerências ou paternalismo, estimular as situações de diálogo na sociedade.

A censura política é inadmissível, sob qualquer pretexto.

Não cabe ao Estado impedir a circulação de ideias pela imprensa, pelo livro, por artes plásticas, pelo teatro ou cinema. No caso do teatro ou cinema, justificam-se exclusivamente limitações à frequência de menores desacompanhados de seus pais, estabelecidas por educadores. Ao adulto deve ser assegurado o direito de consumir livremente o produto cultural que lhe agrada, não devendo o Estado exercer a crítica ou tornar-se guardião de usos ou preconceitos socialmente impostos. Tal posição anticrítica o tornaria instrumento fossilizador e inibidor do debate criativo.

A censura moral pode justificar-se na televisão ou no rádio, preferentemente exercida por instituições comunitárias. Nestes casos, o direito à livre expressão pode conflitar-se com o direito natural da família à educação de seus filhos, dentro de padrões éticos.

A liberdade de expressão implica a de organização, mobilização e conscientização das forças sociais.

ESPORTE – A prática de esportes deve ser estimulada pelo Poder Público, em todos os níveis.

O esporte de massa e a prática esportiva comunitária, além de constituírem fator de lazer, propiciam o conagraçamento entre as pessoas e são importante fator para a melhor saúde pública.

SAÚDE – O Partido da República (PR) considera dever do Estado propiciar aos brasileiros carentes de assistência médica, inclusive odontológica, independentemente de contribuições previdenciárias. Quem assumiu responsabilidades para com a Nação Brasileira foi o Estado, não o INSS.

Os recursos para despesas públicas com Saúde devem ser obtidos de impostos e não pela arrecadação de taxas.

Uma criança mal alimentada está irremediavelmente incapacitada para o pleno desenvolvimento intelectual. Não existe esforço pela democratização do país, quando a milhões de brasileiros são negadas as condições mínimas de vida. São, por isso, prioritários os programas de alimentação de gestantes e crianças carentes.

A FAMÍLIA – O Estado deve reconhecer a família como célula básica da sociedade. A lei deve protegê-la, reconhecendo o direito à educação livre.

VIOLÊNCIA URBANA – O aumento da violência e da criminalidade urbanas têm como uma de suas causas primárias a injustiça social, em um país que não proporciona a todos oportunidades de educação, saúde, trabalho e promoção social. O trabalho mal remunerado ou escravo, gerador de desesperança e revolta, é uma das causas fundamentais da violência urbana.

Enquanto se busca a solução para problemas dessa natureza, não pode o Estado, entretanto, negligenciar seus deveres fundamentais de assegurar proteção ao cidadão, à sua vida e ao seu patrimônio.

A lei e a sua aplicação pela justiça, devem ser severas, sobretudo quando penalizam traficantes de tóxicos ou de drogas. A leniência em tais situações seria injusta para com as vítimas de seus crimes e um estímulo a agressões a cidadãos que têm direito à proteção do Estado. O esforço policial, exercido nos limites da lei, deve ser prestigiado.

MEIO AMBIENTE – O Partido da República (PR) defende a necessidade da defesa intransigente do meio e do patrimônio natural do país, com vistas à maior integração e harmonia entre o homem e seu ecossistema.

O patrimônio cultural, a memória nacional, deve ser preservado, sendo prestigiados os órgãos responsáveis pelos necessários tombamentos.

As associações e instituições que se propõem a esta defesa devem ser estimuladas pelo Estado.

MINORIAS – O Partido da República (PR) defende o direito das minorias étnicas, sociais e religiosas, de plena participação na vida social.

A legislação deve propiciar proteção e benefícios aos negros, como forma de correção de injustiças acumuladas ao longo do tempo, pela discriminação

que sofreram. O patrimônio da cultura negra deve ser preservado e respeitado.

Aos índios deve ser assegurada a proteção do Estado e o respeito a seus direitos e tradições, sem que lhes seja negado o acesso aos benefícios da sociedade brasileira.

A MULHER – O Partido da República (PR) defende as alterações legislativas necessárias para que se assegure à mulher rigorosa igualdade de direitos na sociedade.

A mãe solteira e seus filhos devem merecer o respeito e a proteção do Estado.

A legislação deve obrigar e estimular a abertura de creches nos locais de trabalho e em grandes aglomerações sociais.

TERCEIRA IDADE – O idoso tem o direito ao respeito público. Deve ser estimulada a sua maior participação nas atividades sociais.

Aos aposentados devem ser assegurados pagamentos condignos e permanentemente reajustados.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS – O Partido da República (PR) defende os princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção. Não reconhece a liderança automática de qualquer das superpotências, e condena sua ação imperialista e suas tentativas de ingerência na política interna de outros Estados.

O Brasil deve defender a maior integração da América Latina, buscando o fortalecimento dos pactos regionais, a redução dos desníveis democráticos, e a criação de uma comunidade continental. O Brasil deve manter relações diplomáticas e comerciais com todos os países que as queiram estabelecer, independentemente de seus regimes de governo, e nos termos das convenções internacionais.

A defesa da paz e a intensificação do diálogo Norte-Sul, em busca da melhor distribuição do poder e da riqueza mundial, devem ser preocupações permanentes do Brasil.

Deferido em 19 de dezembro de 2006.

Resolução TSE nº 22.504, publicada no Diário de Justiça de 12.2.2007.

Fonte: site do PR, em <<http://www.partidodarepublica.org.br/partido/doutrina.html>>.

PSD – Partido Social Democrático

Número oficial da sigla partidária: 55

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 27/9/2011

Endereço na internet: <http://www.psd.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

O Partido e seus Objetivos

(...)

Art. 2º – O Partido Social Democrático constitui-se como instrumento de realização do processo político fiel ao princípio democrático, ao regime republicano em sua forma federativa, para defender um Brasil mais forte, desenvolvimentista, com uma economia dinâmica, moderna, competitiva e sustentável; um Brasil mais justo, no qual todos os brasileiros sejam, de fato, iguais perante a lei; um Brasil equânime pela inclusão social e um Brasil mais solidário, com mais oportunidades para todos.

Parágrafo único – Em sua atuação no processo político o Partido Social Democrático terá como objetivo a busca do poder político pela via democrática como meio de aplicar e propagar o seu ideário.

(...)

Programa Partidário

O Partido Social Democrático constitui-se como instrumento de realização do processo político fiel ao princípio democrático, ao regime republicano em sua forma federativa, para defender um Brasil mais forte, desenvolvimentista, com uma economia dinâmica, moderna, competitiva e sustentável; um Brasil

mais justo, no qual todos os brasileiros sejam, de fato, iguais perante a lei; um Brasil equânime pela inclusão social e um Brasil mais solidário, com mais oportunidades para todos.

Em sua atuação no processo político o Partido Social Democrático terá como objetivo a busca do poder político pela via democrática como meio de aplicar e propagar o seu ideário.

O Partido Social Democrático nasce como alternativa no cenário político nacional, assentando-se nos seguintes princípios doutrinários fundamentais: a noção de que os homens não são meios, mas fins em si mesmos; a defesa intransigente das liberdades civis, seja no plano individual, seja no plano coletivo; o respeito às instituições políticas que asseguram o necessário equilíbrio de poder; a crença nos valores republicanos, no Estado democrático e numa visão pluralista da organização política; o reconhecimento da história de lutas do povo brasileiro no sentido de sua independência e plena autonomia política e econômica; a crença na construção de uma ordem política, social e econômica centrada na justiça social, na igualdade de direitos e deveres e na democratização das relações de trabalho e da produção material. A partir desses princípios doutrinários fundamentais, o PSD se propõe a praticar uma série de atividades visando a consecução de seus objetivos programáticos, quais sejam:

I – conduzir a Nação à conquista da plena soberania nacional, principalmente política e econômica;

II – democratizar o Estado através de mecanismos que garantam a participação da sociedade civil organizada na formulação, execução e fiscalização das políticas públicas;

III – lutar pela formulação de políticas públicas inclusivas e que resultem da mais ampla discussão e elaboração dos setores interessados;

IV – defender o patrimônio histórico e intelectual da nação;

V – estimular a ampla associação de cidadãos livres, visando à criação de novas formas e sistema de produção, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável;

VI – estimular o desenvolvimento de valores morais e comportamentos culturais que contribuam para acelerar a abolição dos antagonismos de classes e da exploração entre classes e segmentos sociais, bem como de todas as for-

mas que justifiquem ideologicamente a discriminação e a marginalização de indivíduos e grupos sociais;

VII – combater toda forma de discriminação, assim como todo e qualquer privilégio que favoreça o antagonismo de classes, camadas e/ou grupos sociais e corporativos;

VIII – recusar os preconceitos de gênero seja no âmbito material, social, político, ideológico e/ou sexual, estimulando políticas participativas para as mulheres em todos os planos da vida nacional.

O objetivo final do Partido Social Democrático é a construção de uma sociedade justa e fraterna, inspirada nos nossos ideais, pondo fim à desigualdade social e política. Para tanto, formula as seguintes diretrizes gerais:

a) propagar as formulações consubstanciadas em seu Manifesto e Programa, decisões de Congressos e direções, usando todos os meios democráticos para sua concretização;

b) contribuir para a unidade das forças políticas partidárias, sociais e democráticas, visando à consolidação da democracia pluralista e a participação de todos os cidadãos nas riquezas materiais e culturais produzidas pela sociedade;

c) conquistar o poder político por meio do voto livre e das lutas democráticas da sociedade organizada para a concretização do processo de mudanças;

d) buscar o intercâmbio, a integração e a cooperação com os demais partidos, instituições e movimentos nacionais e internacionais que lutem por objetivos semelhantes.

O PSD nasce para defender seus compromissos com a Nação e ajudar a construir um Brasil mais forte, mais justo, igualitário e solidário para todos.

O Programa será revisto e aprimorado pela comissão que será criada para rever o Estatuto, após o registro no TSE (artigo 95, parágrafo único do Estatuto).

Brasília, 13 de abril de 2011.

Fonte: site do PSD, em <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-psd>>.

PPL – Partido Pátria Livre

Número oficial da sigla partidária: 54

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 4/10/2011

Endereço na internet: <http://partidopatrialivre.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Capítulo I – Do Partido, sede e princípios básicos

(...)

Artigo 2º O Partido Pátria Livre tem por objetivo central a constituição da mais ampla frente nacional, democrática e popular para completar a independência do Brasil, a ser alcançada com a crescente participação democrática e pluralista do povo brasileiro no processo político, de modo a que a riqueza nacional esteja cada vez mais a serviço do bem-estar dos trabalhadores e dos interesses do nosso desenvolvimento.

Artigo 3º O Partido Pátria Livre se orienta pelos princípios e pela teoria do socialismo científico. Ele forma os seus filiados no espírito da independência, da soberania, do coletivismo e da solidariedade internacional entre os trabalhadores e os povos de todos os países.

Artigo 4º O Partido Pátria Livre tem compromisso integral:

- a) com o direito dos trabalhadores a um emprego digno e a um salário justo;
- b) com a crescente democratização do Estado brasileiro, aberto cada vez mais à participação do povo;
- c) com uma educação pública integral, massiva e de boa qualidade, que supere a discriminação social e racial hoje existente, e prepare os brasileiros para o salto de desenvolvimento que precisamos;
- d) com uma saúde pública universal e de qualidade, que derrote as mazelas do subfinanciamento e as dificuldades de gestão hoje existentes;

e) com a defesa da cultura nacional e dos direitos dos criadores sobre suas obras;

f) com a luta da mulher, do afrobrasileiro, do índio, dos jovens, dos idosos e das pessoas com deficiência, contra qualquer forma de discriminação;

g) com a liberdade religiosa e o estado laico;

h) com o fortalecimento da unidade nacional e o fim das desigualdades regionais.

(...)

Programa Partidário

Pontos básicos do Programa para o Brasil

1. Retomar o crescimento econômico, com base na ampliação do investimento público e expansão do mercado interno – redução dos juros, aumentos reais de salários e aposentadorias, mais empregos.

2. Priorizar as empresas genuinamente nacionais (privadas e estatais) nos financiamentos – especialmente os do BNDES – e nas encomendas do Estado.

3. Transformar o pré-sal num grande fator de desenvolvimento econômico, priorizando a Petrobras – na exploração e produção do petróleo ali contido – e os fornecedores genuinamente nacionais de equipamentos e insumos para essa atividade. Multiplicar o número de refinarias, expandir a indústria petroquímica.

4. Ampliar a infraestrutura – estradas, ferrovias, aeroportos, portos e energia – principalmente através do setor público, cuja gestão em áreas e empreendimentos estratégicos é mais apropriada à satisfação dos interesses coletivos.

5. Desenvolver a ciência, a engenharia nacional e os setores de tecnologia de ponta vitais para a nossa independência – especialmente a microeletrônica, informática, telecomunicações, engenharia genética, energia nuclear, engenharia aeroespacial, materiais estratégicos e a indústria da defesa. Retomar o projeto de reativação da Telebrás para a universalização da banda larga.

6. Participação do Estado no fomento e principalmente na difusão das realizações dotadas de excelência e relevância para o desenvolvimento da cultura nacional.

7. Educação e Saúde: pública, gratuita e de qualidade para todos.

8. Transporte de qualidade, a preços populares.

9. Reforma Agrária.

Em segundo lugar, proponho que o Congresso aprove a continuidade e o aprofundamento dessa discussão com o PSB, bem como a sua extensão a outros partidos interessados no mesmo objetivo.

Concentremo-nos na definição da política nacional. É para isso que o Brasil necessita do PPL. E essa é a razão principal da nossa existência. Agindo assim, vamos ganhar tempo para definir com precisão as políticas nos Estados.

(...)

Fontes: site do PPL, em <<http://partidopatrialivre.org.br/Documentos/Estatuto.htm>> e em <<http://partidopatrialivre.org.br>>.

PEN – Partido Ecológico Nacional

Número oficial da sigla partidária: 51

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 19/6/2012

Endereço na internet: <http://www.pen51.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Título I – Do Partido, dos seus Objetivos, da sua Sede e da Filiação Partidária

Capítulo I – Dos seus objetivos, da sua duração e sua sede

(...)

Art. 2º O PEN51 destina-se assegurar a autenticidade do sistema representativo, defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal e alcançar o poder político institucional, de forma pacífica e democrática, em suas diversas instâncias, para que através do seu Programa haja a evolução de uma sociedade justa e solidária, em equilíbrio pleno com os direitos constitucionais e o lugar que ocupamos, isto é, os conjuntos de recursos físicos que possibilitam e amparam a vida no planeta, por isso o PEN51 tem como foco central a defesa da sustentabilidade.

Art. 3º O PEN51 tem como ensino de base os conceitos da Social Democracia Cristã, com ações e projetos que estejam voltados a Ecologia, e a preservação dos recursos físicos (água, ar e solo), que estão entre si intimamente ligados e em equilíbrio dinâmico, portanto essenciais para a preservação da espécie humana.

(...)

Programa Partidário

O Partido Ecológico Nacional tem como objetivo assegurar a autenticidade do sistema representativo, defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal e alcançar o poder político institucional, de forma pacífica e democrática, em suas diversas instâncias, para que através do seu Programa haja a construção de uma sociedade justa e solidária, em equilíbrio pleno com os direitos constitucionais e o lugar que ocupamos, isto é, o conjunto de recursos físicos que possibilitam e amparam a vida no planeta.

Diretrizes

O PEN – Partido Ecológico Nacional, pugnará pelos seguintes pontos:

- Apoio às iniciativas de organização da sociedade.
- Desenvolvimento e apoio de programas que visem à melhoria da qualidade de vida através da integração institucional, o Estado, e a preservação do meio ambiente.
- Defesa da Amazônia como Patrimônio Nacional.
- Reforma agrária, com programas que abordem assistência social e tecnológica, programas de subsídios à produção, criação de centros educacionais e da justiça fundiária.
- Redução de Impostos e Encargos Sociais como combate ao desemprego e incentivo ao crescimento de micros e pequenas empresas.
- Defesa dos direitos da Criança e do Idoso.
- Combate à corrupção, transparências em todos os procedimentos de atuações dos integrantes do partido e daqueles que por ele forem eleitos para cargos públicos ou nomeados como comissionados.
- Preservação da Soberania Nacional, lutando pelo controle estatal sobre as riquezas naturais, minerais e energéticas.
- Controle de remessa de divisas ao Exterior.
- Priorizar orçamentos públicos para Meio Ambiente, Educação, Saúde, Habitação, Segurança e ao Emprego sustentável.
- Diminuir o custo da máquina pública.
- Ter como seu objetivo e meta, que todo lixo seja reciclado, e todo esgoto seja tratado, cuidar e preservar a fauna e flora, que todo rio tenha árvore em

suas margens, que não tire da natureza mais que ela possa oferecer sustentavelmente.

Fonte: site do PEN, em <<http://www.pen51.org.br/documentos/5313c4bcaa0ccc31937c24bcf7328524.pdf>>.

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

Número oficial da sigla partidária: 90

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 24/9/2013

Endereço na internet: <http://www.pros.org.br/>

Dispositivos Estatutários Pertinentes

Título I – Do Partido e dos Objetivos

(...)

Capítulo II – Dos Objetivos e dos Princípios

(...)

Art. 3º O Partido Republicano da Ordem Social – PROS tem por objetivo a participação no processo eleitoral em todos os níveis da federação individualmente ou coligado, nos termos da lei e pelas normas estabelecidas na legislação federal em vigor, com o fim de eleger representantes nos diversos órgãos da administração pública, seja no poder legislativo ou no poder executivo.

Art. 4º Tem como estrutura interna, a democracia e a disciplina, tendo como objetivos a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; a realização para o desenvolvimento humano, devendo o trabalho prevalecer sobre o capital e com o equilíbrio da distribuição da riqueza nacional entre todas as classes sociais e em todas as regiões.

(...)

Programa Partidário

O Partido Republicano da Ordem Social – PROS assume com a sociedade brasileira os seguintes compromissos em relação aos temas abaixo:

CIDADANIA: A formação do cidadão é para o PROS uma questão de conscientização e de educação, pois é cidadão aquele que respeita a si próprio, os outros, e ama a sua Pátria. É necessário educar o indivíduo, desde seu nascimento para que respeite e goste de si próprio, a fim de que, desde cedo ele aprenda o essencial sobre sua integridade física e mental. É necessário ensinar ao indivíduo o respeito ao próximo, à Lei e incentivar a prática de atitudes que sempre tragam benefícios para nossa sociedade, para assim, haver uma cidadania capaz de proporcionar à convivência respeitosa e harmônica em nosso país.

CRIANÇA E IDOSO: Apresentar um projeto de atendimento às crianças nas escolas já existentes, oferecendo alimentação, acompanhamento médico-odontológico, mas, principalmente, educando para o resgate da cidadania. Quanto ao idoso, empregar-se-á o mesmo método no projeto para a criança, com a vantagem de permitir ao homem de idade avançada voltar a ser útil, produzindo o que suas forças lhe permitirem, e, principalmente, a valorização do ser humano.

SEGURANÇA E HABITAÇÃO: Quanto à segurança, há de se entender que se trata de um problema social e de responsabilidade do Estado, não obstante a constatação da origem do problema, há necessidade de inibir o crescimento da violência, e isso não somente com a repressão – que deve ser exercida, mas também com o aparelhamento das instituições. Nosso projeto para a habitação prevê um modelo discutido e aprovado por todas as prefeituras, obedecendo à vocação regional para o aproveitamento do material e implantação pelo próprio interessado.

SAÚDE E EDUCAÇÃO: Na saúde temos o projeto de criação do sistema de atendimento quártuplo nos municípios, com auxiliares e médicos, enquanto um sistema de socorro financeiro recuperará os grandes hospitais, restabelecendo o parque de atendimento instalado. Na educação, o meio de cuidar da criança é o centro integrado, com alimentação, orientação escolar e esporte.

SALÁRIO E EMPREGO: No ideário do PROS, projeta-se um segmento especial que será capaz de criar mecanismos para geração de emprego e garantia de salário, o qual é fonte de subsistência do trabalhador, de modo a preservá-lo dos principais riscos das atividades econômicas. O salário deverá ser digno e atender ao mínimo necessário para o resgate da dignidade do trabalhador.

BEM-ESTAR SOCIAL: O bem-estar, na nossa concepção, começa com os atributos naturais do ser humano, que devem ser respeitados na organização social, política e econômica: a vida, a igualdade racial, a capacidade de pensar, o sentimento de liberdade e instinto de preservação e o direito à religiosidade.

DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA: O PROS tem propostas e projetos para melhor distribuição da Riqueza produzida, onde o objetivo é produzir com a participação e o compromisso do trabalhador, dividindo o resultado desta parceria com a sociedade.

MEIO AMBIENTE: Atualmente é uma das principais causas dos desencontros da humanidade com a natureza e isso ocorre pela falta de racionalidade quando se trata de sobrevivência, originada na desinformação e na falta de amor para com o meio ambiente. O PROS possui vários projetos para ajudar a manter a natureza equilibrada.

Fonte: site do TSE, em <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-pros-de-20-10-2010-deferido-em-24-9-2013>>.

SDD – Solidariedade

Número oficial da sigla partidária: 77

Deferimento do registro do Estatuto no Tribunal Superior Eleitoral: 24/9/2013

Endereço na internet: <http://www.solidariedade.org.br/>

Programa Partidário

O SOLIDARIEDADE, movimento partidário brasileiro, tem seus fundamentos e origem na construção dos marcos da modernidade política e consagração dos princípios democráticos no Brasil. O ideário Trabalhista é seu principal alicerce, constituído de princípios que se fizeram presentes no curso de nossa história, com desdobramentos de fluxos afirmativos e de refluxos no contexto histórico da Política Nacional. O estágio atual de desenvolvimento do Brasil é fruto da sua dinâmica político-social construído ao longo de sua história, por permanentes embates envolvendo interesses externos, de classes, corporativos, partidários, populares e democráticos, cujos resultados imprimiram uma identidade Nacional que, se ainda sofre de problemas crônicos, assim mesmo, nos permite buscar condições para um salto qualitativo em sua história, que possa transformá-lo definitivamente em uma nação soberana, forte, solidária, sustentável e socialmente justa. O Brasil mudou. O mundo mudou. Já estamos na segunda década do séc. XXI, o ideário do Trabalhismo deve buscar uma melhor relação com a contemporaneidade mundial e Nacional. O primeiro compromisso partidário do Movimento SOLIDARIEDADE é com o Trabalhador, independente de sexo, credo ou estratificação social e sem discriminar entre trabalho físico e aquele considerado intelectual. Da mesma forma, quanto à preservação e valorização das riquezas nacionais, aí entendidas as de ordem natural e aquelas geradas a partir do trabalho ou da parceria entre Capital e Trabalho. É na relação Capital e Trabalho que o SOLIDARIEDADE ga-

nha sua maior identidade Programática em consonância com a contemporaneidade histórica que vivemos. O novo modo paradigmático que propomos para essa relação ganha um sentido estratégico em nosso Programa Partidário. A relação Capital e Trabalho não pode ser sustentada apenas por normas legais devemos construir em todos os níveis dessa relação as bases de um CONTRATO POLÍTICO SOCIAL, uma PARCERIA DE COMPROMISSO, cuja execução corresponda às partes (CAPITAL e TRABALHO) que têm a competência histórica e a capacidade política para realizá-la. A Parceria de Compromisso a ser construída está fundada nos Princípios da SOLIDARIEDADE HUMANA em busca de ações que venham superar, definitivamente, condicionamentos culturais conservadores de nossa política que impedem as transformações sociais legítimas e historicamente amadurecidas. A Solidariedade estará sustentada nas características inerente da Natureza humana que é a COOPERAÇÃO. Cooperação esta, que não se dá nas relações de dominação e submissão. A obediência não é um ato de Cooperação. O ser humano se realiza quando inclui cooperativamente em seus interesses os interesses do outros, entendemos que a conduta social está fundada na cooperação e não na competição. O fenômeno da competição é puramente cultural. O principal objetivo do SOLIDARIEDADE, com seus princípios, é o bem-estar do HOMEM. Sonhamos com uma sociedade justa e solidária. Lutamos pela igualdade e Fraternidade. Essa é nossa Direção. Precisamos de uma Economia forte, produzindo mais riquezas e com mais empresas para fomentar a abertura de mais postos de trabalho. Sem empresas não há empregos. Precisamos limitar a atuação ou intervenção do Estado na economia. Não queremos um Estado intervencionista, pois esse exagero acaba por inibir o desenvolvimento. Queremos o Trabalhador devidamente valorizado, se qualificando e não sendo substituído pela máquina. A sociedade brasileira anseia basicamente por oportunidades de trabalho, de segurança e esperança no futuro. Todos precisamos construir um Brasil moderno e cooperativo, na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços. Um Brasil justo, solidário e mais igualitário, devemos alargar a abrangência da cidadania real, integrando mais de 50 (cinquenta) milhões de brasileiros nos circuitos de renda, cultura, informação e participação na vida social. Precisamos utilizar a educação e o conhecimento como bases, seja para sustentar o

crescimento, seja para democratizar as oportunidades de ascensão social. Acreditamos na capacidade da sociedade brasileira de produzir Capital Social que nada mais é do que a COOPERAÇÃO ampliada socialmente, para enfrentar obstáculos, construir soluções e aproveitar seu potencial de crescimento e desenvolvimento. Toda a nossa teoria desenvolvimentista é de amparo ao trabalhador (para nós Trabalhador é todo aquele que produz independente do trabalho executado, seja ele intelectual ou físico). O tripé sobre o qual sustenta nossos Princípios Programáticos são: 1) VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO 2) DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 3) LIMITES PARA INTERVENÇÕES DO ESTADO. Sustentado nesses Princípios exporemos as ideias de nosso programa partidário: VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO. O valor Social do Trabalho abrange, em especial, a ideia de dar ao homem a oportunidade de, exercendo a sua liberdade, optar por um projeto de vida e, por meio do seu trabalho, poder concretizá-lo. O Trabalho e a ordem econômica devem conviver em harmonia, buscando o desenvolvimento do equilíbrio real, objetivando atingir o ideal da justiça social, ou seja, um ideal de VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO. Merece uma nota especial o papel complementar que a máquina deve ter no processo do Trabalho. A sua utilização na produção deve ser de complemento e auxílio ao trabalhador, que deve receber qualificação permanente para melhor desempenho de suas tarefas com segurança e proteção de sua saúde; A DEFESA DA DEMOCRACIA. Defesa intransigente da forma democrática de governo com garantias às liberdades e direitos fundamentais do homem; Regime representativo de origem popular, por meio do Sufrágio Universal; Liberdade de organização partidária; Liberdade à manifestação do pensamento pela palavra escrita, falada e irradiada; Igualdade jurídica do homem e da mulher; Liberdade de crenças e de cultos, de modo que nenhum deles tenha, com o governo da União ou dos estados, relações de dependência ou alianças; Desenvolver cada vez mais as condições para que possamos ter menos Estado e mais Sociedade civil forte e participante em uma democracia participativa. A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO INTELECTUAL E PROFISSIONAL. A visão que separa a educação geral, propedêutica da educação específica e profissionalizante, reduz a educação profissional a treinamentos para preenchimentos de postos de trabalho. Enten-

demos que devemos superar a dualidade da Educação e implementar a Escola única inicial de cultura geral, humanista, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de Escola Única, por meio de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma Escola especializada ou ao trabalho produtivo. A Escola Única, politécnica, ao tomar o trabalho como princípio educativo, busca a articulação entre teoria e prática e a negação da separação entre cursos técnicos e cursos práticos, entre ensino propedêutico e ensino profissionalizante. Coloca-se, aqui, o conceito de Escola unitária, ou de unitariedade, tendo em vista o princípio da união dos contrários e para estabelecer uma relação dialética com dualidade escolar no sentido da construção de uma Escola que não se diferencia em função das classes sociais e que, por isto, significa o início de novas relações entre Trabalho intelectual e Trabalho manual, não apenas na Escola mas também na vida social, no sentido da superação da sociedade de classes. SAÚDE. A qualidade dos serviços de saúde prestados para pobres e ricos é tão desigual no Brasil que divide o país em dois. Há diferenças marcantes quando se compara a qualidade dos equipamentos e profissionais entre as classes sociais e o setor público e privado. O país tem dois brasis se considerarmos os tipos de serviços prestados. Há um excesso de equipamentos sofisticados nos planos privados (que se concentram nas regiões mais ricas) e locais em que faltam equipamentos básicos. Apesar de termos, desde 1988, inscrito na constituição brasileira o Sistema Único de Saúde (SUS) que se propõe ser de cobertura Universal com Atenção Integral a saúde e com atendimento a cada um segundo suas necessidades (Equidade), até hoje estamos esperando o SUS cumprir sua missão. Por falta basicamente de financiamento e maior eficiência na sua gestão o nosso Sistema de Saúde torna-se cada vez mais um sistema pobre para pobre, que, apesar de ser público, ainda atende como se fosse por benemerência social. Para superar estas deficiências e manter os princípios do SUS na prática, defendemos no mínimo 10% do orçamento da União para a saúde, sem prejuízo das obrigações dos Estados e Municípios segundo a EC-29. Quanto à gestão do SUS pode se dar de forma direta ou por meio de contratos de gestão com Organizações Sociais que devem estar sob o Controle

Social dos Conselhos de Saúde e de eficientes auditorias dos resultados contratados. A QUESTÃO DOS IDOSOS. Estima-se que atualmente, o número de pessoas com mais de 60 anos esteja entre 9% e 9,5% da população, deixando o Brasil entre os países com maior número de idosos do mundo. As projeções para o ano 2025 indicam que os idosos acima de 60 anos serão quase 40 milhões, representando 15% da população brasileira. Uma mudança demográfica como esta exige que o país esteja já, preparado com ações práticas que assegurem os direitos da Seguridade Social dos idosos. Defendemos uma atenção especial para esta questão colocando em execução a política Nacional do Idoso, produzindo Programas em parcerias com as prefeituras e Sociedade Civil que atentem aos direitos expressos no Estatuto do Idoso.

Fonte: Diário Oficial da União (DOU) de 29 de outubro de 2012, pág. 228, Seção 3.

Informações complementares

Anexo I – Breve histórico da criação e registro das legendas partidárias

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – PC DO B

REGISTRO PROVISÓRIO – O PC do B, representado pelo seu presidente nacional, o Sr. João Amazonas de Souza Pedroso, na data de 14.1.87, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 141/87, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 86, deferido em sessão de 7.4.87, nos termos da Resolução/TSE nº 13.609, publicada no Diário da Justiça de 27.2.89.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PC do B, em petição protocolizada sob nº 1964/88, por intermédio do seu ainda presidente nacional o Sr. João Amazonas de Souza Pedroso, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 112, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 23.6.88, nos termos da Resolução/TSE nº 14.323, publicada no Diário da Justiça de 27.2.89.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PC do B, o Sr. João Amazonas de Souza Pedroso requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 2226/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 93, sendo a mesma deferida em ses-

são de 9.4.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.498, publicada no Diário da Justiça de 22.4.96.

PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA – PCO

REGISTRO PROVISÓRIO – O PCO, representado por seu presidente nacional, o Sr. Rui Costa Pimenta, na data de 12.9.95, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 9721/95, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 276, deferido em sessão de 7.12.95, nos termos da Resolução/TSE nº 19.411, publicada no Diário da Justiça de 14.12.95.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PCO, em petição protocolizada sob nº 19757/96, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. Rui Costa Pimenta, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 289, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 30.9.97, nos termos da Resolução/TSE nº 19.981, publicada no Diário da Justiça de 27.10.97.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PCO, o Sr. Rui Costa Pimenta requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 16325/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 230, sendo a mesma deferida em sessão de 25.11.97, nos termos da Resolução/TSE nº 20.026, publicada no Diário da Justiça de 19.12.97.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT

REGISTRO PROVISÓRIO – O PDT, representado por seu presidente nacional, o Sr. Leonel de Moura Brizola, na data de 13.8.80, requereu a esta egré-

gia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 2628/80, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 34, deferido em sessão de 16.9.80, nos termos da Resolução/TSE nº 10.899, publicada no Diário da Justiça de 24.9.81.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PDT, em petição protocolizada sob nº 2457/81, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. Leonel de Moura Brizola, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 41, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 10.11.81, nos termos da Resolução/TSE nº 11.123, publicada no Diário da Justiça de 5.2.82.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PDT, o Sr. Leonel de Moura Brizola requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 7810/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 152, sendo a mesma deferida em sessão de 22.4.97, nos termos da Resolução/TSE nº 19.844, publicada no Diário da Justiça de 19.5.97.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL – PFL

REGISTRO PROVISÓRIO – O PFL, representado por seu presidente nacional, o Sr. Jorge Bornhausen, na data de 6.5.85, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 1684/85, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 48, deferido em sessão de 9.7.85, nos termos da Resolução/TSE nº 12.180, publicada no Diário da Justiça de 5.9.85.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PFL, em petição protocolizada sob nº 2150/86, por in-

termédio de seu presidente nacional, o Sr. Jorge Bornhausen, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 81, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 11.9.86, nos termos da Resolução/TSE nº 13.067, publicada no Diário da Justiça de 15.10.86.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95.

Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PFL, o Sr. Jorge Bornhausen requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 391/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 72, sendo a mesma deferida em sessão de 12.3.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.463, publicada no Diário da Justiça de 14.3.96.

PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE – PHS

(antigo PSN)

REGISTRO PROVISÓRIO – Requereu o Partido Solidarista Nacional – PSN, por seu presidente nacional, o Sr. Philippe Guedon, mediante petição protocolizada sob nº 9169/95, na data de 17.8.95, o registro provisório originando o PROCESSO DE REGISTRO nº 274, deferido em sessão de 19.9.95, nos termos da Resolução/TSE nº 19.351, publicada no Diário da Justiça de 9.11.95.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, por meio de petição protocolizada sob nº 512/96 juntada ao supracitado processo de registro em 8.2.96, requereu

o PSN o registro de seu estatuto de forma a adaptá-lo à Lei nº 9.096/95, sendo deferido em sessão de 21.5.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.560, publicada no Diário da Justiça de 5.6.96. Em 20.3.96, novas alterações foram introduzidas no estatuto, originando a Petição nº 99, a qual foi deferida em sessão de 25.6.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.634, publicada no Diário da Justiça de 25.7.96.

REGISTRO DEFINITIVO – Em 16.9.96, o PSN requereu, mediante petição protocolizada sob nº 13615/96, a concessão de seu REGISTRO DEFINITIVO, originando o Processo nº 287, deferido em sessão de 20.3.97, nos termos da Resolução/TSE nº 19.825, publicada no Diário da Justiça de 16.4.97.

MUDANÇA DE NOMENCLATURA – Em 24.9.97, o Partido Solidarista Nacional – PSN, mediante petição protocolizada sob nº 12812/97, requereu a alteração da nomenclatura para Partido da Solidariedade Nacional – PSN, a qual originou a Petição nº 371, deferida em sessão de 19.2.98, nos termos da Resolução/TSE nº 20.097, publicada no Diário da Justiça de 13.3.98.

MUDANÇA DE NOMENCLATURA E SIGLA – Finalmente em 28.1.2000, o Partido da Solidariedade Nacional – PSN, requereu mediante expediente protocolizado sob nº 374/2000, juntada aos autos da supramencionada petição, nova mudança de nomenclatura e sigla para Partido Humanista da Solidariedade – PHS, deferida em sessão de 30.5.2000, nos termos da Resolução/TSE nº 20.636, publicada no Diário da Justiça de 25.8.2000.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB

REGISTRO PROVISÓRIO – O PMDB, representado por sua comissão diretora nacional provisória, na data de 11.4.80, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 1203/80, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 31, deferido em sessão de 6.5.80, nos termos da Resolução/TSE nº 10.841, publicada no Diário da Justiça de 11.6.80.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PMDB, em petição protocolizada sob nº 1360/81, por in-

termédio do seu ainda presidente nacional o Sr. Ulysses Guimarães, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 38, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 30.6.81, nos termos da Resolução/TSE nº 11.042, publicada no Diário da Justiça de 8.8.81.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o novo presidente do PMDB, o Sr. Paes de Andrade requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 6723/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 128, sendo a mesma deferida em sessão de 23.5.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.563, publicada no Diário da Justiça de 11.6.96.

PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL – PMN

REGISTRO PROVISÓRIO – O PMN, representado por seu presidente nacional, o Sr. Celso Brant, na data de 6.6.89, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 3556/89, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 143, deferido em sessão de 30.6.89, nos termos da Resolução/TSE nº 15.381, publicada no Diário da Justiça de 13.9.89.

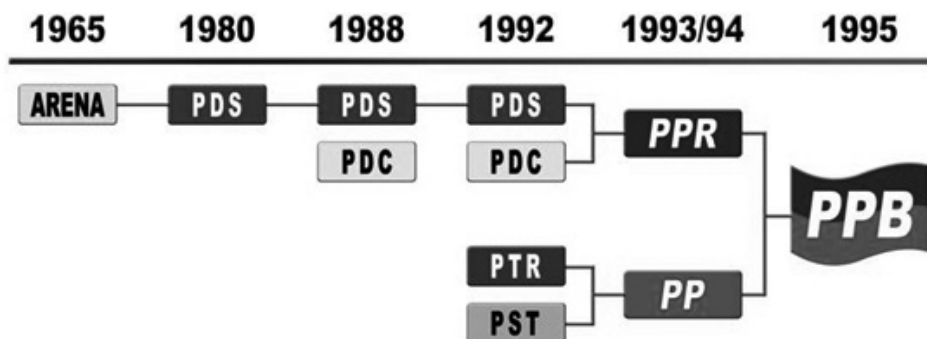
REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PMN, em petição protocolizada sob nº 4403/90, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. Celso Brant, requereu, em 26.6.90, a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 206, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 25.10.90, nos termos da Resolução/TSE nº 17.021, publicada no Diário da Justiça de 28.11.90.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas

agregações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, a nova presidenta do PMN, a Sr^a Telma Ribeiro dos Santos, requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 3315/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 100, sendo a mesma deferida em sessão de 7.5.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.543, publicada no Diário da Justiça de 21.5.96.

PARTIDO PROGRESSISTA – PP

PROCESSO DE FORMAÇÃO – O Partido Democrático Social – PDS se fundiu com o Partido Democrata Cristão – PDC, tornando-se o Partido Progressista Reformador – PPR. Por sua vez, o Partido Social Trabalhista – PST incorporou-se ao Partido Trabalhista Renovador – PTR, passando a adotar a nomenclatura e sigla Partido Progressista – PP. Finalmente, o Partido Progressista Brasileiro – PPB, resultante da fusão do Partido Progressista – PP e do Partido Progressista Reformador – PPR, por intermédio de seu presidente nacional, na ocasião, o Sr. Esperidião Amin, na data de 21.9.95, mediante petição protocolizada sob nº 9954/95, solicitou o registro e autorização para o imediato funcionamento, a qual originou o Processo de Fusão nº 277, deferido em sessão de 16.11.95, nos termos da Resolução/TSE nº 19.386, publicada no Diário da Justiça de 16.12.95.



ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PPB, o Sr. Espereidião Amin requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 3871/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 104, sendo a mesma deferida em sessão de 30.4.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.536, publicada no Diário da Justiça de 21.5.96. Em sessão do dia 29.5.2003 o Partido Progressista Brasileiro – PPB teve deferido o pedido de mudança de nomenclatura e sigla para Partido Progressista – PP (PET 104, Resolução nº 21.401, publicada no DJ de 4.7.2003).

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA – PPS (Antigo PCB)

REGISTRO PROVISÓRIO – O PCB, representado por seu delegado nacional, o Sr. Carlos Alberto Muller Lima Torres, na data de 11.3.87, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 1156/87, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 90, deferido em sessão de 17.12.87, nos termos da Resolução/TSE nº 14.026, publicada no Diário da Justiça 10.3.88.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PCB, em petição protocolizada sob nº 10392/89, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. Salomão Malina, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 172, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 6.3.90, nos termos da Resolução/TSE nº 16.285, publicada no Diário da Justiça de 6.6.90.

ALTERAÇÃO DE PCB PARA PPS – Posteriormente, por meio do Processo nº 12481, o Partido Comunista Brasileiro – PCB, por intermédio de seu presidente nacional o Sr. Roberto Freire, solicitou a alteração de sua denominação e sigla para Partido Popular Socialista – PPS, bem como a convalidação dos

atos praticados sob a antiga nomenclatura, sendo o mesmo deferido em sessão de 19.3.92, nos termos da Resolução/TSE nº 17.930, publicada no Diário da Justiça de 26.5.92.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PPS, o Sr. Roberto Freire requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 12443/95, o qual originou a PETIÇÃO nº 74, sendo a mesma deferida em sessão de 14.5.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.551, publicada no Diário da Justiça de 5.6.96.

PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA – PRP

REGISTRO PROVISÓRIO – O PRP, representado por seu presidente nacional, o Sr. Altamir Greco, na data de 29.6.89, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 4395/89, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 146, deferido em sessão de 17.8.89, nos termos da Resolução/TSE nº 15.467, publicada no Diário da Justiça de 26.9.89.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PRP, em petição protocolizada sob nº 6129/90, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. Altamir Greco, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 211, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 29.10.91, nos termos da Resolução/TSE nº 17.670, publicada no Diário da Justiça de 10.6.92.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros

provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o novo presidente do PRP, o Sr. Ítalo Fittipaldi requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 8150/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 167, sendo a mesma deferida em sessão de 27.11.97, nos termos da Resolução/TSE nº 20.032, publicada no Diário da Justiça de 12.2.98.

PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO – PRTB

REGISTRO PROVISÓRIO – O PRTB, representado pelo seu presidente nacional, o Sr. José Levy Fidelix da Cruz, na data de 27.1.95, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 11743/94, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 266, deferido em sessão de 28.3.95, nos termos da Resolução/TSE nº 19.222, publicada no Diário da Justiça de 3.5.95. Requereu o PRTB, na data de 29.12.95, por intermédio do presidente da comissão executiva nacional, o Sr. José Levy Fidelix da Cruz, mediante petição protocolizada sob nº 12513/95, pedido de Medida Cautelar nº 13, visando obter, “ad-referendum” do Tribunal, sob condição resolutive, o direito de participar das eleições de 1996, sendo a mesma deferida em despacho exarado pelo Exmo. Sr. Ministro Costa Leite em 29.12.95. Em sessão realizada em 25.4.96, esta Corte Superior ao apreciar o despacho acima citado, entendeu que a Medida Cautelar nº 13, restou prejudicada em face do art. 2º, da Resolução/TSE nº 19.509, de 18.4.96, nos termos do Acórdão nº 13, publicado do Diário da Justiça de 17.5.96. Em 22.5.96 o PRTB, inconformado com a decisão prolatada no Acórdão nº 13, interpôs Embargos de Declaração na Medida Cautelar nº 13. Em sessão de 18.6.96, foi dado provimento aos embargos, cuja publicação no Diário da Justiça ocorreu em 1.7.96, restabelecendo, assim, o registro definitivo sob condição resolutive do referido partido, até a apreciação dos documentos instrutórios contidos no processo de registro definitivo.

REGISTRO DEFINITIVO – Mediante petição protocolizada sob nº 3657/96, juntada aos autos do processo de registro provisório nº 266, o partido

solicitou a concessão de seu registro definitivo, o qual foi deferido em sessão de 18.2.97, nos termos da Resolução/TSE nº 19.785, publicada no diário da Justiça de 11.3.97.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PRTB, o Sr. José Levy Fidelix da Cruz requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 12512/95, o qual originou a PETIÇÃO nº 83, sendo a mesma deferida em sessão de 27.11.97, nos termos da Resolução/TSE nº 20.031, publicada no Diário da Justiça de 19.12.97.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB

REGISTRO PROVISÓRIO – O PSB, representado por seu presidente nacional, o Sr. Jamil Haddad, na data de 16.12.86, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 8947/86, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 83, deferido em sessão de 21.4.87, nos termos da Resolução/TSE nº 13.617, publicada no Diário da Justiça de 25.6.87.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PSB, em petição protocolizada sob nº 2202/88, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. Jamil Haddad, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 113, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 1.7.88, nos termos da Resolução/TSE nº 14.359, publicada no Diário da Justiça de 8.3.89.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de

novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o novo presidente do PSB, o Sr. Miguel Arraes requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 6694/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 127, sendo a mesma deferida em sessão de 1.8.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.659, publicada no Diário da Justiça de 14.8.96.

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO – PSC

REGISTRO PROVISÓRIO – O Partido Social Cristão – PSC, por intermédio do seu primeiro secretário, o Sr. Francisco Gomes Macedo, solicitou nesta egrégia Corte, habilitação para concorrer às eleições de 15.11.85, mediante petição protocolizada sob nº 1922/85, originando o Processo nº 52, sendo deferido em sessão de 9.7.85, nos termos da Resolução/TSE nº 12.184, publicada no Diário da Justiça de 24.9.85. O PSC, representado por seu presidente nacional, o Sr. Vítor Nólseis, na data de 3.2.87, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 491/87, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 88, deferido em sessão de 26.11.87, nos termos da Resolução/TSE nº 13.976, publicada no Diário da Justiça de 4.2.88.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PSC, em petição protocolizada sob nº 10507/89, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. Vítor Nólseis, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 174, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 29.3.90, nos termos da Resolução/TSE nº 16.357, publicada no Diário da Justiça de 10.5.90.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide

da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PSC, o Sr. Vítor Nosséis requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 1550/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 88, sendo a mesma deferida em sessão de 21.3.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.478, publicada no Diário da Justiça de 13.4.96.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB

REGISTRO PROVISÓRIO – O PSDB, representado por seu presidente nacional, o Sr. Mário Covas Júnior, na data de 6.6.88, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 3883/88, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 123, deferido em sessão de 6.7.88, nos termos da Resolução/TSE nº 14.366, publicada no Diário da Justiça de 2.9.88.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PSDB, em petição protocolizada sob nº 3253/89, por intermédio de seu novo presidente nacional, o Sr. André Franco Montoro, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 142, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 24.8.89, nos termos da Resolução/TSE nº 15.494, publicada no Diário da Justiça de 25.10.89.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o então presidente do PSDB, o Sr. Artur da Távola requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 4166/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 109, sendo a mesma deferida em sessão de 25.4.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.531, publicada no Diário da Justiça de 21.5.96.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO – PSDC

(Antigo PDC)

REGISTRO PROVISÓRIO E MUDANÇA DE SIGLA – O Partido Democrata Cristão – PDC, por seu Presidente Nacional, o Sr. José Maria Eymael, solicitou a concessão do registro provisório, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 268. Antes mesmo de ser levado a julgamento, o referido partido, mediante petição protocolizada sob nº 7606/95, juntada ao processo acima citado, solicitou a esta egrégia Corte para que fosse mudada a nomenclatura e sigla para Partido Social Democrata Cristão – PSDC, sendo deferida em sessão de 17.8.85, nos termos da Resolução/TSE nº 19.333, publicada no Diário da Justiça de 6.9.95.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PSDC, o Sr. José Maria Eymael requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 2615/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 96, sendo a mesma deferida em sessão de 11.4.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.499, publicada no Diário da Justiça de 10.5.96.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PSDC, em petição protocolizada sob nº 10940/96, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. José Maria Eymael, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 286, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 5.8.97, nos termos da Resolução/TSE nº 19.891, publicada no Diário da Justiça de 22.8.97.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL – PSL

REGISTRO PROVISÓRIO – O PSL, representado pelo seu presidente nacional, o Sr. Taciano Varro Filho, na data de 11.11.94, requereu a esta egré-

gia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 10163/94, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 264, deferido em sessão de 19.12.94, nos termos da Resolução/TSE nº 264, publicada no Diário da Justiça de 29.3.95.

Obs.: O nº da Resolução/TSE é o mesmo nº do Processo de Registro.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PSL, em petição protocolizada sob nº 12375/95, por intermédio de seu novo presidente nacional o Sr. Romeu Tuma, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 280, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 2.6.98, nos termos da Resolução/TSE nº 20.211, publicada no Diário da Justiça de 23.6.98.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PSL, o Sr. Taciano Varro Filho requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, o registro da adaptação do estatuto partidário em conformidade à Lei nº 9.096/95, mediante expediente protocolizado sob nº 4142/96, originando a Petição nº 18, deferida em sessão de 19.3.98, nos termos da Resolução nº 20.131, publicada no Diário Oficial da União de 1.4.98.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO – PSTU

(Antigo PRT)

REGISTRO PROVISÓRIO – O Partido Revolucionário dos Trabalhadores – PRT, por seu Presidente Nacional o Sr. Ernesto Gradella Neto, solicitou o registro provisório em 17.12.92, mediante petição protocolizada sob nº 14937/92, originando o PROCESSO DE REGISTRO Nº 245, deferido em sessão de 8.6.93 nos termos da Resolução/TSE nº 19.135, publicada no Diário da Justiça de 22.6.94.

MUDANÇA DE NOMENCLATURA E SIGLA – Decidiu o PRT, em reunião da comissão diretora nacional provisória, realizada em 23.7.93, alterar sua nomenclatura e sigla para Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU, conforme consta da petição protocolizada sob nº 5888/93, juntada ao supracitado processo, deferida em sessão de 30.9.93, publicada no Diário da Justiça de 22.6.94.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PSTU, em petição protocolizada sob nº 7611/95, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. Ernesto Gradella Neto, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 271, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 19.12.95, nos termos da Resolução/TSE nº 19.420, publicada no Diário da Justiça de 8.3.96.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PSTU, o Sr. Ernesto Gradella Neto requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 3208/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 98, sendo a mesma deferida em sessão de 25.11.97, nos termos da Resolução/TSE nº 20.025, publicada no Diário da Justiça de 19.12.97.

PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL – PT do B

REGISTRO PROVISÓRIO – O PT do B, representado por seu presidente nacional, o Sr. Aroldo Luiz Rosa, na data de 15.4.91, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 2274/91, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 225, deferido em sessão de 3.12.91, nos termos da Resolução/TSE nº 17.729, publicada no Diário da Justiça de 20.3.92.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PT do B, em petição protocolizada sob nº 14340/92, por intermédio de seu novo presidente nacional, o Sr. Caetano Matanó Júnior, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 244, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 11.10.94, nos termos da Resolução/TSE nº 244, publicada no Diário da Justiça de 20.2.95.

Obs.: O nº da Resolução/TSE é o mesmo nº do processo de registro definitivo.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PT do B, na ocasião, o Sr. Tibelindo Soares Resende requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 6529/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 115, sendo a mesma deferida em sessão de 1.8.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.568, publicada no Diário da Justiça de 14.8.96.

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT

REGISTRO PROVISÓRIO – O PT, representado por seu presidente nacional, o Sr. Luís Inácio Lula da Silva, na data de 22.10.80, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 3713/80, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 35, deferido em sessão de 1.12.80, nos termos da Resolução/TSE nº 10.965, publicada no Diário da Justiça de 29.4.81.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PT, em petição protocolizada sob nº 3734/81, por intermédio de seu presidente nacional, o Sr. Luís Inácio Lula da Silva, requereu a

concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 43, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 11.2.82, nos termos da Resolução/TSE nº 11.165, publicada no Diário da Justiça de 18.3.82.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o novo presidente do PT, o Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 3398/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 101, sendo a mesma deferida em sessão de 26.4.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.530, publicada no Diário da Justiça de 13.5.96.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – PTB

REGISTRO PROVISÓRIO – O PTB, representado por sua comissão diretora nacional provisória, na data de 20.3.80, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 831/80, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 29, deferido em sessão de 12.5.80, nos termos da Resolução/TSE nº 10.843, publicada no Diário da Justiça de 24.6.80.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PTB, em petição protocolizada sob nº 1499/81, por intermédio do seu líder na Câmara dos Deputados, o Sr. Deputado Jorge Said Cury, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 39, sendo o mesmo indeferido em sessão do dia 8.10.81, nos termos da Resolução/TSE nº 11.100, publicada no Diário da Justiça de 19.10.81. Tão logo, o partido tomou ciência da decisão que indeferia o seu pedido de registro definitivo, entrou com embargos de declaração contra a decisão proferida, sendo modificada a decisão em sessão de 3.11.81, nos termos da Resolução/TSE nº 11.120, publicada no Diário da Justiça de 31.3.82.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égi de da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o novo presidente do PTB, o Sr. José Eduardo Andrade Vieira requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 4086/96, o qual originou a PETIÇÃO nº 106, sendo a mesma deferida em sessão de 9.12.97, nos termos da Resolução/TSE nº 20.043, publicada no Diário da Justiça de 19.2.98. Em 20/1/2003, o Delegado Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, Sr. Itapuã Prestes de Messias, protocolizou, neste tribunal, pedido de incorporação do PSD ao PTB, originando a Petição nº 1304, classe 18, deferida em sessão do dia 20/2/2003, Resolução nº 21.350, publicada no Diário da Justiça do dia 13/3/2003. Em 19.2.2006, o Delegado Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, Sr. Itapuã Prestes de Messias, protocolizou, neste tribunal, pedido de incorporação do PAN ao PTB, originando a Petição nº 2456, classe 18, deferida em sessão do dia 15.3.2007, Resolução/TSE nº 22.519, publicada no Diário da Justiça do dia 28.3.2007. Em 29.10.2007, transitou em julgado decisão de 19.9.2007 do Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 23.10.2007, que não conheceu do Agravo de Instrumento no Recurso Extraordinário nº 666.372-1, confirmando a decisão que deferiu a mencionada incorporação.

PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO – PTC

(Antigo PRN)

O Partido da Juventude – PJ, por seu presidente nacional o Sr. Daniel Sampaio Tourinho, solicitou a concessão para concorrer às eleições de 15.11.85, mediante petição protocolizada sob nº 2752/85, da qual originou o processo nº 61, deferido em sessão de 1.8.85, nos termos da Resolução/TSE nº 12.209, publicada no Diário da Justiça de 6.9.95.

REGISTRO PROVISÓRIO – Requereu o PJ, por seu presidente nacional o Sr. Daniel Sampaio Tourinho, mediante petição protocolizada sob nº 5227/87, o registro provisório originando o PROCESSO DE REGISTRO nº 98, deferido em sessão de 3.12.87, nos termos da Resolução/TSE nº 13.992, publicada no Diário da Justiça de 4.2.88. Por meio do Processo nº 9.977, o PJ, mediante petição protocolizada sob nº 1630/89, requereu a alteração da nomenclatura e sigla para Partido da Reconstrução Nacional – PRN, sendo deferido em sessão de 11.5.89, nos termos da Resolução/TSE nº 15.244, publicada no Diário da Justiça de 13.6.89.

REGISTRO DEFINITIVO – Em 25.10.89, o PRN requereu, mediante petição protocolizada sob nº 8802/89, a concessão de seu REGISTRO DEFINITIVO, originando o Processo nº 167, deferido em sessão de 22.2.90, nos termos da Resolução/TSE nº 16.281, publicada no Diário da Justiça de 14.8.90.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PRN, o Sr. Daniel Sampaio Tourinho requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 10361/97, o qual originou a PETIÇÃO nº 341, sendo a mesma deferida em sessão de 9.12.97, nos termos da Resolução/TSE nº 20.044, publicada no Diário da Justiça de 11.3.98. Por último, o PRN, mediante petição protocolizada sob nº 25225/ e 25325/2000, juntada a supracitada petição, requereu nova mudança de nomenclatura e sigla para Partido Trabalhista Cristão – PTC, deferida em sessão de 24.4.2001, nos termos da Resolução/TSE nº 20.796, publicada no Diário da Justiça de 8.6.2001.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL – PTN

REGISTRO PROVISÓRIO – O PTN, representado pelo seu presidente nacional, o Sr. Dorival Masci de Abril, na data de 2.6.95, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 7502/95, o pedido de seu RE-

GISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 270, deferido em sessão de 29.6.95, nos termos da Resolução/TSE nº 19.318, publicada no Diário da Justiça de 11.8.95. Requereu o PTN, na data de 28.12.95, por intermédio do presidente da comissão executiva nacional, o Sr. Dorival Masci de Abreu, mediante petição protocolizada sob nº 12501/95, pedido de Medida Cautelar nº 12, visando obter, “ad-referendum” do tribunal, sob condição resolutive, o direito de participar das eleições de 1996, tendo em vista a não apreciação pelo TSE do pedido de registro em tempo hábil. Em sessão realizada em 5.3.96, esta Corte Superior referendou o despacho acima citado, nos termos do Acórdão nº 12, publicado do Diário da Justiça de 22.3.96.

REGISTRO DEFINITIVO – O PTN, representado pelo seu presidente nacional, o Sr. Dorival Masci de Abreu, em 22.8.97, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 9003/96, o pedido de seu REGISTRO DEFINITIVO, o qual originou o Processo de registro nº 288, deferido em sessão de 2.10.97, nos termos da Resolução/TSE nº 19.984, publicada no Diário da Justiça de 21.10.97.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PTN, o Sr. Dorival Masci de Abreu, requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente protocolizado sob nº 11700/95, o qual originou a PETIÇÃO nº 52, sendo a mesma deferida em sessão de 19.8.97, nos termos da Resolução/TSE nº 19.935, publicada no Diário da Justiça de 10.9.97.

PARTIDO VERDE – PV

REGISTRO PROVISÓRIO – O PV, representado por seu presidente nacional, o Sr. Fernando Paulo Nagle Gabeira, na data de 16.11.90, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 9691/90, o pedido de seu

REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 217, deferido em sessão de 20.8.91, nos termos da Resolução/TSE nº 17.578, publicada no Diário da Justiça de 12.12.91.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PV, em petição protocolizada sob nº 9432/92, na data de 11.9.92, por intermédio de seu novo presidente nacional, o Sr. Alfredo Hélio Syrkis, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 243, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 30.9.93, nos termos da Resolução/TSE nº 243, publicada no Diário da Justiça de 9.2.94.

Obs.: O nº da Resolução/TSE é o mesmo nº do processo de registro definitivo.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, o presidente do PV, o Sr. Alfredo Hélio Syrkis, em 8.10.92, requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, a adaptação do estatuto partidário, mediante expediente que foi juntado ao próprio processo de registro definitivo, sendo deferido em sessão de 21/5/96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.559, publicada no Diário da Justiça de 5.6.96.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB

O REGISTRO PROVISÓRIO – O PCB, representado pelo seu presidente nacional, o Sr. Horácio Cintra de Magalhães Macedo, na data de 2.4.93, requereu a esta egrégia Corte, mediante petição protocolizada sob nº 2978/93, o pedido de seu REGISTRO PROVISÓRIO, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 252, deferido em sessão de 19.8.93, nos termos da Resolução/TSE nº 252, publicada no Diário da Justiça de 22.9.93.

Obs: O nº da Resolução/TSE, é o mesmo nº do Processo de Registro.

REGISTRO DEFINITIVO – Dentro do prazo legal, de doze meses, previsto na Lei nº 5.682/71, o PCB, em petição protocolizada sob nº 3253/89, por intermédio de sua nova presidenta nacional a Sr^a. Zuleide Faria de Melo, requereu a concessão do seu REGISTRO DEFINITIVO, da qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 262, sendo o mesmo deferido em sessão do dia 9.5.96, nos termos da Resolução/TSE nº 19.550, publicada no Diário da Justiça de 21.5.96.

ADAPTAÇÃO DO ESTATUTO À LEI Nº 9.096/95 – Com o advento da Lei nº 9.096, promulgada em 19 de setembro de 1995, que inaugurou uma nova fase de vida partidária nacional, passando a tratar da organização e criação de novas agremiações partidárias, os partidos que se encontravam com registros provisórios deferidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda, pela égide da já revogada Lei nº 5.682/71, foram obrigados a adaptar seus estatutos em conformidade com essa nova lei. Em razão desta, a presidenta do PCB, a Sr^a Zuleide Faria de Melo requereu, junto a este egrégio Tribunal Superior, o registro da adaptação do estatuto partidário em conformidade à Lei nº 9.096/95, mediante expediente que foi juntado no mesmo processo de registro definitivo.

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO – PRB

REGISTRO – O PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO – PMR, representado por seu presidente nacional, VITOR PAULO ARAUJO DOS SANTOS, em 5.5.2005, requereu a esta Corte, mediante petição protocolizada sob nº 3956/2005, o pedido de REGISTRO do mencionado partido, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 301, deferido em sessão de 25.8.2005, nos termos da Resolução/TSE nº 22.072/2005, publicada no Diário da Justiça de 6.9.2005. Mediante petição protocolizada sob nº 13318/2005, Sanny Braga Vasconcelos, OAB/DF 18.965, requereu a mudança de nomenclatura e sigla PARTIDO MUNICIPALISTA RENOVADOR – PMR, para PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO – PRB deferida em sessão de 11.3.2006, nos termos da Resolução/TSE nº 22.167, publicada no Diário da Justiça de 31.3.2006.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – P-SOL

REGISTRO – O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – P-SOL, representado por sua presidente nacional, HELOISA HELENA, em 1º.9.2005, requereu a esta Corte, mediante petição protocolizada sob nº 9460/2005, o pedido de REGISTRO do mencionado partido, o qual originou o PROCESSO DE REGISTRO nº 303, deferido em sessão de 15.9.2005, nos termos da Resolução/TSE nº 22083/2005, publicada no Diário da Justiça de 30.9.2005.

PARTIDO DA REPÚBLICA – PR

REGISTRO – Os presidentes nacionais do PARTIDO LIBERAL – PL e do PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL – PRONA, em 7.11.2006, requereram a esta Corte, mediante petição protocolizada sob nº 24.858/2006 (RGP 305), o pedido de fusão do PL com o PRONA, dando origem ao PARTIDO DA REPÚBLICA – PR, deferido, nos termos da Resolução/TSE nº 22.504, publicada no Diário da Justiça, em 12.2.2007. Em 14.2.2007 foram opostos Embargos de Declaração (Protocolo: 2185/2007) contra decisão que deferiu a mencionada fusão; contudo, o mencionado recurso não foi conhecido, conforme Resolução/TSE nº 22.523, publicada no Diário da Justiça em 13.4.2007 (transitada em julgado em 18.4.2007).

Fonte: site do TSE, em <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-historico-partidos-politicos>>.

Anexo II – Tabela: bancada partidária no Senado Federal

Partido político	nº de membros
PMDB	21
PT	12
PSDB	12
PTB	7
PDT	5
PP	5
PSB	4
PR	4
DEM	3
PCdoB	2
PSOL	1
PSD	1
PV	1
PSC	1
PRB	1
SDD	1
TOTAL	TOTAL
16	81

Fonte: site do Senado Federal, em <<http://www.senado.gov.br/senado/>>

Dados atualizados em 1º/1/2014.

Anexo III – Tabela: bancada partidária na Câmara dos Deputados

Partido político	nº de membros
PT	89
PMDB	76
PSDB	45
PP	41
PSD	40
PR	31
DEM	26
PSB	25
SDD	22
PROS	18
PDT	18
PTB	17
PCdoB	14
PSC	13
PRB	10
PV	9
PPS	8
PSOL	3
PMN	3
PTdoB	3
PRP	2
TOTAL	TOTAL
21	513

Fonte: site da Câmara dos Deputados, em <<http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas>> Dados atualizados em 1º/1/2014.

Conheça outras obras publicadas pela
Coordenação de Edições Técnicas

www.senado.leg.br/livraria

